

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
CURSO DE DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

WAGNER NÓBREGA

MAPEAMENTOS DA POBREZA SOB CRITÉRIOS  
UNIDIMENSIONAL E MULTIDIMENSIONAL PARA OS  
ESTADOS DO PARANÁ E SERGIPE

CURITIBA  
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
CURSO DE DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

WAGNER NÓBREGA

MAPEAMENTOS DA POBREZA SOB CRITÉRIOS  
UNIDIMENSIONAL E MULTIDIMENSIONAL PARA OS  
ESTADOS DO PARANÁ E SERGIPE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná como requisito para a obtenção do título de Doutor em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Frederico Camargo Rolim

CURITIBA  
2008

WAGNER NÓBREGA

Mapeamentos da pobreza sob critérios unidimensional e multidimensional para os estados do Paraná e Sergipe

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná.

Aprovada em 17 de dezembro de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cássio Frederico Camargo Rolim  
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Hamilton Carvalho Tolosa  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antoninho Caron  
Centro Universitário Franciscano do Paraná

Prof. Dr. Armando Vaz Sampaio  
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Maurício Aguiar Serra  
Universidade Federal do Paraná

## AGRADECIMENTOS

Ao final desta etapa, gostaria de lembrar todos que ajudaram de alguma forma. Com um abraço, uma palavra de conselho, material bibliográfico, exigindo, reclamando, enfim, de todas as formas que contribuíram para que essa tese chegasse a ser publicada. Sendo tantos, certamente – e infelizmente – não lembrarei todos.

Gostaria de agradecer, mesmo assim, aos colegas de trabalho que consentiram na minha liberação do Departamento de Economia, da Universidade Federal de Sergipe e arcaram com o ônus da minha ausência.

Aos meus colegas de mesma missão em Curitiba, Verlane Aragão e Rosalvo Ferreira, com os quais tantas experiências reparti.

Aos meus professores, na Universidade Federal do Paraná, que tiveram bastante paciência e muito contribuíram na minha formação profissional.

A Ivone, secretária do Núcleo de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico, que participou e muito ajudou na minha vida acadêmica.

A minha família, meu suporte emocional e motivação mais concreta.

À família que ganhei em Curitiba, dentre eles, o Pastor Eliseu e família, Odair e Marivanda, Jorge e Marizete, Kátia, Daniel e Júlia, Paulo e Raquel, Wilie e Geceli, Élvís e família, Abigail, Marcos e família, Róbson e Cris, Persival e Sônia, Elias e Célia, Marcos e Marilze, Oswaldo e Cássia, Valdir e família, Glací, Ríldson, Mabel e família. Seu Emílio e Dona Teresa, e tantos outros não menos queridos.

Por fim, e especialmente, mais do que agradecimentos, expresso meu respeito e admiração por Cássio Frederico Camargo Rolim, meu orientador, não só por sua capacidade e contribuições intelectuais, já muito reconhecidas, mas, principalmente pela seriedade com que enfrenta os desafios e inspira a fazê-lo.

Recebi de todos muito mais do que eu deixei de mim. Espero ter aprendido com vocês para fazer o mesmo com outros.



## RESUMO

Na presente tese, é verificada a contribuição da Análise Exploratória de Dados Espaciais para a identificação de espaços de pobreza. Também se investiga as relações entre espaço físico e econômico, no que tange ao papel que ocupa a complexidade da economia de uma região geográfica para a forma como nela se distribui a pobreza. Isto é feito mapeando-se a pobreza para estados de conformações e inserções econômicas extremamente distintas, cujas relações econômicas são pouco significativas para cada um. Foram escolhidos, assim, os estados do Paraná e Sergipe. Os microdados do Censo 2000 são utilizados para calcular diferentes indicadores de pobreza – linha monetária de pobreza e IPH-M – que são aplicados aos municípios daqueles estados, onde a Análise Exploratória Espacial permite que se revelem “clusters” regionais de pobreza em cada estado. Esses clusters podem, finalmente, Verifica-se que o uso dessa técnica torna possível identificar espaços de pobreza que não seriam identificados com a mera aplicação dos quantitativos obtidos a partir dos indicadores às regiões políticas. Também se percebeu que as informações obtidas com os diferentes indicadores para aqueles clusters são complementares. A divisão espacial do trabalho é apresentada para, em seguida, ser com ela associada a distribuição geográfica da pobreza. Conclui-se que a maior complexidade da economia paranaense e sua maior relação com a economia nacional e internacional afastam a pobreza para lugares onde a divisão do trabalho é menor, enquanto em Sergipe – que faz parte de uma cadeia bem menor e muito menos complexa de divisão social e espacial do trabalho – a pobreza é inversamente associada com a diversidade local da economia. Em comum, a distribuição da pobreza nos dois estados é localizada em zonas de não-influência das grandes cidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia e Pobreza; Mapeamento da Pobreza; Região e Pobreza; Mensuração da Pobreza; Indicadores de Pobreza.

## ABSTRACT

The present dissertation verifies the contribution of Exploratory Spatial Data Analysis (ESDA) for the identification of poverty spaces. More specifically, it investigates the relationship between economical and geographical spaces and their role regarding the spatial distribution of poverty in complex economies of geographical regions. This is accomplished by mapping the poverty of states with extremely different forms and linkages to national economy, and weakly linked each other. These are the Brazilian states of Paraná and Sergipe. Micro data from the 2000 Census survey are used to calculate different indicators of poverty (monetary poverty line and IPH-M) that are applied to municipalities where the ESDA tool reveals clusters of poverty. These clusters verified that the use of this technique makes it possible to identify poverty spaces that would not ordinarily be observed by the mere application of quantitative analysis of political regions. It was also perceived that the information obtained from the various indicators for those clusters is complementary. Moreover, the spatial division of labor appears to be associated with the geographic distribution of poverty. It was concluded that the greater complexity of the economy of Parana and its greater relationship with the national and international economy pushes poverty to places where the division of labor is less complex, while in Sergipe – which plays a much smaller part in national production chains and has a far less complex social and spatial division of labor – poverty is inversely associated with the local diversity of the economy. In common in the two states is that the distribution of poverty is located in areas not influenced by large cities.

**KEY-WORDS:** Economy and Poverty; Poverty Mapping; Region and Poverty; Poverty Measurement; Poverty Indicators.

## RESUME

Cette étude cherche à tester la contribution de l'analyse exploratoire de données spatiales dans l'identification des espaces de pauvreté, ainsi que rechercher les rapports entre l'espace physique et l'espace d'interactions (économiques), dans ce que touche le rôle que la complexité de l'économie d'une région géographique occupe pour la forme comme la pauvreté est distribuée. Cela est fait par le biais de la cartographie de la pauvreté pour états de conformations et d'insertions économiques assez distinctes dont les rapports économiques entre eux sont assez peu significatifs pour chacun. Ainsi, on prend pour l'étude, les états brésiliens de Sergipe et Paraná. Avec des micro-données du Recensement Général de 2000, des différents indicateurs de pauvreté – ligne monétaire de pauvreté et d'IPH – sont appliqués à l'échelle municipal et, avec une analyse exploratoire spatiale, sont identifiés les adensements des municipalités en indiquant les « clusters » régionaux de pauvreté de chacun des états. On vérifie ensuite que l'usage de cette technique rend possible d'identifier des espaces de pauvreté qui ne seraient pas identifiés avec l'application des mesures quantitatives des indicateurs des régions politiques. On perçoit aussi qu'il y a de la complémentarité chez les données obtenues avec les différents indicateurs. Les relations économiques dans les espaces de pauvreté sont rapportés à des contributions théoriques, avec lesquelles on présente les possibles rôles de la conformation économique pour la distribution géographique de la pauvreté. On conclut que, dans l'économie de l'état du Paraná, plus complexe que celle de l'état de Sergipe, la pauvreté se trouve chez les plus petits degrés des espaces d'insertion économique et de complexité de la division sociale du travail, d'après le type d'activité économique prédominant. En commun, la distribution de la pauvreté chez les deux états brésiliens se trouve en zones de non-influence des grandes villes.

MOITS-CLES: Économie et Pauvreté; Cartographie de la Pauvreté ; Région et Pauvreté; Mesures de la Pauvreté; Indicateurs de Pauvreté .

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapas das condições de vida da população trabalhadora de Londres (detalhe) (1889-1890).....	31
Figura 02 – Mapa da pobreza dentre a população trabalhadora de Londres (1889-1890).....	32
Figura 03 – Esquemas de vizinhança .....	101
Figura 04 – Exemplo de obtenção do peso da vizinhança.....	102
Figura 05 – Percentual de domicílios pobres, por município (Paraná, 2000) .....	149
Figura 06 – Percentual de domicílios pobres, por microrregião (Paraná, 2000).....	149
Figura 07 – Gráfico de Dispersão de Moran, para percentuais de domicílios pobres regredido sobre seus valores defasados no espaço (Paraná, municípios 2000).....	150
Figura 08 – Gráfico de permutações aplicadas à estatística I, de Moran (Paraná, municípios 2000).....	151
Figura 09 – <i>Clusters</i> e <i>outliers</i> significativos de pobreza (Paraná, 2000).....	152
Figura 10 – <i>Clusters</i> e <i>outliers</i> significativos de pobreza, por grau de significância (Paraná, 2000).....	152
Figura 11 – Percentual de domicílios pobres, por município (Sergipe, 2000) .....	153
Figura 12 – Percentual de domicílios pobres, por microrregiões (Sergipe, 2000) .....	153
Figura 13 – Gráfico de dispersão de Moran para percentuais de domicílios pobres por municípios regredido sobre seus valores defasados no espaço (Sergipe, 2000).....	154
Figura 14 – Gráficos de permutações aplicadas à estatística I de Moran, para 20 e 999 permutações comparados (Sergipe, 2000) .....	154
Figura 15 – <i>Clusters</i> e <i>outliers</i> significativos de pobreza (Sergipe, 2000) .....	155
Figura 16 – <i>Clusters</i> e <i>outliers</i> significativos de pobreza por grau de significância (Sergipe, 2000).....	155
Figura 17 – <i>Clusters</i> e <i>outliers</i> significativos de pobreza – dados suavizados por EB Moran (Paraná, 2000) .....	156
Figura 18 – <i>Clusters</i> e <i>outliers</i> significativos de pobreza – dados suavizados por EB Moran (Sergipe, 2000) .....	157

Figura 19 – Percentual de domicílios pobres não-indigentes, por municípios (Paraná, 2000)	158
Figura 20 – Percentual de domicílios pobres não-indigentes, por municípios (Sergipe, 2000)	158
Figura 21 – Percentual de domicílios indigentes com renda não-nula, por municípios (Paraná, 2000)	160
Figura 22 – Percentual de domicílios indigentes com renda não-nula, por municípios (Sergipe, 2000)	160
Figura 23 – Percentual de domicílios com renda nula, por municípios (Paraná, 2000)	160
Figura 24 – Percentual de domicílios com renda nula, por municípios (Sergipe, 2000)	161
Figura 25 – Percentual de domicílios pobres acima da indigência, por microrregiões (Paraná, 2000)	162
Figura 26 – Percentual de domicílios pobres acima da indigência, por microrregiões (Sergipe, 2000)	162
Figura 27 – Percentual de domicílios indigentes com renda não nula, por microrregiões (Paraná, 2000)	162
Figura 28 – Percentual de domicílios indigentes com renda não nula, por microrregiões (Sergipe, 2000)	163
Figura 29 – Percentual de domicílios indigentes com renda nula, por microrregiões (Paraná, 2000)	163
Figura 30 – Percentual de domicílios indigentes com renda nula, por microrregiões (Sergipe, 2000)	164
Figura 31 – <i>Clusters</i> e <i>outliers</i> significativos de pobreza – Percentual de domicílios pobres não-indigentes, por municípios, dados suavizados por EB Moran (Paraná, 2000)	165
Figura 32 – <i>Clusters</i> e <i>outliers</i> significativos de pobreza – Percentual de domicílios indigentes com renda não-nula, por municípios, dados suavizados por EB Moran (Paraná, 2000)	165
Figura 33 – <i>Clusters</i> e <i>outliers</i> significativos de pobreza – Percentual de domicílios com renda nula, por municípios, dados suavizados por EB Moran (Paraná, 2000)	165

Figura 34 – IPH-M (Paraná, 2000).....	170
Figura 35 – IPH-Mic (Paraná, 2000).....	170
Figura 36 – Probabilidade de morte antes dos 40 anos, em % da população. (Paraná, municípios, 2000).....	172
Figura 37 – Percentual de adultos analfabetos (Paraná, municípios, 2000).....	172
Figura 38 – Percentual de pessoas abaixo de um padrão mínimo de vida (Paraná, municípios, 2000).....	172
Figura 39 – Probabilidade de morte antes dos 40 anos, em % da população (Paraná, microrregiões, 2000).....	173
Figura 40 – Percentual de adultos analfabetos (Paraná, microrregiões, 2000).....	173
Figura 41 – Percentual de pessoas abaixo de um padrão mínimo de vida (Paraná, microrregiões, 2000).....	173
Figura 42 – Gráfico de dispersão de Moran, para percentuais de domicílios pobres regredido sobre seus valores defasados no espaço (Paraná, municípios 2000).....	174
Figura 43 – Gráfico de permutações aplicadas à estatística I de Moran, com 19 e 999 permutações (Paraná, municípios 2000).....	175
Figura 44 – <i>Clusters</i> e <i>outliers</i> significativos de IPH-M (Paraná, 2000).....	175
Figura 45 – <i>Clusters</i> e <i>outliers</i> significativos de IPH-M, por grau de significância (Paraná, 2000).....	175
Figura 46 – Gráfico de dispersão de Moran, para percentuais de domicílios pobres regredido sobre seus valores defasados no espaço (Paraná, microrregiões 2000).....	176
Figura 47 – Gráfico de permutações aplicadas à estatística I de Moran, com 19 e 999 permutações (Paraná, microrregiões 2000).....	176
Figura 48 – <i>Clusters</i> e <i>outliers</i> significativos de IPH-Mic (Paraná, 2000).....	177
Figura 49 – <i>Clusters</i> e <i>outliers</i> significativos de IPH-Mic (Paraná, 2000).....	177
Figura 50 – <i>Clusters</i> e <i>outliers</i> significativos de percentual de adultos analfabetos (Paraná, municípios, 2000).....	177
Figura 51 – <i>Clusters</i> e <i>outliers</i> significativos de percentual de adultos analfabetos (Paraná, microrregiões, 2000).....	178

Figura 52 – <i>Clusters e outliers</i> significativos de percentual de IPH-M, dados suavizados com EB Moran (Paraná, municípios, 2000).....	179
Figura 53 – IPH-M (Sergipe, 2000) .....	181
Figura 54 – IPH-Mic (Sergipe, 2000).....	181
Figura 55 – Probabilidade de morte antes dos 40 anos, em % da população (Sergipe, municípios, 2000).....	182
Figura 56 – Percentual de adultos analfabetos (Sergipe, municípios, 2000).....	182
Figura 57 – Percentual de pessoas abaixo de um padrão mínimo de vida (Sergipe, municípios, 2000).....	182
Figura 58 – Probabilidade de morte antes dos 40 anos, em % da população (Sergipe, microrregiões, 2000) .....	183
Figura 59 – Percentual de adultos analfabetos (Sergipe, microrregiões, 2000) .....	183
Figura 60 – Percentual de pessoas abaixo de um padrão mínimo de vida (Sergipe, microrregiões, 2000) .....	183
Figura 61 – Gráfico de dispersão de Moran, para percentuais de domicílios pobres regredido sobre seus valores defasados no espaço (Sergipe, municípios 2000) .....	184
Figura 62 – Gráfico de permutações aplicadas à estatística I de Moran (Sergipe, municípios 2000).....	184
Figura 63 – <i>Clusters e outliers</i> significativos de pobreza (Sergipe, municípios 2000).....	185
Figura 64 – <i>Clusters e outliers</i> significativos de pobreza por grau de significância (Sergipe, municípios 2000).....	185
Figura 65 – Gráfico de dispersão, de Moran, para percentuais de domicílios pobres regredido sobre seus valores defasados no espaço (Sergipe, microrregiões 2000) .....	186
Figura 66 – Gráfico de permutações aplicadas à estatística I de Moran (Sergipe, microrregiões 2000).....	186
Figura 67 – <i>Clusters e outliers</i> significativos de pobreza (Sergipe, microrregiões 2000) .....	186
Figura 68 – <i>Clusters e outliers</i> significativos de IPH-Mic (Paraná, 2000) .....	187
Figura 69 – <i>Clusters e outliers</i> significativos de pobreza – Dados suavizados com EB Moran (Sergipe, municípios 2000) .....	188

Figura 70 – <i>Clusters e outliers</i> significativos de percentual de IPH-M. Dados suavizados com EB Moran (Paraná, municípios, 2000).....	205
Figura 71 – <i>Clusters e outliers</i> significativos de pobreza – dados suavizados por EB Moran (Paraná, 2000) .....	206
Figura 72 – Municípios, por percentuais de domicílios pobreza (Paraná, 2000). .....	206
Figura 73 – Percentual de domicílios pobres, por município (Sergipe, 2000). .....	216
Figura 74 – Percentual de domicílios pobres com renda não-nula e característica modal “urbano” para a situação do domicílio (Paraná, municípios 2000). .....	236
Figura 75 – Percentual de domicílios pobres com renda nula e característica modal “rural” para a situação do domicílio (Paraná, municípios 2000). .....	236
Figura 76 – Percentual de domicílios pobres com renda não-nula e característica modal “área urbanizada de cidade ou vila” para a situação do setor Censo (Paraná, municípios 2000). .....	237
Figura 77 – Percentual de domicílios pobres com renda nula e característica modal “rural - exclusive os aglomerados rurais” para a situação do setor censo (Paraná, municípios 2000). .....	237
Figura 78 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “próprio, já pago” para a condição do domicílio (Paraná, municípios 2000). .....	237
Figura 79 – Percentual de domicílios pobres não-indigentes, com característica modal “5” para o total de cômodos (Paraná, municípios 2000). .....	238
Figura 80 – Percentual de domicílios pobres indigentes, com característica modal “4” para o total de cômodos (Paraná, municípios 2000). .....	238
Figura 81 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “1” para o total de banheiros (Paraná, municípios 2000). .....	238
Figura 82 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para a existência de geladeira ou freezer (Paraná, municípios 2000). .....	239
Figura 83 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “1” para o número de televisores (Paraná, municípios 2000). .....	239
Figura 84 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “rede geral” para a forma de abastecimento d’água (Paraná, municípios 2000). .....	239



Figura 85 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “canalizada em pelo menos um cômodo” para o tipo de canalização (Paraná, municípios 2000).....	240
Figura 86 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para existência de iluminação elétrica (Paraná, municípios 2000). .....	240
Figura 87 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “não” para a existência de identificação (Paraná, municípios 2000). .....	240
Figura 88 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para a existência de iluminação pública (Paraná, municípios 2000). .....	241
Figura 89 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “não” para a existência de calçamento/pavimentação (Paraná, municípios 2000). .....	241
Figura 90 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “urbano” para a situação do domicílio (Paraná, microrregiões 2000).....	244
Figura 91 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “área urbanizada de cidade ou vila” para a situação do setor Censo (Paraná, microrregiões 2000). ..	244
Figura 92 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “próprio, já pago” para a condição do domicílio (Paraná, microrregiões 2000).....	244
Figura 93 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “5” para o total de cômodos (Paraná, microrregiões 2000).....	245
Figura 94 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “2” para o total de cômodos como dormitório (Paraná, microrregiões 2000).....	245
Figura 95 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “1” para o total de banheiros (Paraná, microrregiões 2000).....	245
Figura 96 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para a existência de geladeira ou freezer (Paraná, microrregiões 2000).....	246
Figura 97 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “1” para o número de televisores (Paraná, microrregiões 2000). .....	246
Figura 98 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “rede geral” para a forma de abastecimento d’água (Paraná, microrregiões 2000). .....	246

Figura 99 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “canalizada em pelo menos um cômodo” para o tipo de canalização (Paraná, microrregiões 2000). .....	247
Figura 100 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para existência de iluminação elétrica (Paraná, microrregiões 2000).....	247
Figura 101 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “não” para a existência de identificação (Paraná, microrregiões 2000).....	247
Figura 102 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para a existência de iluminação pública (Paraná, microrregiões 2000).....	248
Figura 103 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “não” para a existência de calçamento/pavimentação (Paraná, microrregiões 2000).....	248
Figura 104 – Percentual de domicílios pobres acima da indigência e característica modal “urbano” para a situação do domicílio (Sergipe, municípios 2000). ....	252
Figura 105 – Percentual de domicílios pobres com renda não-nula e característica modal “área urbana de cidade ou vila” para a situação do setor censitário (Sergipe, municípios 2000).....	252
Figura 106 – Percentual de domicílios pobres acima da indigência, com característica modal “canalizada em pelo menos um cômodo” para o tipo de canalização (Sergipe, municípios 2000).....	252
Figura 107 – Percentual de domicílios pobres acima da indigência, com característica modal “sim” para a existência de geladeira ou freezer (Sergipe, municípios 2000)....	253
Figura 108 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para a existência de iluminação elétrica (Sergipe, municípios 2000).....	253
Figura 109 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “coletado por serviço de limpeza” para a coleta de lixo (Sergipe, municípios 2000).....	253
Figura 110 – Percentual de domicílios pobres com renda não-nula e característica modal “cedido por empregador” para a condição do domicílio (Sergipe, municípios 2000).....	255
Figura 111 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para a existência de rádio (Sergipe, municípios 2000). ....	255

Figura 112 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “um” para a quantidade existente de televisores (Sergipe, municípios 2000).....	255
Figura 113 – Percentual de domicílios pobres indigentes e com renda nula, com característica modal “rural” para a situação do domicílio (Sergipe, municípios 2000). .....	257
Figura 114 – Percentual de domicílios pobres indigentes e com renda nula, com característica modal “não” para a existência de geladeira ou freezer (Sergipe, municípios 2000).....	257
Figura 115 – Percentual de domicílios com renda nula e característica modal “rural - exclusive os aglomerados rurais” para a situação do setor censitário (Sergipe, municípios 2000).....	257
Figura 116 – Percentual de domicílios indigentes e com renda nula, com característica modal “não-canalizada” para o tipo de canalização (Sergipe, municípios 2000). .....	258
Figura 117 – Percentual de domicílios pobres acima da indigência e característica modal “urbano” para a situação do domicílio (Sergipe, microrregiões 2000). .....	258
Figura 118 – Percentual de domicílios pobres acima da indigência, com característica modal “área urbana de cidade ou vila” para a situação do setor Sergipe, microrregiões 2000. ....	258
Figura 119 – Percentual de domicílios pobres acima da indigência, com característica modal “sim” para a existência de geladeira ou freezer (Sergipe, microrregiões 2000). .....	259
Figura 120 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “01” para a quantidade de televisores (Sergipe, microrregiões 2000). .....	259
Figura 121 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para a existência de rádio (Sergipe, microrregiões 2000).....	259
Figura 122 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “rede geral” para o abastecimento d’água (Sergipe, microrregiões 2000). .....	260
Figura 123 – Percentual de domicílios pobres indigentes e com renda nula, com característica modal “nenhum” para o total de banheiros (Sergipe, microrregiões 2000). .....	260
Figura 124 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “05” para o total de cômodos (Sergipe, microrregiões 2000). .....	260

Figura 125 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “02” para o total de cômodos servindo de dormitório (Sergipe, microrregiões 2000).....	261
Figura 126 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “não” para a existência de geladeira ou freezer (Sergipe, microrregiões 2000). .....	261
Figura 127 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “não” para a existência de videocassete (Sergipe, microrregiões 2000).....	261

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Comparativo dos percentuais de pobres na população total com os de número de pessoas acima da indigência e de indigentes dentre os pobres (Paraná, microrregiões, 2000) .....	122
Gráfico 02 – Comparativo dos percentuais de pobres na população total com os de número de pessoas acima da indigência e de indigentes dentre os pobres (Sergipe, microrregiões, 2000) .....	123
Gráfico 03 – Comparativo dos percentuais de homens no total de pobres com os de homens pobres nas respectivas faixas de renda (Critério renda <i>per capita</i> domiciliar, Paraná, microrregiões, 2000) .....	139
Gráfico 04 – Comparativo dos percentuais de menores de 18 anos no total de pobres com os de menores de 18 anos pobres nas respectivas faixas de renda (Critério renda <i>per capita</i> domiciliar – Sergipe, microrregiões, 2000).....	140
Gráfico 05 – PIB da Indústria Extrativa Mineral e da Indústria de Construção Civil (R\$ 1,00 de 1980).....	210
Gráfico 06 – PIB de setores, a custo de fatores R\$ 1,00 de 1980.....	211

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Linhas de pobreza e de indigência de Sônia Rocha atualizadas para 1º. de agosto de 2000 e adaptadas para Paraná, Sergipe e suas áreas urbana e rural. ....	79
Tabela 02 – Número de famílias pobres, indigentes e com renda nula e participações dessas últimas nos totais das primeiras (Paraná e Sergipe, 2000).....	81
Tabela 03 – Número de domicílios pobres, indigentes e com renda nula e participações desses últimos nos totais dos primeiros (Paraná e Sergipe, 2000) .....	82
Tabela 04 – Número de pessoas sem trabalho, na semana de referência do Censo, que estavam tomando providências para consegui-lo, por relação com o responsável pelo domicílio (Paraná e Sergipe, 2000).....	84
Tabela 05 – Média da participação da renda do entrevistado na renda do domicílio pobre, por relação com o responsável pelo domicílio (Paraná e Sergipe, 2000).....	84
Tabela 06 – Média da participação da renda do entrevistado na renda do domicílio pobre, por relação com o responsável pelo domicílio (Paraná, Microrregiões, 2000) .....	85
Tabela 07 – Média da participação da renda do entrevistado na renda do domicílio pobre, por relação com o responsável pelo domicílio (Sergipe, Microrregiões, 2000).....	87
Tabela 08 – Componentes da renda média do responsável pelo domicílio pobre e suas participações médias (Paraná, 2000).....	88
Tabela 09 – Componentes da renda média do responsável pelo domicílio pobre e suas participações médias (Sergipe, 2000).....	88
Tabela 10 – Componentes da renda média do responsável pelo domicílio pobre e suas participações médias (Paraná, microrregiões, 2000).....	89
Tabela 11 – Componentes da renda média do responsável pelo domicílio pobre, sem trabalho, mas providenciando trabalho e suas participações médias (Paraná, microrregiões, 2000) .....	91
Tabela 12 – Componentes da renda média do responsável pelo domicílio pobre e suas participações médias (Sergipe, microrregiões, 2000) .....	92

Tabela 13 – Componentes da renda média do responsável pelo domicílio pobre, sem trabalho, mas providenciando trabalho e suas participações médias (Sergipe, microrregiões, 2000) .....	92
Tabela 14 – Contagem e percentual de domicílios que deixaram de ser considerados pobres, após a imputação de renda ao responsável pelo domicílio, que se declarou sem trabalho, mas desejoso de ter um (Paraná, 2000).....	93
Tabela 16 – Contagem e percentual de domicílios que deixaram de ser considerados pobres, após a imputação de renda ao responsável pelo domicílio, que se declarou sem trabalho, mas desejoso de ter um (Sergipe, 2000).....	94
Tabela 17 – Contagem e percentual de domicílios que deixaram de ser considerados indigentes, após a imputação de renda ao responsável pelo domicílio, que se declarou sem trabalho, mas desejoso de ter um (Sergipe, 2000) .....	94
Tabela 18 – Número de domicílios onde residem pessoas pobres e participação destes no total de domicílios (Paraná e Sergipe, 2000).....	113
Tabela 19 – Número de domicílios onde residem pessoas pobres e participação destes no total de domicílios (Paraná, microrregiões, 2000) .....	114
Tabela 20 – Número de domicílios onde residem pessoas pobres e participação destes no total de domicílios (Sergipe, microrregiões, 2000) .....	115
Tabela 22 – Participação dos domicílios onde residem pessoas pobres no total de domicílios, por faixa de linha monetária de pobreza (Sergipe, microrregiões, 2000) .....	117
Tabela 23 – Participação das pessoas pobres na população total (Paraná e Sergipe, 2000) ..	118
Tabela 24 – Participação das pessoas pobres na população total (Paraná, microrregiões, 2000) .....	118
Tabela 25 – Participação das pessoas pobres na população total (Sergipe, microrregiões, 2000).....	119
Tabela 26 – Número e percentual de pessoas pobres, por faixa de renda. ....	120
Tabela 27 – Número e percentual de pessoas pobres, por faixa de renda (Paraná).....	121
Tabela 28 – Número e percentual de pessoas pobres, por faixa de renda (Sergipe) .....	121
Continuação da tabela 28.....	121
Tabela 29 – IPH-M, estatística descritiva (Paraná e Sergipe, 2000) .....	123

Tabela 30 – Domicílios pobres – características (Paraná, 2000).....	125
Tabela 31 – Domicílios pobres – características (Sergipe, 2000) .....	126
Tabela 32 – Participação da característica predominante entre os domicílios pobres (Paraná e Sergipe, 2000) .....	128
Tabela 33 – Participação da característica predominante entre os domicílios pobres (Paraná, 2000).....	130
Tabela 34 – Participação da característica predominante entre os domicílios pobres (Sergipe, 2000).....	131
Tabela 35 – Variáveis cujas características modais para todo o estado sofreram mudanças depois de agregadas desde os municípios Paraná e Sergipe, 2000).....	133
Tabela 36 – Pessoas não pobres e pobres, características selecionadas (Paraná e Sergipe, 2000).....	134
Tabela 37 – Pessoas pobres - características selecionadas (Microrregiões do Paraná).....	135
Tabela 39 – Percentual de pessoas pobres, por faixa de renda – características selecionadas (Paraná, microrregiões) .....	136
Tabela 40 – Percentual de pessoas pobres, por faixa de renda – características selecionadas (Sergipe, microrregiões).....	137
Tabela 41 – Número de domicílios onde residem pessoas não pobres e pobres e participação destes dos domicílios onde apenas uma pessoa concentra pelo menos metade da renda domiciliar (Paraná e Sergipe, 2000).....	140
Tabela 42 – Número de domicílios onde residem pessoas não pobres e pobres e participação destes dos domicílios onde apenas uma pessoa concentra pelo menos metade da renda domiciliar (Paraná, microrregiões, 2000).....	141
Tabela 44 – Composição da renda de pessoas que concentram pelo menos metade da renda domiciliar (Paraná e Sergipe, 2000).....	144
Tabela 46 – Composição da renda de pessoas que concentram pelo menos metade da renda domiciliar (Sergipe, Microrregiões, 2000).....	145
Tabela 47 – Domicílios pobres e não-pobres dos <i>clusters</i> de maiores percentuais de pobreza ao centro do estado do Paraná e a norte da região metropolitana de Curitiba, por características, seus quantitativos e percentuais (2000). .....	191



Tabela 48 – Domicílios pobres e não-pobres do <i>cluster</i> de maior percentual de pobreza a noroeste do estado do Paraná, por características, seus quantitativos e percentuais (2000). .....	192
Tabela 49 – Domicílios pobres e não-pobres do <i>cluster</i> significativo de maior percentual de pobreza, por características, seus quantitativos e percentuais (Sergipe, 2000). 193	
Tabela 50 – Quantitativos de pessoas pobres e não-pobres, por sexo, relação com o responsável pelo domicílio, condições de trabalho, ocupação e remuneração (Estado e <i>clusters</i> de maiores percentuais de pobreza – Paraná, 2000). .....	195
Tabela 51 Composição da renda de pessoas que concentram pelo menos metade da renda domiciliar. <i>Clusters</i> de maiores percentuais de pobreza (Paraná e Sergipe, 2000). .....	196
Tabela 52 – Quantitativos de pessoas pobres e não-pobres, por sexo, relação com o responsável pelo domicílio, condições de trabalho, ocupação e remuneração. Estado e <i>cluster</i> de maior percentual de pobreza (Sergipe, 2000) .....	197
Tabela 53 – Composição da renda de pessoas que concentram pelo menos metade da renda domiciliar no <i>cluster</i> de maior pobreza (Sergipe, 2000).....	198
Tabela 54 – Percentual de pessoas abaixo de 56 anos, com pelo menos um filho que já tenha morrido (Paraná, 2000) .....	199
Tabela 55 – Percentual de pessoas acima de 17 anos, que não sabem ler e escrever (Paraná, 2000).....	200
Tabela 56 – Percentual de pessoas abaixo de 56 anos, com pelo menos um filho que já tenha morrido (Sergipe, 2000) .....	200
Tabela 57 – Percentual de pessoas acima de 17 anos, que não sabem ler e escrever (Paraná, 2000).....	201
Tabela 58 – Participação dos gastos da PETROBRÁS-Sergipe* no PIB da Indústria Extrativa Mineral. ....	209
Tabela 59 – Participação dos Setores de atividades na Composição do Produto Interno Bruto, em % (Sergipe 1980 – 1996).....	211
Tabela 60 – Principais Municípios Segundo o Valor da Produção Agropecuária (em mil reais) (Sergipe 1995/96).....	212

Tabela 61 – Participação no Valor dos Principais Cultivos por Microrregião (Sergipe 1995/96) .....	214
Tabela 62 – Municípios, principais setores produtivos/produtos e localização na classe de distribuição de percentuais de pobreza (Sergipe 1995/96).....	216
Tabela 63 – Caracterização comparativa dos estados do Paraná e Sergipe.....	234
Tabela 64 – Características modais para a maioria dos municípios pertencentes a <i>clusters</i> de maiores e menores IPH-M (Paraná e Sergipe, 2000).....	266
Tabela 65 – Variáveis cujas características modais para todo o estado sofreram mudanças depois de agregadas desde os municípios (Paraná e Sergipe, 2000).....	269
Tabela 66 – Variáveis cujas características modais para todo o estado sofreram mudanças depois de agregadas para as microrregiões (Paraná e Sergipe, 2000).....	270

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	24
2 ASPECTOS TEÓRICOS.....	28
2.1 APRESENTAÇÃO .....	28
2.2 O ESTADO DA ARTE NA ABORDAGEM ESPACIAL INICIAL DA POBREZA .....	29
2.2.1 O Pioneirismo dos Trabalhos de Booth e Rowntree e seus Legados .....	29
2.3 CONCEITOS DE POBREZA .....	37
2.3.1 Pobreza Relativa como Primeiro Conceito Diferente de Pobreza e a Controvérsia que Gerou .....	37
2.3.2 Necessidades Básicas: uma Definição em Largo Espectro da Pobreza .....	41
2.3.3 Avanços Conceituais Recentes .....	42
2.4 AS ABORDAGENS DA POBREZA NO SÉCULO XX.....	43
2.4.1 Pobreza, Crescimento Econômico e América Latina .....	43
2.4.2 Avanços Recentes no Campo Teórico e na Intervenção Contra a Pobreza.....	51
2.4.2.1 Pobreza no Espaço Globalizado .....	51
2.4.2.3 A Pobreza como parte de um Novo Paradigma de Desenvolvimento.....	59
3.1 APRESENTAÇÃO .....	63
3.2 INDICADORES, CONCEITOS E MEDIDAS DE POBREZA.....	63
3.3 INDICADORES DE POBREZA USADOS NA TESE .....	70
3.3.1 Algumas Abordagens da Pobreza no Brasil.....	70
3.3.2 A Escolha dos Indicadores .....	74
3.3.2.1 As Multidimensões da Pobreza .....	74
3.3.2.2 A Experiência com Indicadores no Brasil e a Proposição de Boltvinik Considerados ..	74
3.3.3 Linhas de Indigência e de Pobreza de Sônia Rocha .....	75
3.3.3.1 Procedimentos para Utilização das Linhas de Pobreza e de Indigência de Sônia Rocha no Presente Trabalho.....	78
3.3.4 A Abordagem Multidimensional da Pobreza e o Uso do IPH .....	95
3.4 ESTATÍSTICA APLICADA AO MAPEAMENTO DA POBREZA .....	99
4 QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS COMPARADAS DA POBREZA PARA TODO O ESTADO DO PARANÁ E DE SERGIPE E SUAS MICRORREGIÕES, SEM O USO DE MAPAS.....	112
4.1 APRESENTAÇÃO .....	112

4.2 A GRANDE DISTÂNCIA ENTRE OS PATAMARES DE POBREZA DE CADA ESTADO .....	112
4.3 CARACTERÍSTICAS MODAIS DOS DOMICÍLIOS E PESSOAS POBRES, OBTIDAS COM O USO DA LINHA MONETÁRIA DE POBREZA .....	124
4.4 CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS.....	134
5 MAPEAMENTO DOS DOMICÍLIOS POBRES PARANAENSES E SERGIPANOS ....	147
5.1 APRESENTAÇÃO .....	147
5.2 ADENSAMENTOS ESPACIAIS DOS PERCENTUAIS DE POBREZA, COM A LINHA MONETÁRIA DE POBREZA .....	147
5.2.1 Adensamentos Espaciais dos Percentuais de Pobreza, com a Linha Monetária de Pobreza, sem Discriminar-se o Tipo de Consumo .....	147
5.2.2 Verificando se os Adensamentos Espaciais dos Percentuais de Pobreza Apresentados para cada Estado são Alterados pelo Tipo de Consumo, ou Faixa de Linha de Pobreza .....	157
5.2.3 Efeitos de Suavização dos Percentuais de Domicílios Pobres sobre os Mapas de sua Distribuição, por Segmentos da Linha de Pobreza .....	164
5.2.4 Resumo.....	166
5.2.4.1 Paraná .....	166
5.2.4.2 Sergipe.....	167
5.3 ADENSAMENTOS ESPACIAIS DOS PERCENTUAIS DE POBREZA SOB UMA ÓTICA MULTIDIMENSIONAL.....	168
5.3.1 Mapas da Pobreza Multidimensional para o Paraná.....	169
5.3.2 Mapas da Pobreza Multidimensional para Sergipe .....	180
6.1 APRESENTAÇÃO .....	189
6.2 CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS DOS <i>CLUSTERS</i> IDENTIFICADOS NO CAPÍTULO 5 A PARTIR DO INDICADOR RENDA (LINHA DE POBREZA).....	190
6.3 CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS DOS <i>CLUSTERS</i> IDENTIFICADOS NO CAPÍTULO 5 A PARTIR DO INDICADOR RENDA (LINHA DE POBREZA).....	194
6.4 CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS E DAS PESSOAS DOS <i>CLUSTERS</i> IDENTIFICADOS NO CAPÍTULO 5 A PARTIR DO INDICADOR IPH-M. ....	198
6.5 POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE O PROCESSO DE DIVISÃO ESPACIAL DO TRABALHO E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POBREZA EM CADA ESTADO.....	201
6.5.1 A Pobreza Vista com Relação à Dinâmica Recente e Configuração Atual da Economia Paranaense.....	201
6.5.2 A Pobreza Vista com Relação à Dinâmica Recente e Configuração Atual da Economia Sergipana .....	207
6.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	218
7 CONCLUSÃO.....	220

ANEXO B – MAPAS DE DISTRIBUIÇÃO DOS PERCENTUAIS DAS CARACTERÍSTICAS MODAIS DOS DOMICÍLIOS POBRES.....	235
ANEXO C – DIFERENÇAS NAS CARACTERÍSTICAS MODAIS DOMICILIARES, QUANDO CONSIDERADOS O TOTAL DO ESTADO E A MODA ENTRE SEUS MUNICÍPIOS.....	268

## 1 INTRODUÇÃO

A pobreza, fenômeno presente em grande parte das sociedades há muito tempo, nem sempre foi objeto de intervenção pública. Quando o foi, pouco preservava o pobre ou não amenizava sua situação, conforme relata Castel (1998), quando se refere às sociedades europeias do pós-Revolução Industrial.

As sociedades que mantinham costumes de cuidar da pobreza e aliviar seus sofrimentos chegaram a merecer uma categorização específica, chamada de Economia Moral, que foi elaborada pelo historiador inglês Thompson, em 1971<sup>1</sup>.

Atualmente, porém, a pobreza é vista como algo que deve ser combatido, como afirma diz Schwartzman:

Most people in traditional societies were poor, and this was accepted as natural and unavoidable. The current understanding, on the contrary, is that the condition of poverty is unacceptable, and that it should be possible to find the ways to eradicate it. (SCHWARTZMAN, 1998, p. 2)

A necessidade de intervenção e o avanço da discussão sobre o tema pobreza geraram acúmulo de experiências de mapeamento, como forma de localização da pobreza no espaço.

Como exemplos desses mapeamentos, para a América Latina, destacam-se, aqueles que são lembrados por Boltvinik (1998): o *Mapa de la extrema pobreza*, do Instituto de Economia da Universidade do Chile, em 1975; a *Oficina de Planificación Nacional*, nos mesmos lugar e ano; bem como *Poverty in Argentina*, do Instituto Nacional de Censo e Estatística, de Buenos Aires, em 1984.

Mapear a pobreza implica traduzir questões que estão no escopo da sua discussão, quando relacionada a espaço. Essas questões resultam, não só de problemas particulares às abordagens da pobreza e do espaço, como também daqueles decorrentes da relação entre as duas abordagens. Neste sentido, boa parte dos mapas que têm sido feitos para a pobreza diz respeito mais a aspectos isolados dela. Quando tentam captar mais de um aspecto, o fazem para agregações muito grandes, geralmente para o âmbito nacional. Considerando apenas um aspecto, ou mais de um, poucos são os trabalhos que tomam como referência as regiões funcionais e não as políticas.

---

<sup>1</sup> Reproduzido em “Customs in Common”, Penguin Books, 1993.

Ao se mapear a pobreza para grandes regiões, percebe-se, em decorrência do que já foi dito, que há perda de poder explicativo dessa categoria. Simultaneamente, as regiões políticas não permitem perceber as determinações relacionadas ao contexto regional mais próximo ao lugar onde está localizada a pobreza, os *spillovers*, que não se restringem nem respeitam a divisão política do espaço físico onde ela ocorre.

A presente tese busca, diante disso, contribuir com o conhecimento da pobreza nos lugares onde ela ocorre.

Para tanto, são discutidas, inicialmente, as informações de contagem, localização e caracterização da pobreza, obtidas com o uso convencional da aplicação direta dos indicadores ao banco de dados. Em seguida, é demonstrado como o recurso para a Análise Exploratória de Dados Espaciais permite, não só uma maior identificação da pobreza no espaço (localização e caracterização), mas também a associação desta com as regiões funcionais econômicas.

São mapeados os percentuais de domicílios pobres nos municípios e microrregiões dos estados do Paraná e Sergipe, utilizando-se os micro dados do Censo de 2000 – pesquisa de maiores espaços amostrais para o âmbito dos municípios de um mesmo estado.

Os mapas de distribuição daqueles percentuais são usados para descrever tal distribuição e, depois, identificar adensamentos de percentuais semelhantes de domicílios pobres para verificar, estatisticamente, a significância daqueles agrupamentos. Tais reuniões, por proximidade espacial de municípios com percentuais semelhantes de pobreza são, então, usadas como referência para relacionar a pobreza com as atividades econômicas no mesmo espaço ou áreas semelhantes às mapeadas. As explicações são obtidas a partir da investigação da literatura econômica, possibilitando entender a divisão espacial do trabalho nos estados analisados. Tal leitura foi facilitada, no caso paranaense, pelo acesso à explanação feita por Rolim (2005). Para o caso sergipano, na falta de uma abordagem mais sistematizada utilizou-se de materiais que tratam da dinâmica e aspectos da economia sergipana, por setores.

Imprescindível, para o mapeamento da pobreza, é a definição clara do entendimento da pobreza que se está mapeando. Nesse sentido, o paradigma do Desenvolvimento Humano permite abordar a pobreza como algo multifacetado, ou seja, como tendo muitas dimensões. Todas elas identificadas com aquilo que restringe as liberdades humanas. Assim, renda, consumo e necessidades básicas, por exemplo, são entendidas, nessa abordagem, como

elementos de um mesmo fenômeno, a pobreza. Não sendo representantes únicos da pobreza, não são, nessa abordagem, conceitos concorrentes.

Assim, baseado na premissa de compatibilidade entre os conceitos, utiliza-se de indicadores diversos para quantificar, localizar e caracterizar a pobreza; indicadores esses que se mostram comunicáveis. Para tanto, a presente tese se beneficiou do conhecimento acumulado, no Brasil, sobre o tema pobreza e das novidades surgidas no tratamento do mesmo.

A literatura que versa sobre a pobreza, no Brasil, consolida uma vasta experiência, com o uso de linhas monetárias de pobreza, principalmente no trabalho de Rocha (2003). Esse trabalho, contudo, apresenta resultados para agregados mais amplos que o municipal. Isso acontece porque, à época, quando foi feito o referido trabalho, a autora não pôde se utilizar dos resultados do censo 2000, o que agora é possível. Outro aspecto problemático naquela pesquisa, como também bastante discutível, é que a linha de pobreza reflete as dimensões da pobreza estritamente relacionadas ao consumo de bens e serviços, assim entendido pela própria Sônia Rocha. Diante disto, e para tratar de outras dimensões da pobreza, este trabalho foi beneficiado pela elaboração do IPH feita por Rolim (2005) para os municípios, por ele denominado IPH-M.

Em conformidade com o que foi dito antes, a reunião dessas diferentes dimensões da pobreza, tratadas com aqueles diferentes indicadores – a linha monetária de pobreza e o IPH – foi possível depois de se aceitar a proposição de Boltvinik (1998), de que o IPH tem utilidades semelhantes às de uma linha de pobreza, tornando possível a comparabilidade entre os resultados obtidos com aqueles indicadores. Por isso, são feitos mapeamentos para aqueles dois critérios, ou seja, a linha monetária de pobreza e o IPH, bem como para um indicador que os relacione, sugerido nesta tese.

A escolha dos dois estados supracitados, por sua vez, foi feita de modo a extrair o potencial explicativo da abordagem utilizada. Isto porque, tendo os estados do Paraná e de Sergipe, características sócio-econômicas muito diferentes<sup>2</sup> e pouco relacionadas, o mapeamento da pobreza em cada um deles deve evidenciar diferentes influências das regiões funcionais econômicas sobre a natureza da pobreza.

---

<sup>2</sup> Uma tabela com dados comparados indicativos da diferença entre as estatísticas sociais e econômicas apresentadas nos dois estados encontra-se no anexo A.



Perceber as contribuições do uso isolado e o uso combinado de um critério de pobreza unidimensional (linhas de pobreza), e um de pobreza multidimensional (IPH) é um objetivo que secundariamente se persegue no presente trabalho. Esse objetivo acaba se desdobrando em outro, fomentado por aquilo que é dito por Schwartzman (2007), que diferentes métodos podem resultar em contribuições marginais à discussão da pobreza.

A tese está estruturada em seis capítulos.

No primeiro deles é feita a revisão bibliográfica sobre as abordagens do tema pobreza, apresentando-se a possibilidade de se verificarem algumas das suas dimensões, no relacionamento do espaço físico com a atividade econômica, não só como uma técnica de aproximação para o seu entendimento, mas também como algo previsto dentro de um paradigma teórico.

O segundo capítulo apresenta a metodologia empregada, esmiúça os conceitos, as ferramentas e os procedimentos utilizados, além de revelar os critérios adotados.

No terceiro capítulo é apresentada a contagem e caracterização da pobreza, por estado e suas microrregiões, sem o uso dos mapas. Revelam-se, então, os limites dessa abordagem convencional.

O quarto capítulo traz os mapas de pobreza para os estados do Paraná e Sergipe, descrevendo-se a distribuição dos percentuais de pobreza por entre os municípios e microrregiões, bem como identificando adensamentos de percentuais próximos. Uma vez caracterizados esses adensamentos – o que é feito no quinto capítulo – demonstra-se que o uso do mapeamento, combinado com a estatística espacial, fornece informações não perceptíveis com a mera contagem e caracterização da pobreza, feita como no capítulo anterior.

O sexto capítulo trata, como espaços econômicos, os espaços de adensamentos caracterizados no capítulo quarto, de modo que, da relação entre esses adensamentos e a economia, no espaço semelhante, extraem-se sugestões e explicações para a distribuição espacial da pobreza.

As conclusões, por fim, são apresentadas após o quinto capítulo.

## 2 ASPECTOS TEÓRICOS

### 2.1 APRESENTAÇÃO

Este capítulo trata da revisão da literatura, apresentando as principais abordagens referentes à pobreza, com vistas à construção dos fundamentos teórico-metodológicos que irão subsidiar a análise dos capítulos subseqüentes.

Parte-se do entendimento de que não existe uma teoria da pobreza, mas diferentes interpretações, que, ao longo da história, propuseram-se a explicar as suas causas ou determinantes.

A pobreza não é um fenômeno do sistema capitalista, mas é, sobretudo a partir do capitalismo, que as condições de vida da classe trabalhadora passaram a ser objeto de análise, numa perspectiva mais abrangente. Deste modo, é fundamental vincular o tema da pobreza à sua dimensão histórica.

Difusamente relacionadas à dimensão histórica, as abordagens da pobreza tomam corpo, alimentando-se dentro e através de tradições teórico-econômicas. Assim, a pobreza é entendida a partir de uma perspectiva de caráter geral, cujas determinações decorrem de condições estruturais e passageiras, que se manifestam de maneiras e formas distintas, em termos espaciais.

De modo particular, o capítulo procura situar o leitor a respeito das contribuições mais importantes no tocante à discussão da pobreza. Todavia, ressalta-se que, devido à própria dimensão e escopo do trabalho, trata-se de um recorte analítico, o que implica, de certo modo, numa escolha arbitrária das contribuições mais relevantes.

Procurou-se minimizar o risco de superficialidade da apresentação de algumas abordagens, com agrupamentos mais gerais de óticas, de modo que a revisão pudesse ser refletida com maior intensidade na análise dos capítulos seguintes. Nesse sentido, são apresentados os aspectos fundamentais das abordagens da pobreza. Concomitantemente às questões metodológicas subjacentes, as interpretações teóricas são expostas para serem tratadas, contudo, no capítulo posterior e este.

O capítulo está dividido em cinco tópicos, contando-se com esta apresentação. A seguir, trata-se do estado da arte na abordagem espacial inicial da pobreza, que se iniciou com o pioneirismo de Booth e Rowntree, na elaboração de mapas da pobreza, e no uso de linhas da pobreza.

O tópico seguinte trata dos conceitos de pobreza. As abordagens da pobreza são o assunto do quarto tópico.

No quinto e último tópico, são apresentadas as considerações sobre o capítulo.

## 2.2 O ESTADO DA ARTE NA ABORDAGEM ESPACIAL INICIAL DA POBREZA

### 2.2.1 O Pioneirismo dos Trabalhos de Booth e Rowntree e seus Legados

O estudo de Charles Booth<sup>3</sup>, além de ser um dos primeiros estudos empíricos a analisar a pobreza utilizando-se de indicadores e da elaboração de mapas, é o único que tem suas anotações iniciais e dados preservados até hoje.

O objetivo de Booth, nessa pesquisa, foi descrito por ele próprio da seguinte forma:

My object has been to attempt to show the numerical relation which poverty, misery and depravity bear to regular earnings and comparative comfort, and to describe the general conditions under which each class lives. (*apud* LLEWELLYN-SMITH, 1929, p. 530)

A pesquisa, feita para a cidade de Londres no período 1886-1903, é intitulada *Inquiry into Life and Labour of the People in London*. Essa pesquisa levantou informações de caráter quantitativo e descritivo sobre as causas da pauperização, além de características da pobreza. Investigou alimentação, vestuário, atividades de lazer, religião, privações e outras características que retratassem as condições de vida e de trabalho<sup>4</sup> da população laboral londrina, no ambiente da organização do comércio e da indústria. Também considerou os efeitos da migração nacional e internacional.

---

<sup>3</sup> Todo material resultante da pesquisa de Booth foi reunido pelo *Archives Division of the Library of the London School of Economics and Political Science*, que disponibilizou eletronicamente a reprodução de uma parte. Disponível em: <<http://booth.lse.ac.uk/static/a/index.html>>.

<sup>4</sup> Inclusive com informações específicas sobre as condições de vida e de emprego das mulheres.

Segundo Shepherd (2000), as variáveis estudadas por Booth podem ser agrupadas em condições de emprego, renda e condições de vida e sociais.

Resultaram da pesquisa – feita com a aplicação de questionários às pessoas e famílias, em domicílios, escolas, fábricas e associações – contagens, identificação e mapeamento das condições de vida e da pobreza. Os resultados foram publicados em dezessete volumes, que cobriram o período da pesquisa.

Os mapas elaborados por Booth foram por ele chamados de mapas da pobreza, apesar de apresentarem condições gerais de vida e modos de vida. Das três séries de mapas, apenas na segunda, publicada no segundo volume, Booth apresentou um mapa restrito à pobreza. Tratava-se, mais especificamente, de um mapa de percentuais de pobreza para a área urbana ou construída da cidade de Londres.

As características são levantadas para cada área previamente definida, geralmente associada, ou o mais próxima possível, a cada rua. Depois elas são combinadas, a partir do enquadramento das pessoas ou famílias classificadas como pobres, dentre as muitas questões a respeito. As características mais gerais apresentadas por essas combinações, finalmente, são associadas aos grupos hierarquizados de pobreza, de modo que se obtêm médias de condições de vida para cada rua, como apresentadas à figura 01<sup>5</sup>.

A maioria dos mapas de Booth é feita para representar as condições médias de vida prevalentes em cada rua.

O mapa de percentuais da pobreza é feito para as pessoas, sob os mesmos procedimentos de enquadramento, nas mesmas classes de pobreza consideradas para as ruas. A diferença reside em ter sido tomada a classe intermediária – púrpura, no mapa à figura 01 – como referência. A partir dela, juntamente com as classes que estão acima, no mapa, são identificadas as pessoas pobres. É nesse sentido que é empregado por Booth, pela primeira vez, o termo “linha de pobreza”, ou seja, *threshold*, que separa dois conjuntos hierarquizados de características prevalentes de assuntos pesquisados para identificar as condições de vida. Esse *threshold* é aplicado para pessoas em um espaço estatisticamente significativo, que forma 134 áreas, criadas a partir dos distritos originais de Londres, com 30.000 pessoas cada uma.

---

<sup>5</sup> Ordenados, como no mapa da figura 01 – de cima para baixo –, os grupos de características compõem uma escala decrescente da pobreza.

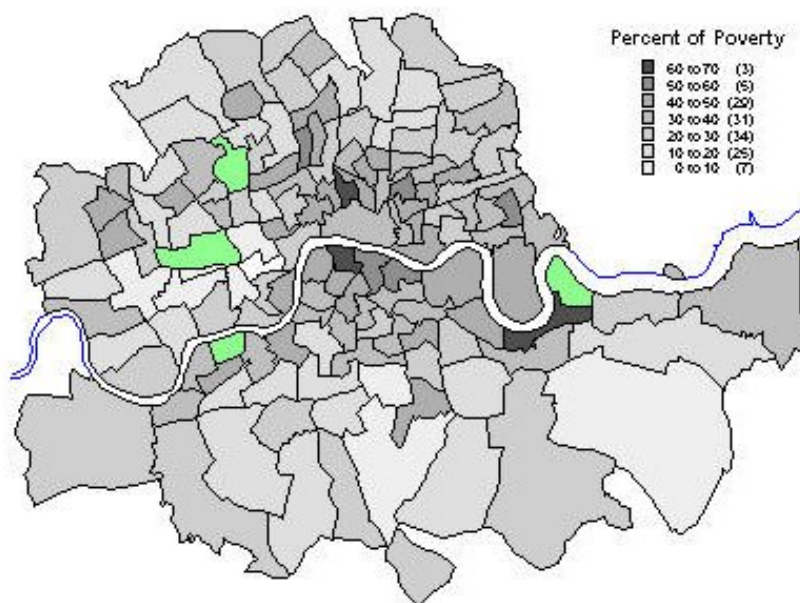
Conforme pode ser visto nos mapas às figuras 01 e 02, é revelada uma preocupação em registrar o adensamento espacial das características das condições de vida, levantadas por ruas e vizinhanças (figura 01), e dos percentuais de pobreza (figura 02)<sup>6</sup>. Preocupação essa que é manifestada desde o enquadramento de cada rua em classes de características prevaletentes de seus domicílios, até o uso de gradiente nas cores.



**Figura 01 – Mapas das condições de vida da população trabalhadora de Londres (detalhe) (1889-1890).**

Fonte: Archives Division of the Library of the London School of Economics and Political Science e University of London Library. Disponível em [http://booth.lse.ac.uk/cgi-bin/do.pl?sub=view\\_booth\\_and\\_barth&args=531000,180400,6,large,5](http://booth.lse.ac.uk/cgi-bin/do.pl?sub=view_booth_and_barth&args=531000,180400,6,large,5)

<sup>6</sup> Tanto o mapa das condições gerais de vida, quanto o mapa da pobreza apresentados foram adaptados com recursos atuais de cartografia e software, por seus autores, citados à referência de cada mapa.



**Figura 02 – Mapa da pobreza dentro a população trabalhadora de Londres (1889-1890)**

Fonte: Middlesex University Business School. Disponível em <[http://mubs.mdx.ac.uk/Staff/Personal\\_pages/Ifan1/Booth/zonemap.htm](http://mubs.mdx.ac.uk/Staff/Personal_pages/Ifan1/Booth/zonemap.htm)>

Inspirado na análise de Booth, o nutricionista Benjamin Seebohm Rowntree, em estudo feito para York, intitulado *Poverty, a Study of Town Life* e publicado em 1901<sup>7</sup>, trabalhou com uma linha de pobreza. Para tanto, o referido autor introduziu, na pesquisa sobre a pobreza, o conceito de condições mínimas de sobrevivência baseado em quantidades de nutrientes. Coerente com tal preocupação, Rowntree formaliza, no capítulo 4 do citado livro, uma linha de pobreza diferente daquela de Booth. Trata-se de uma linha monetária, que equivale, segundo o próprio Rowntree (1901, p. 87), à “renda requerida por famílias de diferentes tamanhos para prover o mínimo de alimentação, vestuário e moradia necessários para manutenção meramente da saúde física”<sup>8</sup>. Com base nessa linha, o autor chama de pobreza primária aquela na qual a renda familiar está abaixo da linha de pobreza. Chama de pobreza secundária, por sua vez, aquela na qual a família tem renda superior à requerida para os gastos mínimos, mas, seus gastos supérfluos (tais como com bebida alcoólica) abateriam essa renda para aquém da linha de pobreza.

<sup>7</sup> Partes do livro estão disponíveis, com permissão, pela Universidade de Glasglow. Disponível em: <http://www2.arts.gla.ac.uk/History/ESH/rowntree/contents.html>.

<sup>8</sup> A renda tratada era a obtida por toda a família durante uma semana, inclusive de crianças mais velhas. A comparação era feita entre a renda da família observada e a renda mínima requerida para uma família de mesma composição.

As investigações de Booth e Rowntree apresentam os elementos que caracterizarão os trabalhos semelhantes que lhes sucederão, quais sejam, a localização, as características e a identificação, bem como a quantificação da pobreza.

As pesquisas supra tratadas também representam uma abordagem da pobreza que perduraria, pelo menos, até meados do século XX.

Para entender o significado que teve o contexto histórico de quando os estudos de Booth e Rowntree foram feitos – e que terá implicações para as conclusões às quais se chegará mais adiante –, adotar-se-á a explicação de Castel (1998).

À época de Booth e Rowntree, e por boa parte do quarto final do século XIX, assistira-se, segundo Castel (1998), ao movimento de tutela da pobreza, seja estatal, como no caso inglês, seja por parte de banqueiros, industriais e igreja, como no caso francês. Para entender essa tutela é necessário saber que a segunda revolução industrial, ocorrida em meados do século XIX, ao trazer consigo a concentração industrial e a mecanização manufatureira, gerara, conforme Buret (*apud* CASTEL, 1998, p. 286), o problema da instabilidade do trabalho, ausência de qualificação, alternâncias de emprego e não-emprego, bem como o desemprego.

Não bastasse a falta de segurança, garantia e proteção do trabalho, decorrentes dos problemas acima citados, no entendimento de Buret a grande indústria desmantelara; conforme se depreende de Castel (1998), a organização do trabalho, associada à economia doméstica – na qual “a divisão das tarefas se realiza no seio da unidade familiar” (CASTEL, 1998, p. 295) – em prol de uma nova organização do trabalho, que permitira a dissociação familiar e o êxodo rural.

Como conseqüência da combinação dos processos acima mencionados, boa parte da população trabalhadora passou à condição de marginalizada, quanto às condições de vida, embora estivesse, centralmente, inserida no aparelho produtivo e no cerne da dinâmica de modernização. Essa situação contraditória é uma nova forma de pobreza, chamada de pauperismo.

Ainda segundo o entendimento de Castel (1998), até então a pobreza se manifestava na desterritorialização dos indivíduos à margem da sociedade. Estes, não se enquadravam na forma proletária com que se caracterizava a proto-indústria familiar, e, diante das leis dos pobres tornavam-se vagabundos, e, conseqüentemente, indigentes.

A nova forma da pobreza assustara aquela parte da sociedade mais abastada, à época<sup>9</sup>. Também deixava às claras o insucesso do discurso liberal que sustentara o avanço da indústria, e já houvera sido usado no desmanche de parte significativa do aparato estatal de assistência ao vagabundo pobre, que fora criada a partir da idéia de direito à subsistência. Dessa idéia, inclusive, já houvera surgido o auxílio em dinheiro, enquanto um rendimento mínimo garantido, desde o final do século XVIII – quase dois séculos depois da segunda Lei dos Pobres, de 1601 – para atender a todos os miseráveis, indistintamente.

Foi, conforme pode ser depreendido da leitura de Castel (1998), Townsend (*apud* RIO GROUP, 2006) e Rosanvallon (1984), na passagem da proto-indústria para a grande indústria, que se criaram condições para a abordagem da pobreza na forma como fizeram Booth e Rowntree.

Townsend (*apud* RIO GROUP, 2006) enfatiza como um problema que estaria na base do período de tutela, o aumento dos custos das leis dos pobres, depois da revolução industrial, em meados do século XIX. Esse aumento se deu na forma de elevação de custos, despendidos pelo aparato estatal com mantimentos e com regulação, mesmo depois de, conforme Rosanvallon (1984), aquela nova lei ter imposto condições menos atraentes à vida mantida com a assistência social do que com o assalariamento. Tal imposição pode ser entendida como manifestação concreta da insustentabilidade da assistência universal aos pobres, em meados do século XIX, diante da pauperização que se alastrara<sup>10</sup> entre aqueles que ficavam desempregados. Essa forma concreta, conforme Castel (1998), resistiu à pressão exercida pela prevalência da defesa, até então, de um modelo de desenvolvimento baseado no liberalismo. Pressão essa feita, principalmente, por Malthus, mas também por Ricardo, e, parcialmente por Adam Smith, dentre outros. Das teses dos autores citados depreendia-se a indicação das proteções sociais, enquanto responsáveis por tornar ineficiente o mercado de trabalho e serem, assim, prejudiciais à expansão das indústrias.

Portanto, se a assistência legal à pobreza, naqueles moldes, mostrava-se financeiramente exaurida, também o liberalismo revolucionário do século XVIII – que serviu à defesa da generalização e expansão da produção fabril e, conseqüentemente, à geração de

---

<sup>9</sup> O próprio Booth, que começou sua pesquisa por desconfiar que o percentual de pobres na população apresentado pelo Censo estava muito alto, e que acabou por apresentar números sucessivamente maiores do que aqueles que ele próprio questionara, pode ser tomado como representante desse medo no meio da sociedade mais abastada.

<sup>10</sup> Estimada, por Booth, em quase 40% da população de Londres.



emprego e renda – não servia como resposta, visto que a geração de emprego e renda, depois do fim do sistema de privilégios – entendidos como barreiras ao livre comércio e desenvolvimento da indústria – não fora suficiente para sequer reduzir a pobreza. Esgotava-se, assim, o modelo de gestão da pobreza, aplicado desde a primeira Lei dos Pobres, ainda no século XVI, que evoluíra, anteriormente, de uma lógica da caridade estrita até o assistencialismo legal, que buscava o enquadramento forçado do pobre ao trabalho na indústria.

Conforme entende Townsend (*apud* RIO GROUP, 2006), o esgotamento financeiro da assistência estatal à pobreza justificou demandas – principalmente no caso inglês – por pesquisas que viabilizassem a determinação de critérios de elegibilidade, para que famílias fossem atendidas nos programas da Lei dos Pobres, de 1834, com base naquilo que fossem considerados patamares de mínimo necessário à manutenção física dos pobres. Nesse sentido, os estudos de Rowntree e os de Arthur Lyon Bowley teriam sido exemplos que resultaram daquela demanda. Bowley, saliente-se, inovou ao se utilizar de técnicas de amostragem para enriquecer os trabalhos de Rowntree com dados estatísticos<sup>11</sup> e, depois, juntamente com Roy George Douglas Allen, escreveu sobre orçamentos de gastos das famílias.

Dada a incapacidade de o sistema legal suprir com assistência social à pobreza, e, diante da instabilidade social, potencializada com a presença do pauperismo, surgiram movimentos de elite nos quais os próprios patrões adotavam medidas assistenciais em benefício dos trabalhadores pobres, fornecendo-lhes, voluntariamente, serviços não previstos no contrato salarial. Tais movimentos tinham em sua base comum a proposição de elevar os mais abastados ao papel de zelosos da humanidade e do bom funcionamento da sociedade. Pressupunha, assim, um contrato social aos moldes de Guizot<sup>12</sup> e não de Rousseau, visto que a relação social considerada, agora, devia acontecer entre sujeitos diferentes (capacitados e não-capacitados).

Castel (1998, p. 330), conforme visto abaixo, chama a atenção para o fato de que essa gestão tutelar da pobreza era plenamente compatível com o liberalismo, à medida que não o ameaçava.

---

<sup>11</sup> Cujo corolário foi a publicação, em nove volumes, entre 1930 e 1935 de *New Survey of London Life and Labour*.

<sup>12</sup> A teoria das capacidades de Guizot, segundo Castel (1998), encontra na democracia representativa a forma de uma ordem social que tem na sua essência a superioridade de uns com relação a outros, sentida e aceita, com o que se legitimaria o contrato social.

O restabelecimento da saúde, a melhoria da habitação, donativos em situação de miséria, até mesmo meios de educação, lazeres saudáveis e também subsídios de invalidez, apoio para as viúvas ou os órfãos de operários etc., podem ser distribuídos numa outra lógica, distintas da do lucro sem, no entanto, contradizê-la.

Essa tutela, em termos da assistência ao trabalho em situação de pobreza<sup>13</sup> e, portanto, intrinsecamente relacionada ao mundo do trabalho, não poderia conviver com o liberalismo. Isto porque tal convivência se assentava em uma frágil política, sem Estado, na medida em que se fortaleciam as identidades de classes e se acumulavam as resistências ao assistencialismo voluntário. Essa contradição já se manifestava nos trabalhos de Rowntree.

Após sua primeira pesquisa – que talvez estivesse mais condizente com a restrição financeira da gestão estatal da pobreza – Rowntree demonstrou a percepção de que havia uma relação entre os benefícios destinados ao trabalhador e o aumento da produtividade. Isso pode ser notado, tanto em seu relatório à pesquisa encomendada sobre as condições rurais na Grã-bretanha, intitulado *The Land*, publicado em 1913<sup>14</sup>, quanto em seus livros *The Human Needs of Labour*, de 1918 e *The Human Factor in Business*, de 1921.

No primeiro daqueles livros Rowntree sugere o estabelecimento de um salário mínimo e benefícios a famílias. No segundo, o autor defende que os empresários adotem sistemas democráticos dentro de suas fábricas, tais como conselhos de trabalho. Em todas essas publicações há uma tese em comum: a de que trabalhadores saudáveis e bem alimentados seriam, também, trabalhadores eficientes; assim como, empregadores que beneficiassem seus empregados estariam contribuindo para a economia nacional.

As ações sugeridas por Rowntree foram aplicadas por ele na fábrica de sua propriedade e estavam na base de sua influência, para que fossem promulgadas leis sociais de assistência ao trabalho, sob a direção e regulação estatal. Não é, portanto, sem motivo, que Rowntree ficou conhecido depois como “Einstein do bem-estar”.

A nova gestão da pobreza, de caráter moral e tutelar, à medida que não oferecia riscos ao liberalismo e permitia vislumbrar não só o controle do trabalho, como também os retornos lucrativos dos benefícios à pobreza, a um só tempo prevenia a convulsão social e permitia que

---

<sup>13</sup> Castel afirma não adotar a sociologia do trabalho, mas “a análise de uma relação com o trabalho veio ocupar um lugar cada vez mais importante nesse livro” e “a análise de uma relação com o trabalho [...] representava um fator determinante para recolocá-las (as situações sociais problemáticas) na dinâmica social que as constitui”. (CASTEL, 1998, p. 23 e 24).

<sup>14</sup> Nessa publicação, Rowntree sugere o aumento do número de pequenos agricultores, como forma de aumentar a produtividade das terras.

se sedimentasse a organização do trabalho. Assim, a assunção, pelos empresários, do cuidado em amenizar a pobreza, restabelece o *status quo*.

Cabe considerar que a tutela da pobreza permitiu a reativação de muitas práticas assistenciais deixadas de lado pelo governo, sempre, como consideradas por Castel (1998), de maneira insuficiente e complementar à iniciativa empresarial.

As linhas monetárias de pobreza, como patamares de necessidades mínimas, passaram, desde o trabalho de Rowntree, a ser usadas na tutela da pobreza, e, depois, nos programas de garantias sociais, como critério para atribuir-se salários e benefícios aos trabalhadores. Tal critério assumia a forma de necessidades físicas de comer, vestir e habitar, para os países mais ricos; e, apenas comer, para os países mais pobres, conforme Townsend (*apud* RIO GROUP, 2006).

Os trabalhos de Booth e Rowntree deixaram como legado a técnica de mapeamento temático da pobreza, a partir de características diversas, observáveis com relação a uma linha de pobreza. Ao tratar a pobreza em termos de comparabilidade espacial de condições de vida, Booth também deixava para a posteridade a possibilidade de se discutir tais condições e as influências da vizinhança sobre a mesma. Este trabalho está mais relacionado à primeira consideração e, apenas indica possibilidades para se investigar, em trabalhos futuros, o conhecimento das influências exercidas pela vizinhança.

## 2.3 CONCEITOS DE POBREZA

### **2.3.1 Pobreza Relativa como Primeiro Conceito Diferente de Pobreza e a Controvérsia que Gerou**

Para Townsend (*apud* RIO GROUP, 2006, p. 16), as privações resultam da pobreza. Esta, por sua vez, resulta da falta de renda e de outros recursos para as pessoas, ou impedimento de que as pessoas obtenham o que precisam. Isto porque, com tais recursos, as pessoas obteriam, conforme o entendimento do referido autor, as condições de vida com as quais poderiam participar normalmente da vida social (seguir as regras, participar do convívio social e seguir o comportamento padrão que se espera de alguém na sociedade).

As privações mudariam, segundo Townsend (1979), no tempo e no espaço, em função daquilo que é produzido por cada sociedade. Como observado pelo próprio Townsend (*apud* RIO GROUP, 2006), os indivíduos são dependentes da maneira como as utilidades e facilidades, fornecidas como condições de vida, são socialmente elaboradas; de forma que a quantidade, o tipo e o custo das mesmas dependem das regras sociais, dos costumes e da maneira como cada sociedade as produz. Se as privações são de âmbito social, então a linha monetária referenciaria limiares relativos.

Townsend (1979)<sup>15</sup> formulou, assim, as idéias de que a pobreza é algo relativo e que ela se apresenta em múltiplas formas. A primeira dessas proposições contrariou o tratamento da pobreza em termos de subsistência, ou pobreza absoluta, e, conseqüentemente, colocou em questão o significado de linha de pobreza, ambos aceitos de forma prevalecente, desde Rowntree. O conceito de pobreza absoluta poderia ser substituído, segundo Townsend (*apud* RIO GROUP, 2006, p. 19), pelo conceito de pobreza extrema ou severa, pois pesquisas à sua época apontavam nesse sentido.

A formulação do conceito de pobreza relativa, assim como a menor importância dada por Townsend à pobreza absoluta, não ameaçaram o uso da linha de pobreza-renda. Em seu trabalho, de 1979, Townsend sugere a necessidade de se definir objetivamente uma linha de pobreza relacionada aos resultados da pesquisa, cujo relatório era aquela publicação. Mais especificamente, uma linha que dissesse respeito ao ponto da linha de renda monetária abaixo, da qual os índices de privação, estimados por ele e sua equipe, cresciam abrupta e significativamente. Para isso, seria necessário, segundo o autor tratado e em coerência com sua formulação de pobreza relativa, que a medição monetária incluísse, tanto as formas de renda, quanto o que pode ser equivalente a ela. Desse modo, estariam representados os recursos com os quais as pessoas poderiam obter as condições de vida. Ao mesmo tempo, seria necessário definir a esfera com relação à qual as privações seriam entendidas.

Essa tentativa é reiterada em seu trabalho, de 1993, no qual sugere ser possível estimar-se uma linha objetiva de pobreza a partir de uma técnica. Essa técnica consistiria em considerar renda e privações como relacionadas e supondo-se existirem dois grupos sociais, um dos quais sofre de privações múltiplas e outro menos. O nível de renda que separa os dois grupos, se objetivamente encontrado, seria a linha de pobreza. Desse modo, Townsend

---

<sup>15</sup> Publicação de uma pesquisa da qual Townsend esteve à frente, em um trabalho muito semelhante ao que fora feito por Rowntree

defendia uma linha de pobreza que não seria previamente determinada e que seria estabelecida especificamente para cada sociedade.

A ameaça ao entendimento de se definir objetivamente a pobreza não ficaria sem resposta.

Sen (1981) questiona se a pobreza seria estimada com uma linha que referenciasse, abaixo dela, a pobreza absoluta, à semelhança do que foi feito por Rowntree, ou o padrão de vida comum ao país considerado, como sugerido por Townsend. Essa questão dá continuidade à crítica que o próprio Sen levanta ao subjetivismo, representado na posição de Townsend, em seu trabalho do mesmo ano, no qual diferencia as abordagens da pobreza em welfarista e não-welfarista. Sen (1979) defende a possibilidade, necessidade e prioridade da definição aprioristicamente objetiva e impessoal da pobreza, o que é criticado por Townsend (1979) na sua defesa de uma definição relativa à pobreza.

Abre-se, então, uma controvérsia, que é reconhecida pelo próprio Townsend (1993)<sup>16</sup>.

Piachaud representa a mais forte crítica à linha de pobreza, e, ao mesmo tempo, a defesa mais radical do conceito de pobreza enquanto fenômeno estritamente relativo. Como citado pelo próprio Townsend (1993, p. 119), Piachaud (1981) diz que a tentativa de Townsend, de encontrar uma medida objetiva da pobreza, enquanto relativa, não só seria destinada ao fracasso como seria errada.

Dependente de julgamentos de valores, a pobreza (relativa) jamais seria mensurável, não se podendo, portanto, chegar à sua medida através de agregação, extrapolação ou estimação. Seria encontrado pelos cientistas, segundo Piachaud, não a pobreza, mas distribuições de algo que servisse de *proxy* à pobreza. A análise, então, remeteria à desigualdade na distribuição desse algo e não à pobreza em si. Nesse sentido, desigualdade não poderia ser confundida com pobreza.

Sen (1981), por seu turno, defende o conceito de pobreza absoluta e de sua mensurabilidade objetiva. Segundo o referido autor, haveria necessidades físicas universais dos indivíduos, à medida que as condições físicas dos mesmos precisariam ser mantidas. Essas necessidades deveriam, segundo ele, ser priorizadas com relação às demais condições

---

<sup>16</sup> Townsend (*apud* RIO GROUP, 2006) reconhece a existência dessa controvérsia e de seu envolvimento nela e Desai (1986) a sistematiza.

sociais. Diante disso, o autor sustenta que a discussão sobre a pobreza relativa seria um suplemento da discussão sobre a pobreza absoluta.

O. Altimir (*apud* BOLTVINIK, 1998), mais próximo ao pensamento de Townsend, em seu trabalho de 1979 e do trabalho de Piachaud (1981), critica Sen, considerando que qualquer que seja a idéia de condições de sobrevivência, a pobreza seria sempre a percepção social dos direitos humanos. Assim, a pobreza absoluta deveria ser entendida como a parte fixa do padrão de vida socialmente estabelecido. De modo que a pobreza relativa, ao contrário do que acharia Sen, seria não um suplemento, mas a base da pobreza absoluta.

Townsend (*apud* RIO GROUP, 2006), por sua vez, reiterando sua definição de pobreza relativa, acrescenta à controvérsia outro problema, afirmando que as proposições de Sen não levariam em conta as conseqüências que possíveis políticas de “rações mínimas” teriam para o Estado e para uma sociedade industrial. Ademais, por julgar que a abordagem de Sen está calcada no indivíduo e suas necessidades, considera-a uma forma sofisticada de abordagem neoclássica, que, como tal, desconsideraria a construção social das necessidades.

Essa discussão aplica-se à pesquisa prática, conforme defende Ravallion (1992), uma vez que o mero uso de formas diferentes de um indicador, como, por exemplo, se a linha de pobreza é considerada em termos reais ou não, pode fazer com que ela referencie conceitos diferentes. Nesse caso, uma linha de pobreza em valores constantes, ou corrigida da inflação, poderia indicar a forma absoluta da pobreza, à medida que privilegia a manutenção da quantidade de bens que ela referencia. Uma linha calculada com os preços de mercado dos itens de uma cesta indicaria, por sua vez, sua forma relativa.

O mesmo Ravallion (1992), porém, talvez seja o primeiro a considerar que as abordagens welfarista e não-welfarista, mantidas suas divergências e contrastes, podem ser combinadas.

Essa possibilidade tem seus traços na alteração do entendimento sobre o assunto em Sen (1984), quando considera a pobreza enquanto absoluta, com relação às capacidades, e relativa, com relação aos bens e características. Essa distinção parece permitir ao autor tratado criticar O. Altimir, por este não distinguir entre o espaço das necessidades e o espaço dos bens e serviços.

O entendimento de Townsend, sobre o caráter único da pobreza (ser relativa), por sua vez, não obscurece sua compreensão de que deve haver prioridades no tratamento da pobreza. “[f]urthermore, and unfortunately, there are many countries in which large parts of the

population go hungry and experience subsistence-related deprivations and where some elementary basic needs continue to be left unaddressed.” (TOWNSEND, 2006, p. 23)

### **2.3.2 Necessidades Básicas: uma Definição em Largo Espectro da Pobreza**

Dentre os conceitos de pobreza, surgidos no final da década de 1970, destaca-se o das necessidades básicas.

Embora Ravallion (1992) e Rocha (1998), dentre outros, atribuam a origem dessa abordagem a Rowntree, Fukuda-Parr (2002), chama a atenção para o fato de que Mahbub ul Haq, Paul Streeten e Francis Stuart trabalharam no desenvolvimento dessa abordagem em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Formatada por esses últimos autores – a exemplo de Streeten *et al* (1981) – a abordagem das necessidades básicas diz respeito às necessidades de homens, mulheres e crianças, em seu mais amplo espectro, envolvendo aspectos materiais, psicológicos e sociológicos. As pessoas, como foco dessa abordagem, devem ser supridas com bens, serviços, leis e o que for preciso, para que suas necessidades sejam atendidas, atendimento esse que se concretiza na reforma agrária, serviços públicos, crédito; comportamento das pessoas e instituições com relação às vulnerabilidades humanas, tais como, as da mulher em sociedades dominadas por homens e de grupos de riscos, a exemplo de populações em áreas propensas a catástrofes da natureza.

Nessa abordagem, portanto, a pobreza é entendida não só como falta de renda, mas, também, de acesso à saúde, educação e outros serviços, bem como de participação política.

Streeten (2003, p. 11) chama à atenção para a questão da abordagem das necessidades básicas, que não pode ser confundida com “uma receita de ‘contar, custear e entregar’ – contar os pobres, custear o pacote e entregá-lo ao público-alvo”. Esse conceito, que, segundo o mesmo autor (2003, p. 9), “serviu para ressaltar a preocupação fundamental do desenvolvimento humano, que é a dos seres humanos e suas necessidades”, só poderia ser utilizado, conforme ele mesmo relata, sob um conceito de desenvolvimento que tivesse ao centro o ser humano.

Esse entendimento de Streeten, contudo, nem sempre corresponde ao uso que de fato se fez do conceito de necessidades básicas, conceito este que pode ser usado em contextos

outros, cujo foco seja, por exemplo, o crescimento, ou aspectos específicos do bem-estar. Quando isso acontece é comum cair-se no falso dilema de se ter de escolher, dentre as necessidades básicas, aquelas que são relevantes para o estudo. As interpretações das necessidades básicas, apresentadas por Lok-Dessallien (1998), Maxwell (1999), Townsend (*apud* RIO GROUP, 2006), Schwartzman (1977) e Rocha (2003) refletem o tratamento dado às mesmas pela literatura, geralmente como uma abordagem parcial dentro de outra abordagem. Lok-Dessallien (1998) entende necessidades básicas enquanto um conceito comunicável com o de pobreza absoluta.

Schwartzman (1997), por sua vez, diz que as necessidades básicas representam uma vertente da abordagem da pobreza absoluta. Já Rocha (2003, p. 20), considera que as necessidades básicas traduzem o caráter multidimensional da pobreza e o reconhecimento da inter-relação entre as diversas carências. Considera que a renda, assim como as necessidades básicas, só se encontrariam sob uma mesma abordagem quando aplicadas a lugares onde pobreza absoluta e relativa convivessem, como seria o caso do Brasil. Dessa forma, elas poderiam ser usadas de maneira complementar, como o fez a referida autora, em seu trabalho de 2003.

Para Townsend (*apud* RIO GROUP, 2006), o conceito de necessidades básicas enriqueceria o de pobreza, aproximando-o de seu sentido único, para ele, de pobreza relativa, à medida que acrescentava, às necessidades físicas do conceito de pobreza absoluta, o reconhecimento das necessidades sociais. É interessante notar-se como a definição de necessidades, nesse autor, está intrinsecamente identificada com o consumo, o que é representativo dos demais autores: “[p]hysical needs turn out, upon examination, to be subject to rapid change because of shifts in patterns of activity and the social construction of successive forms of material consumption” (TOWNSEND, 2006, p. 19).

### **2.3.3 Avanços Conceituais Recentes**

Nos anos 1980 também foram muitas as inovações no conceito de pobreza, conforme entendido por Maxwell (1999). Este autor destaca, como principais inovações ao conceito de pobreza, as seguintes: a) a incorporação de aspectos não-monetários, principalmente no tocante à participação, com problemas de falta de poder participativo e isolamento (político),



cujo principal representante seria Robert Chambers<sup>17</sup>; b) vulnerabilidade a riscos previstos, o que levanta a necessidade de um “colchão” de ativos e relações sociais, ao que, segundo Maxwell (1999) são relativos aos conceitos de “economia moral” e “capital social”; c) sustentabilidade das condições de vida, com relação ao meio ambiente, cujo principal representante seria a *Brundtland Commission on Sustainability and the Environment*; d) problemas de relações de sexo/gênero, inicialmente contemplando só mulheres (*Women in Development – WID*), para depois contemplar os dois sexos como referência (*Gender and Development - GAD*).

## 2.4 AS ABORDAGENS DA POBREZA NO SÉCULO XX

### 2.4.1 Pobreza, Crescimento Econômico e América Latina

Townsend (*apud* RIO GROUP, 2006) considera como primeira concepção de pobreza (cronologicamente) a de subsistência, que teria sido iniciada, segundo ele, por Rowntree. Até meados dos anos 1940 essa concepção teria prevalecido, praticamente, sem uma concepção alternativa ou concorrente.

Essa ênfase na concepção da pobreza meramente em termos de subsistência também é mencionada por Maxwell (1999).

Schwartzman (1997), por sua vez, sugere que qualquer forma de discussão sobre a pobreza fora ofuscada no início do século XX, pela discussão do crescimento econômico, para ser retomada nas décadas de 40 e 50 nos países da América Latina, na forma de estudos da marginalidade. Estudos esses caracterizados pelo referido autor enquanto processos sociais referenciados na acumulação, ou na ética e moral, ou na cultura.

Esse entendimento, de que a concepção de pobreza até meados dos anos 1940 foi a mesma adotada desde o final do século anterior, mais especificamente, desde os trabalhos de Rowntree, encontra em Thorbecke (2000) uma conotação de maior importância. O referido autor observa que o crescimento tornou-se, até a década de 1950, o principal objetivo das políticas econômicas dos países menos desenvolvidos. Tais políticas eram justificadas não só

---

<sup>17</sup> Maxwell (1999) não cita a bibliografia de Chambers.

pela crença no crescimento econômico e de que esse crescimento seria suficiente para eliminar a distância dos países mais desenvolvidos, mas – no que diz respeito à presente tese – que as desigualdades sociais e de renda, dentro do mesmo país, também seriam corrigidas.

It was widely believed that through economic growth and modernisation per se, dualism and associated income and social inequalities which reflected it, would be eliminated. Other economic and social objectives were thought to be complementary to - if not resulting from - GNP growth. Clearly, the adoption of GNP growth as both the objective and yardstick of development was directly related to the conceptual state of the art in the fifties (THORBECKE, 2000, p. 20).

Depreende-se, de Sen (1998), que os modelos de crescimento de então propunham um inevitável *trade off* entre produtividade e bem-estar imediato, de modo que quaisquer que viessem a ser as medidas de curto prazo para diminuir a pobreza, nas primeiras etapas de desenvolvimento, mesmo que fossem para acelerar possíveis redistribuições de benefícios desse crescimento, redundariam em obstáculos à continuidade do processo. Consequentemente, também inviabilizariam novas etapas superiores de desenvolvimento e de distribuição de seus benefícios no futuro.

Diante disso, a pobreza passava a ser entendida como uma situação aceitável, no curto prazo, e cuja solução decorreria, no longo prazo, do crescimento econômico.

Depois de 1945 a discussão sobre a pobreza, em termos de subsistência, foi retomada a partir do trabalho de Beveridge, conforme afirma Townsend (*apud* RIO GROUP, 2006), e tomou impulso com a adoção do referido trabalho por agências internacionais, tais como o Banco Mundial.

Nos anos 50, porém, o debate sobre a pobreza, em função da discussão sobre crescimento e distribuição, foi intensificado, o que teria acontecido, segundo Sen (1998), depois do trabalho de Tinbergen (1956) e outros.

Nas diferentes versões da Teoria da Dependência, a industrialização é entendida como não tendo eliminado a dependência, perpetuando-se, com ela, o subdesenvolvimento, apesar do crescimento econômico.

A Teoria da Dependência chegara aos mesmos diagnósticos das primeiras teorias estruturalistas do subdesenvolvimento periférico, baseadas, como foram, nos conceitos de “centro-periferia” e “deterioração dos termos de troca”. Diferentemente de sua antecessora, encontrara como eixo, agora, a necessidade de mudanças na estrutura social, de forma a absorver a mão-de-obra e redistribuir renda, especialmente através de uma reforma agrária. Nesse sentido, a incapacidade de absorver mão-de-obra, entendida nos textos dos anos de

1950 como sendo motivada pela insuficiência de poupança e utilização de tecnologias intensivas de capital, dá lugar, com a Teoria da Dependência, conforme afirma Bielschowsky (2000), à análise do uso social do excedente potencial. Isso implicaria uma mudança radical no entendimento cepalino, do que era a questão agrária. Na primeira fase, a migração rural-urbana era entendida como motor do crescimento econômico. Já na segunda, o acesso do camponês à terra deveria ser um objetivo primordial no planejamento nacional, de modo a permitir o acesso às tecnologias com as quais aumentariam sua produtividade e se firmariam na terra, evitando a marginalização urbana. Junto a isso, seria necessária uma ampla reforma patrimonial, financeira, tributária, educacional e tecnológica, bem como a recuperação da democracia nos países tomados pela ditadura militar.

Diferentemente do que postulavam os modelos de crescimento econômico, as evidências à década de 1970 mostravam que a economia não redistribuía renda a partir de seu crescimento continuado. Problemas de toda ordem surgiram no seio das sociedades: o crescimento da população superou o do emprego; a migração para as cidades tornou-se um problema permanente e os salários não funcionavam como variáveis de ajuste da economia, como previstos nos modelos, por conta da rede de proteção social, sindicatos e heranças coloniais e históricas.

Para os países em desenvolvimento, parece ser sintomático, nesse sentido, o fato de Gunnar Myrdal substituir o uso do conceito de emprego pelo de “utilização do trabalho”, aplicado a uma população, geralmente de países em desenvolvimento, para a qual a situação de emprego não correspondia à de trabalho. Nessas economias, por exemplo, mesmo depois de várias intervenções da Organização Mundial do Trabalho, por meio do Programa Mundial de Emprego, desde 1969, a subsistência revelou-se tão ou mais importante do que o emprego, conforme Streeten (2003). A pobreza e o emprego de baixa produtividade eram problemas mais graves do que o desemprego. Diante disso, as ações para promover o emprego mostravam-se, frequentemente, conflitantes com a diminuição da pobreza ou ineficazes para sua redução.

O livro “Distribuição com Crescimento”, publicado em 1974 para o Centro de Pesquisa de Desenvolvimento do Banco Mundial e para o Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade Sussex, parece refletir a discussão que se processou nessa época e que pode ter suscitado o “fermento conceitual” sugerido por Kanbur (2002). Colocavam-se em mão dupla questões sobre a relação entre pobreza e crescimento. Questionava-se se as medidas convencionais de crescimento eram preconceituosas com o

pobre; a possibilidade de introdução de estratégias redistributivas combinadas com estratégias de crescimento; a possibilidade de identificação de grupos de pobres e torná-los alvos de estratégias para reduzir a pobreza, dentre outras. Como observa Streeten (2003), as respostas apresentadas àquele livro se referiram mais às questões de elevação das rendas mais baixas e se utilizaram do índice de Gini, que não permite discutir a situação dos grupos que o compõem, em termos de redistribuição, mobilidade ou igualdade entre eles.

A conjuntura desfavorável da redistribuição de renda no período que se seguiu ao primeiro choque do petróleo, nos países ricos, e de rápido crescimento econômico, no qual viviam as economias em desenvolvimento, parecem ter contribuído para o pouco aproveitamento e desenvolvimento dessas abordagens que permitiam a discussão da desigualdade. O mesmo motivo permitiu que se criasse um hiato entre a forma com que essa redistribuição era tratada nos países ricos e a forma com que o faziam os países em desenvolvimento. Esses últimos pareciam ter acomodado o debate sobre a desigualdade à sombra da justificativa da inevitabilidade da mesma, ainda conforme postulavam as teorias cujos resultados estavam sendo questionados nos países mais ricos.

De qualquer forma, as questões estavam colocadas no início da década de 1970 e é com relação a esse ambiente que Kanbur (2002), Thorbecke (2005), Maxwell (1999), dentre outros, chamam à atenção para o seguinte: na literatura econômica, os anos 1970 marcam a ruptura da abordagem da pobreza com relação à do crescimento econômico, estritamente.

Uma primeira linha de abordagem, representada pelo trabalho de Atkinson (1975), dá continuidade e aprofunda o tratamento da pobreza em termos de distribuição de renda, com relação às abordagens da pobreza em função do crescimento. Ao mesmo tempo, diferentemente daquelas, prescinde da centralidade e determinação do crescimento na análise da distribuição e permite um duplo foco para a discussão do desenvolvimento, quais sejam, o do crescimento e o da equidade.

Como novidade nos trabalhos à linha de Atkinson, o problema da distribuição é tratado com relação às pessoas, enquanto a curva de Kuznets, por exemplo, tinha sua origem na distribuição funcional entre capital e trabalho.

Uma gama de óticas teria surgido da discussão sobre a relação entre igualdade e pobreza, tal como indicado por Sen:

Não somente os 'igualitaristas de renda' [*income egalitarians*] (se posso chamá-los assim) de fato exigem rendas iguais, e 'igualitaristas de bem-estar' [*welfare-egalitarians*] pedem níveis iguais de bem-estar, mas também os utilitaristas clássicos

insistem sobre pesos iguais para as utilidades de todos, e libertários puros exigem igualdade com respeito a uma classe inteira de direitos e liberdades. Todos eles são ‘igualitaristas’ de alguma forma essencial defendendo resolutamente a igualdade de algo que todos devem ter e que é bastante crucial para sua própria abordagem particular. (SEN, 2001, p. 21).

Trabalhos realizados especificamente para a América Latina também participaram dessa discussão.

Como antecipado acima, os trabalhos apresentados para a América Latina, que associam a pobreza ao problema da desigualdade, guardam distância e especificidade com relação aos modelos de crescimento.

Dentre os pioneiros no assunto, para o caso brasileiro, pode-se citar Fishlow (1972), Langoni (1973) e Hoffman (1972).

Fishlow (1972) usa dados dos censos de 1960 e 1970 para observar que a desigualdade aumentou durante o período, quando os mais altos 3,2% da força de trabalho aumentaram seu comando sobre a renda de 27% para 33,1%. Com relação às áreas rural e urbana, a desigualdade teria crescido menos na rural, sem que, contudo, o bem-estar nessa área tivesse aumentado.

A explicação para o aumento da desigualdade, segundo Fishlow (*apud* MEIER; RAUCH, 2000, p. 417), residiria mais na estabilização da economia do que no seu crescimento, como resultado da combinação de medidas usadas para a estabilização. Numa primeira etapa, na década de 1960, diminuía-se o salário mínimo real com “inflações corretivas” detonadas pelo reajuste dos preços controlados pelo governo. Esse “arrocho” salarial, juntamente com a “destruição do proletário urbano enquanto organização política e o restabelecimento da ordem econômica voltada para a acumulação privada de capital” (*apud* MEIER; RAUCH, 2000, p. 417) permitiram um pequeno crescimento da indústria, o que, por sua vez, incrementou o salário mínimo real em 10%, em 1970, em relação ao salário de 1964, antes das “inflações corretivas”. O crescimento da renda *per capita*, à frente do aumento real do salário mínimo, se encarregara de aumentar a concentração de renda.

Além disso, Fishlow avaliou o impacto redistributivo que teriam os instrumentos governamentais acionados à época, em prol da equidade da renda. Fishlow aponta que os subsídios e incentivos fiscais – usados para incentivar investimentos em regiões e setores da economia, numa ótica explicitamente preocupada com o crescimento econômico – trouxeram, através do mercado financeiro, benefícios para as pessoas com rendas acima da média. Os programas de Integração Social e de Integração Nacional, por sua vez, também contribuiriam

mais para a desigualdade social. O primeiro, formado por um fundo financiado por taxas incidentes sobre o empregador, ao qual o trabalhador teria pouco acesso, poderia implicar em repasse do ônus daquelas taxas para o trabalhador. O segundo, baseado na premissa da colonização como forma de redução da pobreza rural, desconsiderava a necessidade de aumento da produtividade agrícola, entendida pelo autor como sendo a verdadeira fonte da pobreza rural.

Uma melhora no sistema de tributação direta também poderia surtir, segundo o autor citado, efeitos redistributivos em favor dos mais pobres, uma vez que o percentual da renda, apropriado pelos cinco por cento mais ricos no Brasil, depois do Imposto de Renda, ainda estaria muito acima daquele apropriado pelos cinco por cento mais ricos em outros países, como os Estados Unidos, Reino Unido e Suécia. Assim, o Brasil deveria ter seguido, segundo o autor tratado, o exemplo desses países, que conseguiram diminuir a pobreza com políticas convencionais, como a tributação progressiva. Neste sentido, Fishlow sugere subsídios fiscais para investimentos em regiões e setores da economia mais pobres, que, de imediato, segundo defende, também beneficiariam as pessoas de rendas mais altas.

O autor defende que a distribuição das oportunidades educacionais seria uma causa estrutural da desigualdade na distribuição de renda. A alocação da força de trabalho seria outra causa estrutural.

Com relação à educação, a ênfase nas matrículas dos níveis secundário e universitário só estaria reforçando a tendência ao aumento da desigualdade na distribuição de renda, ocorrida entre 1960 e 1970, uma vez que o autor parte da premissa de que a variância da educação era uma causa estrutural da má distribuição de renda.

Com relação à alocação de força de trabalho, aquela advinda da zona rural para setores como a construção civil, na década de 1960, ao invés de diminuir a desigualdade de renda, estaria contribuindo para o seu aumento, por conta, provavelmente, da redução da média dos salários na construção civil – onde a maior parte das oportunidades de emprego, para aquela mão-de-obra era aberta – relativamente aos dos anos cinquenta.

A pobreza, assim, entra na análise de Fishlow indiretamente, mas como fim precípua de toda a sua análise, pois a distribuição de renda só foi analisada por ele para caracterizar a necessidade de redirecionar as ações do governo para fins, prioritariamente, mais redistributivos e menos de crescimento.

O trabalho de Fishlow destoa, tanto das abordagens da pobreza mencionadas acima, para sua época, quanto das cepalinas, que, a exemplo de Tavares e Serra (1972), consideravam – de maneira próxima ao entendimento prevalecente já tratado – o problema da distribuição inevitável ao estilo de desenvolvimento da época, que, para encontrar formas de autogerar fontes de estímulo à expansão, exigira, simultaneamente, a incorporação e a exclusão de diferentes setores da população e implicavam em alta mobilidade de parte dessa população por entre os estratos de renda.

Mais próximo ao pensamento prevalecente, Langoni (1973), com dados de seu estudo de uma amostra das rendas individuais de 1,27% dos dados dos censos de 1960 e 1970, relaciona a expansão econômica ocorrida no Brasil, no mesmo período, com a desigualdade de renda entre aquelas duas datas.

Numa aparente combinação entre a explicação de Lewis, de transferência da mão-de-obra entre setores de menores produtividades para setores de maiores produtividades, e a curva de Kuznets, a concentração de renda no Brasil seria explicada pela concentração de renda durante a passagem da mão-de-obra de setores atrasados para modernos. Seria nesse momento que a grande demanda de novos fatores se depararia com uma elasticidade menor da oferta dessa mão-de-obra, “aproveitável” nos setores modernos.

Como determinante desse diferencial de elasticidades, há, na explicação do autor tratado, a conjunção de dois fenômenos diferentes, reveladores da combinação de óticas diferentes. Com relação à oferta de mão-de-obra qualificada, o autor considera que as mudanças na educação, durante o período de 1960 a 1970, foram significativas, o que, segundo ele, deveria atender, em situações normais, à demanda por mão-de-obra mais qualificada. O problema residiria no lado da demanda dessa mão-de-obra, que, por conta da transformação tecnológica pela qual estava passando a economia, crescia à frente do nível de educação do trabalhador. Como dito anteriormente, com relação à oferta de trabalho, pode ser percebida, na explicação de Langoni, a presença de componentes da teoria do capital humano<sup>18</sup>. Com relação à demanda de trabalho mais qualificado, por sua vez, pode ser

---

<sup>18</sup> A Teoria do Capital Humano aqui tratada é aquela mais difundida, proposta por Mincer e Gary Becker, da Escola de Chicago e referenciada no livro de Becker (1964). Ela define recursos humanos como ativos, semelhantes aos meios físicos de produção, tais como máquinas e equipamentos, que capacitam as pessoas ao trabalho e, se desenvolvidos, conforme o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1990 (BM, 1990), permitem o maior e melhor aproveitamento do trabalho humano. Segundo Salama e Destremau (1999, p. 73-74), ela pode ser identificada com o caráter produtivo da satisfação das necessidades fundamentais humanas, “visto que esta satisfação aumenta a capacidade de contribuição dos homens para o crescimento econômico”.

percebida a consideração de fenômenos tecnológicos, em conformidade com os modelos de crescimento.

Exemplos mais recentes de associação do tema pobreza com o problema da distribuição de renda no Brasil são Azzoni (1997), Rocha (2001; 2003), Barros *et al* (2001), dentre outros, que buscam identificar o impacto do crescimento sobre a distribuição de renda e desta sobre a pobreza.

Da análise de Rocha (2003), a pobreza teria reduzido nos anos setenta (período não explicado por Fishlow), por conta do aumento dos rendimentos, em geral e na base da distribuição, e no imediato, implantação do Plano Real (1993-1995), pelo mesmo motivo.

Durante a década de oitenta a pobreza teria acompanhado o ciclo econômico, reduzindo-se, porém, na área rural e aumentando nas metrópoles.

O pós-Real estaria dando sinais de estabilização da pobreza absoluta. Com isso, a herança estrutural da pobreza, aliada, agora, aos problemas deixados pela reestruturação produtiva na década de oitenta – com demanda de trabalho por mão-de-obra menos qualificada insuficiente para atender à oferta da mesma – exigiria do governo maior empenho em gastos sociais, enquanto durasse tal reestruturação, para que a pobreza absoluta não aumentasse.

Também sob o enfoque tratado, com um pequeno grau de discussão e formalidade, Barros *et al* (2001), utilizando-se de linhas monetárias de pobreza e indigência, à luz de dados das Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar (PNAD) e para um período que começa na década de 1970, chega às mesmas conclusões que Rocha (2003), sobre a relação entre o desempenho da economia e da diminuição da pobreza. Como traço característico desse grupo de abordagem, a distribuição de renda é tratada como elo entre o desempenho da economia e a redução da pobreza. O citado autor, à semelhança de Fishlow (1972), também propõe a intensificação das transferências públicas para os mais pobres.

Semelhantemente aos dois últimos trabalhos citados, porém mais formalizado que ambos, Azzoni (1997) chega às mesmas conclusões sobre o desempenho da pobreza a partir dos mesmos critérios.

Com relação aos trabalhos de Rocha (2001; 2003), talvez o aspecto principal a diferenciar o trabalho de Azzoni (1997) seja a preocupação em identificar ou não traços de convergência entre as rendas. Também diferencia as duas análises a regionalização com que trabalha cada um. Enquanto Rocha (2001; 2003) enfatiza a diferenciação entre urbano e rural,



bem como analisa as regiões metropolitanas, Azzoni (1997) faz a diferenciação das regiões em Regiões e estados, analisando a composição setorial da produção de cada um. Com isso, Azzoni diz que a distribuição de renda melhorou dentro das regiões e piorou entre elas.

Segundo o referido autor, o desempenho da pobreza teria acompanhado o da distribuição inter-regional. Quando a composição do produto regional demonstrava que as economias dos estados que respondiam pela maior parte da produção da economia brasileira apresentavam rápido crescimento, a distribuição de renda inter-regional piorava. À medida que a pobreza acompanhou mais proximamente o desempenho daquelas economias, o desempenho da distribuição e suas conseqüências sobre o desempenho da incidência de pobreza assumiriam aspectos mais parecidos com aqueles explicados pela Teoria da Polarização. Com isso, seria frágil a argumentação em prol de uma análise de convergência – mesmo porque esta só aconteceu no período em que as maiores economias estavam com problemas de crescimento.

Esses trabalhos parecem formar uma linha de análise caracterizada por um híbrido de elementos com relação às teorias de crescimento, ou seja, um *mix* entre a análise de Fishlow, a de Langoni e a da Cepal, na década de 1970, com mais elementos, contudo, que a de Langoni. Eles apresentam traços que podem ser identificados com: a) a explicação da pobreza a partir do aumento da desigualdade, em função de questões de emprego e mercado de trabalho, à semelhança do que faz Fishlow; b) determinantes de “capital humano”, com efeitos de pobreza relacionados à produtividade e salários, mais identificados com Langoni; e, c) aceitação de certa inevitabilidade, *a la* Kuznets, do momento de desenvolvimento econômico, como pano de fundo para todo o problema.

## **2.4.2 Avanços Recentes no Campo Teórico e na Intervenção Contra a Pobreza**

### **2.4.2.1 Pobreza no Espaço Globalizado**

Inovador, o estudo do geógrafo Veltz (1999) minimiza o papel dos custos, maximiza o das externalidades (centradas essas nas pessoas, semelhantemente ao que se espera do capital

humano), questiona o papel do sistema nacional de inovação<sup>19</sup> e relativiza o dos sistemas locais de inovação<sup>20</sup>.

Esse estudo apresenta, também, uma explicação razoável para a pobreza nas grandes cidades.

Ao analisar as relações entre a mundialização das economias e as aglomerações de empresas; as mudanças nos processos de trabalho, que se distanciam do taylorismo; o favorecimento das metrópoles, com o concomitante aumento, em todos os níveis, das diferenças entre zonas integradas e periféricas, Veltz (1999) considera que a eficácia produtiva, que determinaria o desenvolvimento regional, dependeria cada vez mais da interação entre as pessoas e menos dos custos nas cidades. Isto porque as resistências físicas às mudanças e o alto preço a pagar para atenuá-los, como os custos de transporte – que convencionalmente definem o espaço e suas propriedades – estariam sendo progressivamente eliminados, com a mudança na maneira de produzir e comercializar, resultante da abertura de mercados e novas tecnologias.

A importância da economia de escala e das externalidades materiais, estaria, assim, sendo substituída, gradativamente, por economias de escala em rede<sup>21</sup> e externalidades imateriais marshallianas, à medida que o novo espaço territorial se redesenhava como espaço das interações dos sistemas internos e externos, para as firmas cooperadas que atuam sob concorrência imperfeita, sob custos reduzidos da distância.

As estruturas sociais territorializadas tomariam significado nessa tendência progressivamente, mais enquanto meio de “relações quentes” (conhecimento pessoal, confiança, participação em um meio estruturado) e menos enquanto meio de “relações frias” (de mercado, em que tamanho é uma vantagem determinante). Para isso, as metrópoles serviriam como espaços privilegiados.

A metrópole, além de concentrar a maioria das vantagens que permitem uma grande variedade de processos relacionais (quentes e frias) – tais como os efeitos de reputação e confiança, possibilidade de mobilidade inter-firmas, capacidade de troca de experiências, transmissão rápida de aprendizagem e eventuais complementaridades produtivas – também seria

---

<sup>19</sup> A respeito, ver Perez (1986).

<sup>20</sup> A respeito, ver Santos (2002).

<sup>21</sup> Integração de unidades produtivas multilocalizadas.

espaço onde as empresas cooperadas e globalizadas poderiam realizar objetivos de reduzir estoques e assegurar entregas rápidas, atendendo vários mercados especializados e dispersos. Esse “espaço das operações” seria fruto de características locais que permitiriam a implantação de centrais de logísticas. Tais características são: densidade de infra-estruturas, facilidade de conexões entre os diversos fluxos fragmentados, facilidades para o contínuo rearranjo das cadeias de atividades, existência de enormes conjuntos de profissionais especializados, de experiências e conhecimentos compartilháveis.

A última característica local, que seria favorável ao papel da metrópole como espaço privilegiado da economia globalizada, é que ela oferece as melhores condições de flexibilidade interna e externa às firmas, necessárias para gerar um mercado de trabalho flexível, compor e recompor com relativa facilidade as cadeias de atividades em múltiplas formas e, assim, servir de refúgio contra a incerteza, característica predominante em um mundo globalizado, dada a velocidade das negociações.

Uma vez que relações densas poderiam ser estabelecidas à distância, territórios se tornariam apenas uma das matrizes possíveis desses efeitos relacionais. Com isso, seria possível que certas estruturas sociais territorializadas tivessem pouca utilidade para a produção global, coordenada por empresas cooperadas. Dessa maneira, certos territórios não passariam de (ou seriam reduzidos a) meras justaposições passivas de atores. Isso levaria Veltz a concluir que as macro-escalas tendem a se homogeneizar, mas as micro-escalas tendem a ter suas diferenças aumentadas. As regiões metropolitanas poderiam servir de exemplo no sentido que aqui se trata. Os indicadores de renda per capita poderiam convergir entre elas, mas nelas coexistiriam áreas de exclusão, com pobreza e indigência.

Embora se faça referência aos trabalhos de Veltz (1999), Sassen e Derycke, conforme Rolim (2000b, p. 2), também são exemplos de que existe uma forte corrente do pensamento econômico que trata da configuração da interdependência entre os agentes econômicos mundializados, localizados, geralmente, nas grandes metrópoles, que têm como consequência um padrão concentrador e excludente da vizinhança no âmbito regional, aos moldes de Myrdal (1957).

#### 2.4.2.2 Gastos e Crescimento Econômico *Pro-Poor*

Além das novidades para um entendimento da pobreza na globalização, a abordagem *pro-poor* também teve início nas décadas de 1980 e 1990.

Na década de 1980, gastos públicos direcionados à melhoria de vida da população passaram a ser condição prioritária na concessão de empréstimos de ajuda e de participação nos programas das agências multilaterais de desenvolvimento. Na década de 1990, a condição prioritária tornou-se o crescimento *pro-poor*.

O fraco desempenho dos indicadores de diminuição da pobreza teria levado, segundo Healey, Foster, Norton e Booth (2000), as agências de desenvolvimento e as instituições financeiras internacionais a condicionarem seus programas não mais ao tipo ou qualidade de política, mas aos resultados esperados.

Os trabalhos resultantes da pesquisa sobre gastos públicos e pobreza, mantidos pelo Banco Mundial, são exemplos de estudos empíricos. Representantes desses são os trabalhos de van de Walle, Ravallion e Gautam (1994), Ravallion, van de Walle e Gautam (1995), van de Walle (1995; 1996).

Usando dados de consumo e renda de famílias das Contas Nacionais para 1987 e 1989, na Hungria, os três primeiros trabalhos analisam impacto de gastos públicos na forma de previdência e assistência social sobre a pobreza. Para tanto, verificam o aumento ou não da pobreza relativa, em termos de redistribuição ou não da renda entre classes de renda, em função de indicadores de qualidade de vida e indicadores da rede de proteção social, como pensões e programas de auxílio-renda. Aqueles trabalhos observam que enquanto as condições de vida melhoraram não houve redistribuição de renda em termos dos gastos sociais, que continuaram concentrados na classe mais alta de renda. Sugerem, com isso, que a pobreza relativa, residindo a assistência à pobreza mais nos gastos do que na orientação dos mesmos, não diminui, embora pudesse ter aumentado mais sem aqueles gastos, o que torna tal estudo um argumento a favor dos gastos “*pro-poor*”.

Estudos feitos para a Índia (UNPD-Índia, 1997) mostram que durante a segunda metade da década de 1970, até fins da década de 1980, a pobreza foi significativamente reduzida, enquanto aumentavam os gastos públicos. Nos estados onde os gastos com programas de auxílio-renda foram maiores, a redução da pobreza teria sido maior. Mostram, também, esses estudos, que, os gastos públicos estão bem direcionados na redução da pobreza

com relação às classes de renda (dados de 1990 e 1991) e à educação (dados de 1992 e 1993). Tais gastos estariam concentrados nas classes abaixo da linha de pobreza e correlacionados fortemente com o aumento do acesso de crianças de 6 a 14 anos à escola.

Os trabalhos de van de Walle (1995) e van de Walle (1996) estudam os impactos de gastos públicos em estrutura física sobre as condições de vida no Vietnã, em termos da melhoria ou não da produtividade e externalidades criadas para a concorrência no mercado, principalmente, externo.

Os modelos acima podem ser classificados em grupos diferentes de abordagem da relação entre gastos públicos e condições de vida, de acordo com a ótica usada para abordar o tema.

Pode ser identificada, uma primeira ótica, com o dispêndio ou a renda, à medida que o critério de condições de vida é o acesso a bens e/ou serviços públicos. Isso diz respeito não só ao consumo de bens e serviços públicos através do gasto privado, mas, também no caso do fornecimento do bem e/ou serviço com dispêndio do setor público; mesmo quando acionanda, para isso, a produção privada, esse critério também valeria.

Essa ótica é explicitamente norteadora dos trabalhos de Morrissey (2002), van de Walle, Ravallion e Gautam (1994), van de Walle, Ravallion e Gautam (1994b), Ravallion, van de Walle e Gautam (1995) e Jorge Neto e Marinho (2000).

Uma segunda ordem de modelo é representada pelos trabalhos de van de Walle (1995) e van de Walle (1996), que abordam a relação entre gastos públicos e condições de vida sob a ótica das externalidades criadas pelo setor público para iniciativas produtivas privadas, na forma de incentivos ao aumento da produtividade e inclusão das empresas no mercado.

No Brasil, também foi registrada uma série de estudos sobre gastos públicos *pro-poor*.

Ripa (2005), ao discutir os resultados de um estudo da Cepal sobre a pobreza no Brasil após o Plano Real, considera que, conforme a própria Cepal, o número de pobres no Brasil foi reduzido em cerca de 3 milhões, entre 1990 e 1993, e em pouco mais de 10 milhões, entre 1993 e 1996. Ainda segundo a própria Cepal, a redução que aconteceu no período de 1990 a 1993 deveu-se mais à implantação dos benefícios previdenciários previstos na Constituição de 88, especialmente para os trabalhadores rurais.

A importância do aumento das transferências do setor público, basicamente benefícios da previdência social, para a queda da pobreza, é, também, objeto de Tese de Doutorado.

Afonso (2003) analisa os aspectos distributivos da previdência social no Brasil, no período de 1976 a 1999, com dados das PNADs e com base na adaptação do cálculo da taxa interna de retorno, de Samuelson, de modo que essa taxa considere o valor presente líquido dos benefícios, definido como o valor presente da diferença entre benefícios recebidos e contribuições pagas à Previdência por diferentes grupos de contribuintes, classificados, por região geográfica, geração, nível educacional e nível de renda.

O autor conclui que as transferências previdenciárias têm, inter-regionalmente, impacto neutro com relação às gerações e nível de escolaridade, e progressivo quanto à renda diretamente. Intra-regionalmente, essas transferências impactariam progressivamente a distribuição de renda quanto ao nível de escolaridade.

Além dessas conclusões, é interessante notar que conforme Afonso (2003, p. 11) pouca atenção tem sido dada ao tratamento de funções e características da previdência, diferentes daquelas relacionadas diretamente ao tema do equilíbrio fiscal. O autor citado também considera que a universalização dos benefícios sociais, iniciada no pós-constituição de 1988<sup>22</sup>, está inconclusa<sup>23</sup> e que, portanto, ainda há muito a ser explorado quanto aos possíveis impactos da expansão do sistema.

Brant (2001) reforça as possibilidades dos impactos positivos das transferências previdenciárias sobre a diminuição da pobreza no Brasil. Semelhantemente aos teóricos que explicam o desempenho da pobreza no Brasil, Brandt (2001) diz que as transferências previdenciárias serviram de amortecedor social da crise econômica. Diferentemente dos outros autores, contudo, para o autor tratado esse papel secundário ao desempenho econômico teria acontecido, apenas, com relação ao período de 1990 a 1993. A partir de 1994, quando teve início uma consistente política de reajustes anuais dos benefícios pagos, as transferências teriam se mostrado, ainda segundo o autor tratado, um forte condicionante da redução da pobreza. O autor justifica o assunto pelo aumento do valor real da contribuição, superior aos ganhos da estabilidade.

Entre 1988 e 2000, o valor médio dos benefícios pagos pela Previdência aumentou, em termos reais, 60,9%, sendo que, entre 1994 e 2000, observou-se um incremento acumulado de 44,6% em termos reais. [...] O resultado dessa política foi a elevação

---

<sup>22</sup> Segundo Brandt (2001), o incremento no número de benefícios é explicado, principalmente, pelo aumento expressivo da quantidade de benefícios rurais que, somente entre 1991 e 1994, apresentou um crescimento de 56% como resultado das mudanças introduzidas na Constituição Federal de 1988 e regulamentadas em 1991.

<sup>23</sup> Brandt (2001), com base em dados da PNAD de 1999, chama à atenção para o fato de que 40,2 milhões de trabalhadores não estavam filiados ao sistema previdenciário. Em 2001 esse número era de 18,8 milhões.

da renda per capita dos aposentados no período, que subiu cerca de 30% entre 1992 e 1999, enquanto a renda per capita média das famílias que não têm beneficiários da Previdência apresentou um incremento de 23%. (BRANDT, 2001, p.5).

Para discutir os efeitos que teriam tais aumentos das transferências, em termos de redução da pobreza, o autor cita um exercício feito pela equipe da Diretoria de Estudos Sociais – DISOC, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, com base nos dados da PNAD, simulando qual seria o nível atual de pobreza no País, e como seria a evolução deste, caso não existissem as transferências da Previdência Social.

Os resultados apontam que, excluindo-se as transferências feitas por meio do sistema previdenciário, o percentual de pobres aumentaria de 34% para 45,3%. Em 1999 o gasto previdenciário teria sido responsável pela diminuição de 11,3 pontos percentuais no nível de pobreza, o que significa que, se não houvesse a Previdência, haveria mais 18,1 milhões de pessoas vivendo em condições miseráveis em 2001.

Esses resultados viriam desde 1988, quando a Previdência já era responsável por manter, pelo menos, 5,6% da população acima da linha da pobreza. Da mesma forma, também no período pós-Real, caso não houvesse o amortecedor da política previdenciária, a pobreza aumentaria em 1,8 ponto percentual, de 1998 a 1999, ou seja, o impacto da situação econômica seria 38,4% maior. Somente entre 1998 e 1999, 801,7 mil pessoas teriam deixado de passar à situação de pobreza devido à Previdência.

Considerando-se, isoladamente, o impacto do aumento dos gastos previdenciários pós-1988 sobre a redução da pobreza, o estudo citado revelaria que 67% desta queda teriam sido explicados pela expansão da Previdência em relação à situação de 1988. Isso se traduz numa redução de 5,7 pontos percentuais no nível de pobreza.

Esse resultado seria corroborado pela comparação do nível de pobreza entre diversas idades, segundo algumas variáveis. O nível de pobreza, em 1999, entre os beneficiários da Previdência era 40,6% inferior à média do resto da população, enquanto que a renda per capita era 32,6% maior. Neste mesmo sentido, em 56,6% dos domicílios com beneficiários da Previdência, o chefe de família era idoso, e, com a renda transferida pelo sistema previdenciário, garante o sustento de sua família, enquanto que, no total das famílias, somente 20% têm chefes idosos. Da mesma forma, o grau de pobreza entre os idosos era substancialmente inferior ao da população mais jovem e, caso não houvesse as transferências previdenciárias, a pobreza entre os idosos poderia ter triplicado.

Não bastassem essas sinalizações do IPEA, Brandt (2001) indica outros estudos.

A pesquisa de Camarano *et al* (*apud* BRANDT, 2001) reforçaria as últimas considerações acima, pois, comparando as famílias conforme a presença de idosos, os autores concluem que as famílias com idosos apresentaram, em média, renda 14,8% maior do que as famílias sem idosos. Além disso, nas famílias com idosos, a idade média do chefe era de 66 anos, o que faria com que menos pessoas tivessem de trabalhar. De volta ao estudo do IPEA, o autor considera que a renda dos idosos provém, predominantemente, de aposentadorias e pensões<sup>24</sup>.

A função social das transferências previdenciárias, para Brandt (2001), seria desempenhada independentemente da região geográfica onde está localizada a família. Para tanto, o autor faz uso de um estudo de Delgado e Cardoso, que revela que, na área rural da Região Sul, brasileira, onde o nível de pobreza é muito inferior ao verificado no Norte e Nordeste, as famílias que possuem renda domiciliar igual ou inferior a dois salários mínimos, apresentam, mais de 90% dessa renda, provenientes de benefícios previdenciários.

Semelhantemente ao que já houvera sido indicado na tese acima mencionada, Brandt (2001) considera que as transferências previdenciárias teriam um impacto redistributivo progressivo. Para tanto, o autor refere-se a um levantamento feito por Gomes e Mac Dowell (2000), segundo o qual a transferência de renda da Previdência, para regiões pobres do Nordeste (sertão), possui um impacto sensivelmente maior, se comparado a outras regiões. No Nordeste da Seca, existem 2,52 pessoas beneficiárias de aposentadorias do INSS para cada pessoa ali formalmente empregada pelo setor privado. As relações correspondentes, para o Nordeste Fora da Seca e para o Brasil são, respectivamente, 0,73 e 0,67.

Quanto às outras formas, componentes da rede de proteção social, conforme matéria publicada na Radiobrás (2005), os pesquisadores do Instituto de Estudos de Trabalho e da Sociedade (IETS), Maurício Blanco e Érica Amorim, da Fundação Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro, consideram que os gastos públicos, com políticas públicas ou sociais, aumentaram, no período de 1992 a 2001, mas, conforme estudo do Banco Mundial, de cada Real supostamente destinado para o pobre, no Brasil, apenas 16 centavos chegariam, efetivamente, ao seu destino. Segundo os pesquisadores, se essa fatia de Real que chega ao extrato mais pobre do povo se elevasse para R\$ 0,30 ou R\$ 0,40, já haveria ganho significativo nas chamadas políticas sociais.

---

<sup>24</sup> Segundo o autor, “Na área urbana, em média, 63,9% da renda dos idosos homens e 79,3% da renda das mulheres são transferências previdenciárias, sendo que, para estas últimas, as pensões por morte representam 34,9% de seus rendimentos. Na área rural, 87,4% da renda das mulheres idosas é proveniente da Previdência”.



#### 2.4.2.3 A Pobreza como parte de um Novo Paradigma de Desenvolvimento

A percepção de que a pobreza e a miséria, bem como as graves diferenças sociais, continuavam a existir, apesar do crescimento econômico, foi apresentada por Sen (2000) e Haq (1995), como contraponto às teorias ortodoxas, para defender que as pessoas são, não somente o meio, mas o fim de toda a atividade econômica. Nesse sentido, a renda seria uma das opções das pessoas, mas seria preciso melhorar todas as opções (educação, ambiente, dentre outras), caso se quisesse pensar em termos de desenvolvimento humano.

Essa visão, de que o mais importante seria se perguntar como estão se saindo as pessoas e não a produção de bens e riquezas, segundo Haq (1995), remontaria a Aristóteles (384-322) e a Immanuel Kant (1724-1804). Isso não significaria dizer que o crescimento econômico não é importante. Neste sentido, ainda segundo o autor citado,

O crescimento econômico é essencial, em sociedades pobres, para reduzir ou eliminar a pobreza. Mas a qualidade desse crescimento é tão importante quanto a sua quantidade. É necessário que se estabeleça uma política pública consciente, capaz de levar esse crescimento para a vida das pessoas (HAQ, 1995, p. 3).

O conceito de Desenvolvimento Humano surgiu a partir da matriz de necessidades básicas, incorporando-se os conceitos de funcionamentos e capacidades, contribuições estas de Sen (2000), conforme Fukuda-Parr (2002). Esse salto teria sido possível porque, segundo esse último autor, o conceito de necessidades básicas encontrou em Sen (2000) a base filosófica que lhe garantiu referência direta no ser humano, com ênfase nos direitos humanos, liberdades e agência, como questões políticas. Sen houvera elaborado esses fundamentos a partir da leitura de Karl Marx, Adam Smith, Kant e outros, e os incorporado aos seus conceitos de funcionamento e capacidades. Enquanto não tinha esse fundamento, o conceito de necessidades básicas ficara relegado ao domínio do suprir pessoas com serviços e bens, não atendendo a seu fim último, que era o desenvolvimento da pessoa, conforme Fukuda-Parr (2002).

Conforme Sen (2000), a liberdade do ser humano – definida como ser e fazer – é limitada quando são limitadas suas potencialidades. Para ser livre é necessário que o indivíduo conte com todas as suas potencialidades disponíveis para uso, e desenvolva novas. Entretanto, elas só estarão disponíveis se o indivíduo dispuser daquilo que for necessário para fazer funcionar tal potencialidade (o que é chamado por Sen de “funcionalidades”) quando quiser ou precisar. Essas funcionalidades, contudo, dependem de que o indivíduo esteja usufruindo de plena capacidade, ou seja, que não esteja doente; que tenha conhecimento

necessário e suficiente, que participe da vida comunitária, ou outro qualquer motivo que deva estar sob seu controle.

Desenvolvimento humano, portanto, seria desimpedir a pessoa de acionar todo seu potencial, se quisesse, ou, como dito por Sen (2000), um processo de expansão das escolhas dos indivíduos para fazer funcionar tudo aquilo que a pessoa pode fazer e ser na sua vida.

Esse conceito implica em que o desenvolvimento seja avaliado pela expansão das capacidades das pessoas. Sendo assim, o desenvolvimento econômico deve se submeter ao humano, enquanto meio e deixa de representar, sozinho, um parâmetro de avaliação. A justiça ganha em importância relativamente ao aspecto econômico, visto que a liberdade, na filosofia adotada por sem, é acompanhada pela ética, de modo que a justiça passa a ser o principal objetivo da política. Nesse sentido, a monitoração, através da medição do avanço ou não das privações e distribuição, torna-se um requisito fundamental. As molduras legais se juntam à liberdade de voz e ao poder de participar e decidir na vida comunitária, de modo a garantir-se, num amplo e irrestrito debate, o direito humano<sup>25</sup>.

Isso não significa dizer que o crescimento econômico deva ser rejeitado, como diz Haq (2004, p. 2), “[a] rejeição de uma relação automática entre expansão de renda e desenvolvimento humano não significa, necessariamente, rejeitar o crescimento econômico. O crescimento é essencial em sociedades pobres para reduzir ou eliminar a pobreza”.

O indivíduo, assim entendido como ator principal, corresponde ao aspecto agência do desenvolvimento humano.

Sobre o aspecto agência, Fukuda-Parr (2002, p. 6) chama a atenção para o fato de que “reformas políticas tem se transformado em aspectos importantes de uma agenda política de desenvolvimento humano”, porque os direitos humanos, seus instrumentos e o papel das instituições políticas democráticas têm representado grandes preocupações mundiais.

O paradigma do desenvolvimento humano, por sua vez, como assim é apresentado por Haq (2004), tem quatro componentes principais, os quais o distinguem dos modelos tradicionais de desenvolvimento enquanto crescimento econômico, quais sejam, equidade, sustentabilidade, produtividade e empoderamento.

---

<sup>25</sup> Nota-se a forte influência da filosofia de Marshal (1992) no pensamento de Sen.

A primeira deve ser entendida como igualdade de oportunidades e não de resultados, de modo a garantir-se a liberdade de utilizar-se ou não da oportunidade. A componente sustentabilidade diz respeito à garantia da liberdade das pessoas no futuro e nas próximas gerações, o que pode incluir a não preservação de qualquer outra espécie natural ou recurso, se a ciência for capaz de substituí-los. A produtividade representa a componente de investimentos em capital humano, físico e social.

O empoderamento, por fim, significa que as pessoas estejam livres de qualquer impedimento de fazer suas escolhas conforme a sua vontade. Envolve democracia, liberalismo, descentralização e direito pleno à participação política.

Sobre essas componentes, segundo Fukuda-Parr (2002), deve ser formulada a agenda para o desenvolvimento humano.

Entendido dessa maneira, o desenvolvimento ganha, assim, um caráter multidimensional. A pobreza, por sua vez, considerada enquanto privação de liberdades, também deve ser entendida, no contexto desse paradigma, enquanto multidimensional.

## 2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza passou a ser tratada como objeto de estudo a partir dos trabalhos de Booth e Rowntree. Em Rowntree, nasce o conceito de pobreza absoluta, e a linha monetária de pobreza como técnica para sua mensuração. Booth preocupa-se em representar a distribuição da pobreza no espaço geográfico, dando origem ao mapeamento da pobreza. Mapeamento esse, que foi alçado a instrumento de pesquisa sobre a pobreza.

Talvez alguém pouco conservador enxergue, na forma como foram coletados os dados na pesquisa de Booth e na construção de sua linha de pobreza, um ensaio ou a semente dos conceitos futuros de necessidades básicas e de pobreza relativa. Mesmo se assim for considerada, essa discussão só veio tomar forma mais tarde, com Streeten, Haq e outros, com relação à primeira, e com Townsend, no tocante à segunda. Certo é, contudo, que desde Booth e Rowntree, a pobreza, enquanto tema de estudo, ganhou em relevância e a ela foram agregados conhecimentos. Aos poucos esse tema ganhou uma base conceitual e técnica consistente e complexa, passando, inclusive, a se vincular aos enfoques de desenvolvimento econômico.

Intrinsecamente, mas não dependente completamente, o enfoque da pobreza sustentou-se nas contradições dos enfoques do desenvolvimento e, mesmo durante as suas crises,

alimentou-se de outros enfoques que se contrapunham ou auxiliavam aquele, enfraquecido. Assim foi, por exemplo, quando os modelos de crescimento revelaram-se sem respaldo na realidade. Também assim aconteceu quando a discussão sobre a distribuição – que lhe deu lugar – não mais se mostrava suficiente. Dessa forma, as abordagens da pobreza, surgidas ao longo do tempo, mais relacionadas a cada enfoque de desenvolvimento, não deixaram de servir-lhes enquanto esses prevaleceram, mas evoluíram em conteúdo e técnicas depois disso, a exemplo da abordagem welfarista de desenvolvimento. Tal como com relação a essa abordagem, a discussão sobre a pobreza ganhou em grau de independência e, da aceitação hoje prevalecente do seu caráter multidimensional, ela perpassa diversas abordagens e é por quase todas ancoradas, a exemplo do paradigma do Desenvolvimento Humano.

Nesse ínterim, o avanço tecnológico permitiu o acesso a grandes bancos de dados, para com ele se elaborarem mapas das mais diversas formas e aplicarem-se a eles a estatística, o que é feito, muitas vezes, em uma só ferramenta e de maneira sincronizada.

Assim, a discussão sobre a pobreza passou a ocupar o centro de muitas estratégias intervencionistas e debates teóricos.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 APRESENTAÇÃO

Neste capítulo são justificadas as escolhas dos conceitos de pobreza, do instrumental e do método utilizados na exploração dos dados nos capítulos seguintes.

O capítulo é dividido em cinco seções. A próxima seção traz a discussão sobre indicadores, conceitos e medidas de pobreza. Na seção seguinte, explicita-se a escolha dos indicadores usados na tese, tomando-se como critérios a experiência e disponibilidade de informações. A quarta seção evidencia o instrumental de mapeamento e estatística usado para se trabalhar parte das informações e o papel que eles ocupam na tese.

#### 3.2 INDICADORES, CONCEITOS E MEDIDAS DE POBREZA

Em seu trabalho de 1992, Ravallion trata da consistência, do alcance e da utilidade das pesquisas sobre pobreza, entendendo que elas têm por caráter intrínseco a busca por comparações e que não se pode perder de vista as limitações da abordagem utilizada<sup>26</sup>.

A partir de tal premissa, o autor considera os métodos de pesquisa da pobreza separados conforme dois tipos de problemas, quais sejam, os de identificação e os de agregação. No primeiro grupo estariam os métodos que se prestariam a dizer quem são os pobres e quão pobres eles são. No segundo, estariam aqueles que serviriam a dizer qual é o tamanho da pobreza.

Os mapas de pobreza, enquanto instrumento do método de abordagem da pobreza, dependem da escolha feita por um desses grupos. Neste sentido, a exemplo do trabalho pioneiro de Booth, o mapeamento na presente tese envolve, tanto o método da identificação, quanto da agregação.

---

<sup>26</sup> Entre eles, os erros dos dados, deficiências nos bancos de dados e as hipóteses mal formuladas. Neste último caso, principalmente porque depende de julgamento de valor do pesquisador.

Adotando-se a ótica de Ravallion (1992), a consistência, o alcance e a utilidade que justificam a escolha daqueles dois métodos de pesquisa na presente tese, também deve ter em conta a compatibilidade dos critérios adotadas em cada um.

O primeiro desafio, nesse sentido, é a escolha do critério que embasa o conceito de pobreza adotado numa pesquisa.

Ravallion (1992) entende que: ao diferenciar entre welfarista e não-welfarista as abordagens da pobreza – como visto acima –, Sen (1979) levanta as limitações das abordagens da pobreza que nascem com a escolha das óticas referenciais dos seus conceitos.

Para Ravallion (1992), a ótica dos indivíduos sobre suas próprias utilidades (welfarista) restringe a comparabilidade e dificulta que se façam julgamentos sobre como pode ser vista socialmente a pobreza. Tais restrições se originam, por exemplo, na dificuldade de definir-se a extensão dada por cada indivíduo às suas utilidades, no papel que ocupariam as “não-utilidades” na consideração da pobreza, ou, ainda, na capacidade de escolha racional, mesmo sob condições de informações perfeitas. Assim, nos critérios de Ravallion (1992), a escolha da ótica dos indivíduos sobre suas próprias utilidades, para referenciar o conceito de pobreza utilizado numa pesquisa, dificultariam, tanto a identificação, quanto a agregação da pobreza.

Insistindo-se na identificação e agregação dos pobres, uma alternativa que minimiza aquelas restrições é a consideração apriorista de julgamentos de valor sobre a pobreza, mesmo que aqueles que são considerados pobres discordem desses valores. Isso equivale a se adotar a abordagem não-welfarista como referencial.

A escolha por essa ótica, contudo, segundo o entendimento de Ravallion (1992), não dispensaria a consideração da outra. Ao contrário, não se poderia justificar a escolha de uma, caso contrariasse, permanentemente, todos os aspectos da outra. Da mesma forma, as proposições de uma ótica poderiam depender das de outra. Assim, a consistência e o alcance explicativo de uma análise que parte da ótica não-welfarista dependeria de sua verificabilidade em termos welfaristas, o que justifica a investigação de Ravallion, sistematizada em seu trabalho de 1992.

A proposta de Ravallion (1992), de que políticas de combate à pobreza seguiriam a ótica não-welfarista e que a escolha da mesma requereria conceitos de pobreza, indicadores e mensurações compatíveis com os valores expressos no desenho da política, bem como o crivo de aspectos welfaristas, encontra correspondência no pensamento de Sen.

Para Sen (1997), os funcionamentos que devem ser considerados numa pesquisa sobre a pobreza precisam ser escolhidos em conformidade com aquilo que é socialmente aceitável como sendo prioritário, conforme dito por ele,

In the democratic context, values are given a foundation through their relation to informed judgements by the people involved [...] It is not so much a question of holding a referendum on the values to be used, but the need to make sure that the weights – or ranges of weights – used remain open to criticism and chastisement, and nevertheless enjoy reasonable public acceptance. Openness to critical scrutiny, combined with – explicit or tacit – public consent, is a central requirement of nonarbitrariness of valuation in a democratic society (SEN, 1997, p. 206).

A exemplo do que poderia acontecer numa pesquisa feita para países em desenvolvimento, Sen (1996, p. 57-58) indica a necessidade de se escolher poucos elementos, dada a prioridade social em questões mais urgentes.

In the context of some types of social analysis, e.g. in dealing with extreme poverty in developing economies, we may be able to concentrate to a great extent on a relatively small number of centrally important functionings and the corresponding basic capabilities (e.g. the freedom to be well nourished, well sheltered, and in good general health, the capability of escaping avoidable morbidity and premature mortality, the ability to move about freely, and so forth). In other contexts, the list may have to be longer and more diverse.

Não basta, porém, que a escolha se encontre socialmente respaldada. É necessário que o pesquisador explicita suas escolhas e os critérios que usou para tanto, conforme diz Sen (2000b, p. )

There can be substantial debates on the particular functionings that should be included in the list of important achievements and the corresponding capabilities. This valuational issue is inescapable in an evaluative exercise of this kind, and one of the main merits of the approach is the need to address these judgmental questions in an explicit way, rather than hiding them in some implicit framework.

Contrasta com essa abordagem a listagem de itens genéricos com fins universais, ou seja, para serem aplicados em quaisquer realidades, ao que Sen se declara frontalmente contrário:

I have nothing against the listing of capabilities but must stand up against a grand mausoleum to one fixed and final list of capabilities. [...] The problem is not with listing important capabilities, but with insisting on one predetermined canonical list of capabilities, chosen by theorists without any general social discussion or public reasoning (SEN, 2004b, p. 80 e 77)

As razões por ele apresentadas, para tanto, são as seguintes:

[P]ure theory cannot ‘freeze’ a list of capabilities for all societies for all time to come, irrespective of what the citizens come to understand and value. That would not only be a denial of the reach of democracy, but also a misunderstanding of what pure theory can do. [...] To insist on a fixed forever list of capabilities would deny

the possibility of progress in social understanding and also go against the productive role of public discussion, social agitation, and open debates. (SEN, 2004b, p. 78 e 80).

Essa abordagem, por sua vez, implicaria, segundo o autor tratado e também conforme Ravallion (1992), como visto acima, em que a escolha dos valores adotados determinaria a escolha do conceito de pobreza e, com este, a dos indicadores e mensuração com ele compatíveis.

A escolha de conceitos, indicadores e mensurações da pobreza a partir da política é tratada por Lok-Dessallien (1998). Essa autora considera que a diversidade de conceitos de pobreza corresponde uma diversidade ainda maior de indicadores e mensurações dos mesmos; entende que é preciso sistematizá-los conforme o tipo de política que faz chamada aos mesmos.

Depois de classificar os conceitos de pobreza em absolutos ou relativos, objetivos ou subjetivos e, enquanto privações, em fisiológicas ou sociológicas, a referida autora sugere os indicadores a serem escolhidos pelas políticas, bem como os problemas que tornariam complexa tal escolha.

A pobreza subjetiva – que pode ser entendida como correspondente àquilo que foi discutido acima como ótica welfarista – serviria, segundo a autora tratada, para incentivar decisões participativas.

As privações fisiológicas, como privação de renda, comida, roupa e proteção, teriam na renda e nas de necessidades básicas, seus grupos de indicadores. Esses serviriam a representar a diminuição da pobreza em termos de consumo, com relação àquela primeira corrente, e em termos de satisfação das necessidades, para a segunda corrente.

A pobreza enquanto, privação sociológica, por sua vez, à medida que estaria referenciada na suposição de que existem desigualdades estruturais e desvantagens inerentes, deveria ter, nas questões governamentais e no sistema distributivo e de acesso, seus indicadores.

As escolhas de indicadores, conforme chama à atenção a autora mencionada, seriam mais difíceis quando os conceitos de pobreza se subdividissem, dando origem a conceitos mais específicos ou entendimentos mais focados dos mesmos. Exemplo disso seria o conceito de pobreza absoluta, que é dividido em indigência, ou pobreza primária (às vezes chamada,



conforme lembra aquela autora, de pobreza absoluta) e pobreza secundária (às vezes, também segundo ela, adotado como conceito genérico de pobreza).

Outra ordem de problema resultaria, conforme pode ser depreendido da autora tratada, quando percebido que diversas óticas podem estar associadas a um mesmo conceito de pobreza, a depender da abordagem teórica da mesma. O conceito de pobreza como privação, por exemplo, ganharia em complexidade quando visto da ótica das capacidades humanas, uma vez que esta reuniria os aspectos fisiológicos e sociológicos, através da defesa da necessidade de expansão das oportunidades, como meio para reduzir a pobreza. Tal expansão adviria, por exemplo, do aumento de poder, de participação e de aptidões. Uma questão que a autora levanta, com relação a esse último conceito é: o que é uma boa participação política?

Também chama a atenção, a referida autora, para o fato de que os conceitos de pobreza podem ser apresentados de maneira combinada com outros conceitos. Com relação a isso, a autora comenta as seguintes combinações:

- a) Pobreza e Desigualdade, ou pobreza e equidade. Essa última seria mais usada do que a primeira, por conta da relação entre equidade e distribuição, ou porque seria mais fácil distribuir melhor sob condições iguais. Essa combinação seria usada como indicadores mais complexos para o entendimento de questões sobre o desenvolvimento;
- b) Pobreza e Vulnerabilidade. Vulnerabilidade diz respeito aos riscos externos, ou choques, atritos ou fragilidade de defesa. Vulnerabilidade é vista com relação a grupos sociais (por discriminação: de sexo, de classe, de etnia, de fatores regionais, de configuração familiar etc.). Nem toda minoria discriminada, contudo, é pobre. O conceito de vulnerabilidade combinaria com o de pobreza na dimensão desta, de privações (fisiológicas ou sociológicas).
- c) Pobreza e Exclusão. Não há consenso sobre o que é exclusão social. Alguns entendem exclusão social a partir do conceito de pobreza como privação (sociológica). Alguns consideram que a pobreza é uma das questões que caracterizam a exclusão social. A autora, contudo, acha que esse último caso está contido no conceito sociológico de pobreza (privação).
- d) Pobreza e Subdesenvolvimento. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997, segundo interpreta a autora, considera o primeiro como individual e o segundo como agregado. Sendo assim, o desenvolvimento humano teria duas perspectivas com relação à pobreza: o desenvolvimento agregado avalia a diminuição das privações de

todos os grupos, sem distinguir seus beneficiários, enquanto a outra forma de desenvolvimento é vista de baixo; do ponto-de-vista das privações individuais ou dos grupos.

Essas combinações podem inferir o conceito de pobreza a um significado específico. A depender de qual seja ele, gera-se o risco de indicar sentidos contrários para a análise da pobreza.

Outro problema, que pode gerar resultados contrários, é a consideração ou não de circunstâncias, tais como variação de preço ou mudanças de comportamento.

As mensurações dos conceitos e subconceitos de pobreza, por sua vez, podem ser entendidas como em Boltvinik (1998). O referido autor classifica os métodos de mensuração da pobreza em normativos, semi-normativos e não-normativos. No primeiro grupo considera todas as formas de mensuração da pobreza em termos de padrões mínimos de vida. Neste sentido, como medida de pobreza pode-se adotar um patamar (*threshold*), que serve como limiar e, assim, separa pobres de não-pobres.

Os métodos semi-normativos são aqueles que adotam patamares de pobreza não identificados com nenhuma noção de padrão mínimo de vida preestabelecido, também chamado pelo autor acima referido de “linha de pobreza revelada”. Esse método tem algumas vertentes. Pode ser entendido como puramente relativo, no caso do uso de linha de pobreza definida em termos de fração da população com relação à média, mediana ou modo; ou em termos de decís.

Também estariam inclusos naquele método, os de ponto de equilíbrio, exemplificado pelo autor por aqueles que consideram como patamar o nível de poupança zero e aqueles para os quais a porção da renda gasta em alimentos, ou coeficiente de Engel, é máximo. Esses métodos, contudo, teriam recebido fortes críticas. Por exemplo, Barreiros (*apud* BOLTVINIK, 1998, p. 11) teria considerado o coeficiente de Engel igual a 1, como sem utilidade como patamar da pobreza, por ter percebido, em seu estudo feito para o Equador, que isso só acontecia nas áreas rurais e, quando acontecia, a linha permitia adquirir alimentos que permitiam obter menos do que 50% das necessidades calóricas mínimas.

Ainda com relação aos métodos normativos ou semi-normativos, o autor os sub-classifica em multidimensional-direto, unidimensional-indireto e multidimensional-combinado.

O sub-conjunto multidimensional-direto é identificado, segundo ele, com as variantes das necessidades básicas não-satisfeitas. Uma parte dessas variantes, assim como entende o autor, presta-se mais a ranquear áreas geográficas, enquanto outra se presta mais a identificar famílias e domicílios pobres.

Naquelas que dizem respeito mais às áreas geográficas, uma linha de pobreza é definida para uma condição de mínimo em cada uma das dimensões da pobreza, dentre as quais o autor cita a alfabetização, água potável, requerimentos calóricos e protéicos. A população pobre é, então, identificada, como aquela que fica abaixo dessa linha.

O método empregado para sua análise pode ser o da fragmentação setorial, ou da integração setorial por área<sup>27</sup>. O primeiro consiste em listar, para cada região, todas as diferenças entre as necessidades e metas estipuladas. Essa variante se prestaria, apenas, a entendimentos setoriais da pobreza e não de toda ela.

O método da integração setorial por área é aquele que reúne algumas dimensões da pobreza num só índice composto, obtido através de procedimentos estatísticos, com os quais se definem pesos para as diferentes dimensões na formação do índice. O número resultante seria desprovido de significado próprio e serviria para ranquear áreas com relação a maiores e menores privações.

Os métodos que dizem mais respeito às famílias e domicílios do que às regiões são classificados por Boltvinik (1998) também em termos de fragmentação setorial, ou da integração setorial por área e, como sub-classificação, em restritos e gerais. A diferença entre essas duas últimas residiria, basicamente, no número de indicadores. Assim, os métodos gerais são aqueles que tentam captar todas as dimensões da pobreza.

Boltvinik (1998) apresenta como exemplo representativo dos métodos restritos o método que levanta poucas dimensões da pobreza e considera pobre a família ou domicílio que responde não, quando perguntado se aquela necessidade está satisfeita. Dessa forma, considera o autor que esses métodos não se prestam à agregação, nem à identificação de *gaps* ou intensidade da pobreza.

---

<sup>27</sup> Respectivamente, no original, **Fragmented sectorial e area-integrated sectorial** (BOLTVINIK, 1998, p. 12-13).

Esse método, chamado por Boltvinik (1998, p. 14) de variante Restrita Original<sup>28</sup>, pode se expandir na direção do geral. Quando esse acréscimo é feito para incluir valorações às perguntas (ao invés de meras respostas sim/não) ou à própria opinião da pessoa, então é chamado pelo autor de Restrito Ampliado<sup>29</sup> quando tenta expandir o alcance da generalização das dimensões da pobreza com o uso de poucos indicadores, esse método é chamado por Boltvinik (1998) de Generalizado Original<sup>30</sup>.

Um último método classificado pelo autor é o do IPH, apresentado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1997. O autor o deixa com esse nome, porque entende ser difícil sua classificação. Sua origem, segundo ele, está referenciada nos conceitos de *capabilities*, de Amartya Sen, voltando-se, contudo, especificamente para operacionalizar a representação das privações.

Resultando em um percentual ponderado da pobreza, esse método, segundo Boltvinik (1998), serve para a contagem do percentual de pessoas, em famílias ou domicílios cujas necessidades não são atendidas. Também serve tanto para ranquear áreas, que para Boltvinik são países – de forma fragmentada, ou integrada por área, setorialmente –, quanto como medida da pobreza. Por conta desse último aspecto, é semelhante a uma linha de pobreza.

### 3.3 INDICADORES DE POBREZA USADOS NA TESE

#### 3.3.1 Algumas Abordagens da Pobreza no Brasil

Azzoni (1997), Rocha (2001), Barros *et al* (2001) e Rocha (2003), podem ser entendidos como exemplos mais recentes de associação do tema pobreza com o problema da distribuição de renda no Brasil, à semelhança daquilo que fizeram, nos exemplos apresentados no capítulo anterior, Fishlow e Langoni. Assim o seriam porque buscam identificar o impacto do crescimento sobre a distribuição de renda e desta sobre a pobreza.

---

<sup>28</sup> Do original em inglês *Restricted Original*.

<sup>29</sup> Do original em inglês *Restricted Improved*.

<sup>30</sup> Do original em inglês *Generalized Original*.

Rocha (1998), ao observar que “um contingente significativo de pessoas não tem suas necessidades básicas atendidas” (no Brasil), define o critério que usará em sua obra de 2001 para analisar a evolução da pobreza no Brasil nos anos 70, 80 e 90. A autora analisa principalmente essas duas últimas décadas, com ênfase no período de implantação do Real e nos primeiros anos pós-Real. Assim, ocupa um papel fundamental, no seu entendimento, a consideração da pobreza absoluta como conceito-chave, porquanto, justifica a referida autora, coerente com a realidade sócio-econômica do país (ROCHA, 2003).

A renda, como indicador da pobreza absoluta, tornaria operacional esse conceito de pobreza, uma vez que, para Rocha (2001), “a economia brasileira é largamente monetizada” e “apenas 3,5% das famílias têm renda familiar igual a zero”. Com o uso desse indicador e relacionando pobreza a recursos econômicos, a autora sugere que, no caso brasileiro, a pobreza absoluta persiste porque está relacionada não à ausência de recursos, mas à má distribuição da renda (ROCHA, 1998, p. 2).

Uma investigação da pobreza absoluta, em termos de bem-estar, ou consumo, e a possibilidade de operacionalizar-se tal investigação através da renda, demandaria, segundo Rocha (2003), a definição de parâmetros de valor correspondente a uma cesta mínima tanto alimentar, equivalente à linha de indigência, e de outros parâmetros, associados ao atendimento de outras necessidades e correspondente à linha de pobreza.

Para basear tais linhas, Rocha (2003) leva em conta o consenso, segundo ela, presente entre os especialistas, de que existe, no Brasil, uma grande disponibilidade de informações sobre a estrutura de consumo das famílias com diferentes níveis de rendimentos. Para tratar, então, do consumo observado, Rocha (2003) menciona que, desde a década de 1970, a base de dados brasileira permite uma boa cobertura de informações sobre consumo, renda e características sócio-econômicas. As pesquisas de orçamento familiar (POF) permitiriam estabelecer as linhas de pobreza, com base no consumo observado. A Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) prestaria informações sobre rendimentos. A caracterização da pobreza seria possível a partir da combinação e cruzamento das informações obtidas dos bancos de dados dessas pesquisas.

Da análise de Rocha (2003), a pobreza teria reduzido nos anos setenta (período não explicado por Fishlow), por conta do aumento dos rendimentos, em geral e na base da distribuição, e no imediato implantação do Plano Real (1993-1995), pelo mesmo motivo.

Durante a década de oitenta a pobreza teria acompanhado o ciclo econômico, reduzindo-se, porém, na área rural e aumentando nas metrópoles.

O pós-Real estaria dando sinais de estabilização da pobreza absoluta, e, com isso, a herança estrutural da pobreza, aliada, agora, aos problemas deixados pela reestruturação produtiva na década de oitenta – com demanda de trabalho por mão-de-obra menos qualificada insuficiente para atender à oferta – exigiria do governo maior empenho em gastos sociais, enquanto durasse tal reestruturação, para que a pobreza absoluta não aumentasse.

Também sob o enfoque tratado, com um pequeno grau de discussão e formalidade, Barros *et al* (2001), utilizando-se de linhas monetárias de pobreza e indigência, à luz de dados das Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar (PNAD) e para um período que começa na década de 1970, chega às mesmas conclusões que Rocha (2003), sobre a relação entre o desempenho da economia e da diminuição da pobreza.

Semelhantemente aos dois últimos trabalhos citados, porém mais formalizado do que ambos, Azzoni (1997) chega às mesmas conclusões sobre o desempenho da pobreza a partir dos mesmos critérios.

Com relação ao trabalho de Rocha (2001; 2003), talvez o aspecto principal a diferenciar o trabalho de Azzoni (1997) seja a preocupação em identificar ou não traços de convergência entre as rendas. A regionalização com que cada um trabalha também diferencia as duas análises. Enquanto Rocha (2001; 2003) enfatiza a diferenciação entre urbano e rural e analisa as regiões metropolitanas, Azzoni (1997) faz a diferenciação das regiões em Regiões e estados, analisando a composição setorial da produção de cada um. Com isso, Azzoni diz que a distribuição de renda melhorou dentro das regiões e piorou entre elas.

Segundo o referido autor, o desempenho da pobreza teria acompanhado o da distribuição inter-regional. Quando a composição do produto regional demonstrava que as economias dos estados que respondem pela maior parte da produção da economia brasileira apresentaram rápido crescimento, a distribuição de renda inter-regional piorou. À medida que a pobreza acompanhou mais proximamente o desempenho daquelas economias, o desempenho da distribuição e suas conseqüências sobre o desempenho da incidência de pobreza assumiriam aspectos mais parecidos com aqueles explicados pela Teoria da Polarização. Com isso, seria frágil a argumentação em prol de uma análise de convergência – mesmo porque esta só aconteceu no período em que as maiores economias estavam com problemas de crescimento.

Baseado em dados da PNAD, 1996, e usando deflatores regionais da renda familiar per capita, como indicador de pobreza, ou seja, com uma metodologia bem menos complexa do que a usada por Rocha (2003), Camargo e Ferreira (2000) caracterizam os pobres de todo o país. Fazem isso usando como critérios de espaço a região geográfica, a localização urbana ou rural, o centro da região metropolitana e a periferia da região metropolitana. Tais critérios são usados como variáveis de verificação e identificação da pobreza, juntamente com os critérios de grau de dependência, condições de moradia (se com água tratada ou não; com saneamento ou não; com eletricidade ou não e com coleta de lixo ou não) e características do chefe de família (sexo, raça, idade, grau de escolaridade, se imigrante ou não, situação de emprego, tempo de emprego e setor de ocupação).

Como exemplos de caracterização da pobreza em grupos sociais ou comunidades, apresentam-se os textos a seguir.

Cortez e Oliveira (1999), com dados da Pesquisa Sócio-Econômica em Comunidades de Baixa Renda, realizada pela Sociedade Científica da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (SCIENCE) para as favelas da cidade do Rio de Janeiro, relativos aos anos de 1998 ou 1999, traçaram o perfil de cada Comunidade e de seu agregado calculando, para tanto, indicadores para a renda, educação, infância e habitação.

Enfocando mais a pobreza, Oliveira *et al* (2000, p. 3) com o uso dos mesmos dados de Cortez e Oliveira (1999), se propõem a “mapear o campo de possibilidades, bem como os limites da PCBR, para o estudo da pobreza urbana em articulação com o mercado de trabalho”. Para tanto, os autores citados comparam os dados da PCBR com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

No item economia dos resultados, os autores mostram que a participação de pessoas empregadas sem carteira e empregadas sem remuneração, no total de pessoas empregadas, é bem maior nas favelas do que na região metropolitana do Rio de Janeiro e do que no Brasil. O rendimento médio mensal do empregador e do trabalhador avulso também é muito menor do que o que acontece para a região metropolitana do Rio de Janeiro e para o Brasil.

Usando os micro dados dos Censos Demográficos<sup>31</sup> e Anuários Estatísticos do IBGE, para o ano de 2000, o IPARDES (2003) traça o perfil da pobreza no estado do Paraná por agregado, meso-regiões, aglomerações urbanas, e divisão rural e urbana. Estratos para os quais havia informações de orçamento das famílias na POF. Quantifica-se, então, a população pobre e identifica-se sua distribuição nas regiões do estado, além de características das famílias e seus responsáveis, que indicam situações de vulnerabilidade, com base em informações relativas ao mercado de trabalho e à renda.

### **3.3.2 A Escolha dos Indicadores**

#### **3.3.2.1 As Multidimensões da Pobreza**

Haq (2004, p. 8) chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento humano tem todos os elementos de um paradigma e, enquanto tal, não pode ser reduzido aos conceitos que lhes são próprios ou incorporados.

Conceitos de bem-estar social, de redes de segurança ou de investimentos em educação e saúde não deveriam ser igualados ao paradigma de desenvolvimento humano, que inclui tais aspectos, mas apenas como parte de um todo. O paradigma do Desenvolvimento Humano cobre todos os aspectos do desenvolvimento sejam esses o crescimento econômico, o comércio internacional, *deficits* orçamentários, política fiscal, poupança, investimento, tecnologia, serviços sociais básicos ou rede de segurança para os pobres. Nenhum aspecto do modelo de desenvolvimento fica de fora do seu escopo, mas a sua vantagem é o alargamento das escolhas das pessoas, e o enriquecimento das suas vidas.

#### **3.3.2.2 A Experiência com Indicadores no Brasil e a Proposição de Boltvinik Considerados**

Como apresentado anteriormente, a experiência brasileira com indicadores de pobreza remete para os trabalhos de Sônia Rocha, como referência. Uma de suas contribuições foi a elaboração e o uso de uma linha de pobreza regionalmente determinada.

Considerando-se a multidimensionalidade da pobreza – e entendendo-se, conforme defendido pela própria Sônia Rocha, como se vê adiante, que sua linha de pobreza seria unidimensional, mais voltada para captar aspectos relacionados ao consumo – o presente

---

<sup>31</sup> O uso dos micro dados dos Censos, contudo, permite atingir-se um grau de desagregação que vai até os municípios. É o que é feito nos capítulos seguintes.



trabalho se utiliza, também, do IPH-M elaborado recentemente por Rolim (2005), para averiguar outras dimensões possíveis da pobreza e relacioná-las com as de consumo.

Isso só é possível mediante a aceitação da proposição de Boltvinik, de que o IPH se assemelha à linha de pobreza em seus fins.

### **3.3.3 Linhas de Indigência e de Pobreza de Sônia Rocha**

A vasta literatura sobre o assunto, no Brasil, como rapidamente tratado no capítulo anterior, aponta para uma boa experiência com o uso de linhas de pobreza, principalmente no trabalho de Rocha (2003). Aquele trabalho, contudo apresenta resultados para agregados maiores do que o nível municipal.

À época em que foi elaborado o referido trabalho os resultados do censo 2000 ainda não tinham sido divulgados. Assim, a presente tese se beneficia da disponibilidade dos micro dados do Censo 2000 para mapear a pobreza desde o nível municipal. Tratar-se-á, a seguir, da contribuição de Rocha e da adaptação de sua linha de pobreza ao âmbito municipal.

Rocha (2003) define as linhas de pobreza absoluta com relação às necessidades básicas alimentares (linha de indigência) ou socialmente consideradas mínimas (linha de pobreza). Segundo a referida autora, por serem definidas, tão somente, com relação às necessidades essenciais à sobrevivência ou ao convívio social, essas linhas refletem uma única dimensão da pobreza, qual seja, aquela que diz respeito ao conceito de pobreza absoluta. Por isso são chamadas por Rocha (2003) de critérios unidimensionais da pobreza<sup>32</sup>.

Tais linhas podem ser, também segundo a autora citada, atribuídas em termos de consumo mínimo ou arbitrariamente. As linhas referenciadas no consumo mínimo são por ela utilizadas, em seu trabalho de 2003, como critério de pobreza. Das linhas de pobreza arbitrária, a autora trata de passagem.

Dede que o Banco Mundial definiu, para países de renda média, dentre eles o Brasil, a linha de pobreza de 1/3 do PIB *per capita*, com base em Hicks e Vetter (1983), disseminou-se, no Brasil, a adoção de linhas arbitrárias de pobreza. As linhas do Banco Mundial ignoram, segundo Rocha (2003, p. 44), as “diferenças no custo de vida e [a] dificuldade[s] na determinação de renda das famílias em cada caso”, assim como as linhas arbitrárias de

---

<sup>32</sup> Conforme visto no capítulo anterior, contudo, a discussão sobre pobreza absoluta e relativa é bem mais complexa. Para não entrar nesse debate, será adotada, a maneira como Rocha (2003) se refere às suas linhas.

pobreza aplicadas ao Brasil ignoravam as diferenças regionais e urbano-rurais de custo de vida.

Na década de 1980, segundo Rocha (2003), a maioria das abordagens da pobreza no Brasil utilizavam um múltiplo qualquer do salário mínimo como linha de pobreza.

As linhas de pobreza utilizadas em PNUD, IPEA e FJP (2003), por exemplo, adotam como linha de indigência o

Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 37,75 =  
Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 37,75,  
equivalentes a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de  
indivíduos é limitado àqueles que são membros ou que vivem em domicílios  
particulares permanentes.

E como linha de pobreza, o IBGE adota o seguinte:

Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 75,50 =  
Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50,  
equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de  
indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

As etapas de construção das linhas de pobreza, por Sônia Rocha, são apresentadas, segundo ela, como aproveitamento das experiências consolidadas na literatura internacional. Tais etapas consistem em: a) determinar as necessidades nutricionais da população em questão; b) estabelecer, a partir de informações da POF, a cesta de custo mínimo que atende às necessidades nutricionais determinadas na etapa anterior, definindo-se, com isso, a linha de indigência; c) a linha de pobreza é determinada como o valor da despesa não alimentar somado ao de despesa alimentar, quando o consumo alimentar é atingido.

As linhas de indigência e pobreza são traçadas para o menor estrato geográfico para o qual a amostra é estatisticamente significativa, o que, no caso brasileiro, são as grandes regiões geográficas, região metropolitana, área rural e área urbana, estratos esses permitidos, como visto acima, pelos formatos das pesquisas ENDEF e POF.

A autora construiu uma linha de pobreza a partir de pesquisa de orçamento familiar, com base em uma cesta ajustada de menor custo, que atende às necessidades nutricionais e cujo valor considera igual à linha de indigência. Depois de somado o valor dessa cesta com o consumo mínimo adequado de itens não-alimentares, a autora define uma linha de pobreza, como despesa total na faixa de renda da linha de indigência.

Para a construção da linha de indigência, a autora tratada confronta parâmetros divulgados pela FAO, de ingestão energética mínima, suficiente apenas para manter as

funções vitais do organismo em funcionamento, e, de ingestão não-mínima, recomendada com o uso de estimativas feitas por Ria Ellwanger (*apud* ROCHA, 2003, p. 54) para cestas de consumo definidas por regiões metropolitanas, da ingestão diária de calorias e identificação do custo mensal dos itens componentes de cada cesta.

A cesta de mais baixo custo, em cada região metropolitana, é identificada e ajustada para a recomendação não-mínima de calorias da FAO, excluindo-se, em seguida, os alimentos que representam uma ingestão inferior a uma caloria por dia. As calorias correspondentes a estes últimos são redistribuídas pelos itens restantes da cesta de cada região metropolitana.

Para a construção da linha de pobreza, a autora evitou o procedimento comum na literatura internacional, ou seja, partindo da hipótese de que a despesa alimentar é um percentual constante da despesa total, inferir as despesas do consumo não-alimentar da combinação do coeficiente de Engel, ora a partir da despesa alimentar, ora da despesa total.

A autora, considerando que a base de informação do Brasil o permite, adotou o décimo de classe de renda das famílias para o qual as necessidades energéticas mínimas foram atendidas e classificou as despesas não-alimentares correspondentes de acordo com as seis categorias do SNIPC, além de uma classe residual. A linha de pobreza é, então, obtida da soma do valor da cesta alimentar de mais baixo custo, ajustada, que atende às necessidades energéticas; com o valor das outras despesas daquela classe de renda, correspondendo, portanto, ao limite superior da classe de renda do *decil* mais baixo, onde as necessidades calóricas mínimas são supridas. Assim definida, a linha de pobreza absoluta acaba sendo menor do que a que pode considerar os gastos necessários para adquirir comida, como assim é tratado por Boltvinik (1996).

As linhas de pobreza e indigência são calculadas para áreas espaciais delimitadas, conforme o que permite a base de informações usada pela autora. Ela utiliza dados do Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), de 1974/75 e da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), de 1987/88 e 1995/96, o que permite uma diferenciação espacial em 24 áreas de análise, resultantes da reunião das áreas das duas pesquisas<sup>33</sup>, ao que corresponde a elaboração de 24 linhas de indigência e pobreza.

Com relação à atualização dos preços dos itens alimentares e das despesas com não-alimentos, por conta da diferença de datas entre as pesquisas que fornecem os dados, Rocha

---

<sup>33</sup> O que equivale a acrescentar às 22 áreas da Endef, as áreas de Goiânia e Brasília, constantes da POF.

(2003) utiliza o INPC-alimentação para a linha de indigência, assim como – por motivos que serão vistos adiante – os grupos do INPC para os itens não-alimentos.

O hibridismo de fonte de dados também implicou a recorrência às relações de custo entre as linhas de pobreza urbana, rural e metropolitana, calculadas por Fava (*apud* ROCHA, 2003, p. 67), com base no ENDEF, para suprir a lacuna sobre preços deixada pelo SNIPC (que se limita às regiões metropolitanas); e, sobre as áreas urbana e rural de Goiânia e Brasília, em relação à lacuna deixada pela POF (que se limita às mesmas 9 regiões metropolitanas e inclui aquelas duas cidades).

### 3.3.3.1 Procedimentos para Utilização das Linhas de Pobreza e de Indigência de Sônia Rocha no Presente Trabalho

Neste trabalho, busca-se mapear a pobreza e a indigência por municípios e microrregiões dos estados do Paraná e de Sergipe, mas as áreas da análise de Rocha(2003) não se referem às áreas urbana e rural desses estados, da mesma forma que não contemplam, separadamente, a capital de Sergipe (Aracaju). Por isso, utilizar-se-á do mesmo procedimento feito pela autora para estimar indicadores de pobreza de áreas urbana e rural para as unidades da federação<sup>34</sup>, ou seja, serão aplicadas as linhas de pobreza e indigência estimadas para as áreas urbana e rural da região geográfica, às unidades de federação, que, no caso, são Paraná e Sergipe. Neste sentido, uma vez que as regiões metropolitanas da ENDEF e da POF, consideradas pela autora tratada, não incluem Aracaju, serão utilizadas, quando se fizer referência a Aracaju, as linhas de indigência e pobreza estimadas para a região metropolitana de Salvador.

Os dados de renda e de caracterização, utilizados no presente trabalho, foram extraídos dos micro dados do Censo 2000, e, sendo a data de referência deste a de 1º. de agosto de 2000, os valores das linhas de indigência e de pobreza da última data para a qual elas foram estimadas por Rocha (2003) – setembro de 1999–, foram atualizados até o mês de julho de 2000.

Essa atualização monetária foi feita conforme os procedimentos acima descritos, de regionalização, para o Paraná e Sergipe e com os mesmos índices usados por Rocha (2003) –

---

<sup>34</sup> Os indicadores de pobreza para as unidades de federação são apresentados em tabelas anexas ao livro de 2003 de Sônia Rocha.

INPC-alimentação e INPC médio, para os demais grupos – para as regiões metropolitanas de Curitiba e Salvador. Foi mantida a relação de custo estimada para setembro de 1999, conforme as referidas regiões metropolitanas, com relação às áreas urbana e rural de cada respectiva região geográfica. As linhas de pobreza e indigência, assim obtidas para as áreas dos estados do Paraná e de Sergipe, são apresentadas na tabela 01, a seguir.

Tabela 01 – Linhas de pobreza e de indigência de Sônia Rocha atualizadas para 1º. de agosto de 2000 e adaptadas para Paraná, Sergipe e suas áreas urbana e rural.

Paraná	Set/1999					Índices em jul/2000 (set/1999 = 100)			
	Linha de Pobreza	Linha de Indigência	Relação de custo com região metropolitana	Linha de Indigência	Relação de custo com região metropolitana	INPC-Outr	INPC-Alim	Linha de Pobreza atualizada	Linha de Indigência atualizada
Curitiba	106,55	29,75		29,75		107,65	107,19	114,70	31,89
Urbano	71,37	28,47	66,98%	28,47	95,70%			76,83	30,52
Rural	48,11	22,45	45,15%	22,45	75,46%			51,79	24,06
Sergipe									
Aracaju	114,93	36,67		36,67		104,55	105,44	120,16	38,66
Urbano	78,15	26,74	68,00%	26,74	72,92%			81,71	28,19
Rural	47,14	23,23	41,02%	23,23	63,35%			49,28	24,49

Fonte: elaboração própria a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

### 3.3.3.1.1 Critério Familiar ou Domiciliar?

A linha de pobreza, tomada acima como critério para identificação das variáveis com ela relacionadas, é a de renda *per capita* familiar. Nesta linha, uma família que esteja em um domicílio cujas demais famílias tenham uma renda *per capita* superior é considerada pobre, independentemente do fato de que as famílias residentes nesse domicílio sejam solidárias na renda.

Uma linha alternativa àquela é a de renda *per capita* domiciliar, defendida por Feijó (2003) e Faria (2006), dentre outros, apresentada como alternativa à de renda *per capita* familiar no capítulo em Expert Group (2006, p. 49). Com ela, as famílias residentes em um mesmo domicílio seriam consideradas solidárias na renda.

Essas linhas têm em comum, segundo Expert Group (2006), a consideração de solidariedade com relação à alocação de recursos, visto que seria impossível distinguir-se, dentre os membros da família ou do domicílio, a distribuição dos mesmos. Isso justificaria, também segundo o autor citado, a prática comum de linhas *per capita* como forma de

construir medidas de mesmo conteúdo para diferentes tamanhos e composições de famílias ou domicílios.

Assim como a linha de renda *per capita* familiar, a domiciliar apresentaria, segundo Expert Group (2006), ganhos de escala nas despesas fixas de aluguel, bens e utensílios em comum etc., quanto maiores fossem as famílias ou o número delas em um mesmo domicílio.

Essa linha, contudo, apresentaria o problema de não considerar a pobreza nos domicílios coletivos, pois os dados que permitem seu cálculo dizem respeito apenas ao domicílio particular<sup>35</sup>. Esse problema diz respeito àquilo que é tratado em Expert Group (2006) como o tipo ou composição da família tendo importância, e a não informação para domicílios coletivos escamoteia o alcance dessa importância para a análise.

Para tratar quantitativamente da diferença entre os dois critérios, trar-se-á à tona o problema da família com renda zero, usando as linhas de pobreza e indigência de Sônia Rocha.

Para um nível mais desagregado de áreas espaciais do que o utilizado por Sônia Rocha, por exemplo, é esperado que os quantitativos de famílias com renda nula venham a ser consideráveis, principalmente em áreas municipais, o que pode aumentar significativamente o número de famílias indigentes. O impacto disso para a análise deve ser, portanto, previamente analisado, de modo que se possa evitar os vieses de superestimação causados por possíveis quantitativos.

Conforme pode ser visto na tabela 02, a estimativa de participação de famílias cuja renda *per capita* é nula, no total de famílias pobres, é alta. O percentual ultrapassa 50%, no Paraná e aproxima-se dos 50%, em Sergipe, quando se considera, apenas, o grupo de famílias indigentes. Esses percentuais são mais altos para o estado do Paraná do que para o de Sergipe.

O percentual de famílias com renda *per capita* zero, dentre os indigentes nos municípios do estado do Paraná, chega a 100% no município de Quatro Pontes e, no estado de Sergipe, chega a 81,1%, no município de General Maynard.

Tais participações, portanto, justificam um tratamento destacado das situações de renda nula na família.

---

<sup>35</sup> Aliado a isso, as informações são extraídas de maneiras diferentes e a partir de banco de dados distintos. Por exemplo, a renda *per capita* domiciliar é extraída diretamente do banco de dados de questionário de domicílios, enquanto a renda *per capita* familiar combina esse banco de dados com o de pessoas. Para maiores detalhes, ver anexo “memória de cálculo”.

Tabela 02 – Número de famílias pobres, indigentes e com renda nula e participações dessas últimas nos totais das primeiras (Paraná e Sergipe, 2000)

Estado	Famílias Pobres	Famílias Indigentes	Famílias com renda <i>per capita</i> = 0	% das famílias pobres	% das famílias indigentes
Paraná	614.177	192.982	125.343	20,4%	65,0%
Sergipe	224.924	88.450	42.721	19,0%	48,3%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Consideradas, estritamente, as famílias com renda nula, no estado do Paraná, 29.927 delas, ou seja, 24,3% das famílias com renda *per capita* zero, moram com outras famílias em um mesmo domicílio.

Para 47,1% das famílias com renda *per capita* zero, que moram com outras famílias na região metropolitana de Curitiba, a renda domiciliar *per capita* é superior à linha de pobreza. Semelhantemente, para 45,3% das famílias na mesma situação, mas que moram na área urbana do estado, excluída a região metropolitana de Curitiba, a renda *per capita* dos domicílios onde moram é maior do que a linha de pobreza. Da mesma forma, para 28,2% das famílias de renda *per capita* zero, residentes com outras famílias na zona rural do estado, excluída a região metropolitana de Curitiba, a renda *per capita* dos domicílios onde moram é superior à linha de pobreza.

Em 29.927 famílias, que moram com outras famílias no Paraná a renda é nula; 13.652 (45,6%) os responsáveis por elas são, também, responsáveis pelo domicílio. Semelhantemente, em 41,1% daquelas famílias, os responsáveis são filhos do responsável pelo domicílio. Visto que em 86,7% das famílias que têm renda nula e residem com outras famílias, no Paraná, os responsáveis são também responsáveis pelo domicílio, ou filhos dele, há uma enorme possibilidade de serem as famílias residentes nesses domicílios solidárias na renda.

Quadro semelhante pode ser visto com relação ao estado de Sergipe.

Em Sergipe, o percentual de famílias com renda *per capita* zero e que moram com outras famílias é menor, qual seja, 31,2%. Destas, na área urbana, excluída Aracaju, para os domicílios de 16,5% das famílias que têm renda *per capita* nula, a renda *per capita* é inferior à linha de pobreza. Em Aracaju, esse percentual é de 30,6%, e, na área rural, excluído Aracaju, é de 6,1%.

Todos os responsáveis por essas famílias de renda nula são, no caso sergipano, responsáveis também pelo domicílio onde a renda *per capita* é superior à linha de pobreza.

Diante do que foi exposto, pode-se considerar as linhas de pobreza e indigência com relação não mais à renda familiar, mas à renda domiciliar cujos quantitativos de famílias pobres são apresentados na tabela 03, e compará-los com os da tabela 02.

Tabela 03 – Número de domicílios pobres, indigentes e com renda nula e participações desses últimos nos totais dos primeiros (Paraná e Sergipe, 2000)

Estado	Domicílios Pobres (A)	Domicílios Indigentes (B)	Domicílios com renda per capita = 0 (C)	(B/A)	C/A
Paraná	466.056	159.913	95.778	20,6%	59,9%
Sergipe	207.532	82.901	37.995	18,3%	45,8%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Comparando-se as tabelas 02 e 03 percebe-se que os percentuais de famílias com renda nula, no total de famílias pobres e indigentes, só não baixa, sob o critério de renda *per capita* domiciliar, na relação entre as famílias de renda nula e pobres paranaenses. O Paraná, porém, é o que apresenta a maior queda, em pontos percentuais, de participação das famílias nas famílias pobres ou indigentes, o que acontece para o caso do percentual de famílias com renda nula nas famílias indigentes paranaenses.

Esses percentuais próximos, apesar de menores na maioria deles, referem-se, contudo, a quantitativos de famílias pobres e indigentes bem menores, no critério de renda *per capita* domiciliar, do que no critério de renda *per capita* familiar.

A diferença não é muito influenciada pelo fato de, no critério de renda domiciliar, não serem computadas as rendas de domicílios coletivos, pois apenas 2,3% no Paraná, e 0,6%, em Sergipe, das famílias pobres, moram em domicílios coletivos. Assim, retiradas as famílias pobres que moram em domicílios coletivos, considerando-se o critério de renda *per capita* familiar o número de famílias pobres cai de 614.177 para 599.921, no estado do Paraná e de 224.924 para 223.517, no estado de Sergipe. Mesmo depois de descontadas tais famílias da contagem, a comparação com os quantitativos sob o critério de renda *per capita* domiciliar ainda revela uma grande diferença entre os quantitativos obtidos sob esses diferentes critérios.



Considerando, portanto, a grande possibilidade de as famílias com renda nula residirem em domicílios onde podem contar com a solidariedade de outras famílias na repartição da renda, e estendendo tal suposição para todos os domicílios onde residem mais de uma família, opta-se, aqui, por uma escolha pelo critério de renda domiciliar *per capita* para comparabilidade com as linhas de pobreza e indigência, quando da mensuração da pobreza. Com isso, abandona-se o critério de família como unidade de medida da pobreza para tratar de domicílios pobres e indigentes. Cabe observar, contudo, que tal escolha implica, comparados os estados, que a contagem de pobres e indigentes no novo critério beneficia o estado do Paraná, para o qual a queda no número de pobres é maior<sup>36</sup>.

Antes de usar as linhas definidas para o critério domiciliar, no próximo capítulo, cabe excluir a pobreza temporária ou circunstancial desta análise.

Quando da entrevista para os dados do Censo 2000, o número de pessoas com idade superior a 10 anos que morava nos domicílios – contados, até agora, como pobres, pelo critério de renda *per capita* domiciliar – era de 1.329.123 no estado do Paraná. 993.878 (74,8%) pessoas residentes em domicílios pobres e que faziam parte da PEA declararam que estavam sem trabalho na semana de referência da pesquisa<sup>37</sup>. Destas, 217.488 (21,9%), que residem em 161.316 domicílios, informaram estar tomando providências para conseguir trabalho.

Semelhantemente, das 921.931 pessoas acima de 10 anos, que moravam em domicílios até agora contados como pobres, 473.871 (51,4%) declararam estar sem trabalho na semana de referência do Censo. Destas, 79.925 (16,9%), que residem em 68.595 domicílios, também afirmaram estar tomando providências para conseguir trabalho.

Considerando essas pessoas que se declararam sem trabalho mas providenciando consegui-lo, avalia-se o efeito da renda do trabalho para a renda dessas pessoas e suas possíveis conseqüências sobre a contagem de domicílios pobres.

Conforme pode ser visto na tabela 04, não menos de 90%, em cada estado, daquelas pessoas tratadas acima, que se declararam procurando trabalho, são filhos ou enteados do responsável pelo domicílio pobre, cônjuge dele ou o próprio responsável.

---

<sup>36</sup> Sob o critério de renda *per capita* domiciliar, para o Paraná, o número de pobres representa 75,9% daquele estimado com o critério de renda *per capita* familiar, enquanto o de indigentes representa 82,9%. Já para o estado de Sergipe, esses percentuais são de, respectivamente, 92,3% e 93,7%. Essas informações são extraídas da comparação entre os dados das tabelas 02 e 03.

<sup>37</sup> 23 a 29 de julho de 2000.

Tabela 04 – Número de pessoas sem trabalho, na semana de referência do Censo, que estavam tomando providências para consegui-lo, por relação com o responsável pelo domicílio (Paraná e Sergipe, 2000)

	Total (A)	Responsável (B)	Cônjuge (C)	Filho ou enteado (D)	B/A	C/A	D/A
Paraná	217488	79152	48090	76537	36,4%	22,1%	35,2%
Sergipe	79925	21581	15546	35486	27,0%	19,5%	44,4%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Considerando-se os domicílios pobres de renda *per capita* não nula, a renda do responsável pelo domicílio pobre responde, em média, por 75,58% da renda domiciliar, no Paraná, e por 72,78% dela, no estado de Sergipe, como pode ser visto na tabela 05.

Tabela 05 – Média da participação da renda do entrevistado na renda do domicílio pobre, por relação com o responsável pelo domicílio (Paraná e Sergipe, 2000)

	Responsável	Cônjuge	Filho ou enteado
Paraná	75,58%	13,24%	11,44%
Sergipe	72,78%	14,74%	11,56%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Essas médias caem para 35,59%, no estado do Paraná, e 26,7% no de Sergipe, quando são considerados, apenas, os domicílios pobres onde as pessoas se dizem sem trabalho e providenciando conseguir algum.

Tal quadro se repete tanto em termos das microrregiões, quanto dos municípios dos dois estados.

Para o estado do Paraná, conforme pode ser visto na tabela 06, em termos da relação da pessoa pobre para com o responsável pelo domicílio, em todas as microrregiões, assim como em todos os municípios, é o próprio responsável quem detém a maior parte da renda domiciliar.

Semelhantemente ao quadro para todo o estado, a participação da renda do responsável pelo domicílio no total da renda domiciliar é sempre superior, tomando-se todos os domicílios pobres, do que considerando apenas aqueles onde alguma pessoa se disse sem trabalho e à procura do mesmo. Assim, a microrregião de menor participação da renda do responsável pelo domicílio pobre, sem discriminar-se quanto à situação de trabalho, é a Lapa (62,7%). Por outro lado, considerando-se, apenas os domicílios pobres onde pessoas se

disseram sem trabalho, mas desejosas de tê-lo, a microrregião de maior participação da renda do responsável pelo domicílio na renda do próprio domicílio é Palmas (52,16%).

No tocante aos municípios paranaenses, apenas em um município, Entre Rios do Oeste, o responsável pelo domicílio responde por menos de 50% da sua renda (39,4%), em se tratando de todos os domicílios pobres. Considerados apenas os domicílios onde alguma pessoa se disse à procura de trabalho, apenas em 49 municípios, dos 396 onde existem essas pessoas, o percentual de renda do responsável pelo domicílio, com relação à renda domiciliar, é maior do que 50%.

Tabela 06 – Média da participação da renda do entrevistado na renda do domicílio pobre, por relação com o responsável pelo domicílio (Paraná, Microrregiões, 2000)

Nome da Microrregião	Todos os domicílios pobres			Domicílios pobres onde alguma pessoa se declarou sem trabalho e desejosa de obtê-lo.		
	Responsável	Cônjuge	Filho ou enteado	Responsável	Cônjuge	Filho ou enteado
Apucarana	76,84%	12,22%	11,07%	30,00%	2,13%	1,38%
Assaí	75,51%	12,57%	10,95%	31,84%	2,34%	0,93%
Astorga	74,52%	12,47%	13,71%	25,97%	1,16%	0,51%
Campo Mourão	77,26%	11,54%	11,14%	27,97%	2,03%	0,93%
Capanema	83,03%	8,25%	7,20%	29,46%	0,00%	1,27%
Cascavel	75,85%	12,88%	11,15%	23,28%	3,36%	1,69%
Cerro Azul	78,92%	9,20%	11,52%	32,42%	2,95%	1,00%
Cianorte	74,90%	13,90%	12,38%	21,41%	0,00%	0,36%
Cornélio Procopio	75,62%	13,46%	11,52%	26,64%	1,09%	0,70%
Curitiba	72,48%	18,19%	12,10%	24,98%	3,44%	2,13%
Faxinal	76,11%	13,10%	11,54%	18,23%	0,00%	3,06%
Floraí	72,75%	18,06%	13,25%	24,80%	3,08%	3,23%
Foz do Iguaçu	68,99%	17,41%	13,50%	19,76%	1,46%	1,42%
Francisco Beltrão	79,32%	10,72%	9,07%	26,20%	3,83%	3,53%
Goioerê	76,04%	11,56%	11,42%	23,26%	2,63%	0,69%
Guarapuava	77,98%	9,37%	11,57%	33,68%	2,49%	2,33%
Ibaití	80,63%	7,15%	11,30%	35,43%	0,66%	5,10%
Irati	80,45%	9,42%	9,02%	27,80%	2,51%	2,85%
Ivaiporã	77,23%	10,09%	10,66%	29,32%	1,17%	0,60%
Jacarezinho	76,15%	12,63%	12,15%	30,02%	1,71%	0,98%
Jaguariaíva	81,20%	7,79%	12,02%	24,18%	0,00%	0,65%
Lapa	67,22%	20,39%	10,39%	20,33%	0,00%	0,54%
Londrina	71,53%	16,86%	12,25%	29,42%	3,60%	2,07%

Continuação da tabela 06

Nome da Microrregião	Todos os domicílios pobres			Domicílios pobres onde alguma pessoa se declarou sem trabalho e desejosa de obtê-lo.		
	Responsável	Cônjuge	Filho ou enteado	Responsável	Cônjuge	Filho ou enteado
Maringá	70,73%	16,96%	13,93%	23,34%	2,79%	4,04%
Palmas	80,73%	8,03%	9,89%	52,16%	6,25%	3,54%
Paranaguá	76,16%	12,67%	11,28%	23,88%	6,57%	1,97%
Paranavaí	75,30%	12,96%	13,17%	32,66%	1,51%	2,15%
Pato Branco	76,55%	12,83%	10,19%	24,43%	1,74%	1,44%
Pitanga	78,68%	10,23%	10,41%	19,22%	2,48%	2,20%
Ponta Grossa	75,29%	14,51%	10,19%	31,17%	2,57%	0,60%
Porecatú	72,96%	13,03%	11,90%	31,74%	3,17%	0,65%
Prudentópolis	84,45%	5,78%	8,57%	29,40%	1,01%	1,19%
Rio Negro	74,73%	12,29%	11,34%	33,53%	2,09%	0,32%
São Mateus do Sul	80,56%	9,46%	8,87%	23,68%	0,00%	2,13%
Telêmaco Borba	78,11%	8,28%	12,13%	33,35%	0,00%	0,43%
Toledo	73,84%	14,00%	13,12%	24,65%	4,35%	1,42%
Umuarama	77,71%	11,99%	11,12%	29,51%	0,84%	2,11%
União da Vitória	83,29%	7,47%	7,54%	37,37%	3,22%	2,68%
Wescleslau Braz	76,48%	10,90%	11,93%	21,94%	1,13%	2,09%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

No estado de Sergipe, a situação não é muito diferente. A diferença de patamar do percentual da renda do responsável pelo domicílio pobre na renda domiciliar, entre todos os domicílios pobres e apenas naqueles onde alguém se declarou sem trabalho e procurando um, é semelhante à situação para o estado do Paraná.

Como pode ser visto na tabela 07, enquanto nas microrregiões sergipanas, a menor parcela da renda do responsável pelo domicílio pobre, no total da renda do domicílio, sem discriminar a situação de trabalho dos moradores do domicílio, é de 69,13% e ocorre na microrregião de Aracaju, considerando-se a declaração de pessoas sem trabalho e tomando providências com relação a isso, a maior parcela daquela renda é de 55,49% e ocorre na microrregião do Cotinguiba.

A menor parcela da renda do responsável pelo domicílio no total da renda domiciliar é de 64,10% e acontece no município de Arauá.

Separados os domicílios onde alguém se declarou sem trabalho, mas procurando-o, a máxima participação daquela supracitada é de 78,4%, mas apenas 11 municípios, dentre os 79, apresentaram percentuais superiores a 50%.

Depreende-se, do que foi dito acima, para os dois estados, que geralmente o responsável pelo domicílio responde por mais de 50% da renda domiciliar, e, estando esse à procura de trabalho, tal participação cai para abaixo de 50%. Com base nisso, simular-se-á o impacto que teria a obtenção da renda do trabalho sobre a renda desses responsáveis pelo domicílio que procuram trabalho, e, a partir disso, sobre a contagem de domicílios pobres.

Tabela 07 – Média da participação da renda do entrevistado na renda do domicílio pobre, por relação com o responsável pelo domicílio (Sergipe, Microrregiões, 2000)

Nome da Microrregião	Todos os domicílios pobres			Domicílios pobres onde alguma pessoa se declarou sem trabalho e desejosa de obtê-lo.		
	Responsável	Cônjuge	Filho ou enteado	Responsável	Cônjuge	Filho ou enteado
Agreste de Itabaiana	76,95%	12,52%	10,39%	37,85%	4,32%	0,89%
Agreste de Lagarto	78,21%	9,60%	11,22%	41,82%	2,03%	0,66%
Aracaju	69,13%	19,50%	11,84%	28,61%	3,86%	1,58%
Baixo Cotinguiba	74,69%	16,24%	9,96%	55,49%	6,05%	1,51%
Boquim	70,57%	11,11%	13,79%	28,77%	1,16%	1,56%
Carira	74,04%	13,98%	11,64%	38,57%	1,51%	0,51%
Cotinguiba	72,58%	13,77%	13,25%	39,97%	0,25%	5,38%
Estância	76,45%	11,74%	10,60%	52,25%	2,40%	1,45%
Japarutuba	74,97%	14,88%	10,10%	43,79%	1,63%	1,47%
Nossa Senhora das Dores	72,87%	13,99%	11,71%	51,67%	3,63%	0,59%
Propriá	73,21%	15,20%	11,21%	26,35%	4,70%	1,47%
Sergipana do Sertão do São Francisco	74,72%	12,07%	10,92%	21,55%	0,44%	1,05%
Tobias Barreto	70,53%	16,03%	12,17%	31,07%	4,54%	2,43%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Nas tabelas 08 e 09 também pode ser observado que, das médias estimadas para as componentes da renda do responsável pelo domicílio pobre, que tinha trabalho remunerado, a renda do trabalho principal representava a maior parcela de sua renda total, sendo tais parcelas de 97,3%, no estado do Paraná, e de 95,7% no de Sergipe. Os percentuais de aposentadorias e pensões ocupam a segunda colocação, em ambos os estados, com 1,4%, no estado do Paraná e 2,2%, no de Sergipe.

Esses percentuais tanto caem, quanto têm suas ordens alteradas, quando se trata dos responsáveis pelo domicílio pobre, que se declararam sem trabalhomas tomando providências para consegui-lo, na semana de referência do Censo. Assim, a participação da renda de

aposentadorias e pensões assume o primeiro lugar, com 32,6%, no Paraná e 32,4%, em Sergipe.

É interessante perceber o que segue em segundo lugar, em termos de participação na renda total do responsável pelo domicílio pobre, que se declararam sem trabalho. No caso do Paraná, renda mínima, bolsa escola ou seguro desemprego ocupa a segunda maior parcela, com 30,2%. Já para o estado de Sergipe, essa colocação é ocupada por outros rendimentos, com 25,5%, ficando a renda mínima, bolsa escola ou seguro desemprego apenas em quarta colocação.

Esses perfis são semelhantes aos apresentados para as microrregiões e municípios de ambos os estados.

Tabela 08 – Componentes da renda média do responsável pelo domicílio pobre e suas participações médias (Paraná, 2000)

	Responsáveis pelo domicílio pobre	Trabalho	Aposentadoria e pensão	Aluguel	Pensão Alimentícia, mesada ou doação	Renda mínima, bolsa-escola ou seguro desemprego	Outros	Total
Médias	com trabalho	194,28	2,86	0,63	0,63	0,31	0,32	199,76
	sem trabalho		8,07	2,59	3,54	7,47	3,08	24,75
Percentuais		97,3%	1,4%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	
		0,0%	32,6%	10,5%	14,3%	30,2%	12,4%	

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Tabela 09 – Componentes da renda média do responsável pelo domicílio pobre e suas participações médias (Sergipe, 2000)

		Trabalho	Aposentadoria e pensão	Aluguel	Pensão Alimentícia, mesada ou doação	Renda mínima, bolsa-escola ou seguro desemprego	Outros	Total
Médias	Pobres	153,85	3,51	0,77	0,63	0,37	0,42	160,79
	Pobres Desempregados		9,78	2,44	6,24	3,98	7,69	30,14
Percentuais		95,7%	2,2%	0,5%	0,4%	0,2%	0,3%	
		0,0%	32,5%	8,1%	20,7%	13,2%	25,5%	

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Para as microrregiões do Paraná e responsáveis pelo domicílio que tinham trabalho remunerado no período de referência do Censo, como pode ser visto na tabela 10, os

percentuais tratados estão relativamente bem distribuídos. A participação mínima da renda do trabalho no total da renda do responsável pelo domicílio pobre era de 95,3% e a máxima de 98,9%. Considerados, apenas, os domicílios onde esses responsáveis estavam sem trabalho no período de referência do Censo e estavam providenciando para conseguir trabalho, pode ser visto na tabela 11 que a maior parcela de aposentadorias e pensões se repete para 22 das 39 microrregiões. Para 13 microrregiões paranaenses, os rendimentos de Renda mínima, bolsa-escola ou seguro desemprego é a maior fonte de rendas. Para 3 outras microrregiões são outras as fontes de rendimento e para apenas uma o aluguel é a principal fonte de rendimentos.

Para o estado de Sergipe, tais participações podem ser vistas nas tabelas 12 e 13.

A participação mínima da renda do trabalho no total da renda do responsável pelo domicílio pobre, que tinha trabalho, é de 94,4% e a máxima é de 98,4%, como pode ser visto na tabela 12.

Considerados os domicílios onde o responsável se disse sem trabalho, mas providenciando algum, como visto na tabela 13, a maioria apresentada para todo o estado, de pensões e aposentadoria na composição da renda do respectivo responsável, repete-se para sete microrregiões. Para cinco microrregiões sergipanas, a maior parte da renda tratada tem como origem outros rendimentos e, em apenas uma microrregião, a pensão alimentícia, mesada ou doação responde pela maior parte da renda em questão.

Tabela 10 – Componentes da renda média do responsável pelo domicílio pobre e suas participações médias (Paraná, microrregiões, 2000)

Nome da Microrregião	Trabalho (A)	Aposentadoria e pensão (B)	Aluguel	Pensão Alimentícia, mesada ou doação	Renda mínima, bolsa-escola ou seguro desemprego	Outros	Total (C)	A/C	B/C
Apucarana	179,48	2,44	0,55	0,67	0,30	0,01	183,61	97,76%	1,33%
Assaí	154,91	1,91	0,77	1,06	0,24	0,07	159,51	97,11%	1,20%
Astorga	177,13	1,53	1,17	1,34	0,43	0,24	182,27	97,18%	0,84%
Campo Mourão	157,07	2,54	0,35	0,30	0,12	0,12	160,88	97,63%	1,58%
Capanema	148,79	2,17	0,00	0,14	0,51	0,00	152,89	97,32%	1,42%
Cascavel	159,59	2,90	0,69	0,40	0,29	0,54	164,85	96,81%	1,76%
Cerro Azul	169,43	6,51	0,00	0,26	0,00	0,12	177,81	95,29%	3,66%
Cianorte	168,43	1,69	0,66	0,72	0,00	0,16	172,14	97,84%	0,98%

Continuação da tabela 10

Nome da Microrregião	Trabalho (A)	Aposentadoria e pensão (B)	Aluguel	Pensão Alimentícia, mesada ou doação	Renda mínima, bolsa-escola ou seguro desemprego	Outros	Total (C)	A/C	B/C
Cornélio Procópio	165,60	2,71	0,45	1,28	0,00	0,41	170,75	96,98%	1,59%
Curitiba	271,58	3,33	0,89	0,72	0,38	0,43	278,35	97,57%	1,20%
Faxinal	146,48	2,62	0,36	0,26	1,82	0,00	151,73	96,54%	1,73%
Floraí	166,06	0,76	0,00	0,27	1,09	0,33	168,51	98,55%	0,45%
Foz do Iguaçu	186,03	1,67	0,73	0,40	0,08	0,05	190,00	97,91%	0,88%
Francisco Beltrão	133,19	2,95	0,53	0,60	0,39	0,55	139,04	95,79%	2,12%
Goioerê	142,75	2,67	0,26	0,39	0,00	0,02	146,67	97,33%	1,82%
Guarapuava	156,77	2,22	0,24	0,44	0,26	0,59	161,12	97,30%	1,38%
Ibaiti	155,76	1,73	1,02	0,27	0,04	0,00	159,25	97,81%	1,09%
Irati	153,27	2,09	0,51	0,16	0,00	0,22	156,64	97,85%	1,33%
Ivaiporã	128,94	2,84	0,23	0,44	0,93	0,28	134,48	95,88%	2,11%
Jacarezinho	177,17	5,68	0,76	1,44	0,06	0,00	185,12	95,71%	3,07%
Jaguariaíva	177,06	1,11	0,00	0,86	0,00	0,00	179,03	98,89%	0,62%
Lapa	156,95	2,84	0,80	0,00	0,00	0,04	161,19	97,37%	1,76%
Londrina	196,55	3,01	0,98	0,75	0,38	0,51	202,83	96,91%	1,49%
Maringá	189,26	1,92	0,93	0,77	0,20	0,47	194,25	97,43%	0,99%
Palmas	169,82	3,09	0,72	0,72	1,57	0,73	177,03	95,92%	1,75%
Paranaguá	189,42	3,64	0,43	0,19	0,70	0,10	196,53	96,38%	1,85%
Paranavaí	164,45	3,09	0,66	1,22	0,20	0,06	170,66	96,36%	1,81%
Pato Branco	153,06	3,84	0,00	1,96	0,25	0,12	159,36	96,05%	2,41%
Pitanga	127,10	2,26	0,03	0,00	0,17	0,00	129,92	97,83%	1,74%
Ponta Grossa	191,90	3,70	0,50	0,63	0,21	0,05	197,36	97,23%	1,88%
Porecatú	170,85	2,44	0,57	0,92	0,15	0,54	175,75	97,21%	1,39%
Prudentópolis	140,94	1,32	0,05	0,16	0,15	0,00	143,22	98,41%	0,92%
Rio Negro	186,46	3,71	0,92	0,20	0,22	0,56	192,89	96,67%	1,92%
São Mateus do Sul	134,13	0,66	0,33	0,00	0,00	0,34	135,81	98,76%	0,48%
Telêmaco Borba	163,49	2,67	0,81	0,18	0,10	0,49	167,74	97,47%	1,59%
Toledo	154,35	2,14	0,64	0,73	0,30	0,27	158,95	97,11%	1,34%
Umuarama	149,83	2,94	0,91	1,14	0,42	0,20	156,02	96,03%	1,89%
União da Vitória	169,12	3,12	0,28	0,58	0,00	0,95	174,91	96,69%	1,78%
Wesceslau Braz	147,16	3,15	0,00	0,53	0,00	0,25	151,69	97,02%	2,07%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Também para os municípios de ambos os estados, sem exceções, o total de renda estimado para todos os trabalhos do responsável pela família pobre nas microrregiões é quase completamente formado pela renda do trabalho principal. A menor dessas participações é de 82,2% e a maior de 100%, para os municípios paranaenses; e, mínima de 89,4% e máxima de 99,7% para os municípios sergipanos.



Tabela 11 – Componentes da renda média do responsável pelo domicílio pobre, sem trabalho, mas providenciando trabalho e suas participações médias (Paraná, microrregiões, 2000)

Nome da Microrregião	Aposentadoria e pensão(A)	Aluguel	Pensão Alimentícia, mesada ou doação	Renda mínima, bolsa-escola ou seguro desemprego (B)	Outros	Total (C)	A/C	B/C
Apucarana	10,02	1,56	4,25	6,72	4,30	26,85	37,3%	25,0%
Assaí	12,26	1,07	2,33	5,54	10,09	31,30	39,2%	17,7%
Astorga	7,85	2,03	4,90	4,71	4,75	24,24	32,4%	19,4%
Campo Mourão	6,43	0,91	2,06	7,23	2,27	18,90	34,0%	38,3%
Capanema	0,00	4,01	2,02	3,56	15,13	24,72	0,0%	14,4%
Cascavel	5,50	1,60	1,47	3,89	4,36	16,83	32,7%	23,1%
Cerro Azul	15,01	0,00	0,00	6,80	4,13	25,94	57,9%	26,2%
Cianorte	8,72	6,60	3,16	5,48	0,00	23,97	36,4%	22,9%
Cornélio Procopio	10,42	4,91	0,93	0,34	3,19	19,80	52,6%	1,7%
Curitiba	9,27	3,79	4,63	9,33	3,05	30,07	30,8%	31,0%
Faxinal	7,73	0,00	4,41	1,40	0,90	14,45	53,5%	9,7%
Floraí	8,21	9,07	4,88	2,53	7,63	32,31	25,4%	7,8%
Foz do Iguaçu	4,64	2,20	1,27	3,78	1,90	13,79	33,6%	27,4%
Francisco Beltrão	6,57	0,47	1,23	6,83	7,31	22,41	29,3%	30,5%
Goioerê	5,60	0,65	2,62	6,22	1,35	16,44	34,1%	37,8%
Guarapuava	7,73	1,27	4,95	12,03	1,92	27,90	27,7%	43,1%
Ibaití	10,59	1,84	4,56	8,17	4,40	29,56	35,8%	27,6%
Irati	9,70	0,00	1,18	6,28	5,95	23,10	42,0%	27,2%
Ivaiporã	6,63	2,03	0,85	3,05	0,00	12,56	52,8%	24,3%
Jacarezinho	11,30	0,00	5,33	5,06	6,88	28,57	39,5%	17,7%
Jaguariaíva	7,78	0,84	1,76	0,00	1,76	12,14	64,1%	0,0%
Lapa	4,59	4,51	0,00	5,76	0,00	14,85	30,9%	38,7%
Londrina	7,77	2,48	3,43	13,01	1,05	27,74	28,0%	46,9%
Maringá	4,50	3,01	2,80	7,01	1,94	19,26	23,4%	36,4%
Palmas	13,51	0,00	3,78	5,82	10,16	33,27	40,6%	17,5%
Paranaguá	7,92	0,87	1,18	3,76	7,09	20,82	38,0%	18,1%
Paranavaí	10,34	2,79	3,88	4,28	0,87	22,15	46,7%	19,3%
Pato Branco	2,64	0,84	0,46	0,99	7,86	12,78	20,6%	7,7%
Pitanga	2,58	0,64	2,30	5,93	3,30	14,74	17,5%	40,2%
Ponta Grossa	8,81	1,13	3,66	8,88	3,71	26,19	33,6%	33,9%
Porecatú	8,61	3,16	4,11	3,63	1,18	20,69	41,6%	17,5%
Prudentópolis	6,29	0,00	1,81	0,00	1,30	9,40	66,9%	0,0%
Rio Negro	6,24	0,93	1,64	9,89	3,67	22,37	27,9%	44,2%
São Mateus do Sul	4,65	0,00	2,67	11,71	0,00	19,03	24,4%	61,5%
Telêmaco Borba	4,99	1,60	5,07	9,70	3,54	24,91	20,0%	38,9%
Toledo	9,88	2,69	5,25	4,11	2,28	24,22	40,8%	17,0%
Umuarama	8,99	4,12	3,58	1,33	2,27	20,29	44,3%	6,6%
União da Vitória	11,40	3,24	1,05	11,69	0,87	28,25	40,4%	41,4%
Wesceslau Braz	6,85	0,00	4,60	3,25	0,26	14,95	45,8%	21,7%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Tabela 12 – Componentes da renda média do responsável pelo domicílio pobre e suas participações médias (Sergipe, microrregiões, 2000)

Nome da Microrregião	Trabalho (A)	Aposentadoria e pensão (B)	Aluguel	Pensão Alimentícia, mesada ou doação	Renda mínima, bolsa-escola ou seguro desemprego	Outros	Total (C)	A/C	B/C
Agreste de Itabaiana	141,92	2,72	0,73	0,21	0,18	0,07	147,16	96,4%	1,8%
Agreste de Lagarto	121,84	2,52	0,72	0,21	0,51	0,22	127,46	95,6%	2,0%
Aracaju	201,01	4,40	1,43	0,95	0,38	0,59	210,23	95,6%	2,1%
Baixo Cotinguiba	165,73	3,87	0,32	1,62	0,48	0,08	173,10	95,7%	2,2%
Boquim	124,15	2,31	0,25	0,36	0,68	0,56	129,17	96,1%	1,8%
Carira	121,57	3,95	0,25	0,47	0,00	0,39	128,20	94,8%	3,1%
Cotinguiba	131,08	0,95	0,60	0,03	0,27	0,27	133,28	98,4%	0,7%
Estância	137,84	3,72	0,66	0,74	0,42	0,41	144,87	95,1%	2,6%
Japaratuba	132,84	3,07	0,06	0,61	0,22	0,21	138,03	96,2%	2,2%
Nossa Senhora das Dores	117,20	2,95	0,18	0,75	0,00	0,09	121,66	96,3%	2,4%
Propriá	131,61	5,28	0,25	0,29	0,65	0,24	139,36	94,4%	3,8%
Sergipana do Sertão do São Francisco	128,75	2,70	0,43	0,49	0,15	0,66	134,17	96,0%	2,0%
Tobias Barreto	115,07	2,81	0,50	0,34	0,44	0,38	121,47	94,7%	2,3%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Tabela 13 – Componentes da renda média do responsável pelo domicílio pobre, sem trabalho, mas providenciando trabalho e suas participações médias (Sergipe, microrregiões, 2000)

Nome da Microrregião	Trabalho (A)	Aposentadoria e pensão (B)	Aluguel	Pensão Alimentícia mesada ou doação	Renda mínima, bolsa-escola ou seguro desemprego	Outros	Total (C)	A/C	B/C
Agreste de Itabaiana		12,73	2,28	7,91	0,52	11,92	35,36	36,0%	33,7%
Agreste de Lagarto		11,41	0,00	5,16	1,45	13,18	31,20	36,6%	42,2%
Aracaju		10,50	3,12	6,66	6,08	6,13	32,49	32,3%	18,9%
Baixo Cotinguiba		10,92	1,86	8,13	1,46	17,58	39,96	27,3%	44,0%
Boquim		1,55	0,00	4,78	0,00	11,42	17,75	8,8%	64,3%
Carira		12,28	1,58	2,77	0,00	6,16	22,79	53,9%	27,0%
Cotinguiba		13,82	5,25	8,50	1,05	5,10	33,73	41,0%	15,1%
Estância		10,62	0,78	8,87	2,32	14,82	37,41	28,4%	39,6%
Japaratuba		8,22	0,75	3,59	8,01	10,01	30,59	26,9%	32,7%
Nossa Senhora das Dores		10,12	0,25	12,66	4,67	1,78	29,49	34,3%	6,0%
Propriá		6,28	1,43	3,49	3,93	1,06	16,19	38,8%	6,6%
Sergipana do Sertão do São Francisco		3,84	1,63	1,65	0,67	3,36	11,14	34,4%	30,1%
Tobias Barreto		11,75	5,19	3,93	0,93	3,64	25,44	46,2%	14,3%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Sendo o responsável pelo domicílio aquele que responde pela maior parte da renda e, sabendo-se que a maior parte dela é formada pela renda de seu trabalho principal, imputa-se, para esse responsável, até agora considerado pobre, e que se disse sem trabalho no período de referência do Censo, mas tomando providências para obtê-lo, o rendimento médio do trabalho principal dos responsáveis pelo domicílio que estavam com trabalho no mesmo

período, no mesmo município; supondo que os demais rendimentos do responsável sem trabalho sejam mantidos e que os demais membros do domicílio não deixem seus trabalhos depois que o responsável por ele conseguir um. Os resultados são apresentados a seguir.

Conforme pode ser visto na tabela 14, foram contados, no critério de renda domiciliar *per capita*, 449.717 domicílios pobres no Paraná. Para 79.152 destes, as rendas do trabalho principal foram imputadas aos seus responsáveis, com o que 37.278 domicílios (o que representa 47,1% dos domicílios para os quais foi feita a imputação e 8,3% do total de domicílios até então considerados pobres) passaram a ser considerados, temporariamente, pobres e foram, por isso, retirados da lista dos domicílios com os quais se trabalha no restante desta tese.

Na tabela 15 observa-se que 33,4% dos domicílios deixaram de ser computados como indigentes, no Paraná, com a imputação de renda. É de se considerar que parte deles ficou abaixo da linha de pobreza.

Para o estado de Sergipe, como é visto na tabela 16, foi de 3,4% o número de domicílios que deixaram de ser considerados pobres, depois da imputação de renda do trabalho principal para seus responsáveis. Também é inferior, em Sergipe, comparado ao Paraná, o percentual de domicílios que deixaram de ser considerados indigentes.

Tabela 14 – Contagem e percentual de domicílios que deixaram de ser considerados pobres, após a imputação de renda ao responsável pelo domicílio, que se declarou sem trabalho, mas desejoso de ter um (Paraná, 2000)

	Pobres (A)	Imputados (B)	Excluídos (C)	C/B	C/A
Região Metropolitana de Curitiba	146278	29087	15005	51,6%	10,3%
Urb-RMC	296723	49295	21905	44,4%	7,4%
Rur-RMC	6715	770	368	47,8%	5,5%
Paraná	449716	79152	37278	47,1%	8,3%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Tabela 15 – Contagem e percentual de domicílios que deixaram de ser considerados indigentes, após a imputação de renda ao responsável pelo domicílio, que se declarou sem trabalho, mas desejava de ter um (Paraná, 2000)

	Indigentes (A)	Imputados (B)	Excluídos (C)	C/B	C/A
Região Metropolitana de Curitiba	31017	29087	15062	51,8%	48,6%
Urb-RMC	95313	49295	27955	56,7%	29,3%
Rur-RMC	4254	770	621	80,6%	14,6%
Paraná	130584	79152	43638	55,1%	33,4%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Tabela 16 – Contagem e percentual de domicílios que deixaram de ser considerados pobres, após a imputação de renda ao responsável pelo domicílio, que se declarou sem trabalho, mas desejava de ter um (Sergipe, 2000)

	Pobres (A)	Imputados (B)	Excluídos (C)	C/B	C/A
Aracaju	42745	6923	2246	32,4%	5,3%
Urbano-Aracaju	148247	14433	4215	29,2%	2,8%
Rural-Aracaju	1806	226	130	57,5%	7,2%
Sergipe	192798	21582	6591	30,5%	3,4%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Tabela 17 – Contagem e percentual de domicílios que deixaram de ser considerados indigentes, após a imputação de renda ao responsável pelo domicílio, que se declarou sem trabalho, mas desejava de ter um (Sergipe, 2000)

	Indigentes (A)	Imputados (B)	Excluídos (C)	C/B	C/A
Aracaju	11158	4003	3635	90,8%	32,6%
Urbano-Aracaju	55140	9183	7652	83,3%	13,9%
Rural-Aracaju	1007	190	147	77,4%	14,6%
Sergipe	67305	13376	11434	85,5%	17,0%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

As tabelas acima também permitem observar que a exclusão de domicílios pobres, assim como a ascensão de domicílios que deixaram de ser considerados indigentes e passaram a ser considerados pobres, com a imputação de renda do trabalho principal ao responsável pelo domicílio, que estava sem trabalho, mas tomando providências para consegui-lo, é relativamente maior para o estado do Paraná do que para o de Sergipe, inclusive nos extratos territoriais, com exceção, apenas, do setor rural excluído Aracaju, para o qual a exclusão de domicílios foi relativamente maior no estado de Sergipe.

Com tais informações, serão tratados, no próximo capítulo, as contagens e mapeamento da pobreza e indigência no Paraná e em Sergipe. Cabe ressaltar que, uma vez que o mapeamento será feito em termos de percentuais de pobreza, a imputação dos dados será mantida, de forma que será trabalhada uma base modificada de dados dos micro dados do Censo 2000.

### **3.3.4 A Abordagem Multidimensional da Pobreza e o Uso do IPH**

Como visto no tópico 2, tomada a proposição de Boltvinik (1998), o IPH se qualifica para mensurar e mapear a pobreza. Além disso, tem o mérito de, diferentemente da linha monetária de pobreza, reunir diversas dimensões da mesma. Razão pela qual tratar-se-á um pouco mais desse índice, bem como das contribuições metodológicas feitas ao mesmo por Rolim (2005) e das adaptações necessárias para usar o IPH neste trabalho.

Como visto acima, o IPH é um índice usado para refletir todos os aspectos possíveis da pobreza, no menor número de variáveis, por isso chamado de indicador sintético. Neste sentido, mesmo a ONU, ao apresentar o IPH em seu Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997, já chamava a atenção para o fato de que a pobreza humana é mais abrangente do que qualquer medida em particular, incluindo o IPH. Além disso, a ONU também considera que a natureza das privações varia de acordo com a realidade de cada país, a partir de seu contexto social. Dimensões críticas da pobreza humana – tais como falta de liberdade política, não participação nas decisões, falta de segurança pessoal etc. – estariam excluídas do IPH por esta razão.

Resumidamente, o IPH reflete a “privação” humana quanto à sobrevivência, o conhecimento e o padrão de vida. Com relação ao primeiro aspecto, a privação é representada pela possibilidade de morte prematura, indicada através da porcentagem de pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos. No tocante ao segundo, a privação corresponde ao analfabetismo e é indicada pela porcentagem de adultos analfabetos. O terceiro aspecto é representado pelo padrão de vida abaixo do aceitável e indicado por três componentes: porcentagem de pessoas sem acesso a serviços de saúde, porcentagem de pessoas sem água potável e porcentagem de crianças desnutridas, abaixo de 5 anos.

O cálculo do IPH é representado na forma<sup>38</sup>  $IPH = \left[ \frac{1}{3}(P_1^3 + P_2^3 + P_3^3) \right]^{1/3}$ , sendo  $P_1^3$  a percentagem de pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos;  $P_2^3$  a percentagem de adultos analfabetos; e,  $P_3^3 = \frac{P_{3_1} + P_{3_2} + P_{3_3}}{3}$ , sendo  $P_{3_1}$  a percentagem de pessoas que não têm acesso a serviços de saúde;  $P_{3_2}$  a percentagem de pessoas sem água potável e  $P_{3_3}$  a percentagem de crianças desnutridas, abaixo de 5 anos.

O IPH aqui descrito é o IPH feito para os países em desenvolvimento, que também pode ser chamado IPH<sub>1</sub>. O outro IPH, ou IPH<sub>2</sub>, foi elaborado para os países ricos citados à nota do quadro 01 abaixo.

A diferença entre as duas formas de IPH, como discutido por Rolim (2005) diz respeito às realidades diferenciadas entre esses conjuntos de países e a base de dados, mais precária nos países em desenvolvimento. Tais diferenças podem ser discutidas a partir das componentes do IPH, como comparados no quadro 01 abaixo.

Índice	Longevidade	Conhecimento	Padrão de Vida Decente	Participação ou Exclusão
<b>IDH</b>	Esperança de vida ao nascimento	1. Taxa de alfabetização de adultos; 2. Taxa combinada de matrícula	1. Renda per capita ajustada em PPP\$	–
<b>IPH-1</b> (92 Países em Desenvolvimento)	% pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos	Taxa de analfabetismo de adultos	1. % de pessoas sem acesso a água saudável; 2. % de pessoas sem acesso a serviços de saúde(*); 3. % de crianças desnutridas abaixo de 5 anos	–
<b>IPH-2</b> (17 Países Desenvolvidos**)	% pessoas com expectativa de vida inferior a 60 anos	Taxa de analfabetismo funcional de adultos	% de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza (50% da renda pessoal disponível média)	Taxa de desemprego de longo prazo (12 meses ou mais)
<small>(*) Dificuldades na obtenção de dados levaram à exclusão deste item nas versões atuais do índice.  (**) Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Reino Unido, Suécia. Fonte: UNDP (2004)  Fonte: Human Development Report Office, Apud UNDP (1999) p.127</small>				

**Quadro 01\* – IDH, IPH<sub>1</sub> e IPH<sub>2</sub>, componentes comparados**

Fonte: Reproduzido de Rolim (2005, p. 11).

Através das componentes mais diretamente relacionadas à pobreza, no tocante ao padrão de vida considerado no IPH<sub>1</sub> ao invés de no IPH<sub>2</sub> pode ser entendida da idéia de que,

<sup>38</sup> Os detalhes da metodologia empregada na elaboração do IPH consta de PNUD (1997).

nos países em desenvolvimento, conforme Rolim (2005, p. 10), “a provisão de condições de vida vem em grande parte do setor público e que grande parte da renda é gasta em alimentos”.

O IPH apresentado no Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997 diz respeito ao nível nacional.

Uma forma do IPH, que permite sua aplicação aos municípios, foi apresentada por Rolim (2005). O autor toma como exemplo o IDH-M, índice calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP), no final da década de 1990, com apoio da representação do PNUD no Brasil. Esses índices em 2003, após aperfeiçoamento e atualização dos seus cálculos, foram publicados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD *et alli*, 2003).

Para calcular o IDH-M, o IPEA e a FJP, em conjunto, adaptaram a metodologia do IDH para o âmbito territorial do município. Essa adaptação foi necessária, segundo Rolim (2005), devido, tanto à falta de informação de mesmo tipo nos diferentes níveis territoriais, quanto às diferenças verificadas entre as condições locais e as nacionais. Neste sentido, as variáveis mais agregadas foram substituídas por outras de caráter menos agregativo. Assim, o PIB foi substituído pela renda familiar *per capita*. Com relação à componente, a taxa bruta de matrícula combinada e taxa bruta de frequência foram substituídas, respectivamente, pela taxa bruta de frequência combinada e taxa líquida de frequência.

Como citado anteriormente, considerando a formulação de um índice municipal a partir do índice nacional, Rolim (2005) sugere adaptar o IPH tornando-o IPH-M (municipal).

A formulação de Rolim (2005) adota como base de dados o PNUD *et alli* (2003). Na componente sobrevivência (variável  $P_1$ ) o autor substitui a probabilidade de pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos, por probabilidade de morrer antes dos 40 anos, calculada como 100-probabilidade de sobrevivência até os 40 anos, que é a variável disponível em PNUD *et alli* (2003). Da mesma forma, na componente conhecimento, a porcentagem de adultos analfabetos é substituída pela porcentagem de pessoas com mais de 25 anos analfabetas, sabendo-se que para o PNUD *et alli* (2003) são consideradas adultas as pessoas com mais de 24 anos. Com relação à carência, em termos de padrão de vida, a porcentagem de pessoas sem acesso à água potável é substituída pelo percentual de pessoas que vivem sem água encanada; e o percentual de crianças desnutridas, abaixo de 5 anos, é substituído pela mortalidade infantil até 5 anos. Nesse último caso, a adaptação é feita em termos de *proxy*. Como a informação de mortalidade de crianças até 5 anos é feita pelo PNUD

*et alli* (2003), para cada mil crianças, o autor usa do artifício de recalculá-la para cada cem, de modo a compatibilizar sua unidade com as das demais componentes do IPH adaptado.

Com essas adaptações, o IPH-M, à semelhança do IPH, continua sendo um índice de 0 a 100. As diferenças com relação ao IPH são apresentadas no quadro 02, reproduzido de Rolim (2005).

Na presente tese utiliza-se, para os municípios, os IPH-M calculados por Rolim (2005). Como dito anteriormente, porém, além do nível municipal, trabalha-se com agregados microrregionais.

O IPH para as microrregiões foram calculados, a exemplo de Rolim (2005), por adaptação do IPH. Neste caso, partiu-se do próprio IPH-M para construir aquilo que se chamou IPH-Mic, considerando que as características de maior abertura da economia, justificada por Rolim (2005), assemelham o nível microrregional mais ao agregado dos municípios do que a uma desagregação do nacional.

Índice	Longevidade (P1)	Conhecimento (P2)	Padrão de Vida Decente (P3)
<b>IPH</b>	% pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos	Taxa de analfabetismo de adultos	P <sub>31</sub> .% de pessoas sem acesso a água saudável; P <sub>32</sub> . % de crianças desnutridas abaixo de 5 anos
<b>IPH-M</b>	Probabilidade de morrer antes dos 40 anos ❖ 100 – probabilidade de sobrevivência até 40 anos	Taxa de analfabetismo de adultos ❖ % de pessoas com 25 anos ou mais, analfabetas	P <sub>31</sub> % de pessoas que vivem em domicílios sem água encanada P <sub>32</sub> . % de crianças até 5 anos de idade falecidas ( <i>proxy</i> desnutrição)
Fonte: IPH, UNDP (1997); IPH-M Elaboração do autor			

**Quadro 02\* – IPH<sub>1</sub> e IPH-M, componentes comparados**

Fonte: Reproduzido de Rolim (2005, p. 13).

Uma vez que as informações do PNUD (2003) dizem respeito aos municípios, foram agregadas, a partir da base de dados do Micro dados da Amostra do Censo 2000 – que é a mesma fonte de dados de PNUD *et elli* (2003) – as populações totais, número de pessoas com mais de 25 anos e de crianças abaixo de cinco anos, dos municípios de cada microrregião de cada estado, para realizar o cálculo dos IPH-Mic.



Para o cálculo do IPH referente às microrregiões, foram somados os quantitativos de pessoas sob cada característica componente do IPH-M de todos os municípios de uma mesma microrregião. Em seguida, dividiu-se o resultado pelo total de pessoas da microrregião sob mesma faixa etária, para as componentes “probabilidade de morrer antes de 40 anos”, “percentual de pessoas com 25 anos ou mais analfabetas” e “mortalidade até cinco anos de idade”.

No caso da componente “percentual de pessoas que vivem em domicílios sem água encanada” o somatório de pessoas com esse perfil, em cada microrregião, foi dividido pelo total da população da mesma. Finalmente, aplicou-se o cálculo do IPH-M para encontrar o IPH-Mic.

Cabe observar que os dados foram extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, do PNUD (2003), com exceção dos dados de população total, total de pessoas com idade igual ou superior a 25 anos e total de pessoas com idade inferior a cinco anos, por municípios, que foram extraídos dos micro dados do Censo 2000. Neste caso, o total de pessoas com idade inferior a cinco anos serve como *proxy* para o cálculo da mortalidade até cinco anos, por não abranger o total de filhos tidos, mas apenas o total de crianças vivas até aquela idade. Além disso, para ajuste à forma de cálculo do IPH-M, os resultados da mortalidade de crianças até cinco anos de idade foram divididos por  $10^{39}$ .

### 3.4 ESTATÍSTICA APLICADA AO MAPEAMENTO DA POBREZA

Desde as anotações de Booth, a literatura econômica e a Geografia que trata da pobreza no espaço geográfico expandiu-se e novas questões àquele respeito foram levantadas, a exemplo de Anselin (1988), Hummels (1995), Crump (1997), Jalan e Ravallion (1997) e Henninger (1998). Tal literatura aprofundou o assunto, apresentando demonstrações de que a pobreza se apresenta sob diferentes formas, de um espaço para outro, tais como países, regiões, municípios, ou, ainda, em regionalizações menores de um mesmo espaço geográfico, tal como é feito em Kamarck (1976), Snel e Henninger (2002), Thornton *et al* (2002) e Ejigu (2003).

---

<sup>39</sup> A estatística informada no programa Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é de mortos por 1000 nascidos vivos, enquanto o cálculo do IPH requer percentuais de mortos.

A discussão da relação entre espaço geográfico e pobreza se beneficiou do avanço das técnicas de análise de dados espaciais, que aconteceu concomitantemente e, às vezes, em complementaridade à evolução dos sistemas de informações geográficas.

Da evolução das técnicas de análise estatística de dados geográficos, por exemplo, resultou a Econometria Espacial<sup>40</sup>, que é definida por Anselin (1988, p. 7) da seguinte forma:

The term spatial econometrics was coined by Jean Paelinck in the early 1970s to designate a growing body of the regional science literature that dealt primarily with estimation and testing problems encountered in the implementation of multiregional econometric models.

A diferença entre a estatística convencional e a espacial reside, basicamente, no fato de que os padrões de associação na estatística espacial são diferentes daqueles da estatística não-espacial, como trata Anselin (1988) e é discutido, por exemplo, em estudo de caso para o Peru, em Petrucci, Salvati e Seghieri (2003).

O desenvolvimento da informática, por sua vez, permitiu o geoprocessamento de dados através da geocomputação. Esta, conforme Câmara e Monteiro (1999) é o conjunto de técnicas e algoritmos para representar e transformar a informação geográfica.

Na origem da estatística espacial, como dito acima, está a diferença do conceito de correlação, referente ao que é apresentado na estatística convencional. Enquanto o conceito de correlação na estatística clássica diz respeito à relação entre duas variáveis, na estatística espacial ela se refere ao conceito de vizinhança.

O conceito de vizinhança, na autocorrelação espacial, exprime a Lei de Tobler, da Geografia, que diz que todas as informações são relacionadas entre si, mas as informações de lugares mais próximos são mais relacionadas entre si do que as de lugares mais distantes.

Tendo como premissa a Lei de Tobler, a autocorrelação espacial mensura a semelhança entre o valor de uma variável em uma área e o valor da mesma variável em áreas consideradas vizinhas. Isso é bem diferente da correlação da estatística tradicional, que mede a concentração de uma variável com relação à concentração de outra, de modo que, quando as concentrações das duas aumentam simultaneamente, a correlação é positiva, sendo negativa caso as variações das concentrações tomem sentidos contrários.

---

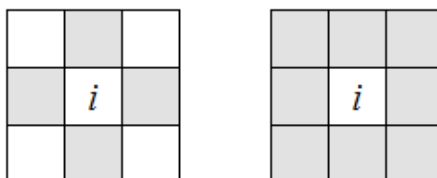
<sup>40</sup> Uma rápida apresentação das questões que resultaram na Econometria Espacial, enquanto dificuldades envolvidas na análise estatística de dados geográfico pode ser encontrada em Jalan e Ravallion (1997). Anselin (1988), por sua vez, é um dos primeiros livros de Econometria Espacial.

Para a correlação espacial, o conceito de vizinhança é instrumentalizado através dos conceitos de peso espacial e de defasagem espacial. O primeiro representa a estrutura espacial, enfatizando a contigüidade ou distância entre os lugares envolvidos em um mesmo processo econômico, por exemplo. A defasagem espacial, por sua vez, é a forma como o valor observado de uma variável, em um lugar, deveria refletir um possível padrão vigente entre os valores da mesma variável na vizinhança.

Para se calcular a matriz de proximidade espacial ( $W_{n \times n}$ ), que quantifica a estrutura de dependência espacial (vizinhança) entre os lugares de uma unidade regional, os elementos ( $w_{ij}$ ) devem representar a relação topológica entre as áreas, com base em um critério hipotético. Esse critério pode ser de contigüidade, número de vizinhos ou distância entre as áreas.

Para Anselin (1988), a escolha do critério é mais “subjéitiva” que técnica. Ela depende da teoria ou da definição de quem são os vizinhos relevantes. Se, por exemplo, espera-se que a estrutura espacial envolvida no fenômeno demonstre concentrações desse fenômeno em torno de localizações específicas, seria indicada a escolha de uma matriz em que os vizinhos fossem definidos como aqueles imediatamente adjacentes.

No caso de vizinhança por contigüidade, os vizinhos são considerados ligados por quina (também chamadas “nós”), face, ou ambas as formas. A depender da forma como as áreas compartilham fronteiras, elas podem ser *rook*, *queen* e *bishop*. Na forma *rook*, somente fronteiras em comum com extensões não-nulas são consideradas. Na ligação *queen*, são consideradas as fronteiras em comum com extensões não-nulas e nós comuns. Na *bishop*, somente nós comuns são considerados. Um esquema dessas ligações espaciais é representado na figura 03.



**Figura 03 – Esquemas de vizinhança**

Fonte: Anselin (2005, p. 107)

Uma vez definida a forma da contigüidade, os pesos atribuídos à matriz de proximidade espacial são representados em uma matriz binária (de “zeros” e “uns”) normalizada. Para ilustrar tal coisa far-se-á um exercício à figura 04.

Dada a representação de vizinhança na forma de treliça, abaixo, considere-se uma matriz binária do tipo *rook*, na qual a unidade  $i$  será vizinha da unidade  $j$  se a célula  $a_{ij}$  da matriz de pesos espaciais apresentar valor 1.

A defasagem espacial completa o conceito de vizinhança requerido para o cálculo de autocorrelação espacial. Ela é definida como o valor atribuído à variável para uma área, em função da vizinhança. Valor este que só por coincidência é o mesmo observado para a mesma área.

Para vizinhanças baseadas em contigüidade, Anselin (2005) informa que o valor defasado será a média simples dos valores observados para as áreas vizinhas.

A autocorrelação, então, pode ser calculada em termos de covariâncias dos valores observados nas áreas, com relação ao correspondente valor defasado de cada uma. Desse modo, um elevado grau de autocorrelação espacial positiva sugere que os valores observados em uma área sejam similares aos das áreas vizinhas. Semelhantemente, um elevado grau de autocorrelação espacial negativa indicaria a possibilidade de valores baixos estarem associados a valores altos em uma mesma vizinhança, ou vice-versa. Baixos graus de autocorrelação, por sua vez, indicariam a pouca associação entre os valores observados na maioria das áreas com relação à vizinhança de cada uma.

	1	2	3			
	4	5	6			

Lugares e relações de vizinhança

	1	2	3	4	5	6
1	0	1	0	1	0	0
2	1	0	1	0	1	0
3	0	1	0	0	0	1
4	1	0	0	0	1	0
5	0	1	0	1	0	1
6	0	0	1	0	1	0

Representação binária de vizinhança (dos lugares e relações de vizinhança)

$$W = \begin{bmatrix} 0 & 1 & 0 & 1 & 0 & 0 \\ 1 & 0 & 1 & 0 & 1 & 0 \\ 0 & 1 & 0 & 0 & 0 & 1 \\ 1 & 0 & 0 & 0 & 1 & 0 \\ 0 & 1 & 0 & 1 & 0 & 1 \\ 0 & 0 & 1 & 0 & 1 & 0 \end{bmatrix}$$

$$W = \begin{bmatrix} 0 & 1/2 & 0 & 1/2 & 0 & 0 \\ 1/3 & 0 & 1/3 & 0 & 1/3 & 0 \\ 0 & 1/2 & 0 & 0 & 0 & 1/2 \\ 1/2 & 0 & 0 & 0 & 1/2 & 0 \\ 0 & 1/3 & 0 & 1/3 & 0 & 1/3 \\ 0 & 0 & 1/2 & 0 & 1/2 & 0 \end{bmatrix}$$

**Matriz binária de proximidade**

**Matriz binária normalizada de proximidade**

**Figura 04 – Exemplo de obtenção do peso da vizinhança**  
Fonte Anselin (2005, p. 109)

Os padrões de autocorrelação podem se referir à totalidade do espaço considerado, ou a regiões desse espaço, que podem ser delimitadas até o âmbito local.

Uma medida de autocorrelação espacial global é o Índice de Moran, também chamado Índice Global de Moran.

Calculado como a seguir, percebe-se que esse índice é uma medida de covariância, cujo resultado varia entre -1 e 1.

$$I = \frac{n}{\sum \sum w_{ij}} \frac{\sum \sum w_{ij} (y_i - \bar{y})(y_j - \bar{y})}{\sum (y_i - \bar{y})^2}$$

Sendo  $I$  = Índice de Moran;  $n$  = número de localidades,  $w_{ij}$  = peso espacial para  $i, j$ ;  $y_i$  = valor do atributo em análise e  $\bar{y}$  = valor médio.

Quanto mais próximo do módulo de 1, maior a correlação espacial, ou seja, quanto maior, em módulo, essa estatística for, maior a chance de que os dados estejam associados no espaço. Por sua vez, quanto mais próxima de zero essa estatística estiver, mais aleatória será a relação entre os valores observados no espaço.

Por se tratar de uma medida global, o índice de Moran não serve para detectarem-se padrões locais de autocorrelação dentro da totalidade do espaço considerado. Dos diferentes regimes espaciais, possíveis de coexistirem em diferentes regiões de um mesmo espaço, a estatística  $I$  capta, apenas, o que lhes é comum ou geral.

A inferência estatística a respeito da estatística  $I$ , de Moran, diz respeito a uma pseudo-significância sua, com relação a diferentes redistribuições dos valores entre as áreas, feitas aleatoriamente. Sendo a hipótese nula, a ausência de autocorrelação espacial, ou, o que tem o mesmo significado, a aleatoriedade espacial das observações, para  $n$  arranjos espaciais conseguidos com  $n$  permutações dos valores por entre as áreas, escreve-se a função densidade de probabilidade da estatística  $I$ , de Moran. Se a estatística obtida com os valores observados corresponder a um extremo da distribuição simulada de estatísticas, para diferentes arranjos espaciais dos valores observados, ela será significativa.

O entendimento dessa significância decorre de que a estatística  $I$ , de Moran, estará muito acima, em módulo, das correlações presentes, por exemplo, em 95% das estruturas espaciais diferentes simuladas, ao mesmo tempo em que poderá ser mais identificada especificamente com a estrutura espacial da qual foi obtida, que com as outras estruturas possíveis.

Com respeito às correlações locais, uma estatística para tanto foi desenvolvida por Anselin (1988). Essa estatística, chamada por ele de LISA (*Local Indicator of Spatial Analysis*), foi elaborada a partir do Índice de Moran e, por isso, é também chamada por aquele autor de Índice de Moran Local.

Enquanto indicador de associação local, a estatística LISA resulta em um valor específico para cada região. Isto permite identificar, a partir da comparação entre índices próximos, a existência ou não de regiões vizinhas com valores próximos (*clusters*), regiões discrepantes (*ouliers*) e regimes espaciais que não são captados pela estatística I, de Moran. Uma abordagem que trate dessas regiões pode caracterizá-las como representando instabilidades locais do sistema global, ou regimes espaciais diferenciados, ou caráter local de regime global.

Como pode ser depreendido do cálculo dessa estatística, abaixo representado, valores positivos dela indicam *clusters* espaciais com valores similares (altos ou baixos), assim como valores negativos da mesma indicam *clusters* espaciais com valores inversamente associados entre a área e a vizinhança. Com a estatística LISA, os *ouliers* podem ser entendidos como sinais de instabilidade local.

$$I_i = \frac{(y_i - \bar{y})}{m_o} \sum_j w_{ij} (y_j - \bar{y}) \quad \text{sendo } m_o = \frac{(y_i - \bar{y})^2}{n}$$

Tendo sido feita a partir do Índice de Moran, os procedimentos para inferência com relação à estatística LISA são adaptados daquele índice.

Em ambos os índices de autocorrelação, o número de permutações importa, de modo que o ideal é fazerem-se muitas delas, antes de se extraírem conclusões de inferências.

Cabe considerar, ainda com relação à econometria espacial, que segundo Anselin (2005), quando a estatística I, de Moran (global ou local) é computada para taxas – como é o caso desta tese, ao tratar com percentuais de pobreza – o pressuposto básico da estabilidade da variância pode ser violado. Isso pode acontecer por conta de diferenças significativas das populações de diferentes áreas espaciais<sup>41</sup> e pode tornar espúrias as inferências.

---

<sup>41</sup> Neste sentido, Beato *et al* (2001) explica que se é pequeno o número de pessoas nas áreas consideradas, pequenas mudanças no número de eventos estudados provocarão grandes variações nas taxas, do que decorrerá a instabilidade da variância.

Uma técnica para evitar esse problema é a padronização *Empirical Bayes*, sugerida por Assunção e Reis (*apud* ANSELIN, 2005, p. 149). Essa técnica está disponível no *software* que será utilizado na presente tese, do qual será tratado adiante.

As técnicas econométricas para a análise espacial, contudo, seriam de pouca utilidade caso utilizadas isoladamente, conforme apresentado por Davis e Siano (2001). Isto porque, conforme aqueles autores, tanto a heterogeneidade da pobreza, quanto a relação dessa heterogeneidade com o espaço gerariam dificuldades à mensuração quantitativa da pobreza com ferramentas tradicionais; de forma que tais ferramentas se mostrariam insuficientes para identificar e distinguir o tipo de pobreza e para constatar a profundidade da mesma, principalmente em se tratando da comparação entre diferentes espaços.

Ainda segundo Davis e Siano (2001), os mapas da pobreza poderiam ser usados de forma direta ou indireta na demonstração de relações entre indicadores de pobreza, que é a parte de análise exploratória de dados espaciais. Não poderiam, contudo, ser usados sozinhos para levantar causas da pobreza. Esse problema é demonstrado em Petrucci, Salvati e Seghieri (2003), Salvatore *et al* (2005), Amarasinghe, Samad e Anputhas (2005), entre outros.

Embora a literatura sobre o assunto geralmente aponte que o mapa de pobreza sirva mais para demonstrar correlações visuais do que relações causais, as relações causais também são entendidas como podendo ser reveladas a partir da combinação de mapas de pobreza com outras ferramentas de análise, a exemplo da análise econométrica, tal como é dito por Davis e Siano (2001, p. 6): “in a multivariate regression framework, however, using appropriate econometric analysis techniques, variables derived from poverty mapping exercises can serve as determinants — or outcomes — of causal relationships”.

As correlações visuais seriam verificadas a partir da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), que é a parte da estatística espacial que serve a identificar e descrever distribuições, identificar localidades atípicas (*outliers*) e agrupamentos de observações (*clusters*), com relação a uma variável. Numa AEDE é possível: a) discutir, sistematicamente, a distribuição espacial dos valores assumidos por uma dada variável; b) investigar a correspondência entre valores de uma variável e a localização da unidade regional que os apresenta; c) enxergar relações de coincidência entre valores semelhantes e pontos semelhantes do espaço; d) incorporar a noção de vizinhança e contigüidade.

Assim, os mapas da pobreza, devem ser entendidos como ferramenta auxiliar na identificação, caracterização e quantificação da pobreza. Esse papel complementar dos mapas

de pobreza também é discutido em UNEP/GRID-Arendal (2007), Petrucci, Salvati e Seghieri (2003) e Benson (2002), dentre outros.

Como pode ser depreendido de Banco Mundial (1998), o papel de complementaridade dos mapas seria maior quanto mais desagregados fossem os dados geográficos, à medida que, no nível subnacional, é permitida uma maior desagregação das informações sobre a pobreza, com o que se poderia demarcar com maior precisão as heterogeneidades espaciais da pobreza. Neste sentido, Davis (2003) relaciona como exemplos de informações desagregadas as ecológicas, de uso da terra, de modos de vida ou de parâmetros de sistemas produtivos. Desagregadas, as informações permitem maior identificação e caracterização da pobreza no espaço.

As ferramentas de análise espacial da pobreza, que incluem os mapas de pobreza, só mais recentemente, depois dos avanços computacionais que resultaram no geoprocessamento, foram combinadas de forma a compor uma só ferramenta, que reúne mapas de pobreza com a análise estatística e sistemas de informação geográfica.

Um exemplo de integração das ferramentas de análise espacial, que aumenta a utilidade das mesmas é o *software* GeoDa, que será utilizado na presente tese. Esse programa comporta instrumentos que permitem, desde a Análise Exploratória Espacial, até a Econometria Espacial.

O GeoDa é formado por: a) uma *shape file*, que é um arquivo com coordenadas georreferenciadas; b) uma tabela de entrada de dados, contendo as informações a serem exibidas na forma de um mapa; c) informações na forma de uma tabela por unidade regional compatível com aquelas do *shape file*; d) um identificador de unidades regionais (*key variable*); e e) uma ferramenta *join tables*, para compor uma tabela para unir as informações do *shape file* com as informações de interesse.

Assim, entendido o mapa como ferramenta complementar e dado que sua integração com outras ferramentas para a análise espacial vem crescendo em complexidade, pode-se usar as palavras de Davis e Siano (2001, p. 2) para dizer qual seja, hoje, a definição mais apropriada para o mapeamento da pobreza: “mapping is defined [...] as spatial analysis of poverty [...] in visual and econometric terms”. Dessa forma, o conceito de mapeamento da pobreza já se confunde com o próprio conceito de análise espacial da pobreza, uma vez que o mapa não se dissocia de outras ferramentas na análise espacial da pobreza.



Davis (2003) identifica dois usos complementares para os mapas de pobreza: a identificação da pobreza no espaço e o estudo das causas da pobreza. Para o primeiro poderia ser utilizada a AEDE, mas essa seria insuficiente no caso da segunda, que requeriria o uso da econometria espacial.

Do autor acima referido, depreende-se que aquilo que restringiria ou determinaria se o mapa da pobreza se prestaria para AEDE, ou para estudos de causa da pobreza, seria a metodologia empregada na pesquisa da qual se partiu para elaborar o mapa. Diferentes restrições de dados e custos requereriam diferentes metodologias. Diante disso, Davis (2003) discute três métodos que, conforme pode ser entendido da citada obra, atendem a conjuntos específicos de restrições para a escolha de diferentes metodologias de localização espacial da pobreza. Esses métodos são por ele chamados – e traduzidos aqui livremente – de a) estimação com base em áreas pequenas; b) índices de múltiplas variáveis ponderadas; e, c) combinação de pesquisa qualitativa com quantitativa. Apesar de responderem a restrições diferentes, nada impede que, uma vez usado um dos métodos, outro possa ser usado para complementá-lo, de maneira a responder às necessidades analíticas.

A estimação com base em áreas pequenas é indicada, conforme depreende-se do autor citado, em situações em que os custos para se obter informações de qualidade são altos. Essa abordagem é feita de duas maneiras alternativas.

Conforme Davis (2003, p. 6 e 11), a primeira maneira de estimar com base em áreas pequenas foi desenvolvida por Hentschel (2000) e Elbers, Lanjow e Lanjow (2001). Ela combina pesquisas para áreas estatisticamente representativas – urbanas ou rurais – com censos, ou pesquisas de grande porte. Essas pesquisas precisam ter em comum os tipos de dados considerados. Além disso, é necessário que haja certa proximidade de tempo entre elas, definida pela necessidade analítica. É suposto, finalmente, que as considerações aplicáveis à área menor sejam aplicáveis ao censo.

Nesse caso, é feito um modelo de indicador de pobreza para os dados do censo, que passa a representar a população estatística. A variável regredida é tomada como linha de pobreza, e os estimadores como parâmetros que serão aplicados a cada um dos domicílios do censo. É feita, então a função distribuição probabilidade da expectativa de pobreza para os dados do censo, da qual se estima a probabilidade de pobreza em qualquer área para os mesmos dados do referido censo, em termos de probabilidade média, para o número de domicílios da área considerada.

A segunda forma de se estimar a pobreza para pequenas áreas é aplicar o mesmo modelo de regressão tratado acima. Desta feita, com dados de uma comunidade. Os resultados são usados como *proxies*, depois de feita uma expansão de Taylor, para que sirva a outras áreas, de modo que a distribuição relativa à comunidade seja estendida para que os parâmetros incorporem os erros padrões da regressão.

Ambas as técnicas para áreas pequenas implicam questões estatísticas que têm de ser esclarecidas, mas aplicam-se a situações distintas. A primeira é mais indicada para lugares onde a base de dados agregada é boa, ou de fácil acesso, mas não se pode dizer o mesmo de pesquisas regionais ou locais. A segunda, por sua vez, é indicada para situações nas quais não se pode, ou não se deve, contar com censos ou pesquisas de grande porte e o acesso a dados locais ou regionais é fácil e relevante.

Há, contudo, a indicação feita por Minot e Baulch (*apud* DAVIS, 2003, p. 12) de que a primeira técnica seria superior à segunda, por conta de que a magnitude dos erros estimados tende a ser sempre maior no segundo caso.

Outra metodologia de abordagem da pobreza, que determina o uso do mapa de pobreza, é aquela na qual se pode contar com qualidade e diversidade de informação. Nesse caso, estudos mais aprofundados da pobreza podem acontecer não só para a localização e identificação dos pobres, mas para a discussão das causas da pobreza. Essa é a análise multivariada.

Nesse método, a escolha e a ponderação das variáveis podem acontecer segundo as técnicas estatísticas para múltiplas variáveis, quais sejam: a das “componentes principais”, “análise fatorial” e “mínimos quadrados ordinários”. Todas elas relacionam as variáveis entre si, de modo a compor um índice com o qual se represente a pobreza.

A técnica das componentes principais substitui as variáveis por uma relação linear entre as mesmas, na forma de índice. Esse primeiro componente principal traduz o mais alto grau de variância. Ele deve ser convertido em um segundo. Usa-se o grau da variância para ponderar a ordenação das observações, e, com os resultados, forma-se um índice composto pelos valores marginais. Desse último índice podem-se definir classes de pobreza, o que o torna muito indicado como critério de elegibilidade para programas de combate à pobreza.

A análise de fatores descreve as relações entre muitas variáveis, em termos de poucos fatores implícitos ou não observados. As variáveis são agrupadas por correlações, cada grupo indicando um fator implícito ou não observado. Cada fator é então explicado de forma

subjetiva, conforme Davis (2003, p. 15). Exemplo de abordagem com o uso dessa técnica, no Brasil, são Jorge Neto e Marinho (2000). Tal como esse exemplo, os estudos que trazem tal abordagem geralmente procuram relacionar a pobreza na região com o grau de desenvolvimento.

A última das técnicas de análise estatística multivariada da pobreza é a de regressão de mínimos quadrados. Diferentemente do papel intermediário que tem um modelo de regressão linear no método de áreas pequenas, nesse método, a regressão com mínimos quadrados é a própria essência da análise. Isto porque a variável regredida constitui o critério de análise da pobreza, visto tratar-se de um índice de pobreza.

O terceiro método de abordagem difere do primeiro por não fornecer nenhuma linha de pobreza, assim como difere do segundo, por não fornecer nenhum índice de pobreza. Trata-se da combinação de informação qualitativa e dados secundários, ou quantitativos.

Esse método tem duas vertentes. Uma que está focada mais no entendimento das causas da pobreza para depois identificá-la, e outra, que faz o contrário. No primeiro caso, pesquisas qualitativas, cujos resultados geralmente são transformados a partir de discussões participativas, preparam o caminho para pesquisas quantitativas ou com dados secundários. No segundo caso, a ordem se inverte.

No caso dos métodos que usam econometria, é necessário que se tenha clareza em relação aos testes que devem ser feitos.

Para o diagnóstico da econometria convencional, adotou-se, como sugerido por Anselin (2005), os testes mais comuns: o de multicolinearidade, o de normalidade dos erros e o de heterocedasticidade.

O teste de multicolinearidade serve para diagnosticar a estabilidade dos resultados da regressão, afetado que é pelo grau de dependência entre as variáveis explicativas, ao influenciarem a variável determinada. No *software* usado na presente tese, valores acima de 30, conforme Anselin (2005) sugerem problemas.

O teste feito para normalidade dos erros é o de Jarque-Bera. Esse teste é de fundamental importância para amostras pequenas, quando a normalidade da distribuição dos

erros é fundamental. Quando a amostra é grande, não é feito teste, dada a consideração da pouca importância desse teste para amostras assintóticas<sup>42</sup>.

Os três testes de heterocedasticidade (não-constância da variância dos erros) disponíveis no GeoDa são: *Breusch-Pagan*, *Koenker-Bassett* e *White*. Os dois primeiros são semelhantes por serem aplicados sobre coeficientes aleatórios, cuja forma funcional no GeoDa é de função dos quadrados das variáveis explicativas. A diferença entre eles é que no teste Koenker-Bassett os resíduos são *studentizados*, ou seja, o teste pode ser feito na presença de não normalidade dos erros. O teste White, por sua vez, não assume uma forma funcional específica para a heterocedasticidade, de forma que pode ser importante, no caso de a forma funcional assumida nos outros testes estar errada. Por isso ele pode ser usado como um teste mais geral. A restrição ao seu uso, contudo, é que a amostra seja grande.

Para diagnóstico de autocorrelação espacial, o *software* GeoDa utiliza seis testes. Um deles é a estatística I, de Moran e os demais dizem respeito ao multiplicador de Lagrange.

A estatística I, de Moran resulta da regressão dos resíduos contra a defasagem espacial dos mesmos, de modo que é um teste descritivo e, portanto, indicativo da possibilidade de autocorrelação. Como chama a atenção Anselin (2005), esse teste é mais indicado para detectar problema de especificação do modelo econométrico, mas não serve para indicar qual seria a melhor especificação alternativa. Nesse sentido, o multiplicador de Lagrange é mais indicado.

Os testes com multiplicador de Lagrange, utilizados no GeoDa, são: LM-Lag, Robust LM-Lag, LM-Error, Robust LM-Error e LM-SARMA. Os dois primeiros tratam o modelo espacial defasado em primeira ordem como modelo alternativo. Nos dois seguintes o modelo alternativo é o de erros. No último, o modelo alternativo é, ao mesmo tempo, defasado e de erros, sendo a defasagem de ordem superior a um. Assim, o último teste complementa o diagnóstico obtido com os anteriores, para demonstrar a ordem superior, que pode acontecer caso aqueles sejam significativos.

Os testes com multiplicador de Lagrange devem ser aplicados em seqüência. Já os testes Robust LM-Lag e Robust LM-Error só devem ser considerados se os testes LM-Lag e LM-Error forem significativos.

---

<sup>42</sup> A respeito, ver Anselin (2005).

Para todos os testes, convencionou-se como nível de significância 0,05. Para todos os testes, o GeoDa considera como hipótese nula a existência do problema em questão. Assim, para aceitar a hipótese nula, a probabilidade do valor observado de cada teste deve ser maior do que a do valor crítico, na distribuição de probabilidades na ausência do problema, o que, na presente tese, implica em probabilidade menor do que 0,05.

## **4 QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS COMPARADAS DA POBREZA PARA TODO O ESTADO DO PARANÁ E DE SERGIPE E SUAS MICRORREGIÕES, SEM O USO DE MAPAS**

### **4.1 APRESENTAÇÃO**

Neste capítulo procede-se a identificação e agregação espacial da pobreza, com o uso convencional de diferentes indicadores – aqui representados pela linha monetária de pobreza e pelo IPH – ou seja, para as regiões políticas e sem mapear a mesma.

Trata-se de se levantar, com o uso daqueles indicadores, o alcance com que a contagem e caracterização da pobreza, feita para diferentes indicadores da pobreza, prestam-se a diferenciar a pobreza no espaço e, assim, subsidiar o entendimento de sua distribuição espacial.

Utiliza-se a identificação e agregação da pobreza, também, para comparação entre os quantitativos e características para os dois estados considerados, com o que se reforça a demonstração das limitações do uso convencional de indicadores de pobreza para entender a sua distribuição espacial.

As linhas de pobreza e o IPH mostraram-se úteis para hierarquizar os estados e, dentro deles, suas microrregiões, mas não serviram à identificação da pobreza em cada região e conseqüentemente, à diferenciação da pobreza entre as regiões, sob essa forma convencional.

Este capítulo está dividido em quatro seções, das quais esta apresentação também faz parte; na segunda seção demonstra-se a grande distância entre os quantitativos de pobreza dos dois estados; a terceira seção traz as características dos domicílios e pessoas pobres; e, na quarta seção são feitas as considerações sobre este capítulo.

### **4.2 A GRANDE DISTÂNCIA ENTRE OS PATAMARES DE POBREZA DE CADA ESTADO**

Como pode ser visto na tabela 18, o percentual de domicílios pobres era maior no estado de Sergipe do que no estado do Paraná, para o ano 2000.

Apesar de, no ano 2000, o número de domicílios sergipanos ser equivalente a 16,3% do paranaense, o número de domicílios pobres daquele primeiro estado, contados sob o critério de linha monetária da pobreza, equivalia a 45,2% do número de domicílios pobres paranaenses. Eram contados 412.439 domicílios pobres no estado do Paraná, o que representava 15,2% do total de seus domicílios. Em Sergipe, os 186.207 domicílios pobres correspondiam a 42,1% de seus domicílios.

Tabela 18 – Número de domicílios onde residem pessoas pobres e participação destes no total de domicílios (Paraná e Sergipe, 2000)

Estados	Total de domicílios	Pobreza	B/A
Paraná	270.9523	412.439	15,2%
Sergipe	442.256	186.207	42,1%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Mesmo quando observada a média em termos de municípios, a superioridade do percentual de pobres apresentada para o agregado do estado, assim como a proporcionalidade entre os percentuais assim obtidos para os dois estados, mantêm a distância entre os patamares de pobreza quantificados para os dois estados.

O menor percentual de domicílios pobres no estado do Paraná, comparativamente ao de Sergipe, também é demonstrado na média menor desse percentual nos municípios (19,8% no Paraná contra 47,9% em Sergipe), com o agravante de que há uma pequena vantagem para o Paraná, quanto ao percentual de municípios que estão abaixo da média (56,6% contra 53,3% em Sergipe). O desvio padrão dessa média, maior para o estado do Paraná (9,2 pontos percentuais no Paraná contra 7,2, em Sergipe), reforça o menor percentual de pobreza ao nível municipal, visto que, enquanto a menor participação de domicílios pobres no total dos domicílios, em um município paranaense é de 1,9% (no município de Quatro Pontes), em Sergipe essa participação é de 32,5% (no município de Itabaiana), ficando muito próximas as maiores parcelas (67,6% no município paranaense de Doutor Ulysses e 66,1% no município sergipano de Poço Redondo).

Não bastassem essas informações, também confirma a relação entre os quantitativos de percentuais de domicílios pobres entre os dois estados, o fato de a maior parte dos municípios de ambos os estados estar no mesmo intervalo, em torno da média (71,9% para o Paraná e 80% para Sergipe).

Mesmo se observados os quantitativos para uma regionalização intermediária à dos municípios e à dos totais de domicílios para cada estado, considerando-se suas microrregiões, a distância da participação de domicílios pobres entre os estados permanece. Como pode ser observado na comparação entre as tabelas 18, 19 e 20, excetuada a microrregião de Cerro Azul, no Paraná, cujo percentual de domicílios pobres é de 58,4%, o maior percentual de domicílios pobres numa microrregião paranaense é de 30,7% (Pitanga). Percentual este que é inferior ao mínimo apresentado numa microrregião sergipana (36% nas microrregiões do Agreste de Itabaiana e de Aracaju).

Tabela 19 – Número de domicílios onde residem pessoas pobres e participação destes no total de domicílios (Paraná, microrregiões, 2000)

Microrregião	Número de domicílios		B/A
	Total (A)	Pobres (B)	
Apucarana	71898	6374	8,9%
Assaí	20828	4186	20,1%
Astorga	50151	5612	11,2%
Campo Mourão	61671	11348	18,4%
Capanema	26133	3877	14,8%
Cascavel	109243	16069	14,7%
Cerro Azul	7818	4562	58,4%
Cianorte	36000	3366	9,4%
Cornélio Procopio	52295	6899	13,2%
Curitiba	773821	122180	15,8%
Faxinal	13959	2776	19,9%
Floraí	10330	1011	9,8%
Foz do Iguaçu	109968	14300	13,0%
Francisco Beltrão	62649	10238	16,3%
Goioerê	36607	8299	22,7%
Guarapuava	95848	22043	23,0%
Ibaití	20757	4220	20,3%
Irati	25365	4987	19,7%
Ivaiporã	41786	10877	26,0%
Jacarezinho	34194	4161	12,2%
Jaguariaíva	26028	4751	18,3%
Lapa	12610	2308	18,3%
Londrina	183266	13829	7,5%
Maringá	131491	9363	7,1%
Palmas	21805	5349	24,5%
Paranaguá	65384	9148	14,0%
Paranavaí	73530	10481	14,3%



Continuação da tabela 19

Microrregião	Número de domicílios		B/A
	Total (A)	Pobres (B)	
Pato Branco	42180	5765	13,7%
Pitanga	21411	6563	30,7%
Ponta Grossa	106613	14431	13,5%
Porecatú	23460	2852	12,2%
Prudentópolis	31062	7606	24,5%
Rio Negro	21216	6141	28,9%
São Mateus do Sul	15057	3529	23,4%
Telêmaco Borba	40480	8652	21,4%
Toledo	98888	12461	12,6%
Umuarama	75500	11588	15,3%
União da Vitória	29712	5076	17,1%
Wescleslau Braz	28509	5159	18,1%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE

Tabela 20 – Número de domicílios onde residem pessoas pobres e participação destes no total de domicílios (Sergipe, microrregiões, 2000)

Microrregião	Número de domicílios		B/A
	Total (A)	Pobres (B)	
Agreste de Itabaiana	37579	13520	25,7%
Agreste de Lagarto	25490	9954	26,1%
Aracaju	171454	61712	28,9%
Baixo Cotinguiba	18147	8676	35,9%
Boquim	32894	16053	32,2%
Carira	16073	7024	28,8%
Cotinguiba	9744	4889	32,7%
Estância	26206	12134	32,7%
Japaratuba	11571	5376	28,2%
Nossa Senhora das Dores	14557	7141	31,7%
Propriá	21117	10528	31,2%
Sergipana do Sertão do São Francisco	31660	17422	28,5%
Tobias Barreto	25764	11780	28,9%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE

Esse quadro hierárquico entre os estados não é alterado, mesmo se segmentada a linha de pobreza por faixas representativas de consumo.

Na faixa de indigência, com renda não-nula (cujas necessidades mais básicas nos domicílios, inclusive as alimentares, estão provavelmente insatisfeitas), a participação dos

domicílios pobres nos municípios sergipanos é superior à paranaense<sup>43</sup>. Essa superioridade é reforçada quando percebido que 63,4% desses municípios paranaenses apresentam percentuais inferiores à média, enquanto apenas 54,7% dos municípios sergipanos os apresentam.

As mínimas, as máximas e os desvios padrões também reforçam a superioridade, naquele sentido, do percentual sergipano. Enquanto a mínima e a máxima participação dos domicílios indigentes com renda não-nula no total dos domicílios dos municípios paranaenses são, respectivamente, 0,0% e 15,4%, elas são, também respectivamente, 4,3% e 22,5% para os municípios sergipanos. O desvio padrão, por sua vez, é menor para os municípios paranaenses (2,8 pontos percentuais) do que para os sergipanos (4,3 pontos percentuais).

Também é superior o percentual de municípios sergipanos de renda nula dentre os domicílios pobres. Nesse sentido, para os municípios paranaenses aquela participação é de 2,2%, enquanto para os municípios sergipanos é de 5,4%. Essa inferioridade paranaense é confirmada se considerado que a parcela de municípios que está abaixo da média no Paraná (65,9%) é um pouco superior àquela apresentada pelos municípios do estado de Sergipe (65,3%); assim como os desvios padrões de 2,4 pontos percentuais para os municípios paranaenses e de 4,3 para os sergipanos são seguidos de participações mínimas de 0,0%, para 23 municípios paranaenses e, apenas, um município sergipano (Areia Branca), ao mesmo tempo em que as máximas são de 21,0%, para o município paranaense de Godoy Moreira e de 26,8% para o município sergipano de Poço Redondo.

Da mesma forma que na análise sem segmentação da linha monetária por faixa de renda, as estatísticas referenciadas nas microrregiões, para as diferentes classes daquela linha, reforçam o que vem sendo dito. Para ambos os estados, grandes parcelas de domicílios pobres estão na faixa acima da indigência. Excetuada a microrregião de Cerro Azul, no Paraná, para a qual o percentual de domicílios pobres e daqueles na faixa acima da indigência são muito altos, as parcelas de domicílios pobres distribuídas em cada faixa de renda são sempre superiores, para as microrregiões sergipanas, comparadas às paranaenses.

---

<sup>43</sup> A média do percentual de domicílios indigentes com renda não-nula para os municípios sergipanos é de 11,8%, enquanto a paranaense é 3,1%

Tabela 21 – Participação dos domicílios onde residem pessoas pobres no total de domicílios, por faixa de linha monetária de pobreza (Paraná, microrregiões, 2000)

Microrregião	Acima da indigência	Indigentes com renda não-nula	Renda nula
Apucarana	7,4%	1,0%	0,5%
Assaí	16,6%	2,3%	1,1%
Astorga	9,4%	0,8%	1,0%
Campo Mourão	13,9%	2,6%	1,9%
Capanema	11,9%	2,3%	0,7%
Cascavel	10,7%	2,3%	1,7%
Cerro Azul	41,2%	8,8%	8,4%
Cianorte	7,7%	0,8%	0,8%
Cornélio Procópio	11,2%	1,1%	0,9%
Curitiba	14,0%	0,5%	1,3%
Faxinal	16,0%	2,8%	1,1%
Floraí	8,3%	0,6%	0,9%
Foz do Iguaçu	9,9%	1,3%	1,8%
Francisco Beltrão	11,3%	4,0%	1,0%
Goioerê	16,9%	3,7%	2,1%
Guarapuava	15,4%	4,4%	3,3%
Ibaiti	15,4%	3,2%	1,7%
Irati	13,4%	4,2%	2,1%
Ivaiporã	16,0%	5,0%	5,0%
Jacarezinho	10,1%	1,1%	0,9%
Jaguariaíva	14,2%	2,1%	1,9%
Lapa	12,1%	3,0%	3,2%
Londrina	6,2%	0,5%	0,8%
Maringá	5,8%	0,4%	0,9%
Palmas	16,8%	3,5%	4,2%
Paranaguá	10,4%	1,6%	2,0%
Paranavaí	11,3%	1,5%	1,4%
Pato Branco	10,2%	2,1%	1,4%
Pitanga	18,5%	8,1%	4,0%
Ponta Grossa	10,4%	1,5%	1,6%
Porecatú	10,3%	1,0%	0,9%
Prudentópolis	16,4%	5,8%	2,3%
Rio Negro	23,4%	2,8%	2,7%
São Mateus do Sul	15,5%	5,1%	2,8%
Telêmaco Borba	15,1%	3,0%	3,3%
Toledo	9,7%	1,8%	1,1%
Umuarama	12,0%	1,7%	1,6%
União da Vitória	12,6%	3,0%	1,5%
Wesceslau Braz	13,8%	2,6%	1,7%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE

Tabela 22 – Participação dos domicílios onde residem pessoas pobres no total de domicílios, por faixa de linha monetária de pobreza (Sergipe, microrregiões, 2000)

Microrregião	Acima da indigência	Indigentes com renda não-nula	Renda nula
Agreste de Itabaiana	25,7%	7,1%	3,2%
Agreste de Lagarto	26,1%	9,8%	3,2%
Aracaju	28,9%	4,6%	2,5%
Baixo Cotinguiba	35,9%	7,6%	4,3%
Boquim	32,2%	13,0%	3,5%

Continuação da tabela 22

Microrregião	Acima da indigência	Indigentes com renda não-nula	Renda nula
Carira	28,8%	9,5%	5,4%
Cotinguiba	32,7%	13,6%	3,9%
Estância	32,7%	11,0%	2,6%
Japaratuba	28,2%	12,1%	6,2%
Nossa Senhora das Dores	31,7%	13,5%	3,9%
Propriá	31,2%	11,9%	6,7%
Sergipana do Sertão do São Francisco	28,5%	14,2%	12,4%
Tobias Barreto	28,9%	11,6%	5,2%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE

Consideradas, agora, as pessoas pobres, o percentual destas no total da população sergipana (50,64%) é – assim como visto para os domicílios – bem maior do que o percentual de pessoas pobres no Paraná (19,48%). Percentuais esses muito próximos daqueles apresentados anteriormente, em termos de domicílios.

Nas tabelas 21 e 22 pode ser visto que a diferença de patamar do percentual de pobres entre os estados se mantém com relação às suas microrregiões. A microrregião paranaense de menor percentual de pessoas pobres é Maringá, com 8,8% e a de maior é Cerro Azul, com 68,6%. As microrregiões sergipanas de menor e maior percentual de pobreza, por sua vez, são, respectivamente, Aracaju, com 42,7% e Sergipana do São Francisco, com 64,7%.

Tabela 23 – Participação das pessoas pobres na população total (Paraná e Sergipe, 2000)

Estado	População	Pessoas pobres	B/A
Paraná	9564643	1862909	19,48%
Sergipe	1784829	903808	50,64%

Tabela 24 – Participação das pessoas pobres na população total (Paraná, microrregiões, 2000)

Microrregião	População total (A)	População pobre (B)	A/B
Apucarana	251118	28962	11,5%
Assaí	73418	19106	26,0%
Astorga	173407	24751	14,3%
Campo Mourão	217149	50912	23,4%
Capanema	93835	17918	19,1%
Cascavel	395420	73901	18,7%
Cerro Azul	29386	20155	68,6%
Cianorte	125219	14368	11,5%
Cornélio Procopio	183315	31543	17,2%

Continuação da tabela 24

Microrregião	População total (A)	População pobre (B)	A/B
Curitiba	2662441	530753	19,9%
Faxinal	47961	12232	25,5%
Floraí	33922	4202	12,4%
Foz do Iguaçu	399487	66853	16,7%
Francisco Beltrão	228119	48419	21,2%
Goioerê	129537	36411	28,1%
Guarapuava	363929	106594	29,3%
Ibaití	74433	19483	26,2%
Irati	91640	23940	26,1%
Ivaiporã	149559	48580	32,5%
Jacarezinho	119593	19435	16,3%
Jaguariaíva	94089	22061	23,4%
Lapa	46074	10985	23,8%
Londrina	638945	62955	9,9%
Maringá	450936	39495	8,8%
Palmas	84817	26063	30,7%
Paranaguá	235840	43637	18,5%
Paranavaí	257881	46337	18,0%
Pato Branco	150672	26615	17,7%
Pitanga	85054	32421	38,1%
Ponta Grossa	382904	68351	17,9%
Porecatú	83343	12878	15,5%
Prudentópolis	117759	36828	31,3%
Rio Negro	79732	27606	34,6%
São Mateus do Sul	56455	16522	29,3%
Telêmaco Borba	146363	40710	27,8%
Toledo	343719	54332	15,8%
Umuarama	257984	48137	18,7%
União da Vitória	111758	25733	23,0%
Wesceslau Braz	97431	22725	23,3%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE

Tabela 25 – Participação das pessoas pobres na população total (Sergipe, microrregiões, 2000)

Microrregião	População total (A)	População pobre (B)	A/B
Agreste de Itabaiana	144.355	63.082	43,7%
Agreste de Lagarto	102.536	48.782	47,6%
Aracaju	675.667	288.214	42,7%
Baixo Cotinguiba	76.875	43.396	56,5%
Boquim	142.531	82.931	58,2%
Carira	61.303	32.282	52,7%
Cotinguiba	40.293	24.349	60,4%
Estância	111.584	63.180	56,6%
Japaratuba	48.899	28.116	57,5%

Continuação da tabela 25

Microrregião	População total (A)	População pobre (B)	A/B
Nossa Senhora das Dores	57.941	34.473	59,5%
Propriá	87.682	52.388	59,7%
Sergipana do Sertão do São Francisco	135.061	87.393	64,7%
Tobias Barreto	100.102	55.220	55,2%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE

Os quantitativos para as pessoas pobres, segmentada a linha monetária de pobreza, também demonstram a diferença de patamar da pobreza entre os estados tratados.

Observando-se a tabela 26, abaixo, percebe-se que a maioria das pessoas pobres se encontra na faixa de renda superior à da indigência. A população pobre em Sergipe, contudo, se distribui mais em favor da faixa acima da indigência do que no Paraná.

Tabela 26 – Número e percentual de pessoas pobres, por faixa de renda.

	Total de pessoas pobres (A)	Acima da indigência (B)	Indigentes (C)	Renda nula (D)	B/A	C/A	D/A
PR	1862909	1485523	246094	131293	79,7%	13,2%	7,0%
SE	903808	609183	226513	68111	67,4%	25,1%	7,5%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE

A hierarquia dessas distribuições para o total de cada estado também se repete, aproximadamente, para as suas microrregiões.

No caso do Paraná, observando-se a tabela 27, percebe-se que a hierarquia na distribuição de pessoas pobres por faixas de linha de pobreza é seguida pela grande maioria das microrregiões paranaenses. Em nenhuma delas, vale salientar, a participação do número de pessoas pobres na faixa superior à indigência é menor que 50%. As únicas microrregiões paranaenses que têm percentuais de pobres, na faixa de renda nula, superiores aos de pobres na faixa de indigência são Curitiba, Florai e Maringá. Essa hierarquia, contudo, se dá com dispersão significativa da proporcionalidade entre as faixas, como sugere os desvios padrões desses percentuais em cada faixa, que são 13,9; 5,9 e 10,3 pontos percentuais, respectivamente, para a faixa de pobreza acima da indigência, de indigência acima da renda nula e de renda nula.

Tabela 27 – Número e percentual de pessoas pobres, por faixa de renda (Paraná)

Microrregião	População total (A)	Total de pessoas pobres (B)	Acima da indigência (C)	Indigentes (D)	Renda nula (E)	B/A	C/B	D/B	E/B
Apucarana	251118	28962	24101	3906	955		83.2%	13.5%	3.3%
Assaí	73418	19106	15639	2744	723		81.9%	14.4%	3.8%
Astorga	173407	24751	21297	2197	1256		86.0%	8.9%	5.1%
Campo	217149	50912	38905	8581	3426		76.4%	16.9%	6.7%
Capanema	93835	17918	14297	3030	591		79.8%	16.9%	3.3%
Cascavel	395420	73901	53428	14061	6412		72.3%	19.0%	8.7%
Cerro Azul	29386	20155	13079	4145	2931		64.9%	20.6%	14.5%
Cianorte	125219	14368	12381	1347	640		86.2%	9.4%	4.5%
Cornélio	183315	31543	27256	3082	1204		86.4%	9.8%	3.8%
Curitiba	2662441	530753	481041	22996	26715		90.6%	4.3%	5.0%
Faxinal	47961	12232	9868	1899	465		80.7%	15.5%	3.8%
Floraí	33922	4202	3674	255	274		87.4%	6.1%	6.5%
Foz do Iguacu	399487	66853	53160	7841	5853		79.5%	11.7%	8.8%
Francisco	228119	48419	32901	13516	2002		68.0%	27.9%	4.1%
Goioerê	129537	36411	26814	7263	2334		73.6%	19.9%	6.4%
Guarapuava	363929	106594	71485	23551	11558		67.1%	22.1%	10.8%
Ibaiti	74433	19483	14568	3951	964		74.8%	20.3%	4.9%
Irati	91640	23940	16125	5839	1977		67.4%	24.4%	8.3%
Ivaiporã	149559	48580	29957	11213	7410		61.7%	23.1%	15.3%
Jacarezinho	119593	19435	16151	2399	885		83.1%	12.3%	4.6%
Jaguariaíva	94089	22061	17393	3034	1634		78.8%	13.8%	7.4%
Lapa	46074	10985	7312	2172	1501		66.6%	19.8%	13.7%
Londrina	638945	62955	53781	5046	4128		85.4%	8.0%	6.6%
Maringá	450936	39495	33103	2834	3558		83.8%	7.2%	9.0%
Palmas	84817	26063	18035	4503	3525		69.2%	17.3%	13.5%
Paranaguá	235840	43637	33882	6054	3701		77.6%	13.9%	8.5%
Paranavaí	257881	46337	37402	5789	3146		80.7%	12.5%	6.8%
Pato Branco	150672	26615	19768	4605	2242		74.3%	17.3%	8.4%
Pitanga	85054	32421	19418	9537	3466		59.9%	29.4%	10.7%
Ponta Grossa	382904	68351	53731	9431	5190		78.6%	13.8%	7.6%
Porecatú	83343	12878	11259	1090	529		87.4%	8.5%	4.1%
Prudentópolis	117759	36828	23985	10236	2607		65.1%	27.8%	7.1%
Rio Negro	79732	27606	22372	3268	1966		81.0%	11.8%	7.1%
São Mateus	56455	16522	11238	4074	1209		68.0%	24.7%	7.3%
Telêmaco	146363	40710	29098	6750	4861		71.5%	16.6%	11.9%
Toledo	343719	54332	42264	8670	3398		77.8%	16.0%	6.3%
Umuarama	257984	48137	39071	5989	3077		81.2%	12.4%	6.4%
União da	111758	25733	18888	5272	1572		73.4%	20.5%	6.1%
Wesceslau	97431	22725	17393	3926	1406		76,5%	17,3%	6,2%
Braz									

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE

Para as microrregiões do estado de Sergipe, a hierarquia apresentada para todo o estado, entre os percentuais de pessoas pobres por faixa de linha monetária de pobreza, repete-se em todas as microrregiões; sendo que os desvios padrões desses percentuais sugerem uma dispersão semelhante à apresentada para as microrregiões paranaenses, quais sejam, 12,0; 5,9 e 11,1 pontos percentuais para, respectivamente, a faixa de pobreza acima da indigência, de indigência acima da renda nula e de renda nula.

Tabela 28 – Número e percentual de pessoas pobres, por faixa de renda (Sergipe)

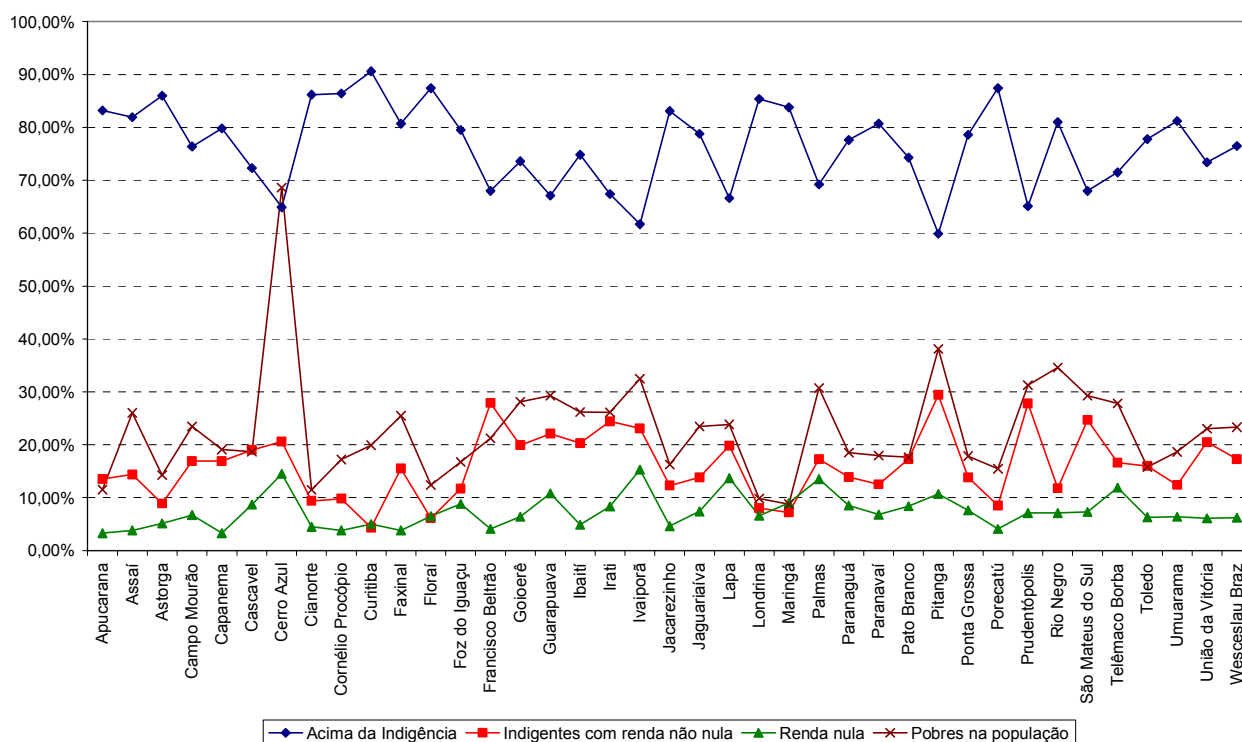
	População total	Total de pessoas	Acima da indigência	Indigentes (D)	Renda nula (E)	B/A	C/B	D/B	E/B
Agreste	1	6	4	1	4	4	6	2	6
Agreste	1	4	3	1	2	4	6	3	5
Aracaj	6	2	2	4	1	4	7	1	4
Baixo	7	4	3	8	2	5	7	2	6
Boqui	1	8	5	2	3	5	6	3	4
Carira	6	3	2	8	3	5	6	2	9
Coting	4	2	1	7	1	6	6	3	6
Estância	1	6	4	1	2	5	6	2	3
Japarat	4	2	1	8	3	5	5	3	1

Continuação da tabela 28

	População total	Total de pessoas	Acima da indigência	Indigentes (D)	Renda nula (E)	B/A	C/B	D/B	E/B
Nossa Senhora	5	3	2	1	1	5	6	3	5
Propriana do Tobias	70118	11725	1053	1127	0965	0500%	110%	270%	90%
Sergip	1	8	4	2	1	6	4	3	2
ana do Tobias	25061	72025	22283	7117	7724	1710%	920%	140%	020%

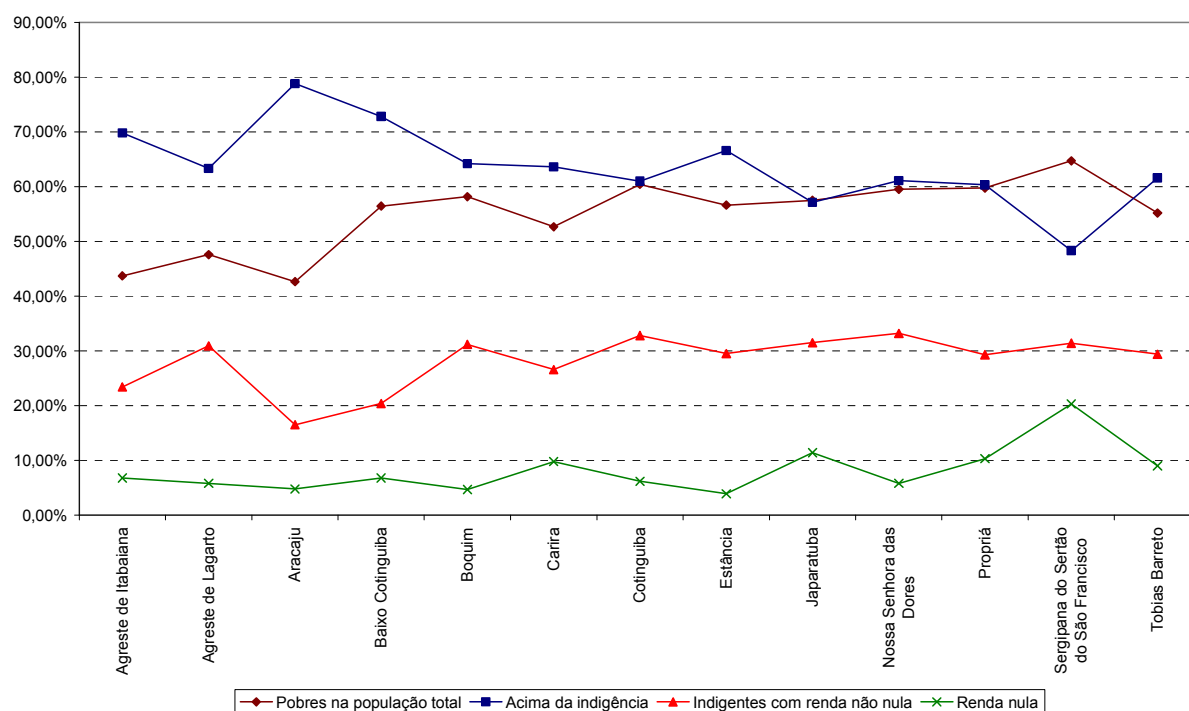
Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE

Como pode ser visto nos gráficos, parece haver um *trade-off* entre percentual de pessoas pobres e o tipo de carência no consumo, indicado na relação inversa entre aquele percentual e o de pessoas acima da indigência, para quase todas as microrregiões de cada estado comparadas. Isso também significa que, quanto maior a participação de pessoas pobres no total da população, também maior, em grande parte das vezes, o percentual de pessoas carentes de alimentação básica.



**Gráfico 01 – Comparativo dos percentuais de pobres na população total com os de número de pessoas acima da indigência e de indigentes dentre os pobres (Paraná, microrregiões, 2000)**





**Gráfico 02 – Comparativo dos percentuais de pobres na população total com os de número de pessoas acima da indigência e de indigentes dentre os pobres (Sergipe, microrregiões, 2000)**

Quando se usa o IPH-M, como indicador da pobreza, a diferença de patamares entre o Paraná e Sergipe permanece muito grande.

Como pode ser visto na tabela 29, a média do IPH-M para o estado do Paraná é bem inferior à sergipana. À luz das estatísticas de mediana, desvio padrão e variância, revela-se que os IPH-M se distribuem mais homogeneamente ou próximos uns aos outros no estado do Paraná do que no de Sergipe.

**Tabela 29 – IPH-M, estatística descritiva (Paraná e Sergipe, 2000)**

Estatística	Paraná	Sergipe
Média	13,71251	30,37891
Mediana	13,37208	31,17309
Desvio padrão	4,68814	6,38775
Mínimo	3,28862	9,819248
Máximo	30,69621	44,41749
Contagem	399	75

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Também os percentuais de municípios, acima e abaixo das médias de IPH, reforçam a distância entre os IPH-M dos dois estados. No estado do Paraná, 53,6% dos municípios

apresentam IPH-M menor do que a média para o estado, enquanto em Sergipe esse percentual é de 42,7%.

Os menores e maiores IPH-M também referendam a distância entre os IPH-M dos dois estados. O menor IPH-M, no estado do Paraná ocorre no município de Entre Rios do Oeste, microrregião de Toledo e é de 3,2. Em Sergipe, o menor IPH-M ocorre em Aracaju e é de 9,8. O maior IPH-M no Paraná ocorre em Tunas do Paraná, microrregião de Curitiba (30,7), enquanto esse indicador em Sergipe chega a 44,4, no município de Santa Luzia do Itanh, microrregião de Estância.

Para as microrregiões, também os IPH-Mic atestam os diferentes patamares de pobreza entre os dois estados.

#### 4.3 CARACTERÍSTICAS MODAIS DOS DOMICÍLIOS E PESSOAS POBRES, OBTIDAS COM O USO DA LINHA MONETÁRIA DE POBREZA

As características estimadas mais frequentes para os domicílios pobres e não pobres de cada estado aparecem listadas na tabela 30. Nela pode ser visto que a maioria das características predominantes nos domicílios são as mesmas, independentemente de ele ser pobre ou não, para cada estado. Neste sentido, apenas 5 características predominantes não são as mesmas para domicílios pobres e não-pobres, no Paraná. Número este que se reduz para 3 no estado de Sergipe.

Também as características predominantes são as mesmas entre os estados, para a maioria das variáveis. Mais exatamente, apenas duas características diferem com relação aos domicílios não-pobres e apenas uma, com relação aos pobres.

Sendo assim, uma leitura da tabela referenciada, em um só estado, serve para identificar a maioria das variáveis. Será feita, então, essa leitura para o estado do Paraná e citadas, depois, as exceções para o estado de Sergipe.

Conforme a leitura da tabela 30, os domicílios pobres paranaenses são, quanto à situação demográfica e às condições de habitação, predominantemente urbanos (73,4%), apesar de o percentual de domicílios pobres rurais ser maior dentre os domicílios pobres do que dentre os não-pobres.

Em sua maioria, estão situados em áreas urbanizadas de vilas ou cidades (71,0%). Percentual esse que é menor do que aquele apresentado para o domicílio não-pobre.

São, geralmente, casas, com cinco cômodos (25,2%).

A maioria dos domicílios é própria e paga (60,0%). Os terrenos, por sua vez, são, na sua maioria, próprios (56,5%), embora o percentual de terrenos cedidos e particulares não-permanentes dentre os domicílios pobres é maior do que dentre os não-pobres.

Tabela 30 – Domicílios pobres – características (Paraná, 2000)

Grupos e unidades de variáveis	Característica modal nos Domicílios não-pobres	Característica modal nos Domicílios pobres	Domicílios não-pobres com característica modal / total de dom não-pobres	Domicílios pobres com característica modal / total de domicílios pobres
<b>CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO</b>				
Situação do domicílio	Urbano	Urbano	84,5%	73,4%
Situação do setor	Área urbanizada de cidade ou vila	Área urbanizada de cidade ou vila	83,2%	71,0%
Tipo do domicílio	Casa	Casa	89,2%	96,4%
Total de cômodos	5	5	21,7%	25,2%
Condição do domicílio	Próprio, já pago	Próprio, já pago	60,7%	60,0%
Condição do terreno	Próprio	Próprio	67,7%	56,5%
Total de moradores	3,3	4,5		
Total de homens	1	2	40,9%	33,3%
Total de mulheres	1	2	42,9%	34,8%
Total de cômodos como dormitório	2	2	39,5%	45,3%
Total de banheiros	1	1	70,4%	70,2%
<b>DOTAÇÃO DE BENS E UTENSÍLIOS</b>				
Existência de rádio	Sim	Sim	91,5%	84,5%
Existência de geladeira ou freezer	Sim	Sim	91,9%	71,6%
Existência de vídeo cassete	Não	Não	61,7%	88,9%
Existência de máquina de lavar roupas	Não	Não	53,4%	79,3%
Existência de forno de microondas	Não	Não	74,0%	94,3%
Existência de microcomputador	Não	Não	85,2%	97,0%
Quantidade de televisores	1	1	56,4%	66,3%
Quantidade de automóveis	0	0	52,3%	82,1%
<b>PRESENÇA DE BENS E SERVIÇOS SEMI-PÚBLICOS</b>				
Forma de abastecimento d'água	Rede geral	Rede geral	84,0%	72,8%

Continuação da tabela 30

Grupos e unidades de variáveis	Característica modal nos Domicílios não-pobres	Característica modal nos Domicílios pobres	Domicílios não-pobres com característica modal / total de dom não-pobres	Domicílios pobres com característica modal / total de domicílios pobres
Tipo de canalização	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo	95,2%	84,7%
Tipo de escoadouro	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa rudimentar	40,6%	49,1%
Coleta de lixo	Coletado por serviço de limpeza	Coletado por serviço de limpeza	81,8%	68,9%
Iluminação elétrica	Sim	Sim	97,0%	91,6%
Existência de linha telefônica	Não	Não	50,5%	85,1%
Existência de identificação	Sim	Não	63,2%	54,4%
Existência de iluminação pública	Sim	Sim	82,0%	69,6%
Existência de calçamento/pavimentação	Total	Não existe	61,2%	57,9%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Tabela 31 – Domicílios pobres – características (Sergipe, 2000)

Grupos e unidades de variáveis	Característica modal nos Domicílios não-pobres	Característica modal nos Domicílios pobres	Domicílios não-pobres com característica modal / total de dom não-pobres	Domicílios pobres com característica modal / total de dom pobres
CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO				
Situação do domicílio	Urbano	Urbano	75,4%	70,2%
Situação do setor	Área urbanizada de cidade ou vila	Área urbanizada de cidade ou vila	73,9%	67,2%
Tipo do domicílio	Casa	Casa	90,7%	97,1%
Total de cômodos	6	5	21,6%	26,1%
Condição do domicílio	Próprio, já pago	Próprio, já pago	72,9%	74,6%
Condição do terreno	Próprio	Próprio	76,2%	72,2%
Total de moradores	3,4	4,9		
Total de homens	1	2	41,0%	30,1%
Total de mulheres	1	2	38,4%	32,5%
Total de cômodos como dormitório	2	2	41,4%	52,3%
Total de banheiros	1	1	59,1%	62,5%
DOTAÇÃO DE BENS E UTENSÍLIOS				
Existência de rádio	Sim	Sim	85,0%	77,2%
Existência de geladeira ou freezer	Sim	Sim	78,9%	57,8%
Existência de vídeo cassete	Não	Não	68,7%	91,5%
Existência de máquina de lavar roupas	Não	Não	83,3%	97,0%
Existência de forno de microondas	Não	Não	89,3%	98,0%

Continuação da tabela 31

Grupos e unidades de variáveis	Característica modal nos Domicílios não-pobres	Característica modal nos Domicílios pobres	Domicílios não-pobres com característica modal / total de dom não-pobres	Domicílios pobres com característica modal / total de dom pobres
Existência de microcomputador	Não	Não	90,2%	98,5%
Quantidade de televisores	1	1	59,5%	69,0%
Quantidade de automóveis	0	0	73,1%	93,5%
PRESENÇA DE BENS E SERVIÇOS SEMI-PÚBLICOS				
Forma de abastecimento d'água	Rede geral	Rede geral	79,0%	68,7%
Tipo de canalização	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo	77,7%	62,3%
Tipo de escoadouro	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa rudimentar	33,6%	42,5%
Coleta de lixo	Coletado por serviço de limpeza	Coletado por serviço de limpeza	68,8%	57,4%
Iluminação elétrica	Sim	Sim	93,4%	88,4%
Existência de linha telefônica	Não	Não	69,5%	92,0%
Existência de identificação	Não	Não	51,4%	65,6%
Existência de iluminação pública	Sim	Sim	88,2%	83,4%
Existência de calçamento/pavimentação	Total	Total	63,0%	46,9%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Nos domicílios pobres paranaenses moram, como característica modal, 2 homens, mas, o percentual daqueles onde moram 4 ou 5 homens, dentre os domicílios pobres, é maior do que dentre os domicílios não-pobres. Essa assertiva é válida também para o número de mulheres.

O número modal de cômodos usados como dormitório é de 2, o que é uma característica mais presente dentre os domicílios pobres do que dentre os não pobres.

A maioria desses domicílios têm apenas um banheiro (70,2%) e o percentual de domicílios pobres sem nenhum banheiro é maior do que de domicílios não-pobres.

Quanto à dotação de bens e utensílios domésticos, a existência de rádio (84,5%) e de geladeira ou freezer (71,6%) são características modais nos domicílios pobres, embora o percentual de domicílios pobres que não os têm seja maior do que os não-pobres. Também a inexistência de vídeo-cassete (88,9%), máquina de lavar roupas (79,3%), forno de microondas (94,3%) e microcomputador (97,0%) é característica dos domicílios pobres. Nesse caso, são características mais freqüentes entre os domicílios pobres do que dentre os não-pobres.

Um televisor (66,3%) e nenhum automóvel (82,1%) são os números que caracterizam os domicílios pobres, quanto a esses bens, embora também seja maior o percentual de domicílios pobres que não têm aparelho de televisão, do que o de domicílios não-pobres que não o têm.

No tocante a dispor ou não de bens e serviços semi-públicos básicos, a forma de abastecimento de água, nos domicílios pobres paranaenses, é, majoritariamente, por rede geral (72,8%); são, geralmente, canalizados em pelo menos um cômodo (84,7%); o tipo de escoadouro que caracteriza o domicílio pobre paranaense é aquele diferente da rede geral e de fossa séptica (77,0%); a maior parte dos domicílios pobres são atendidos por coleta de lixo, através de serviço de limpeza (68,9%); a iluminação elétrica está presente na maioria dos domicílios pobres (91,6%); a inexistência de linha telefônica é uma característica comum a domicílios pobres (85,1%); a inexistência, ou parcialidade da identificação nas vias públicas é uma característica exclusiva para a maioria dos domicílios pobres paranaenses (54,4%); esses domicílios são preponderantemente atendidos com iluminação pública (69,6%); calçamento ou pavimentação inexistem para a maioria desses domicílios (57,9%). Os percentuais, contudo, dessas características, apresentados para os domicílios não pobres são, sempre, favoráveis ao melhor atendimento ou acesso desses aos bens e serviços semi-públicos.

Tabela 32 – Participação da característica predominante entre os domicílios pobres (Paraná e Sergipe, 2000)

Variável	Paraná	Sergipe
Situação do domicílio	73,4%	70,2%
Situação do setor	71,0%	67,2%
Tipo do domicílio	96,4%	97,1%
Total de cômodos	25,9%	26,7%
Condição do domicílio	60,0%	74,6%
Condição do terreno	56,5%	72,2%
Total de homens	33,5%	30,6%
Total de mulheres	34,9%	30,3%
Total de cômodos como dormitório	46,3%	53,0%
Total de banheiros	70,2%	62,5%
Existência de rádio	84,5%	77,2%
Existência de geladeira ou freezer	71,6%	57,8%
Existência de vídeo cassete	88,9%	91,5%
Existência de máquina de lavar roupas	79,3%	97,0%
Existência de forno de microondas	94,3%	98,0%

Continuação da tabela 32

Variável	Paraná	Sergipe
Existência de microcomputador	97,0%	98,5%
Quantidade de televisores	66,3%	69,0%
Quantidade de automóveis	82,1%	93,5%
Forma de abastecimento d'água	72,8%	68,7%
Tipo de canalização	84,7%	62,3%
Tipo de escoadouro	49,1%	37,9%
Coleta de lixo	68,9%	57,4%
Iluminação elétrica	91,6%	88,4%
Existência de linha telefônica	85,1%	92,0%
Existência de identificação	54,4%	65,6%
Existência de iluminação pública	69,6%	83,4%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Um resumo comparativo dos dois estados, apresentado à tabela 32, para as características dos domicílios pobres comuns aos dois estados, permite verificar que os maiores percentuais de características dos domicílios pobres dos municípios paranaenses, relativamente àqueles apresentados para os domicílios sergipanos, estão no subgrupo de condições de habitação e situação geográfica. Assim, os domicílios pobres paranaenses estão mais situados em áreas urbanas e reunidos em áreas urbanizadas de vilas ou cidades, do que os sergipanos. Por seu turno, a propriedade do terreno e da moradia, bem como o número de cômodos têm, nos domicílios sergipanos, um percentual maior daqueles que detêm a propriedade e que são mais identificados por um maior número de cômodos.

A superioridade, em percentual, de domicílios pobres em Sergipe, aponta para piores condições de moradia, menor propriedade de bens e menor acesso a bens e serviços semi-públicos do que nos domicílios pobres paranaenses.

No grupo de dotação de bens e utensílios domésticos, os domicílios sergipanos são aqueles que mais se identificam com as características modais tratadas, para quase todas as variáveis, com exceção das variáveis “existência de rádio” e de geladeira ou freezer, para os quais é maior o percentual de domicílios pobres, no Paraná, que tem ambos os itens. A superação dos percentuais para as demais variáveis desse mesmo grupo fornece informações de que um percentual menor de domicílios pobres, em Sergipe, dispõe de outros bens e utensílios.

Uma vez que foi constatada, no tópico anterior, maior incidência de pobreza no estado de Sergipe, com relação ao do Paraná, agora, à luz do que foi tratado com relação à tabela 32,

pode ser entendido que a maior incidência da pobreza em Sergipe é também acompanhada por piores condições de domicílio.

A aplicação do critério linha de pobreza por faixas acima da indigência, de indigência e de renda nula, acrescenta pouco à caracterização geral e não muda a consideração acima. Comparadas as primeiras colunas das tabelas 33 e 34 com as da segunda e quarta colunas da tabela 31, por exemplo, nota-se que as características predominantes nos domicílios pobres e pobres não-indigentes dos dois estados considerados são as mesmas.

Tabela 33 – Participação da característica predominante entre os domicílios pobres (Paraná, 2000)

CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO	Pobres não-indigentes	Indigentes	Y=0	Participação no total de domicílios de cada faixa		
				Pobres não-indigentes	Indigentes	Y=0
Situação do domicílio	Urbano	Urbano	Urbano	77,9%	55,4%	57,6%
Situação do setor	Área urb de cidade ou vila	Área urb de cidade ou vila	Área urb de cidade ou vila	75,4%	53,3%	55,8%
Tipo do domicílio	Casa	Casa	Casa	97,5%	95,7%	89,2%
Total de cômodos	5	4	5	27,0%	22,0%	22,2%
Condição do domicílio	Próprio, já pago	Próprio, já pago	Próprio, já pago	59,6%	62,0%	60,6%
Condição do terreno	Próprio	Próprio	Próprio	57,2%	52,3%	55,4%
Total de homens	2	2	1	35,3%	28,3%	43,9%
Total de mulheres	2	2	1	36,8%	29,8%	41,8%
Total de cômodos como dormitório	2	2	1	47,9%	44,1%	49,7%
Total de banheiros	1	1	1	74,4%	50,6%	57,9%
DOTAÇÃO DE BENS E UTENSÍLIOS						
Existência de rádio	Sim	Sim	Sim	86,2%	79,6%	76,7%
Existência de geladeira ou freezer	Sim	Sim	Sim	75,8%	50,2%	61,6%
Existência de vídeo cassete	Não	Não	Não	89,0%	94,2%	82,7%
Existência de máquina de lavar roupas	Não	Não	Não	78,6%	88,8%	74,8%
Existência de forno de microondas	Não	Não	Não	95,0%	95,8%	87,7%
Existência de microcomputador	Não	Não	Não	97,9%	96,7%	91,0%
Quantidade de televisores	1	1	1	69,2%	56,3%	54,8%
Quantidade de automóveis	0	0	0	82,4%	87,2%	75,0%



Continuação da tabela 33

	Pobres não-indigentes	Indigentes	Y=0	Participação no total de domicílios de cada faixa		
PRESENÇA DE BENS E SERVIÇOS SEMI-PÚBLICOS						
Forma de abastecimento d'água	Rede geral	Rede geral	Rede geral	77,1%	55,0%	57,8%
Tipo de canalização	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo	88,2%	69,1%	74,5%
Tipo de escoadouro	Fossa rudimentar	Fossa rudimentar	Fossa rudimentar	48,2%	60,2%	44,7%
Coleta de lixo	Coletado por serviço de limpeza	Coletado por serviço de limpeza	Coletado por serviço de limpeza	73,9%	47,1%	53,8%
Iluminação elétrica	Sim	Sim	Sim	94,5%	80,2%	81,6%
Existência de linha telefônica	Não	Não	Não	85,0%	93,0%	78,0%
Existência de identificação	Não	Não	Não	51,5%	71,8%	58,8%
Existência de iluminação pública	Sim	Sim	Sim	73,7%	51,1%	73,7%
Existência de calçamento/paviment.	Não existe	Não existe	Não existe	56,3%	70,1%	58,1%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Tabela 34 – Participação da característica predominante entre os domicílios pobres (Sergipe, 2000)

	Pobres não-indigentes	Indigentes	Y=0	Participação no total de domicílios de cada faixa		
				Pobres não-indigentes	Indigentes	Y=0
CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO						
Situação do domicílio	Urbano	Urbano	Urbano	77,7%	54,3%	48,5%
Situação do setor	Área urb de cidade ou vila	Área urb de cidade ou vila	Área urb de cidade ou vila	74,8%	52,0%	44,3%
Tipo do domicílio	Casa	Casa	Casa	97,4%	97,6%	94,4%
Total de cômodos	5	4	5	27,0%	22,0%	22,2%
Condição do domicílio	Próprio, já pago	Cedido por empregador	Próprio, já pago	74,0%	77,2%	74,0%
Condição do terreno	Próprio	Próprio	Próprio	72,6%	71,7%	70,3%
Total de homens	2	3	1	32,6%	26,4%	38,4%
Total de mulheres	2	2	1	34,4%	28,3%	32,1%
Total de cômodos como dormitório	2	2	2	53,0%	55,7%	47,4%
Total de banheiros	1	1	1	48,0%	49,8%	48,0%
DOTAÇÃO DE BENS E UTENSÍLIOS						
Existência de rádio	Sim	Sim	Sim	79,7%	72,5%	68,8%
Existência de geladeira ou freezer	Sim	Não	Não	65,7%	59,1%	58,8%
Existência de vídeo cassete	Não	Não	Não	89,9%	96,8%	92,0%

Continuação da tabela 34

	Pobres não-indigentes	Indigentes	Y=0	Participação no total de domicílios de cada faixa		
				Pobres não-indigentes	Indigentes	Y=0
Existência de máquina de lavar roupas	Não	Não	Não	96,8%	96,8%	95,6%
Existência de forno de microondas	Não	Não	Não	98,1%	98,5%	96,1%
Existência de microcomputador	Não	Não	Não	98,8%	98,6%	96,1%
Quantidade de televisores	1	1	1	73,0%	62,4%	53,6%
Quantidade de automóveis	0	0	0	93,0%	96,1%	91,9%
PRESENÇA DE BENS E SERVIÇOS SEMI-PÚBLICOS						
Forma de abastecimento d'água	Rede geral	Rede geral	Rede geral	75,1%	54,4%	52,6%
Tipo de canalização	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo	69,7%	45,1%	44,8%
Tipo de escoadouro	Fossa rudimentar	Fossa rudimentar	Fossa rudimentar	42,8%	43,6%	38,4%
Coleta de lixo	Coletado por serviço de limpeza	Coletado por serviço de limpeza	Coletado por serviço de limpeza	64,3%	42,6%	38,4%
Iluminação elétrica	Sim	Sim	Sim	92,4%	80,7%	75,4%
Existência de linha telefônica	Não	Não	Não	90,5%	96,9%	92,9%
Existência de identificação	Não	Não	Não	73,2%	74,4%	73,2%
Existência de iluminação pública	Sim	Sim	Sim	86,7%	76,4%	73,7%
Existência de calçamento/pavimentação	Total	Não	Não	52,4%	57,3%	58,9%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Para o estado do Paraná, todas as exceções fazem parte do grupo de variáveis que dizem respeito às condições de habitação. Considerando que a característica de número de homens e número de mulheres por domicílio não sejam tão relevantes, por enquanto, as condições de habitação descritas por total de cômodos e número de cômodos servindo como dormitório, encontram exceções de, respectivamente, 4 cômodos e 1 cômodo, também, respectivamente, para as faixas de indigência e de renda nula.

Para os domicílios sergipanos, excluindo-se também o número de homens e de mulheres, há uma exceção para cada faixa de linha de pobreza.

Semelhantemente ao que acontece no estado do Paraná, a característica modal do número de cômodos é menor na faixa de renda de indigência (4 cômodos).

No grupo de bens e utensílios domésticos, a existência de geladeira ou freezer é característica modal apenas para a faixa de pobreza acima da indigência.

A presença de calçamento ou pavimentação total, por sua vez, é característica modal apenas dos domicílios pobres acima da indigência.

Essas duas últimas exceções, contudo, são as mesmas características modais dos domicílios não-pobres. Assim sendo, a inexistência de freezer ou geladeira, bem como a inexistência de calçamento ou pavimentação, como características modais, surge apenas quando segmentada a linha de pobreza em faixas, o que não acontece nas exceções para o estado do Paraná.

Poucas mudanças ocorrem, ainda, sobre algumas características modais, quando trazidos os municípios para a análise. Apresenta-se, abaixo, a tabela 35, com as variáveis para as quais as características modais mudaram.

Tabela 35 – Variáveis cujas características modais para todo o estado sofreram mudanças depois de agregadas desde os municípios Paraná e Sergipe, 2000)

	Variável	Característica modal, sem segmentação da linha de pobreza	Característica modal para a faixa acima da indigência	Característica modal para a indigência, com renda não-nula.	Característica modal para a faixa de renda nula.
Paraná	Situação do domicílio	Urbano	Urbano	Urbano	Rural
	Situação do setor	Área urbana de cidade ou vila	Área urbana de cidade ou vila	Área urbana de cidade ou vila	Rural - exclusive os aglomerados rurais
Sergipe	Situação do domicílio	Urbano	Urbano	Rural	Rural
	Situação do setor	Área urbana de cidade ou vila	Área urbana de cidade ou vila	Área urbana de cidade ou vila	Rural - exclusive os aglomerados rurais
	Total de cômodos	5	5	5	4
	Total de cômodos como dormitório	2	2	2	1
	Total de banheiros	1	1	0	0
	Tipo de canalização	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo	Não canalizada	Não canalizada

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Comparando-se a tabela 35 com as tabelas 32 e 34, nota-se que, trazendo-se à luz a referência nos municípios, as áreas rurais assumem papel determinante na caracterização de domicílios pobres para as faixas de linha de pobreza mais baixas, principalmente em Sergipe. Tal papel comporta toda a mudança advinda da introdução dos municípios na análise para o estado do Paraná. Para o estado de Sergipe, contudo, as mudanças de características dos domicílios pobres com relação a se agregados para todo o estado, porém, não se limitam a uma maior presença dos mesmos nas áreas rurais. O tamanho do domicílio também passa a

ser diferente para as faixas mais baixas de linha de pobreza, sendo menores para essas, como indicam as respectivas características para as variáveis número de cômodos, total de cômodos servindo como dormitório e total de banheiros. Também uma maior precariedade é indicada para aquelas faixas mais baixas, como indicado na variável tipo de canalização.

#### 4.4 CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS

Algumas características apresentadas na tabela 36 indicam que, em ambos os estados, as características predominantes para as pessoas pobres e não pobres são as mesmas, com exceção da cor, assim como a participação dessas características são muito próximas entre os dois estados.

Cerca de metade das pessoas pobres, em ambos os estados, é constituída por pessoas menores de 18 anos, mais exatamente, 50,8% no Paraná e 50,0% em Sergipe. Quase todos eles filhos do responsável pelo domicílio.

Tabela 36 – Pessoas não pobres e pobres, características selecionadas (Paraná e Sergipe, 2000)

Estado	Não pobres		Pobres	
	Paraná	Sergipe	Paraná	Sergipe
Total (A)	7701734	881021	1862909	903808
Homens (B)	3812719	429057	924361	445925
Mulheres (C)	3889015	451964	938548	457883
Menores de 18 anos (D)	2368489	266917	945688	452329
Filhos do responsável (E)	3080791	359188	979865	487220
Raça/cor (F)	6123478	494307	1264364*	591101**
Homens da raça/cor prevalecte (G)	2986244	245792	618581	294132
Mulheres da raça/cor prevalecte (H)	3137234	248515	645783	296969
B/A	49,5%	48,7%	49,6%	49,3%
C/A	50,5%	51,3%	50,4%	50,7%
F/A	79,5%	56,1%	67,9%	65,4%
G/F	48,8%	49,7%	48,9%	49,8%
H/F	51,2%	50,3%	51,1%	50,2%
D/A	30,8%	30,3%	50,8%	50,0%
E/A	40,0%	40,8%	52,6%	53,9%

Legenda: \* branca; \*\* parda.

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

A distribuição, quase eqüitativa, de homens e mulheres enquanto pobres, bem como a predominância da cor branca entre as pessoas pobres no Paraná e parda em Sergipe, aliado à maior freqüência de filhos dos responsáveis pelo domicílio entre elas são características que

se repetem para as microrregiões dos estados tratados, como pode ser visto nas tabelas 37 a 40.

Tabela 37 – Pessoas pobres - características selecionadas (Microrregiões do Paraná)

Nome da Microrregião	Pobres na População	Participação na população pobre				
		Homens	Mulheres	<18 anos	Brancos	Filhos
Apucarana	16,7%	49,4%	50,6%	49,0%	68,5%	50,9%
Assaí	33,8%	50,3%	49,7%	49,0%	64,5%	50,1%
Astorga	20,7%	49,9%	50,1%	47,8%	57,0%	49,2%
Campo Mourão	31,6%	50,1%	49,9%	48,5%	64,5%	50,9%
Capanema	29,5%	50,9%	49,1%	48,2%	78,3%	51,7%
Cascavel	25,4%	49,8%	50,2%	49,0%	69,6%	51,6%
Cerro Azul	57,2%	51,8%	48,2%	51,1%	73,0%	56,4%
Cianorte	18,5%	50,1%	49,9%	46,9%	61,4%	48,9%
Cornélio Procópio	24,5%	49,6%	50,4%	49,6%	64,4%	50,5%
Curitiba	13,1%	49,2%	50,8%	50,7%	70,5%	52,0%
Faxinal	34,1%	51,0%	49,0%	46,8%	70,1%	51,8%
Floraí	18,3%	49,3%	50,7%	45,9%	70,8%	48,6%
Foz do Iguaçu	21,9%	49,0%	51,0%	50,7%	67,5%	51,5%
Francisco Beltrão	29,8%	50,7%	49,3%	49,9%	71,0%	52,2%
Goioerê	37,5%	49,7%	50,3%	46,9%	63,8%	50,4%
Guarapuava	39,1%	50,3%	49,7%	51,1%	61,9%	53,0%
Ibaiti	37,3%	51,2%	48,8%	49,2%	72,6%	52,1%
Irati	35,0%	51,1%	48,9%	48,7%	87,0%	53,7%
Ivaiporã	42,6%	51,5%	48,5%	46,9%	65,6%	51,6%
Jacarezinho	22,8%	49,0%	51,0%	50,3%	66,9%	51,7%
Jaguariaíva	31,1%	50,2%	49,8%	51,0%	76,1%	53,5%
Lapa	32,7%	50,7%	49,3%	49,8%	70,8%	53,3%
Londrina	13,6%	48,7%	51,3%	48,8%	60,6%	50,0%
Maringá	12,2%	48,3%	51,7%	47,2%	60,7%	47,7%
Palmas	40,0%	50,1%	49,9%	52,6%	67,5%	53,6%
Paranaguá	23,9%	50,2%	49,8%	51,7%	71,5%	52,3%
Paranavai	24,1%	49,3%	50,7%	49,2%	49,8%	50,8%
Pato Branco	24,5%	50,9%	49,1%	50,4%	69,8%	51,2%
Pitanga	51,4%	50,8%	49,2%	50,9%	75,7%	55,9%
Ponta Grossa	23,4%	49,9%	50,1%	51,2%	75,5%	53,4%
Porecatú	21,6%	49,7%	50,3%	47,7%	60,9%	50,2%
Prudentópolis	44,1%	51,4%	48,6%	48,9%	82,5%	54,6%
Rio Negro	33,1%	50,9%	49,1%	50,1%	75,4%	54,0%
São Mateus do Sul	40,3%	51,7%	48,3%	48,5%	82,8%	54,9%
Telêmaco Borba	38,4%	51,0%	49,0%	49,5%	72,3%	52,3%
Toledo	21,5%	50,4%	49,6%	46,9%	64,5%	49,5%
Umuarama	26,6%	49,7%	50,3%	45,8%	56,9%	48,1%
União da Vitória	32,1%	50,7%	49,3%	52,2%	72,0%	56,0%
Wenceslau Braz	32,9%	50,1%	49,9%	47,8%	84,6%	50,7%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Tabela 38 – Pessoas pobres – características selecionadas (Microrregiões de Sergipe)

Nome da Microrregião	Pobres na População	Participação na população pobre				
		Homens	Mulheres	<18 anos	Pardos	Filhos
Agreste de Itabaiana	52,0%	49,9%	50,1%	49,7%	52,0%	54,9%
Agreste de Lagarto	59,6%	50,2%	49,8%	50,4%	67,8%	53,5%
Aracaju	34,2%	48,4%	51,6%	48,8%	64,0%	51,9%
Baixo Cotinguiba	60,6%	49,7%	50,3%	49,9%	72,4%	53,8%
Boquim	67,3%	50,5%	49,5%	51,9%	63,2%	55,0%
Carira	60,4%	50,4%	49,6%	49,0%	60,6%	53,4%
Cotinguiba	66,9%	50,8%	49,2%	50,2%	67,8%	55,3%
Estância	63,1%	50,2%	49,8%	52,6%	72,8%	55,3%
Japaratuba	67,5%	50,7%	49,3%	52,2%	69,7%	56,7%
Nossa Senhora das Dores	66,8%	49,9%	50,1%	50,1%	78,3%	55,2%
Propriá	63,3%	50,3%	49,7%	51,0%	66,7%	54,2%
Sergipana do Sertão do São Francisco	71,5%	51,4%	48,6%	51,0%	68,3%	55,7%
Tobias Barreto	61,4%	49,3%	50,7%	48,9%	61,3%	54,0%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

As tabelas abaixo (de 39 a 42) trazem os percentuais de participação das características para as faixas de renda de pobreza, que se mostraram majoritárias sem segmentação de renda.

Para as microrregiões paranaenses, percebe-se que a faixa de indigência é sempre aquela que apresenta o maior número de microrregiões para as quais a característica sem distinção de renda responde por mais de 50%. As características “menores de 18 anos” e “filhos ou enteados do responsável pelo domicílio”, respondem por mais de 50% das características de seus grupos em todas as microrregiões, na faixa de renda de indigência. No caso de “branco”, como cor ou raça, as microrregiões de Paranavaí e Pato Branco são as únicas exceções a que essa característica responda por mais de 50%, mesmo assim, com valores muito próximos a 50%, assim como acontece para o percentual apresentado sem segmentação da renda, em Paranavaí, para as faixas acima da indigência e de indigência.

A quase igualdade entre as participações de homens e mulheres no total de pessoas pobres, sem segmentação da renda, também acontece por faixa de renda. Ainda assim, a característica “homem” se confirma como majoritária, mais fortemente, na faixa de renda de indigência.

Tabela 39 – Percentual de pessoas pobres, por faixa de renda – características selecionadas (Paraná, microrregiões)

Nome da Microrregião	Homens			Branco			Menores de 18 anos			Filho ou enteado do responsável		
	>indig	indigentes	Renda nula	>indig	indigentes	Renda nula	>indig	indigentes	Renda nula	>indig	indigentes	Renda nula
Apucarana	50,2%	47,0%	48,9%	68,7%	67,0%	71,4%	48,2%	54,7%	37,2%	50,3%	57,0%	36,0%
Assaí	50,1%	51,0%	48,7%	63,6%	67,9%	58,6%	46,3%	56,2%	43,0%	47,6%	57,3%	41,7%
Astorga	50,6%	48,7%	46,0%	57,2%	55,7%	58,7%	47,4%	53,8%	37,6%	49,1%	52,7%	41,0%

Continuação da tabela 39

Nome da Microrregião	Homens			Branco			Menores de 18 anos			Filho ou enteado do responsável		
	>indig	indigentes	Renda nula	>indig	indigentes	Renda nula	>indig	indigentes	Renda nula	>indig	indigentes	Renda nula
Campo Mourão	50,0%	50,6%	49,7%	65,4%	63,7%	60,8%	46,6%	54,1%	44,8%	49,5%	56,6%	44,7%
Capanema	50,9%	50,6%	53,2%	78,8%	77,3%	78,1%	46,1%	53,4%	41,9%	49,7%	57,2%	43,2%
Cascavel	49,1%	51,6%	49,2%	69,1%	68,6%	73,9%	47,1%	55,1%	44,1%	50,1%	56,6%	47,4%
Cerro Azul	50,4%	52,2%	54,0%	74,0%	75,3%	66,4%	44,0%	58,0%	51,7%	50,6%	63,2%	54,8%
Cianorte	50,4%	48,8%	49,6%	61,1%	57,4%	76,1%	46,7%	52,8%	33,8%	48,9%	52,6%	37,9%
Cornélio Procopio	48,9%	51,5%	52,5%	66,4%	57,6%	64,0%	48,4%	56,3%	41,5%	49,8%	54,9%	43,4%
Curitiba	49,2%	49,0%	49,4%	71,4%	65,5%	72,5%	51,4%	57,9%	41,7%	53,2%	57,9%	42,7%
Faxinal	51,2%	51,4%	45,6%	69,6%	69,6%	77,9%	43,9%	53,8%	43,8%	49,5%	58,2%	45,4%
Floraí do Foz	50,2%	47,6%	43,3%	73,4%	63,6%	61,7%	44,6%	55,2%	34,0%	48,4%	53,9%	36,5%
Iguaçu	48,9%	49,0%	49,3%	68,8%	64,4%	66,2%	49,8%	57,3%	45,2%	51,4%	55,9%	45,7%
Francisco Beltrão	50,6%	51,1%	49,9%	74,3%	66,4%	70,5%	46,5%	55,7%	45,3%	49,9%	56,8%	44,3%
Goioerê	49,7%	49,8%	49,7%	64,7%	61,7%	66,2%	44,2%	53,6%	40,8%	48,2%	56,5%	43,2%
Guarapuava	49,8%	50,5%	51,6%	64,6%	57,1%	62,8%	48,4%	56,8%	48,4%	50,7%	58,1%	50,0%
Ibaití	50,8%	51,9%	53,0%	73,6%	69,2%	78,4%	46,2%	57,3%	44,0%	48,7%	61,9%	42,9%
Irati	50,0%	52,9%	50,7%	88,8%	84,3%	86,4%	46,6%	53,9%	41,5%	51,6%	58,7%	46,8%
Ivaiporã	51,0%	50,9%	54,4%	66,8%	64,6%	64,0%	43,8%	53,3%	42,8%	48,7%	57,2%	48,2%
Jacarezinho	48,7%	49,6%	49,7%	67,8%	63,3%	70,3%	47,8%	59,9%	44,3%	50,1%	58,9%	44,7%
Jaguariaíva	49,4%	52,1%	51,0%	75,9%	73,2%	83,4%	49,0%	57,6%	47,0%	51,9%	60,1%	47,9%
Lapa	50,1%	50,1%	54,5%	74,0%	69,2%	62,0%	47,1%	54,6%	50,1%	51,0%	58,3%	51,5%
Londrina	49,0%	47,5%	48,9%	62,8%	52,7%	59,6%	48,1%	57,5%	41,0%	49,9%	57,0%	41,6%
Maringá	48,4%	47,0%	48,7%	59,9%	57,1%	67,5%	47,7%	50,9%	41,7%	48,3%	51,6%	41,6%
Palmas	48,7%	51,5%	51,7%	71,4%	63,7%	61,6%	50,6%	57,6%	48,9%	50,9%	59,8%	50,4%
Paranaguá	49,2%	51,9%	51,9%	71,3%	71,0%	73,8%	51,1%	57,0%	45,4%	51,9%	57,1%	45,5%
Paranavaí	49,6%	47,2%	52,2%	50,0%	45,5%	58,1%	48,3%	55,1%	41,3%	50,3%	54,8%	44,9%
Pato Branco	50,4%	51,7%	51,9%	74,2%	67,7%	49,7%	48,3%	55,1%	49,9%	49,0%	55,9%	50,5%
Pitanga	50,5%	51,4%	50,1%	77,0%	74,4%	74,6%	46,1%	56,8%	49,7%	53,0%	60,2%	51,4%
Ponta Grossa	49,7%	49,4%	51,9%	76,1%	71,5%	80,0%	50,0%	58,4%	42,6%	52,6%	59,7%	44,8%
Porecatú	49,1%	50,2%	53,2%	61,2%	58,7%	62,6%	47,4%	54,4%	35,7%	50,1%	56,0%	38,0%
Prudentópolis	51,8%	50,7%	51,9%	82,7%	82,0%	83,3%	45,2%	55,3%	42,7%	50,6%	61,7%	47,0%
Rio Negro	50,1%	51,8%	53,2%	74,8%	76,5%	75,7%	48,2%	55,9%	45,3%	52,6%	59,4%	47,5%
São Mateus do Sul	51,6%	52,0%	50,7%	82,7%	81,0%	90,1%	45,8%	54,4%	40,7%	53,2%	59,8%	44,4%
Telêmaco Borba	50,4%	51,7%	51,6%	74,8%	67,6%	72,2%	46,8%	55,7%	46,9%	49,9%	58,4%	49,0%
Toledo	49,9%	50,9%	52,3%	65,6%	61,8%	65,6%	45,4%	51,9%	42,2%	48,4%	53,7%	43,3%
Umuarama	49,7%	49,0%	51,9%	58,4%	51,5%	60,7%	44,7%	51,3%	38,0%	47,6%	52,3%	39,9%
União da Vitória	49,8%	51,6%	54,6%	70,2%	72,3%	86,0%	49,5%	58,6%	46,6%	52,8%	63,3%	49,9%
Wesceslau Braz	49,9%	50,0%	52,3%	85,3%	83,6%	81,9%	45,7%	54,1%	42,9%	49,8%	55,2%	41,6%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Tabela 40 – Percentual de pessoas pobres, por faixa de renda – características selecionadas (Sergipe, microrregiões)

Nome da Microrregião	Homens			Pardos			Menores de 18 anos			Filho ou enteado do responsável		
	>indig	indigentes	Renda nula	>indig	indigentes	Renda nula	>indig	indigentes	Renda nula	>indig	indigentes	Renda nula
Agreste de Itabaiana	49,5%	50,7%	48,4%	50,7%	54,1%	49,8%	45,3%	55,8%	48,4%	51,6%	60,1%	49,7%
Agreste de Lagarto	50,2%	50,2%	50,7%	64,4%	71,6%	65,6%	42,8%	58,0%	49,4%	47,3%	59,8%	50,9%
Aracaju	48,1%	49,0%	48,4%	62,6%	66,1%	65,4%	46,0%	55,2%	46,5%	50,1%	57,1%	48,1%

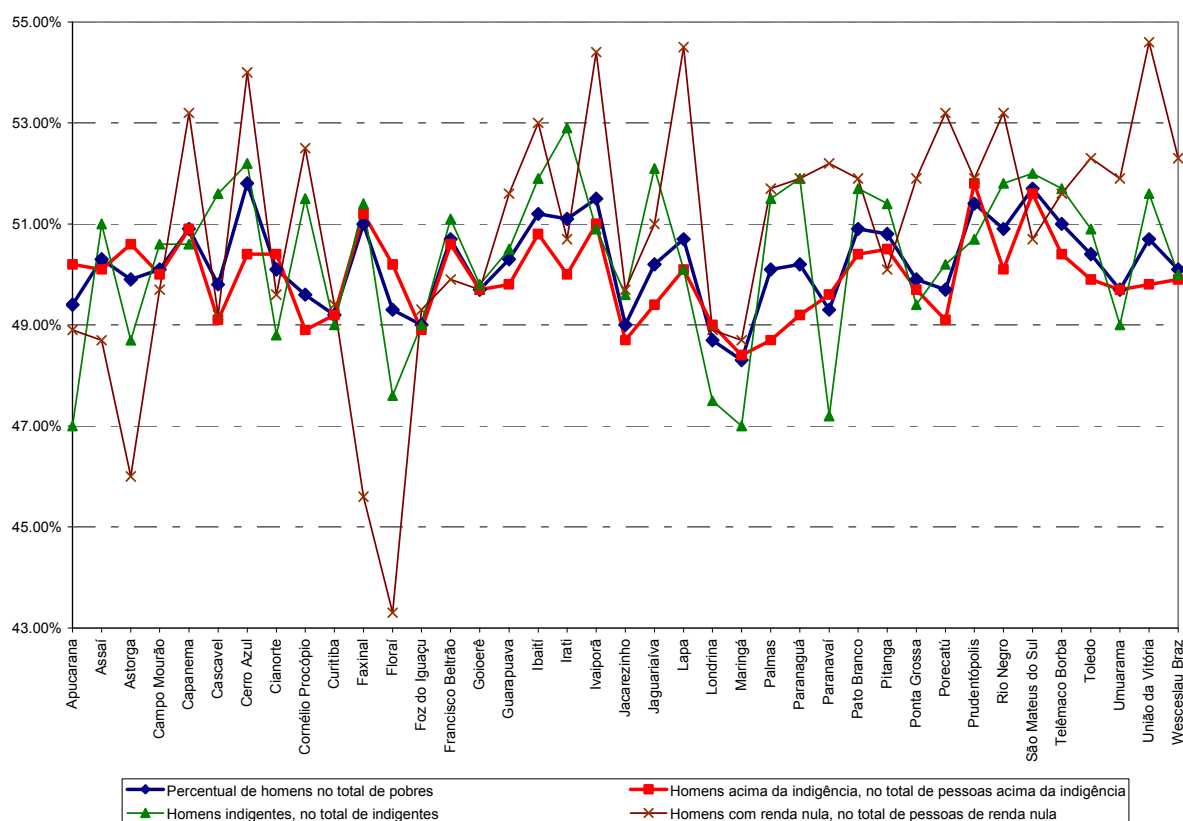
Continuação da tabela 40

Nome da Microrregião	Homens			Pardos			Menores de 18 anos			Filho ou enteado do responsável		
	>indig	indigentes	Renda nula	>indig	indigentes	Renda nula	>indig	indigentes	Renda nula	>indig	indigentes	Renda nula
Baixo Cotinguiba	49,4%	49,6%	50,9%	73,4%	71,7%	70,5%	44,3%	56,7%	50,8%	50,4%	58,4%	52,6%
Boquim	51,1%	50,0%	51,4%	59,3%	66,7%	60,8%	44,3%	58,9%	46,8%	49,4%	60,6%	47,7%
Carira	50,5%	50,1%	51,4%	59,1%	62,4%	59,9%	43,4%	55,8%	45,2%	49,2%	59,0%	48,0%
Cotinguiba	50,8%	50,6%	52,3%	66,6%	67,6%	74,3%	42,9%	56,1%	51,9%	50,7%	59,3%	55,0%
Estância	50,3%	49,9%	52,4%	72,8%	73,2%	69,0%	46,2%	59,1%	48,5%	51,3%	59,8%	47,7%
Japaratuba	51,7%	49,5%	52,6%	69,0%	72,5%	61,1%	44,6%	57,5%	56,0%	50,4%	61,6%	58,0%
Nossa Senhora das Dores	50,4%	49,8%	47,1%	77,0%	79,7%	75,0%	41,2%	57,1%	51,2%	49,2%	60,1%	54,1%
Propriá	50,6%	49,5%	52,4%	63,8%	68,8%	67,8%	43,9%	57,3%	50,9%	49,1%	59,5%	51,1%
Sergipana do Sertão do São Francisco	51,3%	51,2%	51,8%	66,3%	69,3%	69,2%	43,5%	55,5%	52,8%	49,0%	60,6%	55,6%
Tobias Barreto	48,4%	49,7%	50,9%	60,8%	61,6%	61,4%	41,3%	55,7%	47,5%	49,1%	59,6%	48,0%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

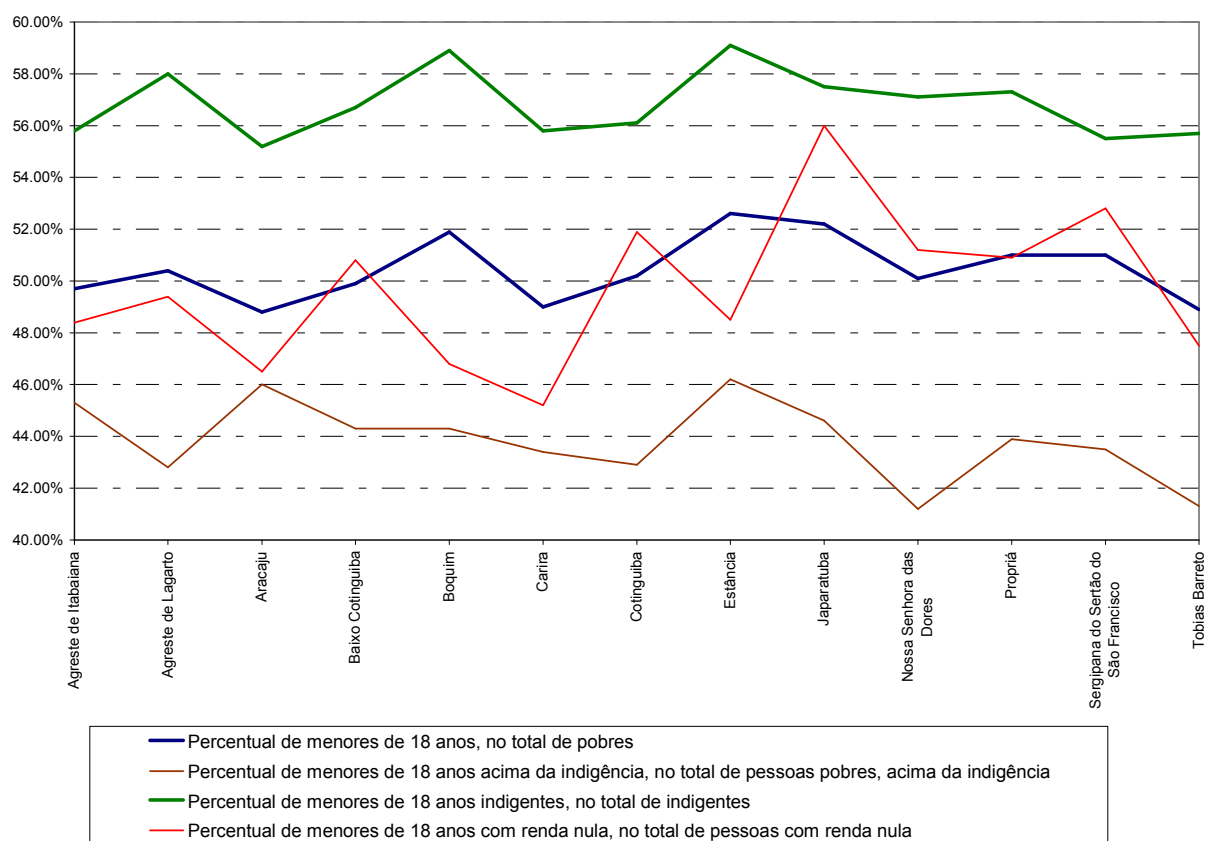
Por outro lado, comparando-se as tabelas 25 e 39, para o Paraná, percebe-se que as menores diferenças entre os percentuais de características de sexo, cor ou raça; número de menores de 18 anos e de filhos ou enteados do responsável pelo domicílio são aquelas apresentadas para a faixa acima da indigência. Em reforço a isso, as maiores correlações ocorrem para essas mesmas comparações. Finalmente, a maior proximidade e acompanhamento dos percentuais apresentados para as características tratadas na faixa acima da indigência, para com os percentuais apresentados para as mesmas características, sem segmentar-se a renda, para as microrregiões paranaenses como exemplo mais difícil de perceber o acompanhamento tratado.





**Gráfico 03 – Comparativo dos percentuais de homens no total de pobres com os de homens pobres nas respectivas faixas de renda (Critério renda *per capita* domiciliar, Paraná, microrregiões, 2000)**

Enquanto para as microrregiões paranaenses, a faixa acima da indigência é aquela cujos percentuais das características selecionadas mais se aproximam dos apresentados para as mesmas características sem segmentar-se a renda; para as microrregiões sergipanas a faixa de indigência é a que melhor acompanha as frequências das características, sem segmentação da renda. Exceção a isso é a característica “homem”. Para essa, a faixa acima da indigência é a mais representativa da pobreza sem segmentar-se a renda. Isso é ilustrado na figura 03.



**Gráfico 04 – Comparativo dos percentuais de menores de 18 anos no total de pobres com os de menores de 18 anos pobres nas respectivas faixas de renda (Critério renda *per capita* domiciliar – Sergipe, microrregiões, 2000)**

Com relação à renda, conforme pode ser visto na tabela X, na maioria dos domicílios pobres, uma só pessoa detém, pelo menos, 50% da renda domiciliar. Na maior parte dos domicílios não-pobres, porém, essa concentração também acontece e sob percentuais semelhantes. A parcela de domicílios onde essa concentração acontece, porém, é maior entre os pobres do que entre os não pobres, em ambos os estados.

**Tabela 41 – Número de domicílios onde residem pessoas não pobres e pobres e participação destes dos domicílios onde apenas uma pessoa concentra pelo menos metade da renda domiciliar (Paraná e Sergipe, 2000)**

Estado	Total de domicílios não pobres (A)	Domicílios não pobres onde uma só pessoa concentra pelo menos 50% da renda (B)	Total de domicílios pobres (C)	Domicílios pobres onde uma só pessoa concentra pelo menos 50% da renda (D)	B/A	D/C
Paraná	2297084	1947205	412439	396820	84,8%	96,2%
Sergipe	256048	218789	186207	173977	85,4%	93,4%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

A característica de concentração de renda nas mãos de uma só pessoa se repete, sem exceções, para a maioria dos domicílios de todas as microrregiões de ambos os estados, como pode ser visto nas tabelas, inclusive sob percentuais muito próximos daqueles apresentados para os totais de cada estado. Também se repete a superioridade dessa concentração entre os domicílios pobres, com relação aos não pobres.

Tabela 42 – Número de domicílios onde residem pessoas não pobres e pobres e participação destes dos domicílios onde apenas uma pessoa concentra pelo menos metade da renda domiciliar (Paraná, microrregiões, 2000)

Nome da Microrregião	Total de domicílios não pobres (A)	Domicílios não pobres onde uma só pessoa concentra pelo menos 50% da renda (B)	Total de domicílios pobres (C)	Domicílios pobres onde uma só pessoa concentra pelo menos 50% da renda (D)	B/A	D/C
Apucarana	65524	54122	6374	6098	82,6%	95,7%
Assaí	16642	13580	4186	4003	81,6%	95,6%
Astorga	44539	36714	5612	5367	82,4%	95,6%
Campo Mourão	50323	42870	11348	10871	85,2%	95,8%
Capanema	22256	19509	3877	3770	87,7%	97,3%
Cascavel	93174	80469	16069	15542	86,4%	96,7%
Cerro Azul	3256	2856	4562	4360	87,7%	95,6%
Cianorte	32634	26708	3366	3200	81,8%	95,1%
Cornélio Procópio	45396	37080	6899	6500	81,7%	94,2%
Curitiba	651641	557217	122180	117611	85,5%	96,3%
Faxinal	11183	9063	2776	2624	81,0%	94,5%
Floraí	9319	7368	1011	981	79,1%	97,0%
Foz do Iguaçu	95668	82115	14300	13825	85,8%	96,7%
Francisco Beltrão	52411	45269	10238	9889	86,4%	96,6%
Goioerê	28308	22163	8299	7472	78,3%	90,0%
Guarapuava	73805	64199	22043	21196	87,0%	96,2%
Ibaití	16537	13794	4220	4000	83,4%	94,8%
Irati	20378	17162	4987	4786	84,2%	96,0%
Ivaiporã	30909	25634	10877	10420	82,9%	95,8%
Jacarezinho	30033	24645	4161	3996	82,1%	96,0%
Jaguariaíva	21277	18570	4751	4627	87,3%	97,4%
Lapa	10302	8877	2308	2234	86,2%	96,8%
Londrina	169437	142703	13829	13450	84,2%	97,3%
Maringá	122128	104113	9363	9193	85,2%	98,2%
Palmas	16456	14350	5349	5248	87,2%	98,1%
Paranaguá	56236	49761	9148	8930	88,5%	97,6%
Paranavaí	63049	51055	10481	9895	81,0%	94,4%
Pato Branco	36415	30521	5765	5572	83,8%	96,7%
Pitanga	14848	12590	6563	6234	84,8%	95,0%
Ponta Grossa	92182	79921	14431	14136	86,7%	97,9%
Porecatú	20608	16628	2852	2720	80,7%	95,3%
Prudentópolis	23456	19211	7606	7382	81,9%	97,1%
Rio Negro	15075	12641	6141	5768	83,9%	93,9%
São Mateus do Sul	11528	9739	3529	3405	84,5%	96,5%
Telêmaco Borba	31828	28021	8652	8447	88,0%	97,6%
Toledo	86427	73146	12461	12114	84,6%	97,2%
Umuarama	63912	53098	11588	11141	83,1%	96,1%
União da Vitória	24636	20911	5076	4895	84,9%	96,4%
Wesceslau Braz	23350	18814	5159	4921	80,6%	95,4%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Tabela 43 – Número de domicílios onde residem pessoas não pobres e pobres e participação destes dos domicílios onde apenas uma pessoa concentra pelo menos metade da renda domiciliar (Sergipe, microrregiões, 2000)

Nome da Microregião	Total de domicílios não pobres (A)	Domicílios não pobres onde uma só pessoa concentra pelo menos 50% da renda (B)	Total de domicílios pobres (C)	Domicílios pobres onde uma só pessoa concentra pelo menos 50% da renda (D)	B/A	D/C
Agreste de Itabaiana	24059	20027	13520	12695	83,2%	93,9%
Agreste de Lagarto	15536	12795	9954	9375	82,4%	94,2%
Aracaju	109742	96501	61712	57345	87,9%	92,9%
Baixo Cotinguiaba	9471	8166	8676	8256	86,2%	95,2%
Boquim	16841	13713	16053	14466	81,4%	90,1%
Carira	9049	7542	7024	6579	83,3%	93,7%
Cotinguiaba	4855	4129	4889	4617	85,0%	94,4%
Estância	14072	11845	12134	11267	84,2%	92,9%
Japarutuba	6195	5170	5376	5147	83,4%	95,7%
Nossa Senhora das Dores	7416	6349	7141	6677	85,6%	93,5%
Propriá	10589	9140	10528	9913	86,3%	94,2%
Sergipana do Sertão do São Francisco	14238	12020	17422	16647	84,4%	95,6%
Tobias Barreto	13984	11391	11780	10992	81,5%	93,3%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Combinando-se, agora, as informações de características físicas das pessoas, com características de renda, nota-se, com base na leitura dos quadros 03 e 04 abaixo, que, apesar de bem distribuídos, os números de homens e mulheres acima ou abaixo da linha de pobreza, nos dois estados, a parcela de homens responsáveis pelos domicílios é bem maior do que a de mulheres, independentemente de esses domicílios serem pobres ou não.

Essa superioridade, contudo, é maior para o estado do Paraná, onde o percentual de homens e mulheres que são responsáveis pelo domicílio, respondem por, pelo menos, 50% da renda domiciliar e têm trabalho remunerado.

O que diferencia as pessoas pobres das não pobres, dentre essas pessoas responsáveis pelo domicílio, que respondem por pelo menos 50% da renda domiciliar e que têm trabalho remunerado, tanto no estado do Paraná, quanto no de Sergipe é que quase a metade dos homens e mais da metade das mulheres estão ocupadas como ajudante na construção civil ou na avicultura, monocultor horti-fruti-granjeiro por conta-própria e empregador, ou não, vendedor ambulante, frentista, lixeiro ou empregado doméstico. A participação de não pobres nessas ocupações não chega a 30%.

Também diferencia pobres de não pobres, em ambos os estados, uma tímida maior participação daqueles não responsáveis pelos domicílios que respondem por, pelo menos, 50% da renda domiciliar, no caso dos domicílios pobres. Dentre esses as mulheres são sempre em maior número.

	Pobres		Não pobres	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Totais	924361	938548	3812719	3889015
responsáveis pelo domicílio*	327895	84544	1781660	488342
com renda maior do que 50% da domiciliar	280989	65529	1386429	328359
trabalho remunerado	204623	30448	1200998	177627
Ocupação	100325	18985	334447	49391
idade média	39	43	43	50
média de anos de estudo	4	4	7,0	6,8
vive com cônjuge	265173	5856	1237090	23525
não-responsáveis pelo domicílio, com renda maior do que 50% da domiciliar	59034	108846	150769	263298

**Quadro 03 – Pessoas pobres e não pobres – características selecionadas com relação à renda domiciliar (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

	Pobres		Não pobres	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Totais	445925	457883	429057	451964
responsáveis pelo domicílio*	136565	49642	181096	72777
com renda maior do que 50% da domiciliar	112909	35781	138519	48221
trabalho remunerado	81914	15269	109886	21280
ocupação	39186	8104	32129	5454
idade média	39	40	44	54
média de anos de estudo	3,3	3,5	6,1	6
vive com cônjuge	106092	3421	113871	4063
não-responsáveis pelo domicílio, com renda maior do que 50% da domiciliar	29154	47083	17433	34598

**Quadro 04 – Pessoas pobres e não pobres – características selecionadas com relação à renda domiciliar (Sergipe, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Observadas as características acima para os domicílios pobres das microrregiões de cada estado, poucas exceções ao quadro geral foram apresentadas.

O maior número de exceções acontece para o estado do estado do Paraná. Neste sentido, a idade média entre pessoas responsáveis pelo domicílio e com renda igual ou superior à metade da do domicílio só é maior para os homens na microrregião de Pato Branco. Mesmo assim, com apenas 0,4 anos de diferença da média de idade das mulheres pobres. A proximidade entre as médias de anos de estudo dos dois sexos também é confirmada nas microrregiões, sendo a maior diferença a de 1,1 anos, a maior para os homens, na microrregião de Florai.

A maior presença de mulheres do que homens nas ocupações acima citadas, sendo ambos responsáveis pelo domicílio e com pelo menos 50% da renda domiciliar, por sua vez,

só deixa de ser observada nas microrregiões de Cerro Azul, Goiorê e Ibití. Essa maior presença relativa de mulheres, contudo, se mantém, no estado de Sergipe, apenas para as microrregiões do Agreste de Itabaiana, Aracaju e Estância e é a única característica que se diferencia, dentre as microrregiões, daquelas predominantes para todo o estado.

Como pode ser visto na tabela 44, a renda média das pessoas que detêm pelo menos a metade da renda domiciliar é sempre maior para o estado do Paraná. Para ambos os estados, a maior parte dessa renda é formada pela renda do trabalho principal. Respondem pela segunda maior parte dessa renda, também em média e de forma geral, as pensões e aposentadorias. Chama a atenção, também com relação a ambos os estados, que a média das pensões e aposentadorias é bem maior para as pessoas que detêm, pelo menos, 50% da renda dos domicílios não pobres, do que daquelas dos domicílios pobres. A participação da média de pensões e aposentadorias nas rendas das pessoas sergipanas que concentram pelo menos a metade da renda domiciliar é sempre maior do que nas das paranaenses, independentemente se pobres ou não, responsáveis ou não pelos domicílios.

Tabela 44 – Composição da renda de pessoas que concentram pelo menos metade da renda domiciliar (Paraná e Sergipe, 2000)

	V4513	V4573	V4583	V4593	V4603	V4613	V4614	V4513/V4614	V4573/V4614
Paraná Resp Dom Pobres	135,30	18,17	1,38	1,54	1,23	1,50	159,62	84,8%	11,4%
Paraná Resp Dom Não-Pobres	844,80	135,03	39,12	9,81	2,09	22,99	1085,10	77,9%	12,4%
Paraná Não Resp Dom Pobres	53,97	11,73	0,21	1,04	0,81	0,81	68,78	78,5%	17,1%
Paraná Não Resp Dom Não-Pobres	615,54	80,89	11,48	7,52	2,25	12,30	750,49	82,0%	10,8%
Sergipe Resp Dom Pobres	103,69	23,66	1,50	2,17	0,78	2,53	135,20	76,7%	17,5%
Sergipe Resp Dom Não-Pobres	551,77	176,15	22,04	10,94	1,46	15,85	808,32	68,3%	21,8%
Sergipe Não Resp Dom Pobres	49,27	13,41	0,19	0,98	0,95	0,57	65,75	74,9%	20,4%
Sergipe Não Resp Dom Não-Pobres	447,25	106,67	9,31	6,48	1,54	15,40	611,05	73,2%	17,5%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Observada a composição da renda das pessoas com o mesmo perfil acima, para os domicílios pobres das microrregiões de ambos os estados, percebe-se que as microrregiões apresentam percentuais muito próximos à média das participações da renda do trabalho principal e das pensões e aposentadorias. Deve ser observado que as microrregiões onde ficam as capitais afetam fortemente as médias dos valores daquelas rendas.

Tabela 45 – Composição da renda de pessoas que concentram pelo menos metade da renda domiciliar (Paraná, Microrregiões, 2000)

Nome da Microrregião	4513	4573	4583	4593	4603	4613	4614	V4513/V4614	V4573/V4614
Apucarana	137,68	16,82	0,92	1,60	0,73	1,13	158,99	86,6%	10,6%
Assaí	116,91	17,21	1,53	2,11	0,71	2,36	141,28	82,8%	12,2%
Astorga	130,57	16,46	1,91	2,50	1,44	0,47	153,68	85,0%	10,7%
Campo Mourão	105,31	18,99	1,13	0,85	0,92	1,06	128,51	81,9%	14,8%
Capanema	126,02	12,17	0,72	0,34	0,81	1,39	142,46	88,5%	8,5%
Cascavel	109,24	14,52	0,81	1,39	0,59	1,52	128,37	85,1%	11,3%
Cerro Azul	110,63	29,30	0,36	0,34	0,31	4,42	146,31	75,6%	20,0%
Cianorte	127,66	11,15	3,13	1,11	0,85	0,94	145,20	87,9%	7,7%
Cornélio Procópio	130,56	15,36	0,69	1,88	0,42	1,01	150,15	87,0%	10,2%
Curitiba	187,82	24,12	2,16	2,20	1,82	1,58	220,41	85,2%	10,9%
Faxinal	118,23	17,53	0,69	0,90	2,70	0,19	140,40	84,2%	12,5%
Floraí	128,48	10,87	2,48	0,20	0,91	3,14	146,08	88,0%	7,4%
Foz do Iguaçu	118,22	11,21	1,48	0,96	0,42	1,36	134,32	88,0%	8,3%
Francisco Beltrão	107,98	13,02	0,65	0,85	0,68	1,98	125,95	85,7%	10,3%
Goioerê	101,56	15,66	0,64	1,59	0,40	1,61	121,89	83,3%	12,8%
Guarapuava	104,01	13,46	0,89	1,24	1,03	0,91	121,94	85,3%	11,0%
Ibaiti	121,80	14,63	2,01	0,22	0,96	1,58	141,54	86,1%	10,3%
Irati	116,89	10,35	0,39	1,43	0,69	1,61	131,79	88,7%	7,9%
Ivaiporã	84,92	13,12	0,54	0,85	0,89	1,14	101,99	83,3%	12,9%
Jacarezinho	128,95	18,56	0,78	2,50	1,46	2,00	154,25	83,6%	12,0%
Jaguariaíva	121,19	15,72	0,47	1,50	3,06	0,98	142,91	84,8%	11,0%
Lapa	91,85	18,40	1,48	0,31	0,00	1,28	113,66	80,8%	16,2%
Londrina	125,52	17,52	2,38	1,43	1,88	1,05	150,22	83,6%	11,7%
Maringá	115,84	15,66	1,69	1,83	1,48	0,73	137,69	84,1%	11,4%
Palmas	100,74	20,28	1,24	1,49	1,63	3,25	128,87	78,2%	15,7%
Paranaguá	124,69	18,37	0,50	1,06	1,02	0,96	147,95	84,3%	12,4%
Paranavaí	119,15	17,73	1,56	1,72	0,48	1,57	142,92	83,4%	12,4%
Pato Branco	107,62	17,27	1,17	2,25	0,61	1,69	130,70	82,3%	13,2%
Pitanga	97,00	8,19	0,53	0,35	0,97	1,21	108,32	89,5%	7,6%
Ponta Grossa	124,95	18,21	0,59	2,13	1,27	0,90	148,23	84,3%	12,3%
Porecatú	120,68	17,36	1,65	1,69	3,21	0,96	145,76	82,8%	11,9%
Prudentópolis	106,66	11,02	0,41	0,12	0,30	2,36	121,33	87,9%	9,1%
Rio Negro	137,08	20,33	1,34	0,45	1,68	3,36	164,88	83,1%	12,3%
São Mateus do Sul	93,17	15,58	0,23	0,72	0,00	2,33	112,27	83,0%	13,9%
Telêmaco Borba	102,64	18,25	1,40	0,16	2,49	1,83	126,77	81,0%	14,4%
Toledo	116,04	14,22	1,06	1,44	0,75	1,64	135,53	85,6%	10,5%
Umuarama	109,33	17,36	1,33	1,67	0,47	1,06	131,66	83,0%	13,2%
União da Vitória	128,38	15,91	0,44	1,56	1,34	2,37	150,50	85,3%	10,6%
Wesceslau Braz	106,12	18,06	0,39	1,43	0,24	1,74	128,42	82,6%	14,1%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Tabela 46 – Composição da renda de pessoas que concentram pelo menos metade da renda domiciliar (Sergipe, Microrregiões, 2000)

Nome da Microrregião	4513	4573	4583	4593	4603	4613	4614	V4513/V4614	V4573/V4614
Agreste de Itabaiana	104,23	20,70	1,01	1,46	0,36	0,69	129,43	80,5%	16,0%
Agreste de Lagarto	88,59	20,42	1,37	0,85	0,74	2,92	116,02	76,4%	17,6%
Aracaju	137,91	27,67	2,96	3,09	0,97	2,31	175,97	78,4%	15,7%
Baixo Cotinguiba	95,11	29,76	1,05	4,43	0,61	4,64	136,18	69,8%	21,9%
Boquim	95,21	17,77	0,56	1,49	0,98	2,62	119,39	79,7%	14,9%
Carira	83,53	22,30	0,40	0,70	0,19	2,82	111,06	75,2%	20,1%
Cotinguiba	82,00	24,69	2,07	2,43	0,88	2,30	114,39	71,7%	21,6%
Estância	95,55	27,60	0,57	2,20	1,05	4,13	131,84	72,5%	20,9%
Japaratuba	85,90	19,89	0,58	1,53	0,65	1,96	111,20	77,3%	17,9%
Nossa Senhora das									
Dores	85,63	21,57	0,79	2,88	0,48	0,45	112,19	76,3%	19,2%
Propriá	84,55	25,03	0,59	1,59	0,64	1,20	114,33	74,0%	21,9%
Sergipana do Sertão									
do São Francisco	70,68	14,72	0,44	0,75	0,50	4,68	92,32	76,6%	15,9%
Tobias Barreto	75,64	24,74	1,07	1,92	1,09	1,30	107,01	70,7%	23,1%

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Assim como nos demais trabalhos que tratam de hierarquizar os estados quanto à pobreza, o uso tanto da linha monetária quanto do IPH, sob a metodologia aqui utilizada, aponta a melhor situação do Paraná frente ao de Sergipe.

Com o IPH percebeu-se que o patamar da pobreza é bem maior em Sergipe do que no Paraná, e, com a linha monetária de pobreza, são as parcelas de pobreza que indicam aquela pior situação.

O grau de regionalização, a partir do qual são agregadas as informações, não altera tais resultados. Nesse sentido, as médias e os desvios padrões, dentre outras estatísticas levantadas a partir dos municípios, ou das microrregiões, sugerem o mesmo entendimento mencionado no parágrafo anterior. Mesmo no caso da linha de pobreza baseada na renda monetária, que permite agregações desde os domicílios e para diferentes faixas de renda, esses resultados não foram diferentes.

Se a análise agregada para a totalidade de cada estado, por uma lado, fornece quantitativos que apontam claramente para uma grande distância de percentuais (linha de pobreza monetária) e patamares (IPH) de pobreza a favor do Paraná, as características de domicílios e pessoas levantadas com as variáveis dos micro dados do Censo 2000 indicam grande homogeneidade, independentemente do tipo de indicador de pobreza utilizado e do grau de regionalização adotado para se chegar à totalidade do estado. As características predominantes em cada estado são as mesmas, com raras diferenças, tanto para domicílios e pessoas pobres e não pobres.



## 5 MAPEAMENTO DOS DOMICÍLIOS POBRES PARANAENSES E SERGIPANOS

### 5.1 APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, são feitos os mapeamentos da pobreza, usando-se os mesmos indicadores de pobreza e as mesmas regiões políticas adotadas no capítulo anterior. Desta feita, porém, é introduzida a Análise Exploratória de Dados Espaciais.

A distribuição dos percentuais de domicílios pobres, por município, que se mostra com os mapas não é um fim em si mesma, mas uma passagem para se chegar ao entendimento da pobreza enquanto processos geograficamente referenciados. Por isso, se no capítulo anterior foi apresentada a distribuição dos percentuais de domicílios pobres, sob cada critério, neste capítulo são identificados os adensamentos espaciais estatisticamente significativos, a partir dos quais são reunidas informações que caracterizam tais adensamentos, no próximo capítulo, e indicam possibilidades de explicações dos mesmos, no último capítulo.

O capítulo é composto por três seções, das quais esta é a primeira.

Na segunda seção é apresentado o mapeamento dos domicílios pobres dos municípios e microrregiões dos estados do Paraná e de Sergipe, a partir da linha monetária de pobreza, e identificados os adensamentos estatisticamente relevantes. Outro mapeamento e identificação de adensamentos, estatisticamente relevantes, semelhantes são apresentados na terceira seção, desta feita sob os critérios IPH-M e IPH-Mic.

### 5.2 ADENSAMENTOS ESPACIAIS DOS PERCENTUAIS DE POBREZA, COM A LINHA MONETÁRIA DE POBREZA

#### **5.2.1 Adensamentos Espaciais dos Percentuais de Pobreza, com a Linha Monetária de Pobreza, sem Discriminar-se o Tipo de Consumo**

Como foi visto no capítulo anterior, considerados os municípios como critério, o maior percentual de pobreza no estado de Sergipe do que no do Paraná é acompanhado por uma distribuição mais dispersa dos mesmos percentuais.

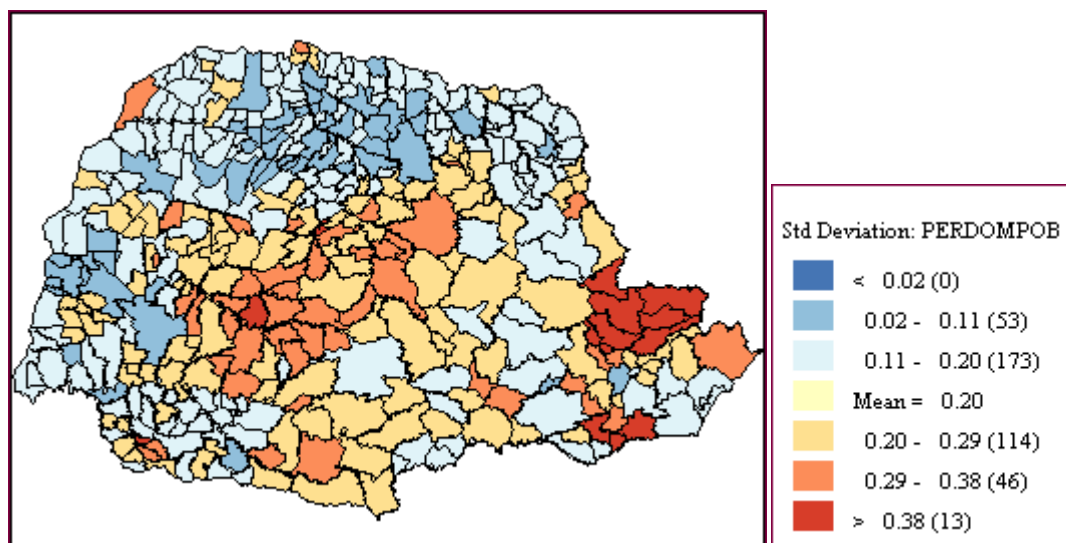
A distribuição espacial dos percentuais de domicílios abaixo da linha de pobreza, no estado do Paraná, pode ser observada no mapa da figura 05. Entendendo-se que cada cor representa percentuais próximos de domicílios pobres não-indigentes no total de domicílios pobres; os grupos de municípios vizinhos representados por uma mesma cor podem indicar processos semelhantes de distribuição de domicílios pobres.

Conforme pode ser visto à figura 05, se for desconsiderada a mesoregião centro-oriental e a região metropolitana de Curitiba (ou seja, excluindo-se a porção do extremo leste do estado), a distribuição relativa da pobreza por entre os municípios, parece formar um meio anel de municípios de menores percentuais de domicílios pobres, em torno de um centro do estado formado por municípios de maiores percentuais de pobreza. Esse meio anel está ladeado por grupos de municípios com percentuais maiores de domicílios pobres. Seguindo a esses últimos, pequenos grupos de municípios e municípios isolados, em direção à fronteira e anéis concêntricos de grupos de municípios de percentuais sucessivamente maiores de domicílios pobres se distribuem quase como uma onda.

Esses traços gerais não são seguidos na Região Metropolitana de Curitiba e em boa parte da mesoregião centro-oriental. Nessas áreas, o município de Curitiba parece uma ilha de menor percentual de pobreza, com relação ao qual podem ser vistos grupos de municípios cujos percentuais de pobreza aumentam quanto mais afastados estiverem de Curitiba, ao norte e ao sul.

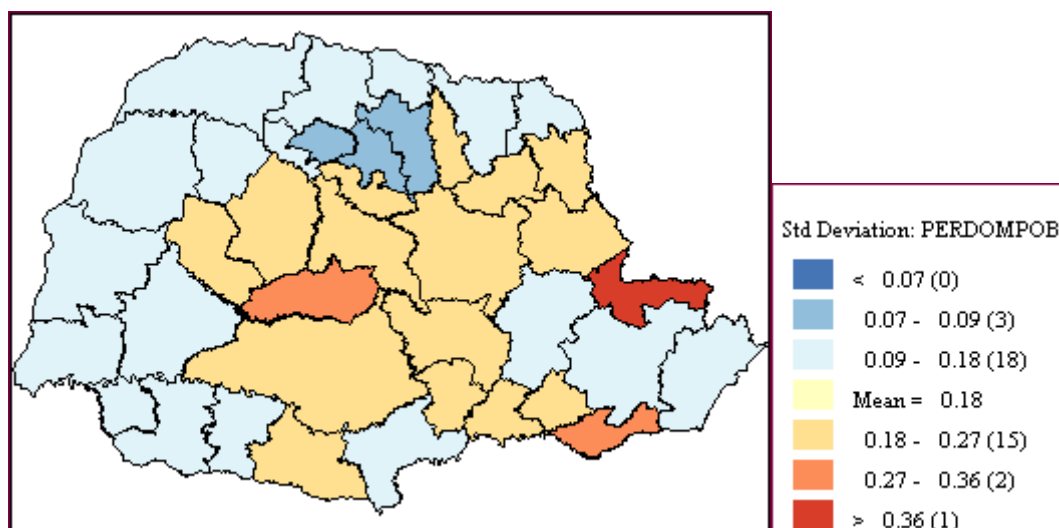
Numa regionalização mais ampla, qual seja, por microrregiões, o que foi dito acima é visto, de uma maneira aproximada, com mais clareza na figura 06. Percebe-se que a pobreza pode ser vista mais concentrada no centro do estado e nos extremos norte e sul da microrregião de Curitiba.

“Separado” o mapa numa porção maior, mais ocidental, e outra menor, oriental, conforme a leitura feita acima, as duas porções parecem comunicar-se ao sul e ao norte da porção menor, através de maiores percentuais de pobreza e, “por dentro”, com menores percentuais.



**Figura 05 – Percentual de domicílios pobres, por município (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 06 – Percentual de domicílios pobres, por microrregião (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

A distribuição dos percentuais de domicílios pobres, por municípios e microrregiões, auxiliada pela leitura da visualização daquelas distribuições, permite supor a existência de relações entre os processos de pobreza no espaço.

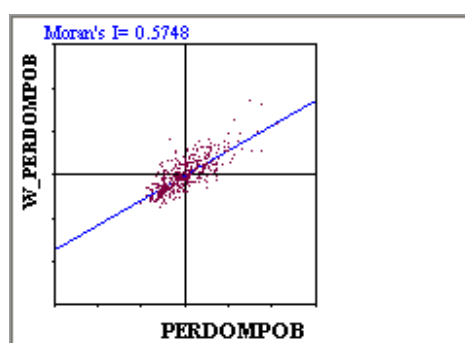
A sugestão dessa possibilidade toma corpo quando se calcula a estatística I, de Moran e fazendo inferência à hipótese nula de haver aleatoriedade espacial.

A estatística I, de Moran, foi calculada da regressão dos percentuais de domicílios pobres por município sobre os mesmos valores ponderados pela vizinhança (defasagem

especial), definida pelos intervalos de distribuição para os municípios, com pesos em matriz binária *queen*, sendo  $a_{ij} = 1$  para pares de municípios com valores percentuais intra-intervalo, e  $a_{ij} = 0$  para pares com valores percentuais inter-intervalos. O resultado, assim calculado, foi de 0,555. Este valor aumentou para 0,5748, depois de desconsiderada a observação do percentual apresentado para o município de Doutor Ulisses, *outlier*, ao nível de 3 vezes o desvio padrão.

A estatística de  $I = 0,5748$  foi testada sob 999 permutações, que simularam uma distribuição aleatória no espaço. Os resultados, tanto na forma de gráfico de dispersão de Moran, quanto das permutações que serviram de ajuda para determinar a probabilidade de se testar o valor da estatística citada, são apresentados nas figuras 07 e 08 abaixo.

Na figura 08 pode ser observado que o valor esperado da estatística  $I$ , de Moran, ( $E[I]$ ) aproxima-se de zero com 999 permutações, o que é condizente, respectivamente, com sua definição<sup>44</sup> e pseudo-teste. Também naquela figura, o valor-p dos erros mostra que o valor calculado de  $I$  é significativo, ao nível de pseudo-confiança padrão do GeoDa, que é de 0,01; de modo que se pode dizer que a estatística  $I$ , de Moran, é supostamente significativa. Sendo ela uma medida de autocorrelação espacial global, é aplicada a todo o estado do Paraná, o que reforça a leitura feita do mapa à figura 05, de possível existência de relações espaciais quanto à pobreza absoluta, no estado do Paraná.

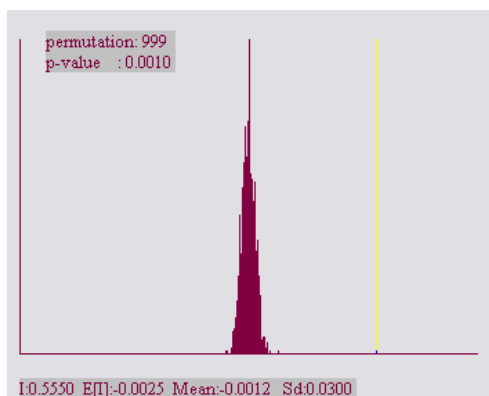


**Figura 07 – Gráfico de Dispersão de Moran, para percentuais de domicílios pobres regredido sobre seus valores defasados no espaço (Paraná, municípios 2000)**

Fonte:elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

---

<sup>44</sup>  $E(I) = -\frac{1}{n-1}$ , para  $n$  = número de localidades.

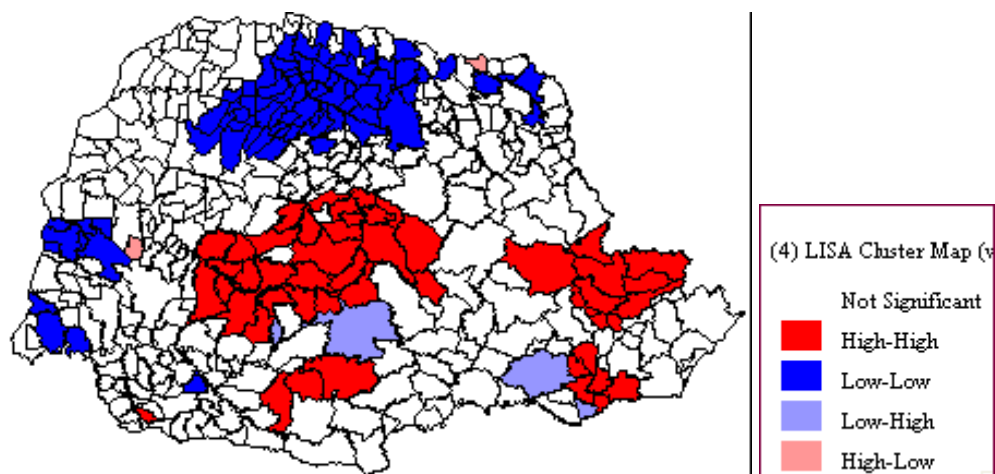


**Figura 08 – Gráfico de permutações aplicadas à estatística I, de Moran (Paraná, municípios 2000)**  
 Fonte:elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Uma vez que a estatística I, de Moran, serve à sugestão de processos no espaço global considerado, para sugerir possíveis processos locais de identificação da pobreza, utilizou-se o indicador LISA, testando-o contra a hipótese nula de aleatoriedade local. O mapa de *clusters* considerado significativo é apresentado na figura 09, enquanto que os níveis de significância de cada um são apresentados na figura 04.

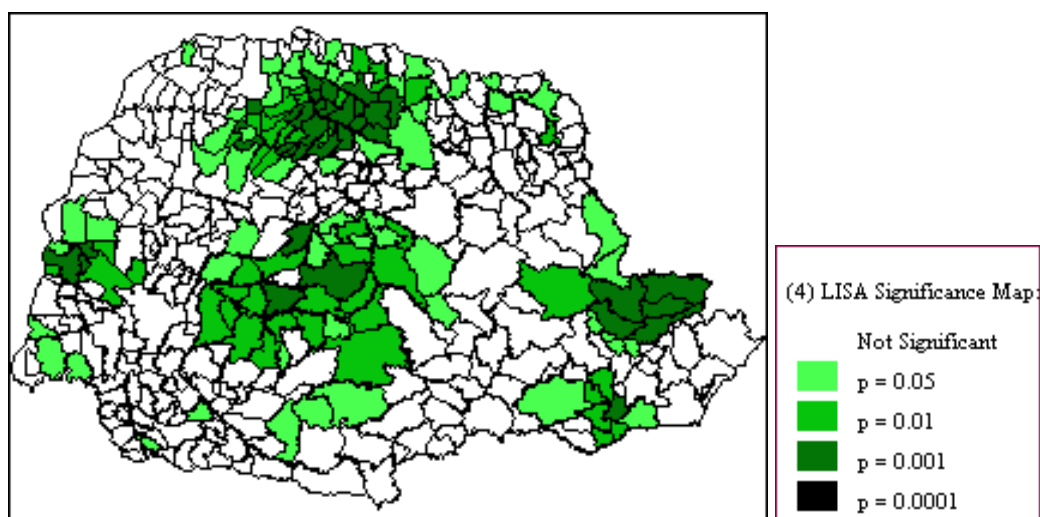
Comparando-se os mapas 10 e 06, pode-se perceber que os *clusters* em azul escuro, vistos na figura 04, ocupam espaços semelhantes àqueles dos municípios distribuídos nos intervalos de 2% a 11%, vistos em azul mais claro, na figura 09, porquanto para os mesmos municípios ou para municípios vizinhos aos mesmos. Semelhantemente, os *clusters* vistos na figura 09, em cor vermelha, ocupam os espaços semelhantes àqueles ocupados pelos municípios cujos percentuais de domicílios pobres estão distribuídos, na figura 05, entre os intervalos sucessivos de 29% a 38% e maiores de 38%.

Até aqui, tem-se representados, na figura 09, os extremos de, respectivamente, menores e maiores percentuais de domicílios pobres por grupos de municípios, sugerindo haver processos locais, nesses espaços, relativos à pobreza. A suposta significância desses processos encontra reforço nas probabilidades baixas dos erros, indicadas à figura 10.



**Figura 09 – Clusters e outliers significativos de pobreza (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 10 – Clusters e outliers significativos de pobreza, por grau de significância (Paraná, 2000).**

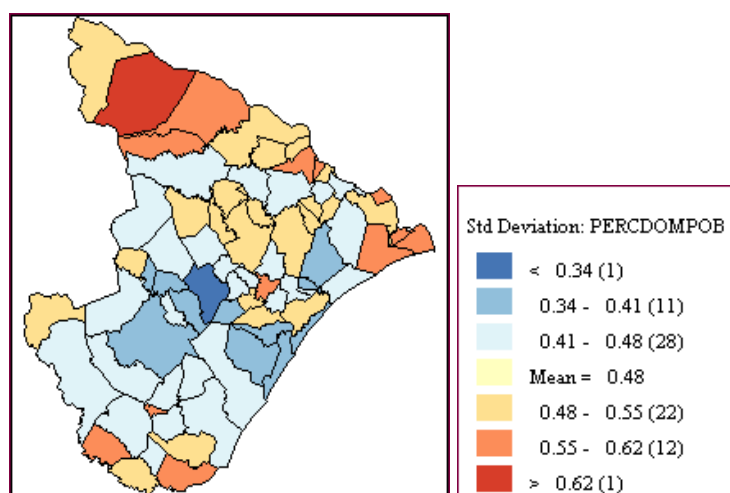
Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Os percentuais de domicílios pobres nos municípios sergipanos se distribuem, por sua vez, como a seguir.

Como pode ser visto na figura 11, é mais ao centro do estado que se encontram os municípios de menores percentuais de pobreza. Os municípios cujos percentuais de pobreza estão na segunda faixa menor, se localizam próximos aos primeiros. Os municípios cujos percentuais de pobreza mais se aproximam da média, sendo inferiores a ela, se distribuem por entre aqueles dos dois grupos anteriores e, a nordeste do estado por entre os de percentuais maiores. Dois terços desses, que têm percentuais maiores do que a média, concentram-se na

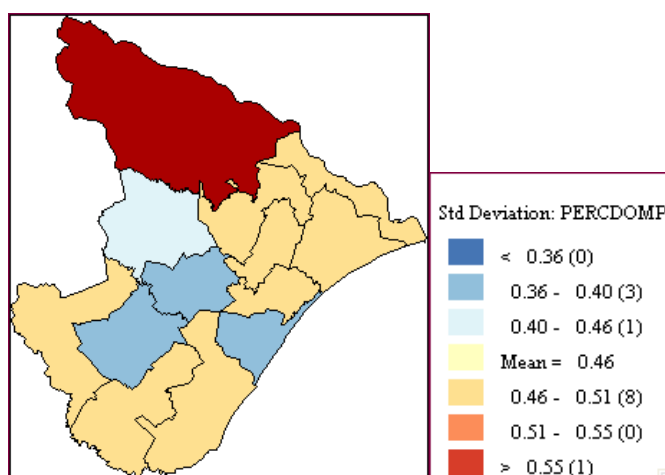
porção superior do estado, enquanto que o terço restante está espalhado na porção mediana e inferior.

A visão que se tem com o mapa de microrregiões, mostrado na figura 13, parece ofuscar dispersão dos níveis percentuais entre os municípios.



**Figura 11 – Percentual de domicílios pobres, por município (Sergipe, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

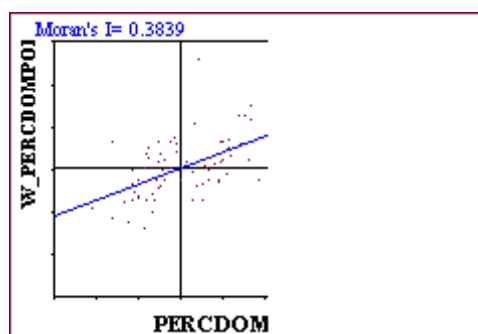


**Figura 12 – Percentual de domicílios pobres, por microrregiões (Sergipe, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

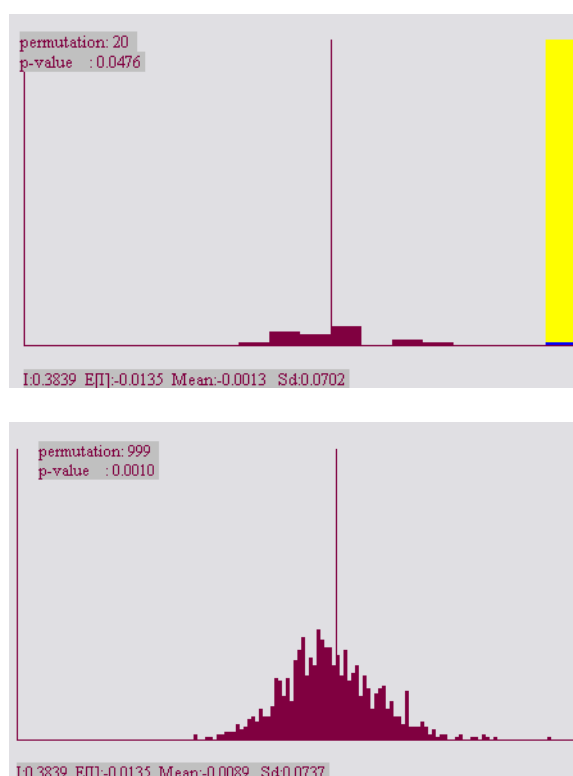
À luz da estatística I, de Moran, a dispersão dos níveis percentuais de domicílios pobres, no total dos domicílios de cada município, toma, à primeira vista, aspecto de falta de correlação espacial global para o estado de Sergipe. Isto pode ser interpretado da leitura das figuras 13 e 14, abaixo, considerando-se que para um número baixo de permutações (20) o

pseudo-teste apresenta um p-value alto. Com 999 permutações, contudo, o p-value se torna muito baixo, como visto na figura 14b, indicando a possibilidade de não se descartar a existência de correlações entre os percentuais de pobreza dos municípios de todo o estado.



**Figura 13 – Gráfico de dispersão de Moran para percentuais de domicílios pobres por municípios regredido sobre seus valores defasados no espaço (Sergipe, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 14 – Gráficos de permutações aplicadas à estatística I de Moran, para 20 e 999 permutações comparados (Sergipe, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

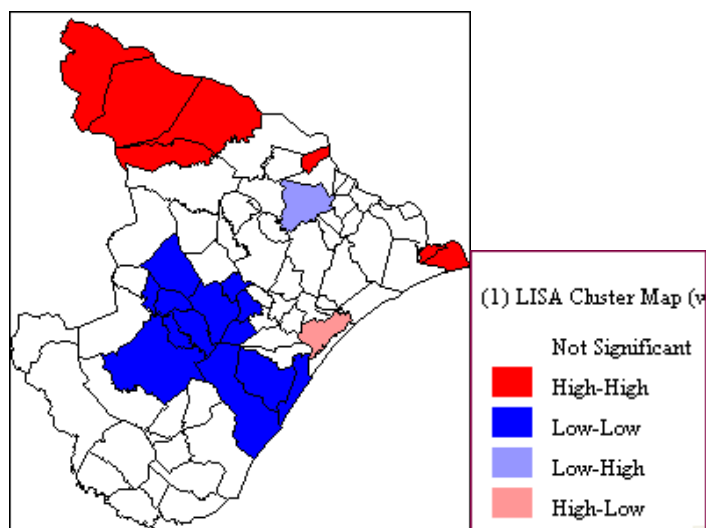
Com mais confiança do que se vê para todo o estado, os testes com indicador LISA permitem sugerir a identificação de *clusters* de processos de pobreza, no estado de Sergipe.

Na figura 15 pode ser observado, assim como aconteceu para o estado do Paraná, que os *clusters* em vermelho e azul ocupam espaços que são os mesmos ou vizinhos àqueles

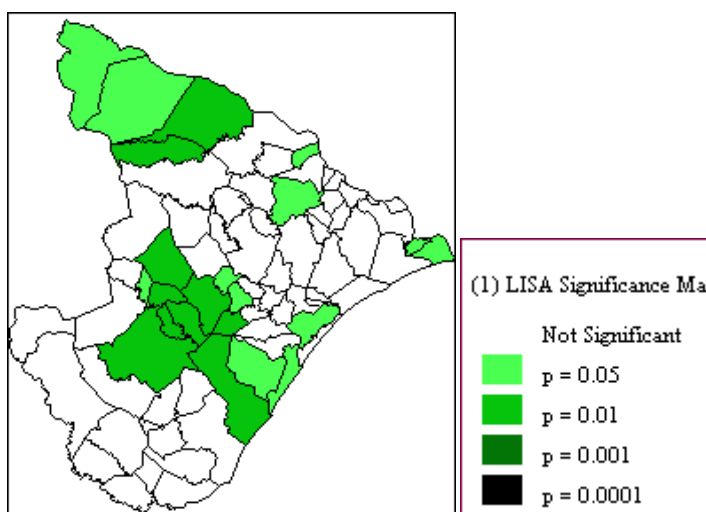


ocupados por grupos de, respectivamente, maiores e menores percentuais de domicílios pobres.

As estatísticas I, do método LISA, foram significativas, conforme se pode ver na figura 16.



**Figura 15 – Clusters e outliers significativos de pobreza (Sergipe, 2000)**  
 Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

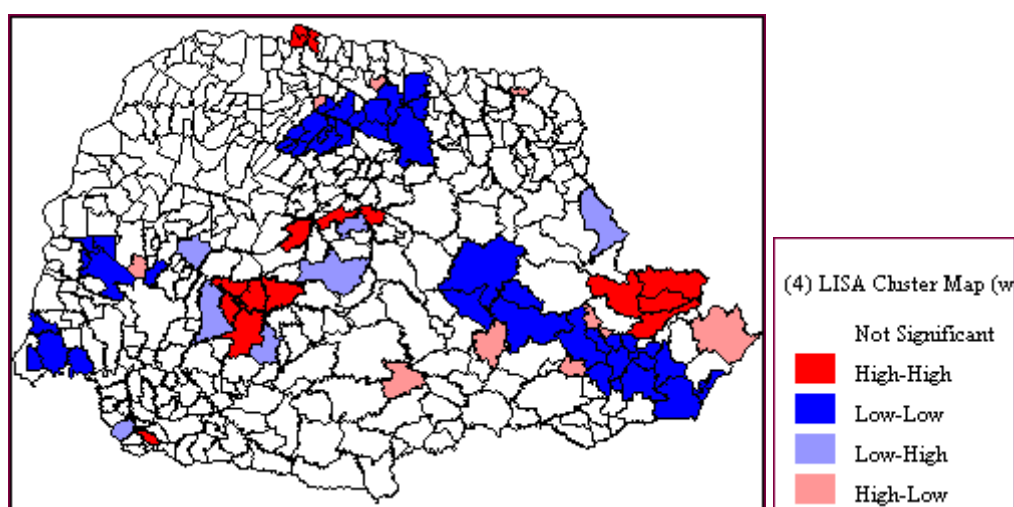


**Figura 16 – Clusters e outliers significativos de pobreza por grau de significância (Sergipe, 2000)**  
 Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Os *clusters* acima são enriquecidos de significados, quando os dados são “suavizados” para expurgar a influência do tamanho da população, da interpretação da comparação entre os percentuais de domicílios pobres, conforme Anselin (1988). Para tanto, adotou-se o método EB Moran Rate Smoothing, disponível no GeoDa®.

Conforme visto na figura 17, depois da suavização de dados os *clusters* para o Paraná se repetem, embora com número menor de municípios em cada um, com exceção daqueles do sul da área semelhante à da região metropolitana de Curitiba. Além disso, surge um novo *cluster*, que abrange, praticamente, os municípios que vão das proximidades de Paranaguá até Ponta Grossa, passando por parte da região metropolitana de Curitiba. Além disso, surgem dois novos *clusters*. O primeiro abrange praticamente os municípios que vão das proximidades de Paranaguá até Ponta Grossa, passando por parte da região metropolitana de Curitiba. O segundo envolve os municípios de Itaguajé, Jardim Olinda e Paranapoema, situados no noroeste do estado.

A leitura desse novo gráfico, comparado ao da figura 09, pode dizer que os *clusters*, nesse último, são ampliados pela influência do tamanho da população – à exceção do *cluster* do sul da área semelhante à da região metropolitana de Curitiba. Da mesma forma, aquela comparação pode indicar que retirada a influência do tamanho da população, forma-se um *cluster* de baixos percentuais de domicílios pobres, que vai do litoral até Ponta Grossa, passando através da região metropolitana de Curitiba.



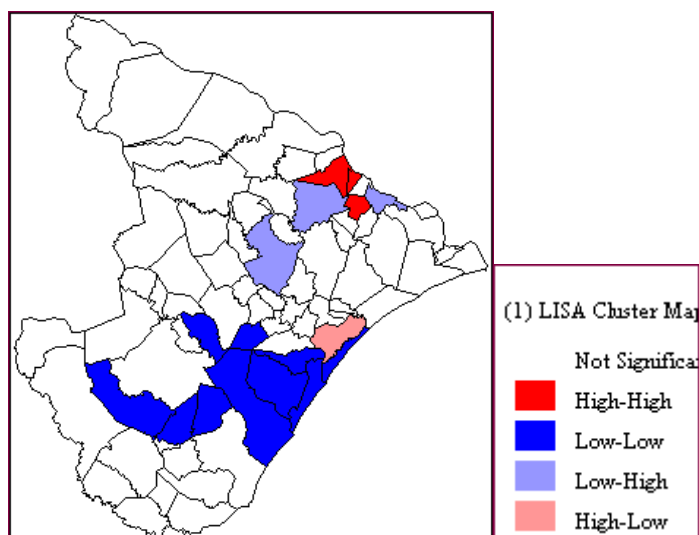
**Figura 17 – Clusters e outliers significativos de pobreza – dados suavizados por EB Moran (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Semelhantemente ao que acontece para o mapa de *clusters* do Paraná, no caso sergipano o tamanho da população parece influenciar a formação dos *clusters*.

No mapa à figura 18, não aparece o *cluster* a noroeste do estado, que há no da figura 15. O *cluster* comum àqueles mapas, por sua vez, está mais em torno da Grande Aracaju, como visto da comparação com o mapa à figura 15.

Para ambos os estados, o tamanho da população parece ter influência decisiva sobre os *clusters High-high* de maiores percentuais de domicílios pobres (ambos desaparecem quando suavizados os dados por Moran). Também é comum a influência que a suavização exerce nos mapas, ao destacar as regiões próximas às capitais.



**Figura 18 – Clusters e outliers significativos de pobreza – dados suavizados por EB Moran (Sergipe, 2000)**

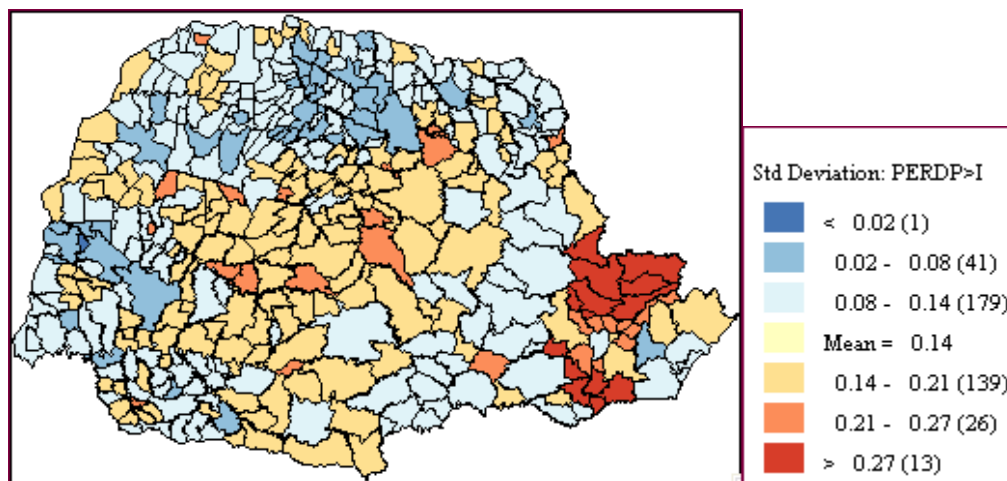
Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

### 5.2.2 Verificando se os Adensamentos Espaciais dos Percentuais de Pobreza Apresentados para cada Estado são Alterados pelo Tipo de Consumo, ou Faixa de Linha de Pobreza

Foi dito no capítulo anterior que a superioridade do percentual de domicílios pobres em Sergipe, com relação ao Paraná, apresentada quando considerada a linha de pobreza não segmentada por faixas, repete-se depois de discriminadas as linhas de pobreza e de indigência e, nessas, discriminadas algumas faixas de renda. Também foi dito que, para ambos os estados, a maior parte da pobreza é formada por domicílios cuja renda *per capita* fica acima da linha de indigência, ou seja, para domicílios cujas necessidades básicas de alimentação de seus moradores estariam, supostamente, atendidas. Essa superioridade é mais evidente para o estado de Sergipe, que apresenta uma distância maior, comparativamente àquela apresentada pelo Paraná, do percentual de domicílios pobres não-indigentes, com relação aos indigentes.

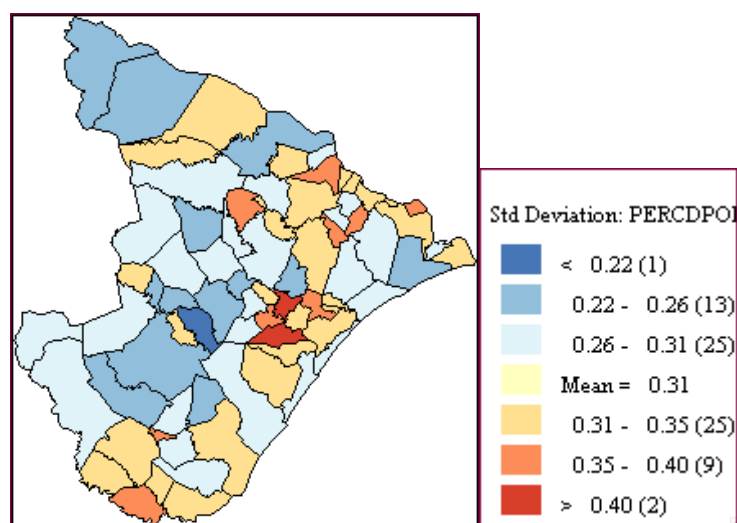
A hierarquia entre esses percentuais, para cada estado, e a superioridade de uns com relação aos da mesma faixa se repetem, comparados os dois estados, se, desagregados os dados, tomada a maioria dos municípios e das microrregiões. O mapeamento abaixo reforça o

que foi mencionado, pois, como pode ser visto nas figuras 19 e 20, esses percentuais se distribuem hierarquicamente, dentro de cada estado.



**Figura 19 – Percentual de domicílios pobres não-indigentes, por municípios (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 20 – Percentual de domicílios pobres não-indigentes, por municípios (Sergipe, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Outra informação fornecida no mapa da figura 19 é que dois grupos de municípios vizinhos, de maiores percentuais de domicílios pobres não-indigentes que os demais, ocupam espaços ao norte e a sul do município de Curitiba. Outros dois, de menores participações de domicílios pobres não-indigentes do que os demais, encontram-se a norte e a oeste. Entre aqueles de menores percentuais, um grande grupo, de percentuais intermediários e imediatamente superiores à média, pode ser notado ao centro do estado. Entre esse e os dois

de maiores percentuais, outro grande se destaca com percentuais no intervalo imediatamente inferior à média.

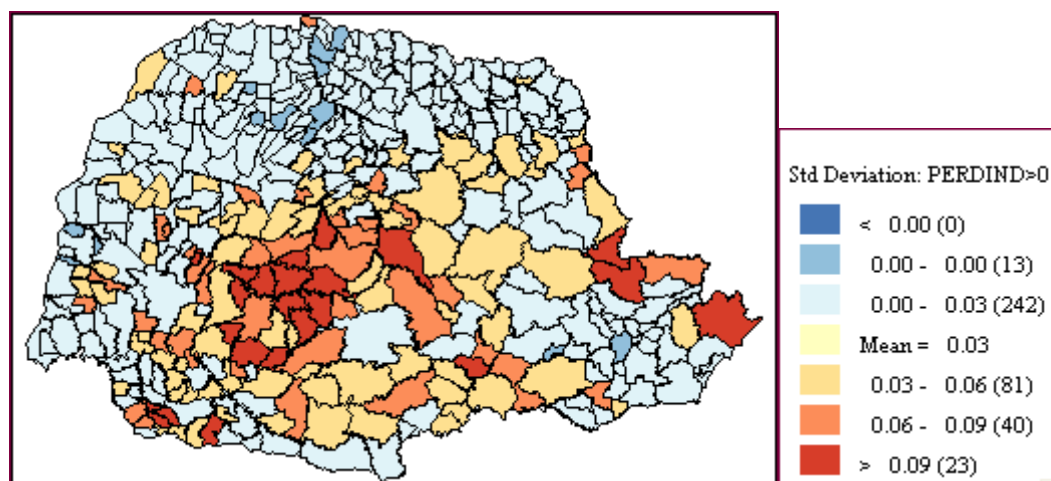
No estado de Sergipe não se percebe, com clareza, grupos de domicílios em torno dos maiores percentuais de participação dos domicílios pobres no total de domicílios. A representação mais provável é com relação à baixa participação, como acontece com os municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo, em um grupo, e outros em torno do município de Campo do Brito, onde ocorre menor participação de domicílios pobres não-indigentes dentre os demais.

Quanto à distribuição espacial da participação dos domicílios indigentes com renda não-nula, em cada estado, pode ser entendida conforme abaixo descrito e mostrados nas figuras 21 e 22. Para o estado do Paraná, predominam, para essa faixa da linha de pobreza, grandes grupos de faixas intermediárias de percentual, concêntricas, da menor para a maior, em torno de um possível *cluster* do mais alto intervalo de percentual, que se destaca ao centro do estado.

Para o estado de Sergipe, assim como observado para as participações de domicílios pobres não-indigentes no total de domicílios de cada município; também para o percentual de domicílios indigentes com renda não-nula, com relação ao total de domicílios de cada município, a identificação de grupos de menores percentuais é mais fácil do que a de maiores. Assim, destaca-se um grupo de municípios em torno da microrregião de Aracaju, com menores percentuais.

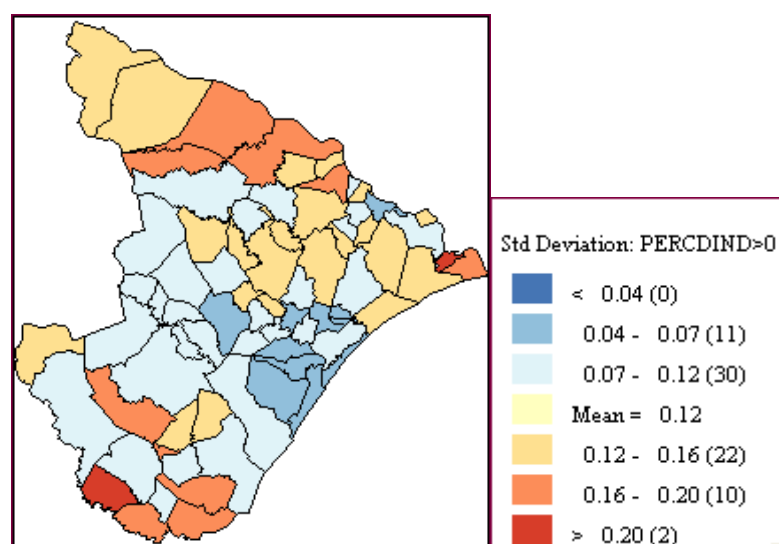
Da distribuição espacial dos domicílios com renda nula, nada se pode concluir para o estado do Paraná, pois praticamente todos os seus municípios estão reunidos no intervalo de menores participações, enquanto os outros estão espacialmente dispersos, como pode ser visto na figura 23.

Para o estado de Sergipe, os municípios da microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco, que estão localizados na fronteira com o estado de Alagoas, destacam-se com maiores percentuais, como visto à figura 24.



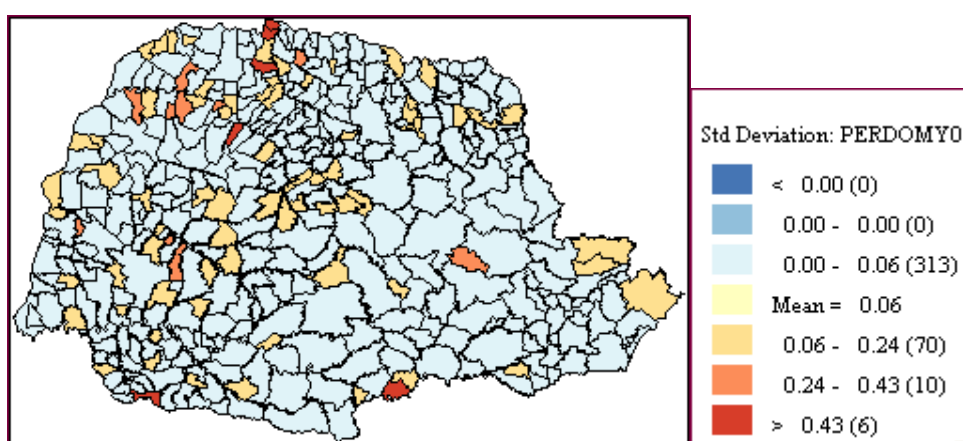
**Figura 21 – Percentual de domicílios indigentes com renda não-nula, por municípios (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



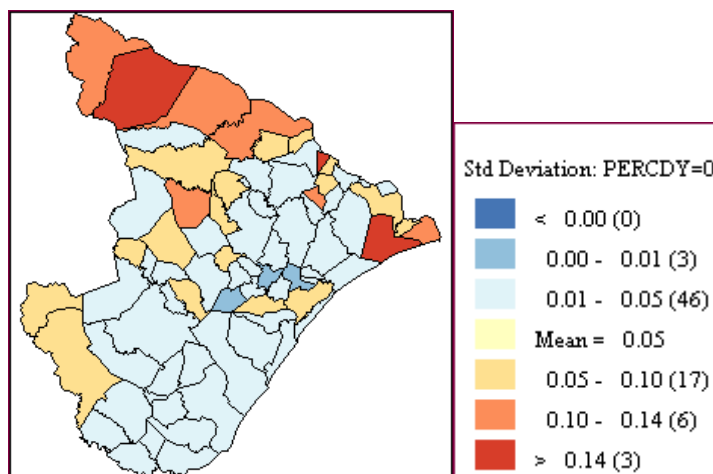
**Figura 22 – Percentual de domicílios indigentes com renda não-nula, por municípios (Sergipe, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 23 – Percentual de domicílios com renda nula, por municípios (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



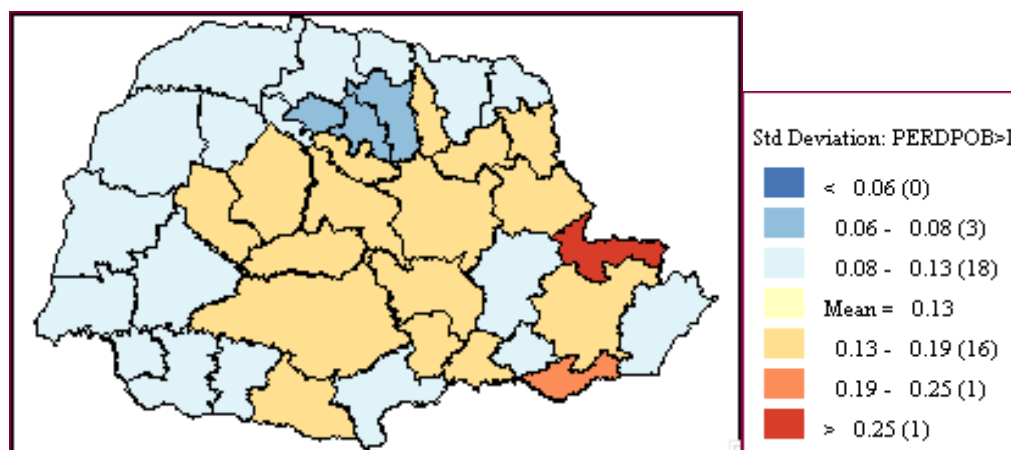
**Figura 24 – Percentual de domicílios com renda nula, por municípios (Sergipe, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Consideradas, agora, as microrregiões, na faixa de pobreza acima da indigência, conforme pode ser visto na figura 25, três microrregiões paranaenses se assemelham, ao norte, em termos de menores percentuais de domicílios pobres não-indigentes com relação ao total de seus domicílios pobres. O intervalo de maior percentual, para as estatísticas descritivas, é ocupado, sozinho, pela microrregião de Cerro Azul. Esta informação, juntamente com a de que a microrregião de Rio Negro ocupa também sozinha o segundo maior intervalo de percentual de domicílios pobres não-indigentes, reforça a idéia de possíveis *clusters* nesses espaços, apresentada com relação aos municípios.

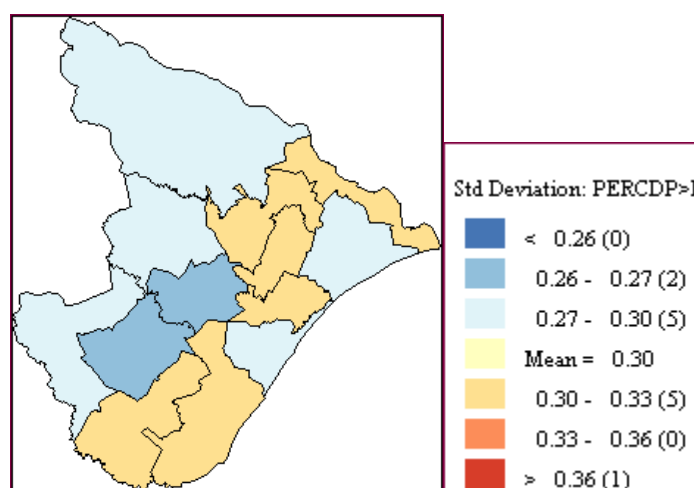
O mapeamento de Sergipe, para os percentuais de pobreza acima da indigência, considerando suas microrregiões (figura 26), reforça a possibilidade de indefinição de *clusters*, vista com relação aos municípios para essa faixa de linha de pobreza. Isto acontece, apesar de a microrregião do Baixo Cotinguiba – com 35,91% de seus domicílios pobres acima da indigência, que não aparece em destaque na cor com que está sendo contada na legenda – reunir os municípios de Laranjeiras e Divina Pastora, que estão destacados dentre os de maiores percentuais, mas são não-contíguos, apesar de próximos.

As microrregiões de Pitanga e Cerro Azul, no Paraná, com maiores percentuais de domicílios indigentes com renda não-nula, dentre seus domicílios, confirmam os grupos de municípios de maiores percentuais do mesmo tipo, enquanto que as microrregiões Sergipana do São Francisco e Aracaju reforçam a idéia de *clusters* apontada desde a leitura, com relação aos municípios.



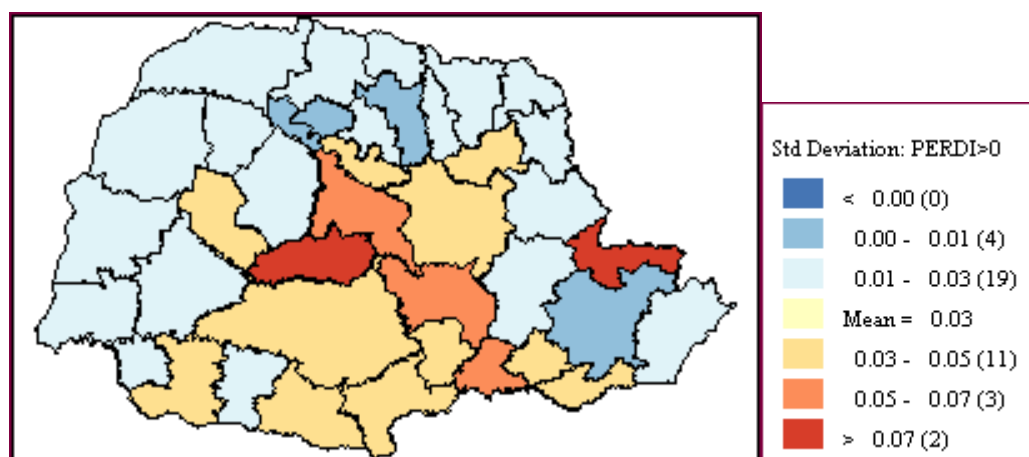
**Figura 25 – Percentual de domicílios pobres acima da indigência, por microregiões (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 26 – Percentual de domicílios pobres acima da indigência, por microregiões (Sergipe, 2000)**

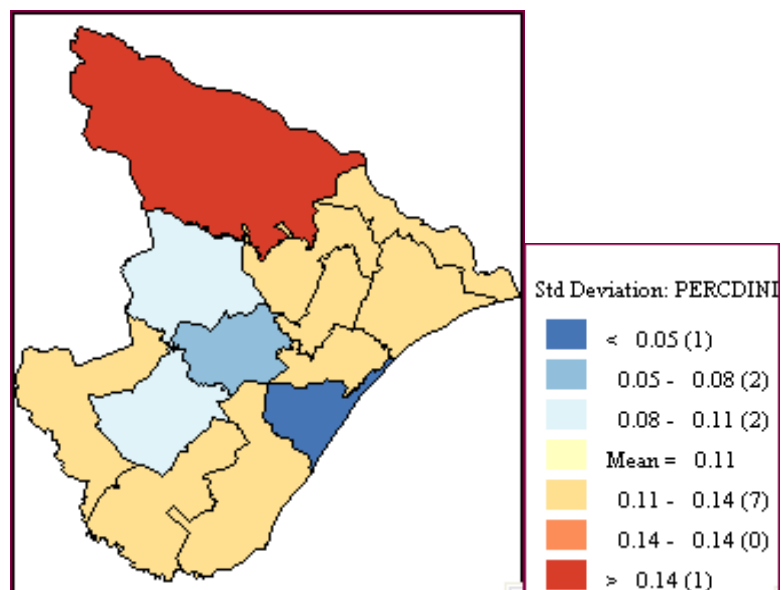
Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 27 – Percentual de domicílios indigentes com renda não nula, por microregiões (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

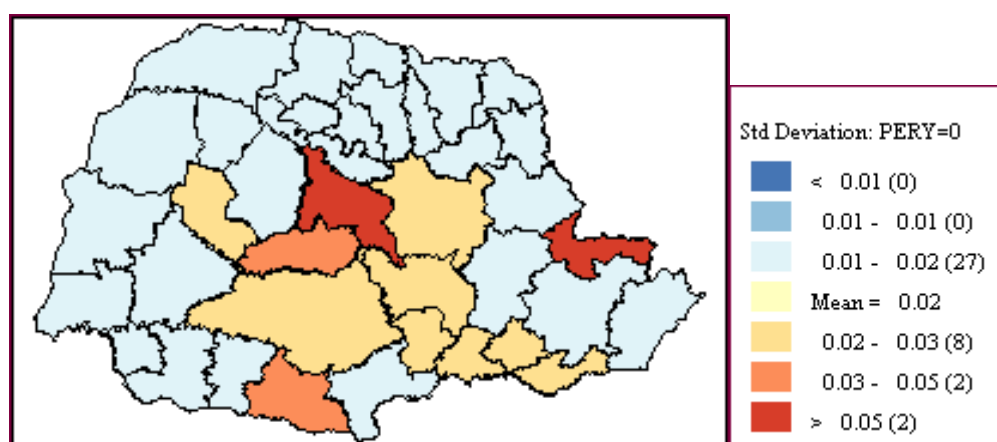




**Figura 28 – Percentual de domicílios indigentes com renda não nula, por microrregiões (Sergipe, 2000)**

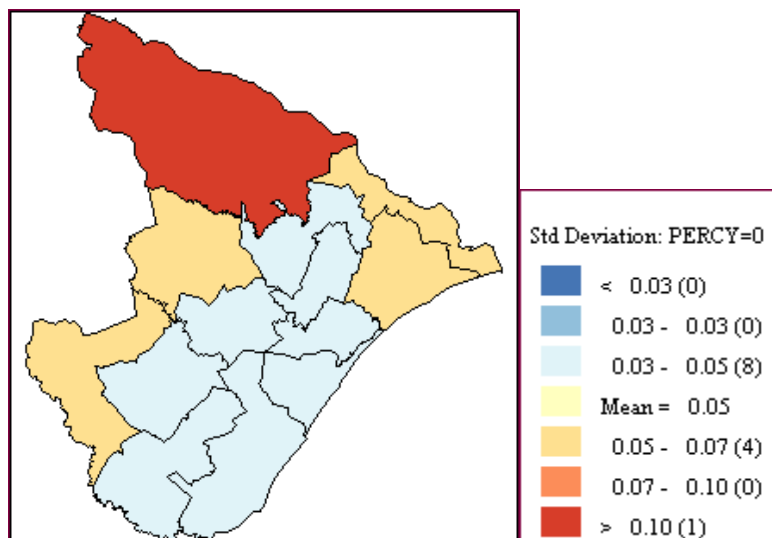
Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Quanto aos domicílios particulares, paranaenses, com renda nula (figura 29), não se confirma o quadro indefinido apresentado anteriormente. A maior concentração de domicílios com renda nula na microrregião de Ivaiporã reforça, contudo, o quadro geral de pobreza, assim como a microrregião de Cerro Azul. O mapa das microrregiões sergipanas para a faixa de renda nula (figura 30), por sua vez, confirma os maiores percentuais de domicílios pobres nessa faixa, na microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco, que aparece para os municípios.



**Figura 29 – Percentual de domicílios indigentes com renda nula, por microrregiões (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 30 – Percentual de domicílios indigentes com renda nula, por microrregiões (Sergipe, 2000)**

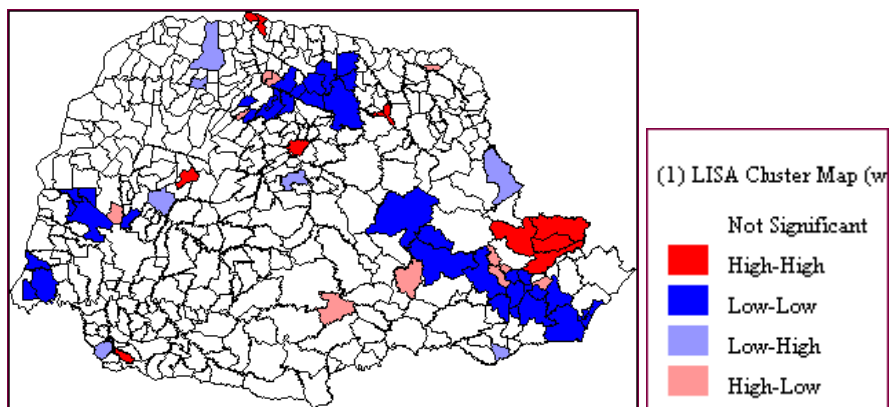
Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

### 5.2.3 Efeitos de Suavização dos Percentuais de Domicílios Pobres sobre os Mapas de sua Distribuição, por Segmentos da Linha de Pobreza

A união dos mapas às figuras de 31 e 32 parece formar o mapa à figura 17.

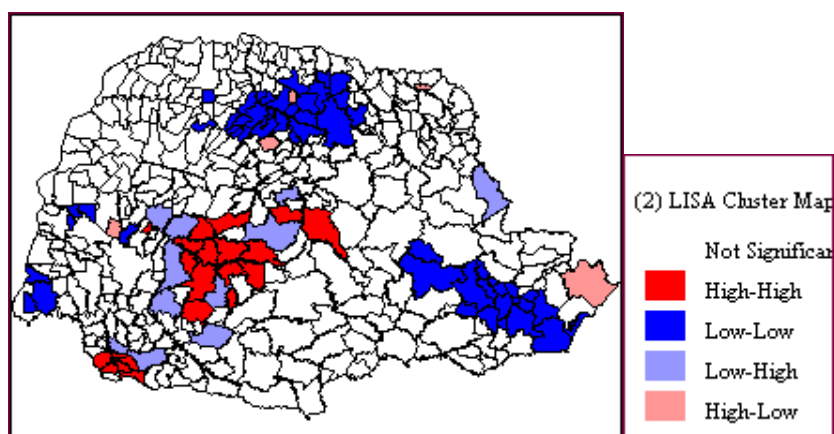
A ausência do *cluster* central no mapa à figura 31 é o que o distingue com relação ao mapa à figura 32. Tendo sido, o mapa à figura 31, feito para os domicílios pobres acima da indigência, suavizados com EB Moran, a ausência nele daquele *cluster* central parece indicar a relação entre tal *cluster* e rendas de indigência ou nula. Mais do que isso, parece indicar que nessa faixa de renda não há influência das populações dos municípios sobre o adensamento dos maiores percentuais de pobreza naquele espaço central. De fato, o referido *cluster* central reaparece no mapa à figura 32. Mais destacadamente, inclusive, do que na sua aparição para os *clusters* suavizados da linha de renda pobreza não segmentada.

O mapa da figura 33, por sua vez, parece não guardar correspondência com aquele feito para a linha de pobreza sem segmentação da renda, a não ser a parte da proximidade da região metropolitana de Curitiba. Nesse sentido e sendo os menores percentuais correlacionados, parece haver um indicativo de que aquela área reúne condições de associar em vizinhança os menores percentuais de pobreza com renda nula, independentemente do tamanho da população.



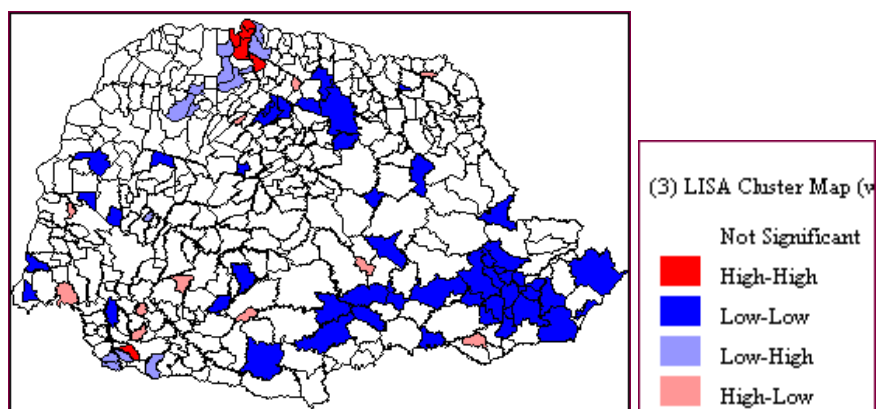
**Figura 31 – Clusters e outliers significativos de pobreza – Percentual de domicílios pobres não-indigentes, por municípios, dados suavizados por EB Moran (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 32 – Clusters e outliers significativos de pobreza – Percentual de domicílios indigentes com renda não-nula, por municípios, dados suavizados por EB Moran (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 33 – Clusters e outliers significativos de pobreza – Percentual de domicílios com renda nula, por municípios, dados suavizados por EB Moran (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

## 5.2.4 Resumo

### 5.2.4.1 Paraná

Sem fazer distinção quanto ao tipo de consumo que caracteriza a pobreza absoluta, o mapa à figura 09, do percentual de domicílios pobres para os municípios, sugere *clusters* de municípios de maiores percentuais de pobreza ao norte e sul de Curitiba, e ao centro do estado; bem como de menores percentuais a oeste e norte. Por entre tais *clusters* possíveis, naquele mesmo mapa, pode ser visto que se distribuem municípios de percentuais intermediários de pobreza.

O mapa de microrregiões confirma a localização dos *clusters* para os municípios, com exceção do *cluster* do oeste e sugere a existência de comunicação entre eles, numa possível caracterização da pobreza para todo o Paraná.

Os testes identificaram possíveis relações espaciais entre os processos de pobreza absoluta para todo o estado do Paraná, bem como *clusters* em espaços semelhantes aos mesmos *clusters* sugeridos no mapa para os municípios e confirmados, quase que totalmente no mapa feito para as microrregiões.

Uma vez segmentada a pobreza absoluta quanto ao tipo de consumo e faixas de linha de pobreza, os mapas mostram a pobreza não-indigente, – que caracteriza a maior parte dos domicílios pobres paranaenses –, mais concentrada em municípios ao norte e ao sul de Curitiba e menos concentrada em municípios dispersos, mas que formam grupos ao norte e a oeste do estado. Esses municípios de menores percentuais se distribuem em arco entre o nordeste e oeste do estado, margeando o centro.

O mapa da indigência em domicílios com renda não-nula, que representa uma parte bem menor dos domicílios pobres no Paraná, mostra que o consumo alimentar insatisfeito, nos municípios, pode estar mais concentrado no centro do estado e em municípios dispersos ao sul do estado e ao norte da microrregião de Curitiba.

O mapa de domicílios com renda nula, que representam uma ínfima parcela da pobreza no estado, não indica maior concentração dos mesmos em grupos de municípios.

Juntando-se a essas considerações os efeitos de suavização dos dados e observando-se o que há de comum entre elas, pode-se depreender que:

a) A pobreza mais intensa, em termos de percentual de domicílios, mapeada ao norte e ao sul do município de Curitiba é, quase que exclusivamente, caracterizada pelo consumo não satisfeito de vários bens e serviços, exceto alimentação. A necessidade alimentar insatisfeita, nos municípios de Doutor Ulisses e Cerro Azul, juntamente com a pobreza não-indigente, pode contribuir para o acirramento da pobreza ao norte do município de Curitiba, mas apesar de parecer ser intensa no município de Guaraqueçaba, não é suficiente para mapeá-lo no mesmo grupo de pobreza que os seus vizinhos a oeste. Desse modo, a mais alta participação de domicílios pobres, dentre o total de domicílios, para alguns municípios agrupados ao norte e ao sul do município de Curitiba, parece estar mais relacionada ao consumo não satisfeito de bens e serviços que excluem a alimentação.

b) Também intensa, naquele sentido, a pobreza mapeada mais ao centro do estado parece estar mais relacionada às necessidades alimentares não satisfeitas, que ocorre em boa parte dos municípios da microrregião de Pitanga e pode ser reforçada pela presença de uma parcela relativamente grande de domicílios com renda zero em alguns municípios da microrregião de Ivaiporã.

#### 5.2.4.2 Sergipe

O mapa para os municípios sugere, sem segmentar a linha de pobreza por faixas, a possibilidade de três *clusters*, sendo dois de menores percentuais de pobreza e um de maiores. Um dos de menores percentuais de pobreza estaria localizado ao centro do estado e outro no espaço correspondente à microrregião de Aracaju. O de maior percentual ficaria no espaço semelhante ao da microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco. Esse quadro polarizado permitiria pouca clareza sobre uma caracterização comum a todo o estado com relação à pobreza.

Os testes confirmam o quadro aparentemente indefinido para todo o estado, quando a estatística de Moran depende de 20 permutações para ser significativa e são delineados *clusters* nos mesmos espaços daqueles mapeados, com significância de, no mínimo, 0,05.

Segmentando-se a pobreza absoluta, quanto ao tipo de consumo e faixas de linha de pobreza, o mapa para os municípios e para a pobreza acima da indigência, mostra os municípios de Laranjeiras e Divina Pastora com os maiores percentuais dessa faixa de

pobreza. Esses municípios estão localizados entre a microrregião de Aracaju e a parte central do estado e, embora próximos são não-contíguos.

Assim, embora para os municípios não seja possível perceber com clareza, a possibilidade de *clusters* com relação aos percentuais de domicílios pobres acima da linha de indigência, o mapa para as microrregiões indica que as influências daqueles dois municípios podem ser suficientes para marcar a microrregião onde estão situados (Baixo Cotinguiba), como tendo os maiores percentuais de domicílios pobres acima da indigência.

Para a pobreza absoluta, que inclui as necessidades alimentares, o mapa para os municípios mostra a possibilidade, também não muito clara, de esta ser mais concentrada em alguns municípios do norte do estado e em municípios dispersos ao sul. O mapa para as microrregiões confirma, apenas, a situação para os municípios ao norte do estado, de modo que, apesar de dispersos, parecem determinantes na caracterização da pobreza naquela microrregião, o que não acontece para os municípios ao sul do estado.

Para os domicílios com renda nula, o mapa para os municípios mostra uma maior concentração desses domicílios em municípios dispersos, ao longo da divisa com o estado de Alagoas, o que é confirmado com o mapa para as microrregiões.

Do que foi dito, portanto, o mapa da pobreza para o estado de Sergipe – não segmentada esta por faixas – cuja sugestão aparece no mapa feito para os municípios, tem essa sugestão reforçada no mapa feito para as microrregiões, testada para todo o estado e para *clusters*. Parece existir, na concentração de domicílios indigentes de renda não-nula nos municípios do norte sertanejo, a explicação para o maior percentual de domicílios pobres naquele espaço. Tais processos parecem preponderar sobre o que diz respeito à maior concentração de domicílios com maiores percentuais de renda nula, visto que este também ocorre para os primeiros e, mesmo assim, não são suficientes para demarcar mais claramente *clusters* de pobreza ao longo do restante da fronteira do estado com de Sergipe com o de Alagoas.

### 5.3 ADENSAMENTOS ESPACIAIS DOS PERCENTUAIS DE POBREZA SOB UMA ÓTICA MULTIDIMENSIONAL

Considerando-se o IPH-M sugerido e calculado por Rolim (2004) para os municípios brasileiros, foi também calculado o IPH-Mic, para as microrregiões.

A média do IPH-M para o estado do Paraná (13,7) é bem inferior à sergipana (30,4) e há uma dispersão maior da pobreza para os municípios sergipanos, no critério sob múltiplas dimensões<sup>45</sup>.

### 5.3.1 Mapas da Pobreza Multidimensional para o Paraná

A figura 34 traz em destaque um grupo de maiores IPH-M, ao centro do estado e dois grupos de menores IPH-M, sendo um a leste e outro a oeste do estado. Pequenos grupos de municípios com menores IPH-M também são notados no espaço semelhante ao da microrregião de Maringá e nas redondezas de Pato Branco e de União da Vitória.

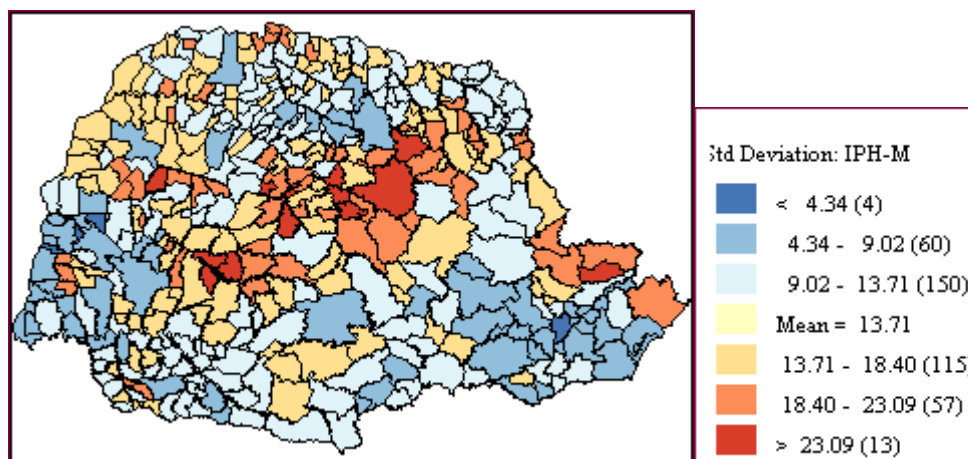
A consideração de um nível maior de agregação e espacialidade, qual seja, a microrregião, como se pode ver à figura 35, reforça aquela sugestão de possibilidade de *clusters* de municípios, pois demarca, em áreas maiores, espaços semelhantes àqueles ocupados por grupos de municípios de menores e maiores IPH-M, à exceção de um possível *cluster* de municípios a oeste

Esses mapas, contudo, devem ser lidos levando-se em consideração as características do cálculo do próprio IPH-M.

O cálculo do IPH-M, apesar de atribuir pesos iguais às componentes, enfatiza aquela que mais contribui com o IPH-M, uma vez que eleva cada uma das componentes à terceira potência.

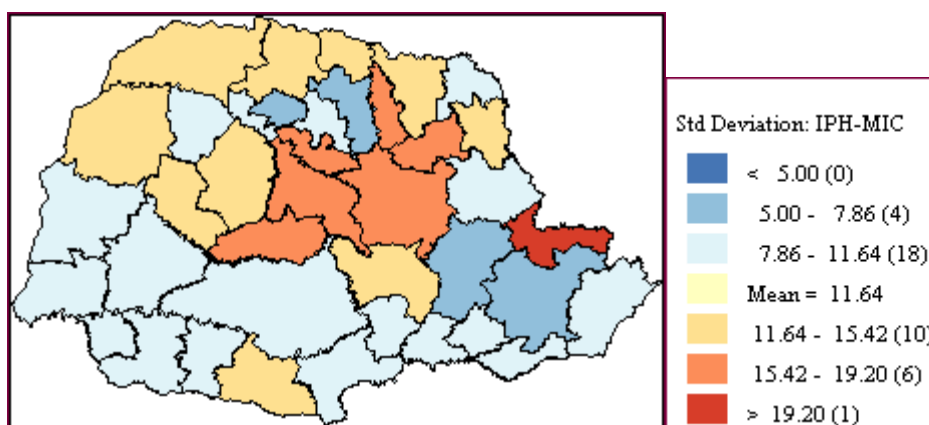
---

<sup>45</sup> O anexo A traz detalhada a explicação das diferenças entre os quantitativos referidos.



**Figura 34 – IPH-M (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 35 – IPH-Mic (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Para apenas 25, dos 399 municípios, a variável percentual de adultos analfabetos não é maior do que as demais. Essa variável apresenta média, entre os municípios paranaenses, de 18,57%, contra 7,83% da variável probabilidade de morte antes dos 40 anos e 5,55% da variável de padrão de vida. Tais percentuais acabam representando uma participação final no IPH-M, em média, de 58,0% para aquela primeira variável, 25,64% para a segunda e 16,40% para a última. A superioridade dessa média, para a variável de analfabetismo de adultos, é confirmada considerando-se que essa é a única variável para qual mais de 50% dos municípios apresentam contribuições ao IPH-M superiores à média, mais exatamente, 57,14% deles, contra 47,12% para a variável precariedade de sobrevivência e 38,10% para a variável precariedade no padrão de vida.

Semelhantemente à situação dos municípios, para as microrregiões os maiores percentuais de analfabetismo de adulto acabam influenciando mais o resultado do IPH-Mic.

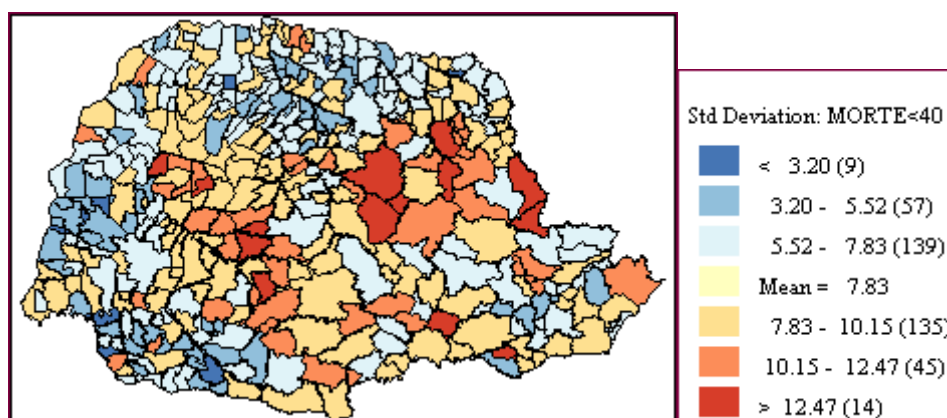


Neste caso, apenas 3, das 39 microrregiões, não apresentam a variável percentual de adultos analfabetos maior do que as demais.

A contribuição média final dessa variável, para o IPH-Mic, é de 53,48%, contra 28,12% da variável probabilidade de morte antes dos 40 anos e 18,40% da variável de precariedade das condições mínimas de vida. Essa superioridade média, assim como para os municípios, pode ser entendida para as microrregiões como representativa de todas elas, uma vez que 56,41% das microrregiões apresentam percentuais de adultos analfabetos superiores à média, enquanto esse percentual é de 38,46% para a variável de probabilidade de morte abaixo dos 40 anos, e de 41,03%, para a variável de precariedade no padrão de vida.

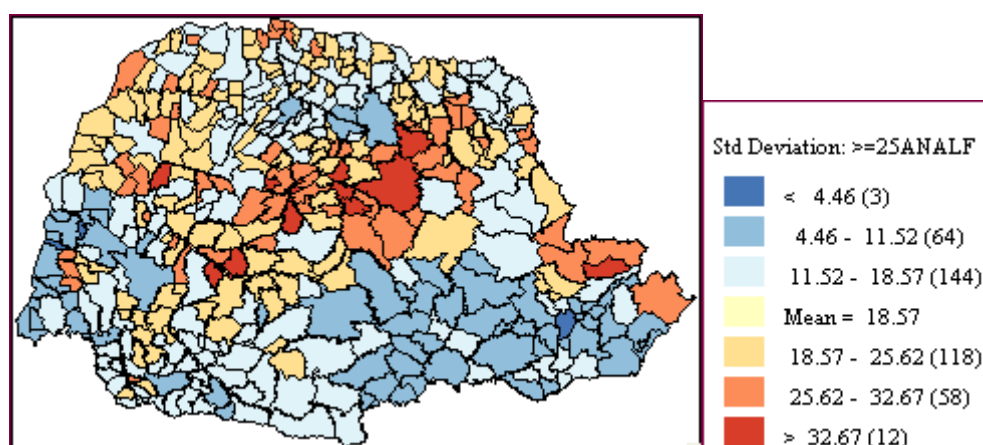
Assim, a contribuição da variável analfabetismo de adultos acaba influenciando decisivamente o nível do IPH-M e do IPH-Mic. Essa influência tem implicações sobre os mapas.

Comparando-se os mapas da distribuição dos municípios paranaenses por IPH-M e da distribuição das microrregiões paranaenses por IPH-Mic, com os da distribuição das componentes do mesmo, apresentados às figuras de 36 a 41, percebe-se que os mapas do IPH-M e do IPH-Mic são muito semelhantes àqueles feitos considerando-se, apenas, sua componente analfabetismo de adultos. Isso implica dizer que a variável analfabetismo de adulto é decisiva na distribuição espacial dos municípios por IPH-M e das microrregiões, por IPH-Mic. Essa influência maior da variável analfabetismo de adultos, sobre os resultados do IPH-M e IPH-Mic e sua distribuição espacial, contudo, não quer dizer uma participação desprezível das outras variáveis no resultado final do IPH-M. Representa, apenas, uma menor participação dessas outras variáveis, conforme visto acima para as médias de participação de cada variável. Portanto, o indicador não perde seu caráter e mérito de indicador multidimensional da pobreza, para os municípios do estado do Paraná, mas os mapas devem ser vistos levando-se em consideração que refletem, basicamente, a situação de analfabetismo de adultos.



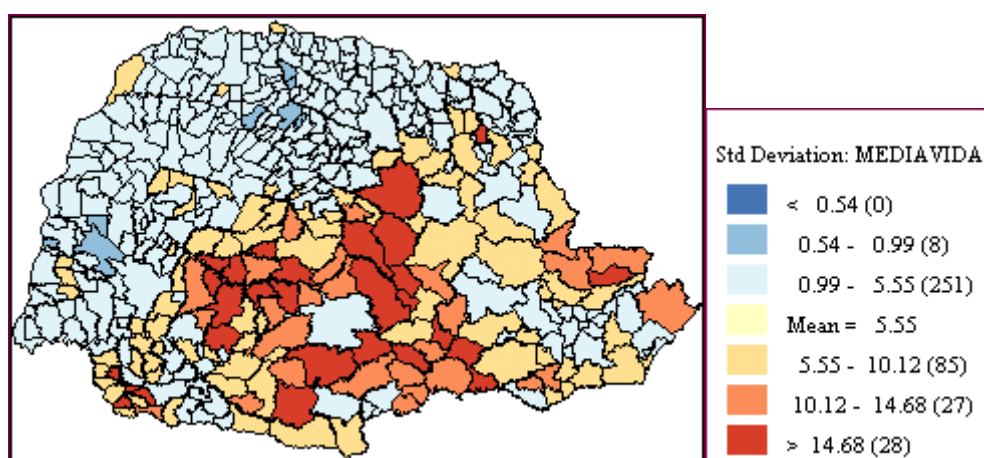
**Figura 36 – Probabilidade de morte antes dos 40 anos, em % da população. (Paraná, municípios, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



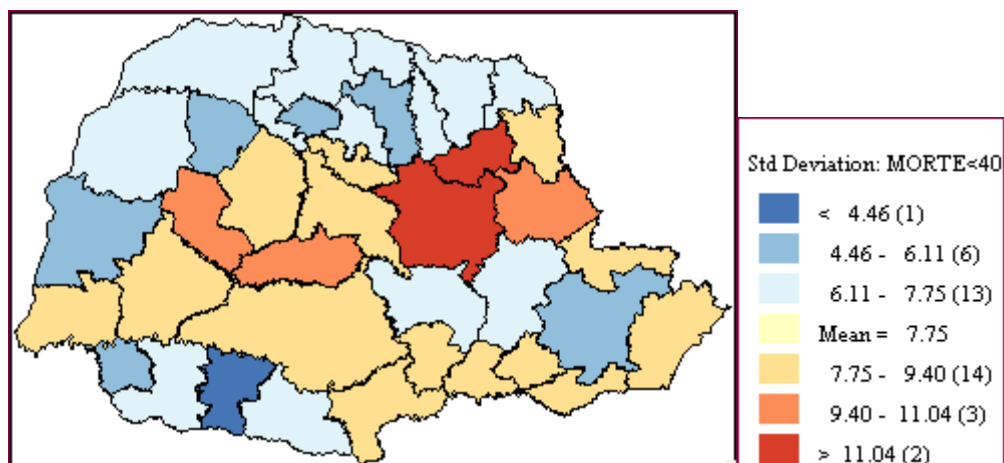
**Figura 37 – Percentual de adultos analfabetos (Paraná, municípios, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



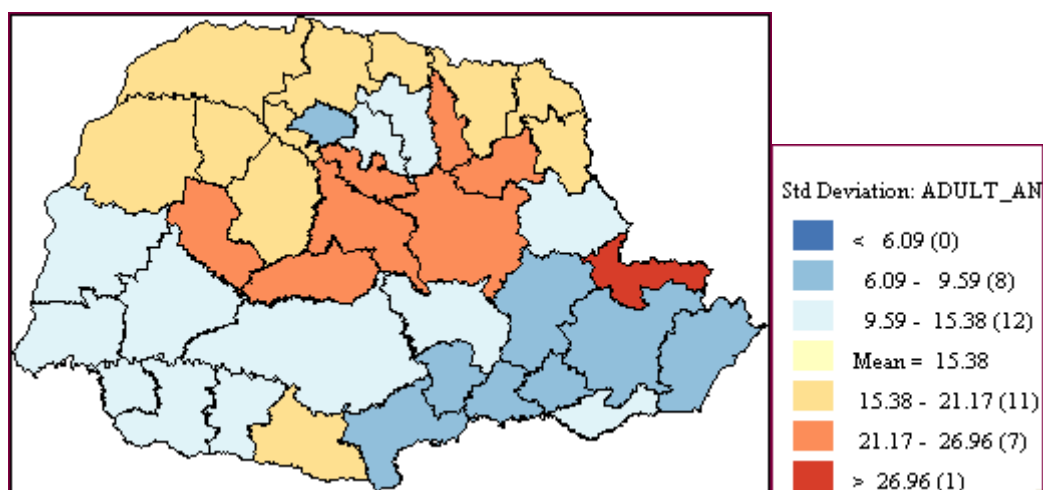
**Figura 38 – Percentual de pessoas abaixo de um padrão mínimo de vida (Paraná, municípios, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



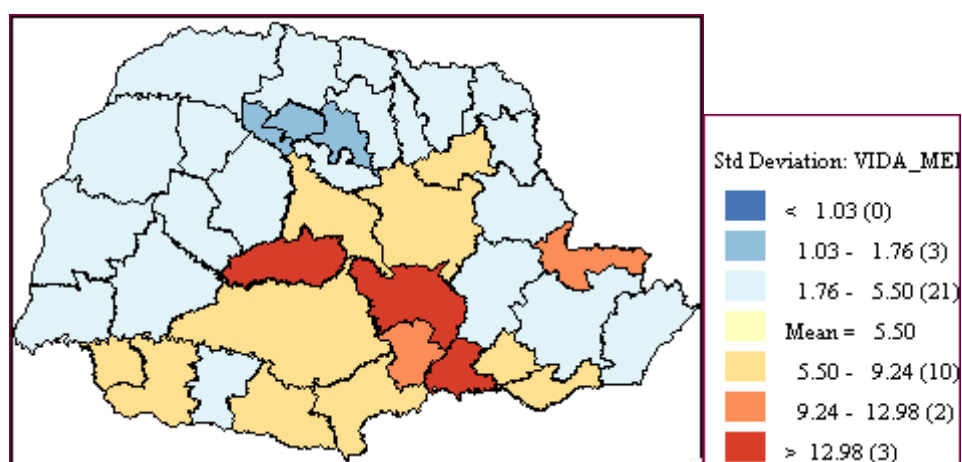
**Figura 39 – Probabilidade de morte antes dos 40 anos, em % da população (Paraná, microrregiões, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 40 – Percentual de adultos analfabetos (Paraná, microrregiões, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



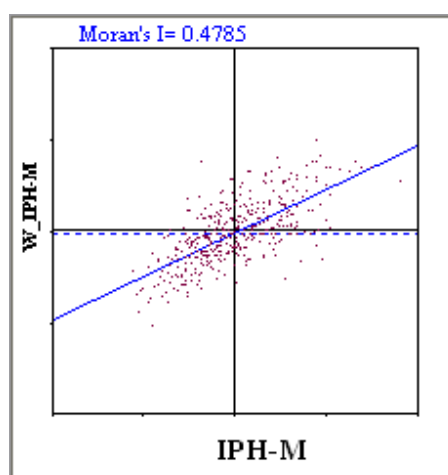
**Figura 41 – Percentual de pessoas abaixo de um padrão mínimo de vida (Paraná, microrregiões, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Testadas as autocorrelações espaciais para o IPH-M, o coeficiente I, de Moran, apresentado na figura 42, abaixo, revela-se não significativo ao nível de 1%, como mostra o gráfico à figura 43, após 19 permutações.

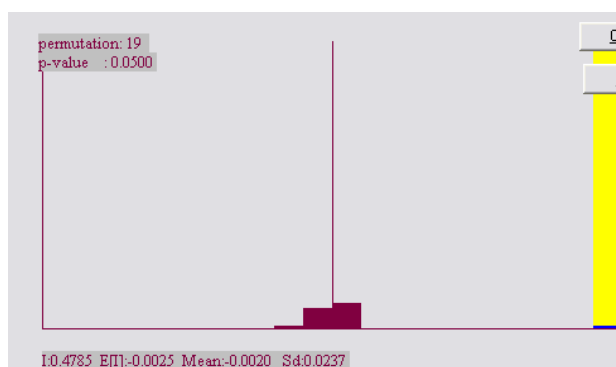
Assim, parece haver dificuldade em se indicar possíveis relações ou processos gerais com relação à pobreza, para todo o estado do Paraná. O pseudo-teste com 999 permutações – mais confiável, portanto – aponta a significância do teste, de modo que aquela dificuldade pode ser aparente.

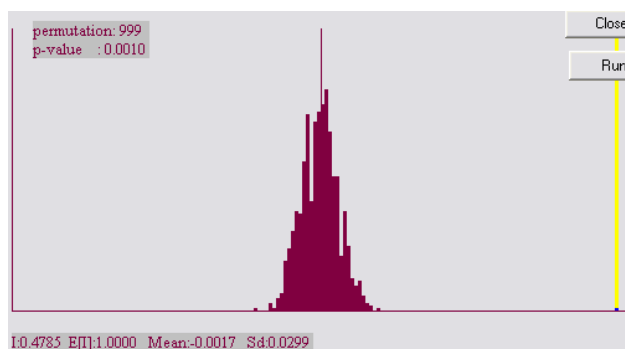
Feito o mapeamento para o coeficiente I de LISA, percebe-se, na figura 44, que podem ser consideradas relações locais de vizinhança com relação à pobreza (*clusters*).



**Figura 42 – Gráfico de dispersão de Moran, para percentuais de domicílios pobres regredido sobre seus valores defasados no espaço (Paraná, municípios 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

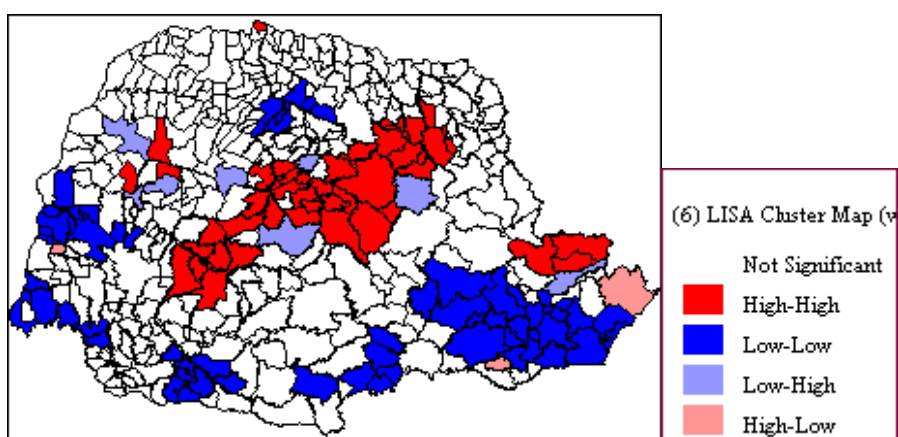




**Figura 43 – Gráfico de permutações aplicadas à estatística I de Moran, com 19 e 999 permutações (Paraná, municípios 2000)**

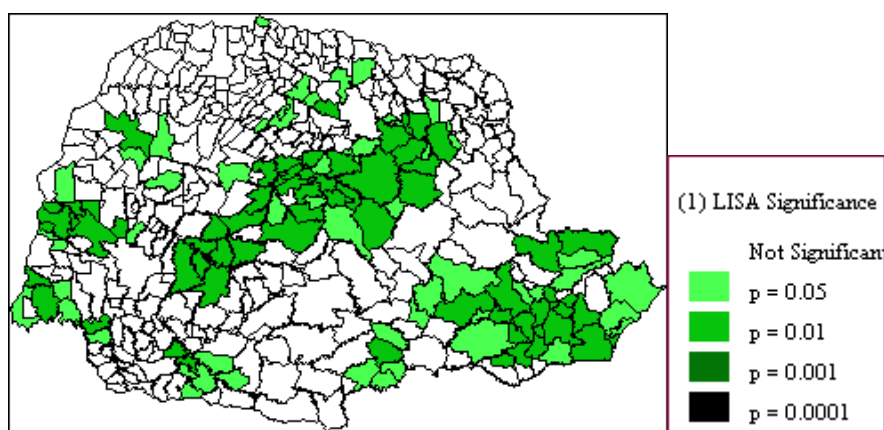
Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Num nível maior de agregação, para as microrregiões, os IPH-Mic se distribuem com uma variação muito alta, como pode ser visto na figura 45. Mais uma vez, a estatística I, de Moran, não permite sugerir relações comuns entre os IPH-Mic para todo o estado, como pode ser visto nas figuras 46 e 47.



**Figura 44 – Clusters e outliers significativos de IPH-M (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 45 – Clusters e outliers significativos de IPH-M, por grau de significância (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

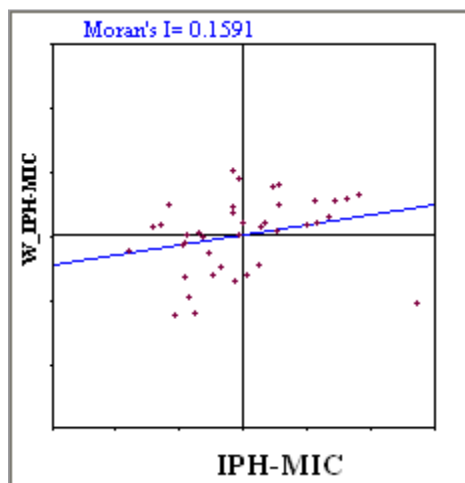


Figura 46 – Gráfico de dispersão de Moran, para percentuais de domicílios pobres regredido sobre seus valores defasados no espaço (Paraná, microrregiões 2000)

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

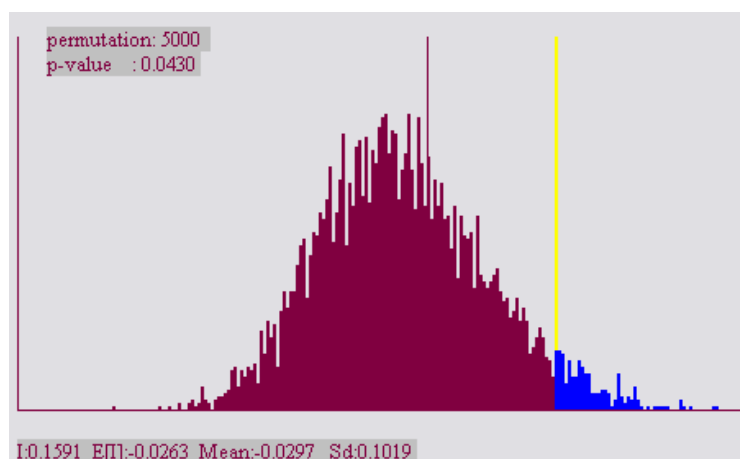
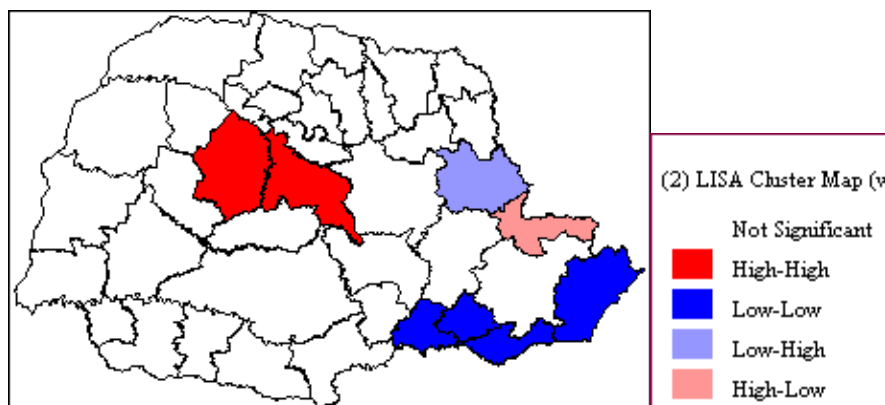


Figura 47 – Gráfico de permutações aplicadas à estatística I de Moran, com 19 e 999 permutações (Paraná, microrregiões 2000)

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

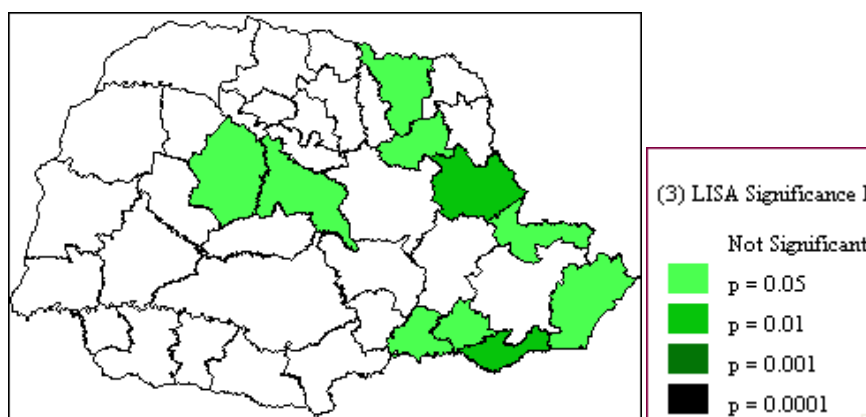
Embora não se observe relações gerais entre os processos de pobreza, quaisquer que sejam eles para o estado do Paraná, tais relações parecem existir nos *clusters*, quando se trata das microrregiões. Assim, pode ser verificado na figura 48, que em termos de altos IPH-Mic, forma-se um *cluster* central, para uma área próxima àquela onde foi identificado um possível *cluster* de microrregiões de maiores IPH-Mic, assim como para os de IPH-Mic mais baixos, a leste do estado. O teste, contudo, é frágil, considerando-se que, conforme a figura 49, a maioria desses *clusters* é feita para os mais baixos níveis de significância.



**Figura 48 – Clusters e outliers significativos de IPH-Mic (Paraná, 2000)**

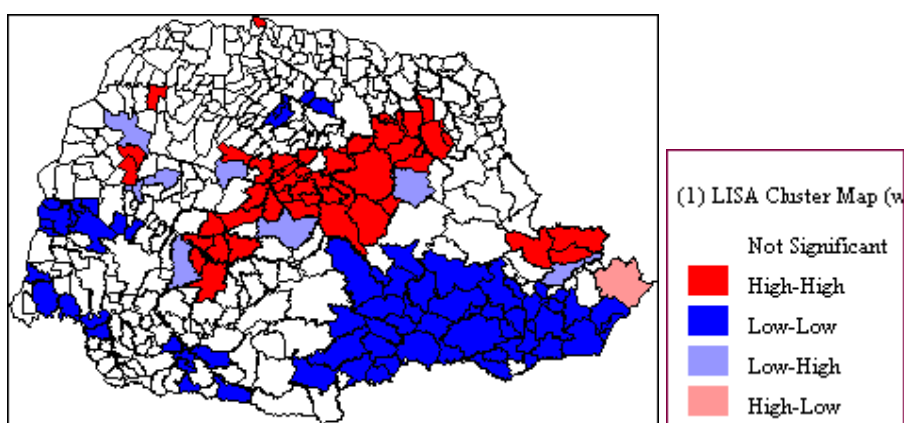
Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

A influência da variável analfabetismo de adultos é representada na semelhança de *clusters* obtidos a partir, apenas, dos dados dessa variável. Como pode ser visto nas figuras 50 e 51, os mapas de *clusters*, respectivamente para municípios e microrregiões, parecem muito com aqueles feitos para, também respectivamente, IPH-M e IPH-Mic.



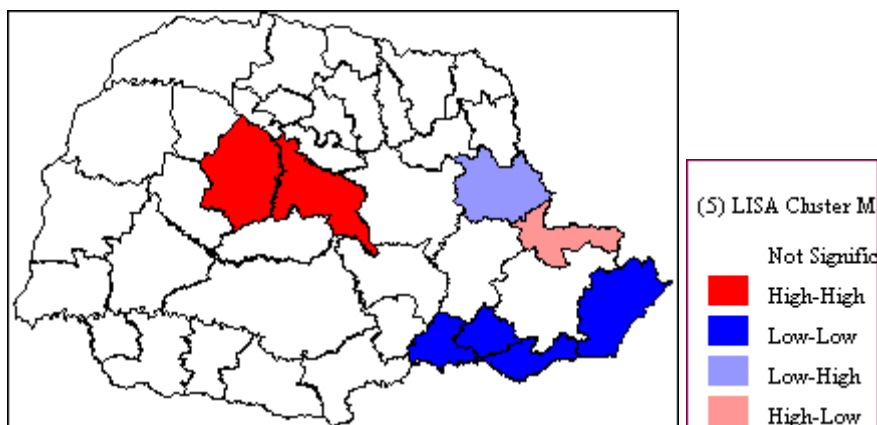
**Figura 49 – Clusters e outliers significativos de IPH-Mic (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 50 – Clusters e outliers significativos de percentual de adultos analfabetos (Paraná, municípios, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 51 – Clusters e outliers significativos de percentual de adultos analfabetos (Paraná, microrregiões, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

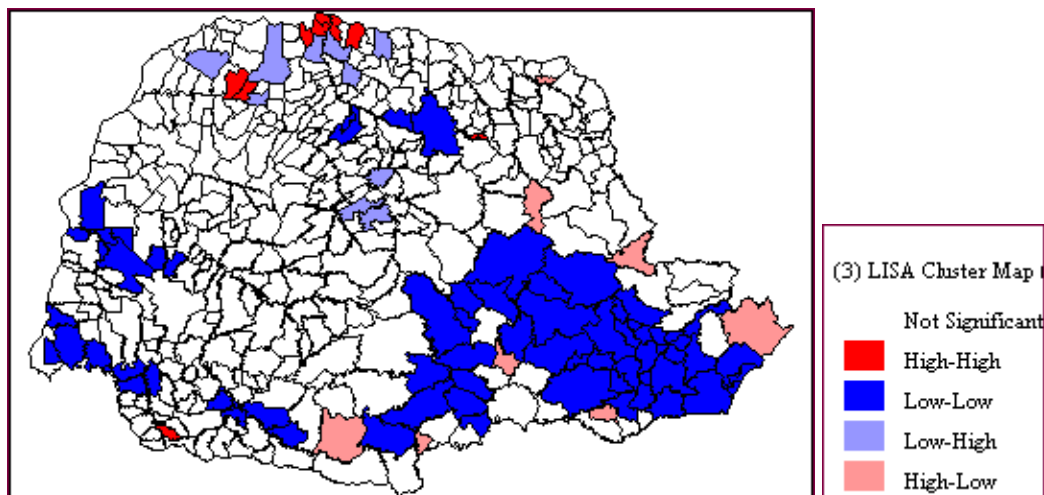
Comparados os mapas para os municípios, com os feitos para os municípios e para as microrregiões, alguns *clusters* de maiores IPH-M, ao centro e a leste foram sugeridos. Esses mapas foram fortemente influenciados pela variável percentual de adultos analfabetos. Feito o teste do I, de Moran, para autocorrelações espaciais globais, não se constatou possibilidade de semelhanças entre os municípios ou as microrregiões para todo o estado do Paraná. O teste de LISA, contudo, demarcou, para um nível alto de significância, áreas de *clusters* que confirmam os mapas iniciais.

Assim, as semelhanças entre os IPH-M e entre os IPH-Mic se reforçam e são encontradas nos municípios vizinhos e de IPH-M mais altos e mais próximos, situados mais ao centro do estado, bem como nos municípios situadas numa área semelhante à da microrregião de Curitiba e maior do que ela, a leste do estado, que apresentam IPH menores.

Visto que os *clusters* sugeridos para os municípios a oeste e sudoeste do estado, assim como aqueles indicados para as proximidades dos municípios de União da Vitória e de Pato Branco envolvem poucos municípios, os quais se distribuem em mais de uma microrregião, é possível que o mapeamento das microrregiões não reflita tais *clusters*. Como estes são sugeridos da visualização do mapa feito para os municípios, não se deve descartar esses *clusters* de municípios.

Suavizados os dados para EB Moran, pode ser visto, na figura 52, que o *cluster* central “desaparece” e se mantêm os demais, pelo menos em parte. Disto se depreende que o *cluster* central do estado pode estar sendo influenciado pelo tamanho das populações.





**Figura 52 – Clusters e outliers significativos de percentual de IPH-M, dados suavizados com EB Moran (Paraná, municípios, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.b

Assim, considerando-se os *clusters*, em termos dos municípios destacados no mapa de teste I, de LISA, não suavizado, serão tratados os quantitativos relacionados aos mesmos.

São 107 os municípios paranaenses considerados nos *clusters* mapeados na figura acima com o teste I de LISA. Desses, 64 estão nos *clusters* de menores IPH-M e 43 nos de maiores.

Dentre os municípios de menores IPH-M, a média de IPH-M é de 8,28, sendo que 46,87% desses municípios apresentam IPH-M inferiores à média. O menor IPH-M, nesse grupo, ocorre para o município de Entre Rios do Oeste e é de 3,29. O maior, por sua vez, é de 13,67, e ocorre para o município de Honório Serpa. O desvio padrão nos *clusters* de municípios de menores IPH-M é de 2,45.

O grupo de municípios com maiores IPH-M apresenta uma média deles de 20,40, estando 35,94% dos municípios abaixo dessa média. O menor IPH-M é de 14,27 e o maior de 30,70 e ocorrem, respectivamente, para os municípios de Guaraniaçu e Tunas do Paraná. O desvio padrão é de 3,71.

Assim, a superioridade do percentual de municípios que estão acima da média no primeiro grupo, juntamente com o menor desvio padrão, ajuda a diferenciar os dois grupos.

### 5.3.2 Mapas da Pobreza Multidimensional para Sergipe

Pode ser visto, na figura 53, um padrão disperso de IPH-M no estado de Sergipe, com contigüidade entre poucos municípios ao sul e a oeste do estado, para os IPH-M maiores e para, também poucos municípios, no espaço semelhante à microrregião de Aracaju, para os menores IPH-M.

O mapa elaborado a partir dos dados das microrregiões realça o que foi dito com relação ao espaço da microrregião de Aracaju; não condiz com o destaque ao sul do estado e acrescenta um possível *cluster* no extremo noroeste do estado.

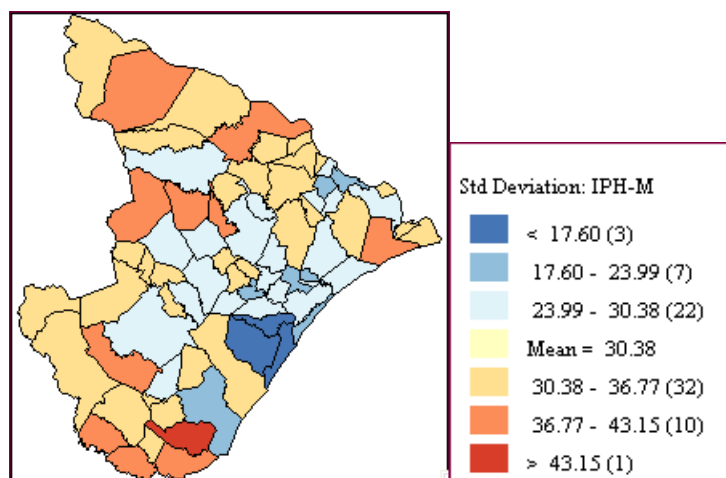
As mesmas considerações tecidas sobre a relação entre o IPH-M e IPH-Mic e a componente percentual de adultos analfabetos, para o estado do Paraná, também é válida para o estado de Sergipe. Neste sentido, não há, para o estado de Sergipe, nenhum município ou microrregião para a qual o percentual de adultos analfabetos seja menor do que as outras variáveis. Sua média para os municípios é de 40,11%, contra uma média de 16,27% da variável probabilidade de morte até 40 anos e 23,57% da variável precariedade no padrão de vida, com contribuições finais ao IPH-M de 50,19%, 20,84% e 28,97%, respectivamente.

A superioridade da participação final da variável percentual de adultos analfabetos pode ser percebida considerando-se que 50,67% dos municípios apresentam valores superiores à média, enquanto 44,00% apresentam valores superiores à média de probabilidade de morte antes dos 40 anos, e 49,33% apresentam valores menores do que a média para a variável precariedade no padrão de vida.

Semelhantemente, para as microrregiões sergipanas, as médias apresentadas pelas componentes do IPH-Mic são 38,02%, 15,78% e 22,17%, para, respectivamente, as variáveis percentual de adultos analfabetos, probabilidade de morte antes de 40 anos e precariedade de padrão de vida. A participação média final dessas variáveis, no IPH-Mic, é de 49,39%, 21,52% e 29,09%, respectivamente, para aquelas mesmas variáveis citadas acima.

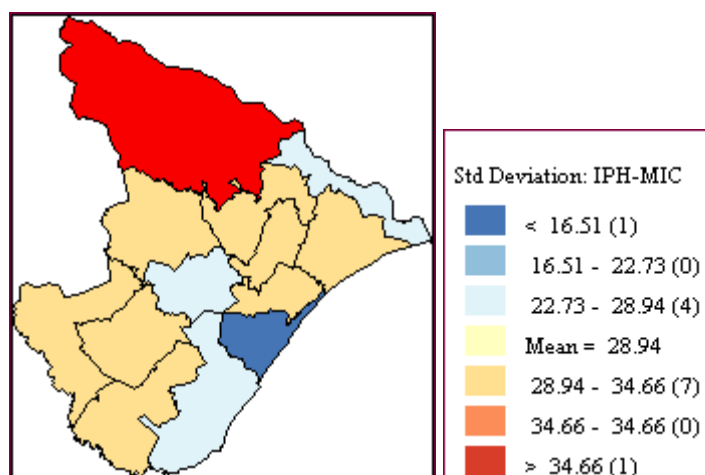
A superioridade da participação da variável percentual de adultos analfabetos poderia ser depreendida do número de microrregiões que apresenta percentuais acima da média não inferior ao das outras. Para 53,85% das microrregiões, o percentual de adultos analfabetos é superior à média dentre elas. Esse percentual é de 38,46%, com relação à variável probabilidade de morte antes dos 40 anos, e de 61,54% para a variável precariedade do padrão

de vida. Para nenhuma microrregião, contudo, o percentual dessa última variável é maior do que o de adultos analfabetos.



**Figura 53 – IPH-M (Sergipe, 2000)**

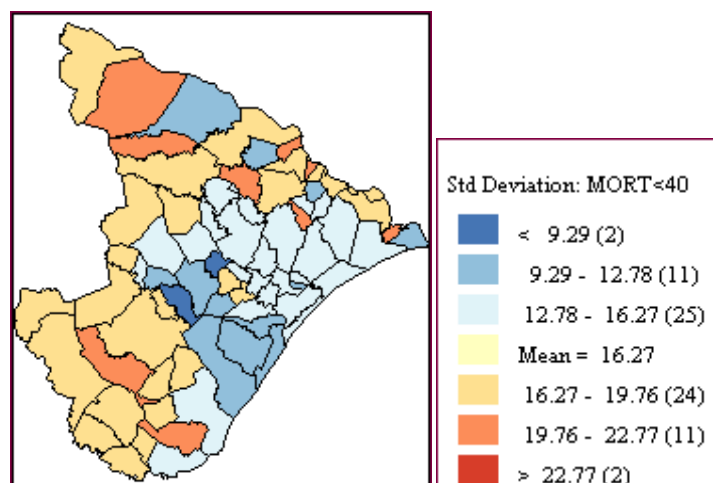
Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 54 – IPH-Mic (Sergipe, 2000)**

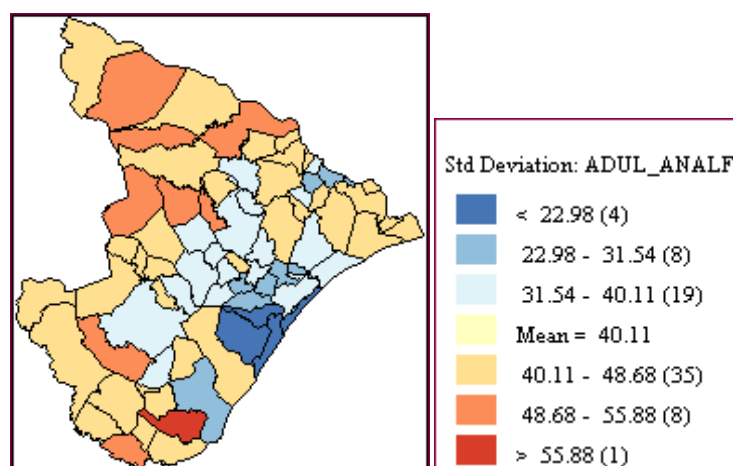
Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

O papel que tem a variável percentual de adultos analfabetos para o mapeamento do IPH-M e do IPH-Mic é notado da comparação da figura 53 com as figuras 55, 56, e 57 e da figura 55 com as figuras 58, 59 e 60. Como pode ser visto dessa comparação, assim como para o estado do Paraná, os maiores percentuais de adultos analfabetos dentre os componentes do IPH, influenciam fortemente o mapeamento do mesmo, seja por município, seja por microrregião. Essa influência, para o estado de Sergipe, parece ser mais dividida com a da variável de precariedade no padrão de vida, para os municípios mais ao sul do estado. A correspondência entre os mapas para as microrregiões, por sua vez, não é estrita, por conta da diferença das microrregiões para a qual se destaca o maior IPH-Mic.



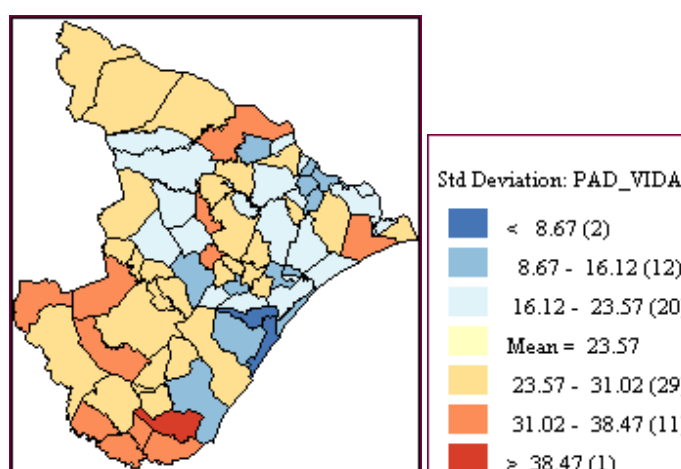
**Figura 55 – Probabilidade de morte antes dos 40 anos, em % da população (Sergipe, municípios, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



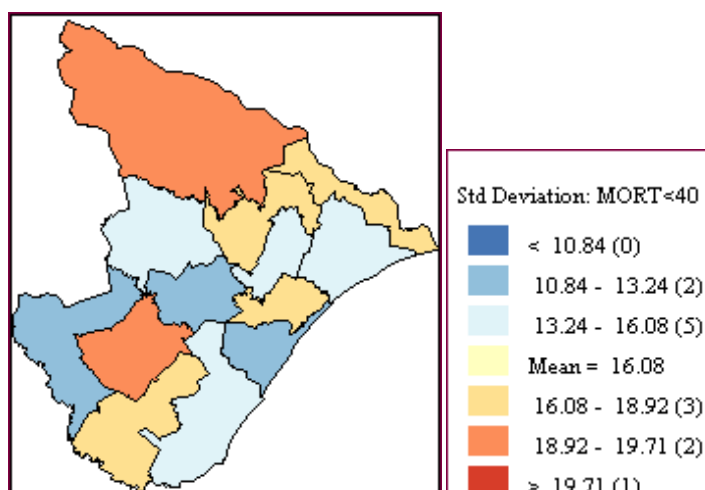
**Figura 56 – Percentual de adultos analfabetos (Sergipe, municípios, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



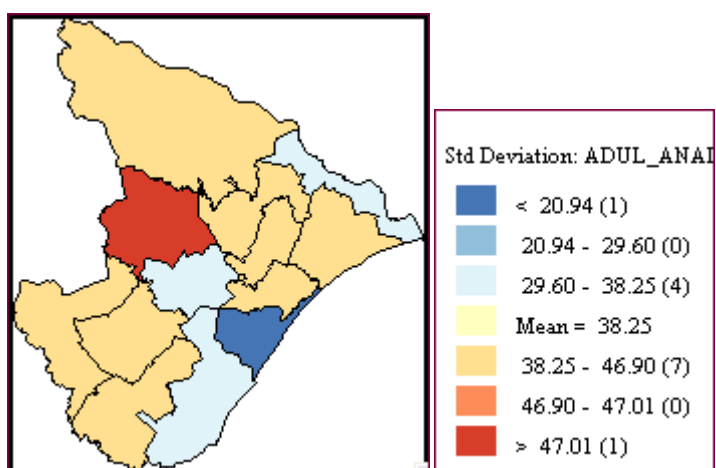
**Figura 57 – Percentual de pessoas abaixo de um padrão mínimo de vida (Sergipe, municípios, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



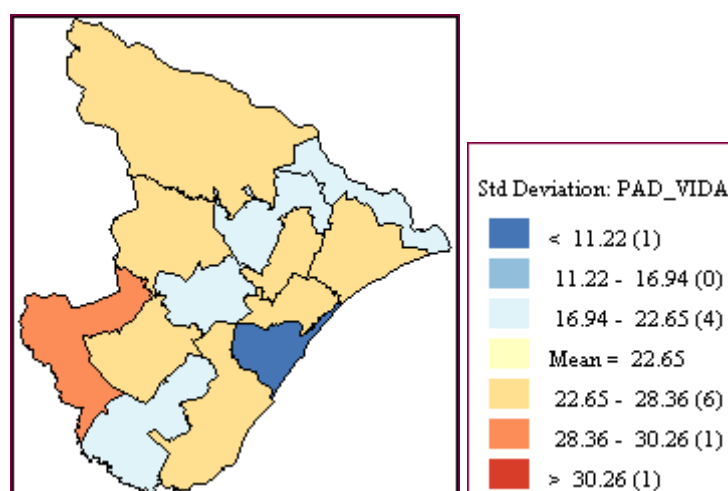
**Figura 58 – Probabilidade de morte antes dos 40 anos, em % da população (Sergipe, microrregiões, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 59 – Percentual de adultos analfabetos (Sergipe, microrregiões, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

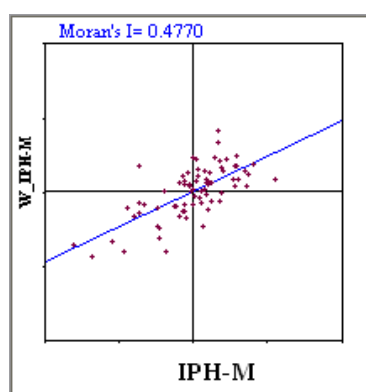


**Figura 60 – Percentual de pessoas abaixo de um padrão mínimo de vida (Sergipe, microrregiões, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

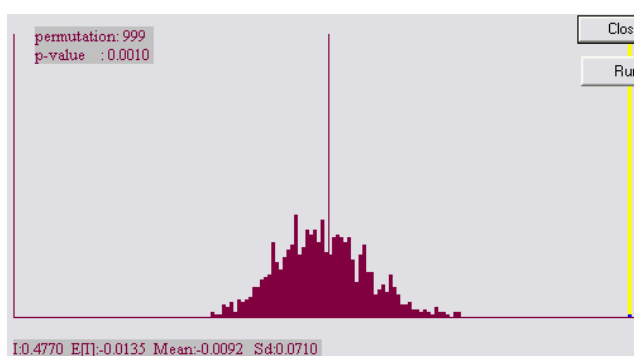
Testado o mapa de IPH-M para autocorrelações com o I, de Moran, para o estado de Sergipe, assim como acontece para com o estado do Paraná, a estatística de Moran é significativa, com 999 permutações, como pode ser visto nas figuras 61 e 62

Fazendo a análise de LISA, para encontrarem-se possíveis *clusters* de municípios com relação ao IPH-M, observa-se, na figura 63, que um *cluster* é sugerido a leste, na área semelhante à da microrregião de Aracaju, e outro nas proximidades das microrregiões de Tobias Barreto e Boquim, que ficam mais ao sul. Tais áreas correspondem àquelas destacadas como de maiores e menores IPH-Mic, à figura 67, confirmando os grupos de municípios nelas como possíveis *clusters*.



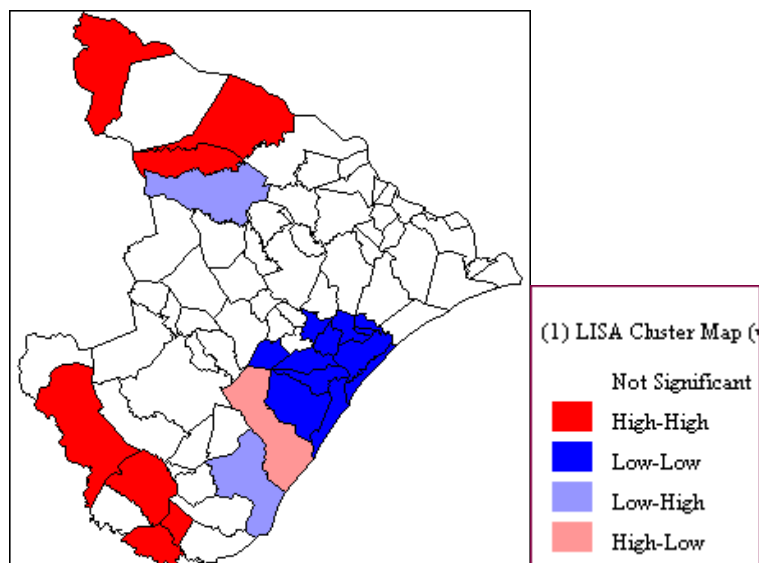
**Figura 61 – Gráfico de dispersão de Moran, para percentuais de domicílios pobres regredido sobre seus valores defasados no espaço (Sergipe, municípios 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

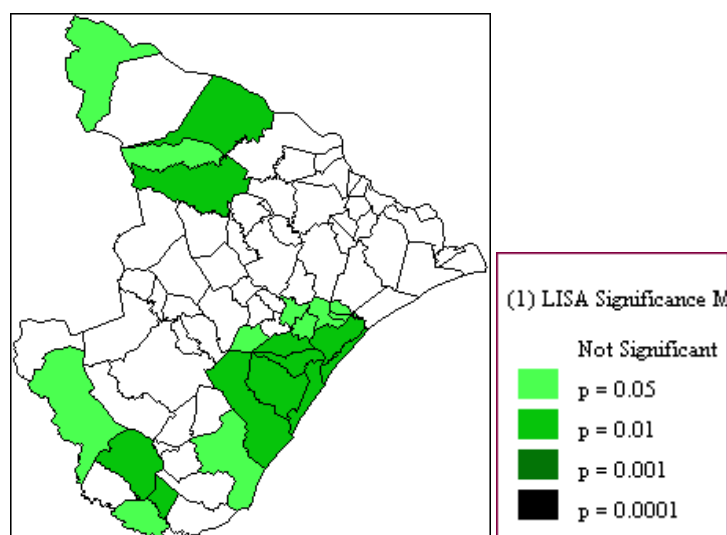


**Figura 62 – Gráfico de permutações aplicadas à estatística I de Moran (Sergipe, municípios 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

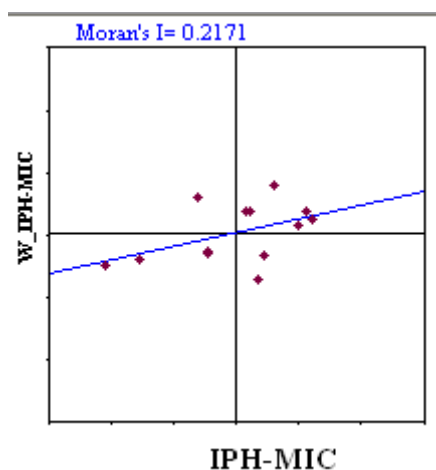


**Figura 63 – Clusters e outliers significativos de pobreza (Sergipe, municípios 2000)**  
 Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



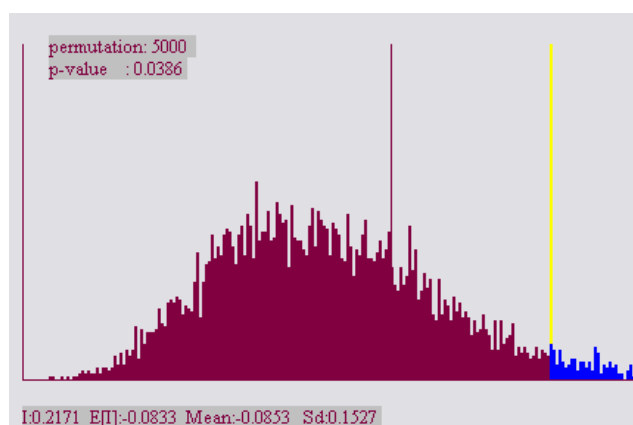
**Figura 64 – Clusters e outliers significativos de pobreza por grau de significância (Sergipe, municípios 2000)**  
 Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

Consideradas as microrregiões sergipanas, com seus respectivos IPH-Mic, a visualização de processos comuns para todo o estado é também difícil. Nesse caso, mesmo excluindo a microrregião de Aracaju como *outlier*, a estatística de Moran é muito baixa e só é um pouco significativa depois de 5000 permutações, o que indica que não é um problema de número de observações, como pode ser visto nas figuras 65 e 66, abaixo.



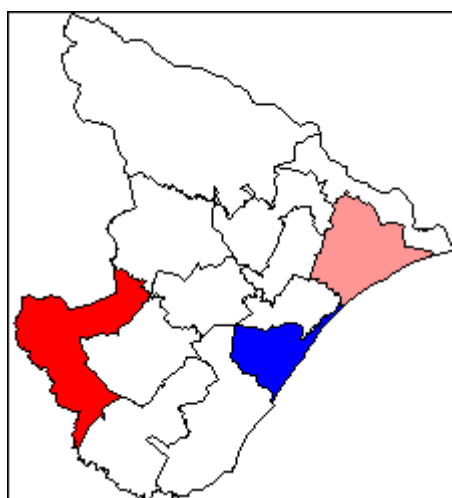
**Figura 65 – Gráfico de dispersão, de Moran, para percentuais de domicílios pobres regredido sobre seus valores defasados no espaço (Sergipe, microrregiões 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 66 – Gráfico de permutações aplicadas à estatística I de Moran (Sergipe, microrregiões 2000)**

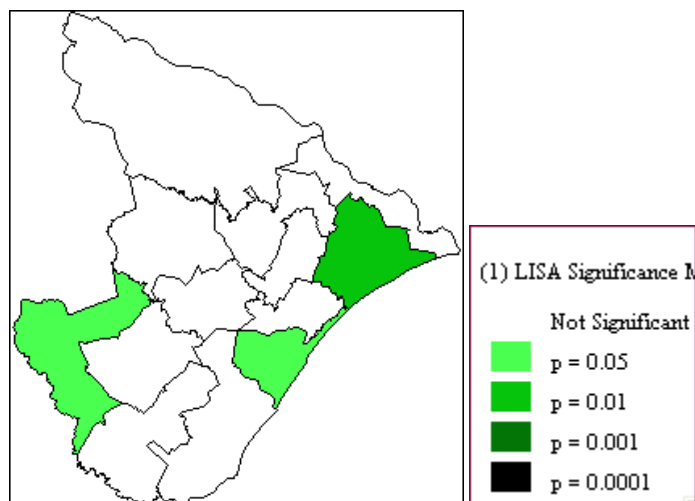
Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 67 – Clusters e outliers significativos de pobreza (Sergipe, microrregiões 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.





**Figura 68 – Clusters e outliers significativos de IPH-Mic (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

O mapa para os municípios sergipanos não permite identificarem-se *clusters* de maiores IPH-M com clareza. Permite, apenas, identificar um grupo de municípios de menores IPH-M, que ocupam um espaço semelhante ao da microrregião de Aracaju. Isto é reforçado com o destaque de menor IPH-Mic para a microrregião de Aracaju, com relação às demais.

Reforçando aquilo que foi dito em relação aos municípios de maiores IPH-M, o mapa feito para as microrregiões sergipanas também demarca, para a microrregião de Boquim, a presença de altos IPH-Mic, o que não encontra correspondência nos demais municípios.

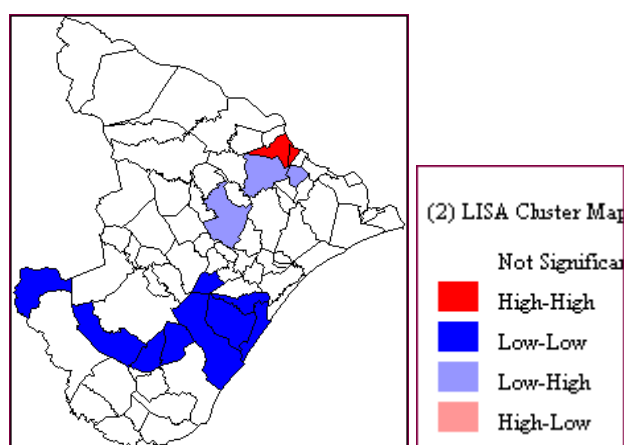
Os testes também indicaram a dificuldade de se identificar *clusters* de proximidade geográfica, com relação ao IPH-Mic; com possíveis *clusters* realçados apenas para os municípios mapeados como de menores IPH-Mic, que também corresponde ao *cluster* semelhante ao da área da Grande Aracaju.

O número de municípios do grupo de menores IPH-M, destacado no mapa do teste I, de LISA, é 12. Seis deles apresentam IPH-M menores do que a média do *cluster*, que é de 21,33. O menor deles ocorre para o município de Aracaju (9,82) e o maior para o município de Areia Branca (29,35), com desvio padrão de 5,99.

O grupo de maiores IPH-M, detectado em *clusters* no teste I, de LISA, é composto por apenas seis municípios, quatro dos quais apresentam IPH-M menores do que a média de 34,93, muito influenciada pelo IPH-M apresentado pelo município de Cristinápolis (37,92). Esse pequeno grupo tem IPH-M muito próximos, sendo o menor deles de 31,06 e ocorre para o município de Tobias Barreto; o maior, como foi dito, refere-se ao município de Cristinápolis, com desvio padrão de 2,25.

Apesar de o grupo formado por municípios de menores IPH-M ser um só *cluster*, contíguo e semelhante no espaço à área da microrregião de Aracaju; o grupo de maiores IPH-M é formado por *clusters* não claramente identificados e distantes geograficamente um do outro, os IPH-M mais próximos nesse grupo podem indicar maior semelhança entre os municípios, ou uma desproporcionalidade entre Aracaju e os demais municípios do primeiro grupo.

Suavizados os dados com EB Moran, percebe-se que os *clusters* de maiores IPH-M não aparecem e o *cluster* em torno de Aracaju é reforçado. Isto pode ser entendido como uma ênfase, tanto na fragilidade do *cluster* de maiores IPH-M, quanto da existência daquele de menores IPH-M, agora “retirada” a influência do tamanho das populações.



**Figura 69 – Clusters e outliers significativos de pobreza – Dados suavizados com EB Moran (Sergipe, municípios 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos micro dados do Censo 2000/IBGE.

## 6 CARACTERIZAÇÃO DOS *CLUSTERS* DE POBREZA

### 6.1 APRESENTAÇÃO

Como visto no capítulo 4, as características obtidas diretamente dos quantitativos obtidos a partir de diferentes indicadores de pobreza, não permitem diferenciar as regiões. Da mesma forma, dentro dessas regiões, as áreas pobres das não-pobres também não se distinguem daquela forma. As características modais, bem como os percentuais com que elas acontecem são sempre muito semelhantes para diferentes estratos geográficos, seja em termos dos estados comparados – agregadas as informações desde seus domicílios ou municípios – seja em termos de microrregiões dentro de cada estado.

O uso daqueles mesmos indicadores, desta feita análise dos dados precedida pelo uso dos mapas de *clusters* estatisticamente relevantes levantados no capítulo anterior, aumenta, como revelado no presente capítulo, a capacidade de distinguirem-se, objetivamente, as regiões onde mais se concentram os percentuais próximos de domicílios pobres e os IPH também mais próximos, bem como, em cada uma, suas áreas pobres das não-pobres. Dessa maneira, também permite identificar com maior clareza, além da distância quantitativa e de patamar de pobreza, o que difere a pobreza dos dois estados que são objeto de estudo.

Enquanto manifestação de processos sociais no espaço onde ocorrem, porém, a configuração da pobreza, para ser entendida, requer a discussão de tais processos. Diante disto, são identificados, na continuação do trabalho, traços que relacionam a pobreza ao seu processo sócio-econômico conformador. Nesse sentido, longe de se dizer que os processos econômicos são únicos ou determinantes dos processos sociais, a abordagem econômica é tomada como instrumento para levantar-se possíveis evidências daqueles processos sociais. Trata-se, aqui, portanto, de um exercício de introdução aos problemas que redundam na distribuição da pobreza no espaço de cada estado, por aproximação restrita pela ótica da Economia. A abordagem da pobreza sob esse foco é feita tentando-se verificar relações possíveis entre a divisão social do trabalho e a distribuição da pobreza nos espaços dos estados considerados. Para tanto, adota-se como referência as explicações e contribuições disponíveis sobre a conformação da divisão social atual do trabalho em cada estado, de modo a reunirem-se elementos mínimos que se prestam ao entendimento do mapeamento e caracterização dos adensamentos espaciais de percentuais de domicílios pobres por entre os

municípios. Assim o trabalho se encerra, mais adiante, não só como tentativa de descrever a aparência da pobreza nos estados do Paraná e Sergipe, mas também de sugerir uma possível lógica na sua distribuição nesses espaços.

Isto é feito em cinco seções.

Na segunda seção, caracterizam-se os domicílios dos *clusters* de municípios de maiores percentuais de domicílios pobres, suavizados por EB Moran da população.

Tratamento semelhante é apresentado na seção seguinte, desta feita para as pessoas.

A quarta seção contém a caracterização tanto de domicílios quanto de pessoas pobres, pelo critério do IPH-M.

Na quinta seção são apresentados elementos teóricos que justificam a distribuição espacial da pobreza, como discutida até então.

## 6.2 CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS DOS *CLUSTERS* IDENTIFICADOS NO CAPÍTULO 5 A PARTIR DO INDICADOR RENDA (LINHA DE POBREZA)

Na figura 71, foram apresentados os *clusters* significativos de pobreza, com dados suavizados por EB Moran, para o estado do Paraná. Nela estão destacados como de maiores percentuais de pobreza os *clusters* ao centro e a noroeste do estado, bem como a norte da Região Metropolitana de Curitiba, com, respectivamente, 33,6%, 23,8% e 51,0% de domicílios pobres. O primeiro e o último desses *clusters*, como será visto a seguir, apresentam características modais diferentes daquelas apresentadas pelas microrregiões e pelo próprio estado. Também se diferenciam destes porque o percentual de parte de suas características ultrapassa os limites de mínimo ou de máximo das faixas modais das microrregiões e de todo o estado. Além disso, esses *clusters* também se diferenciam entre si, em termos dessas características majoritárias ou modais, bem como dos percentuais com que se apresentam as características que lhes são comuns.

Pode ser visto na tabela 48 os *clusters* ao centro do estado e a norte da RMC se distinguem das microrregiões e do próprio estado por apresentarem característica modal de situação rural de seus domicílios. Característica essa que é reforçada pela exclusão dos aglomerados rurais na situação do setor censitário. Ao norte da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), 58,4% dos domicílios não pobres e 80,2% dos domicílios pobres apresentam

aquela primeira característica, enquanto para o *cluster* ao centro do estado elas se apresentam em, respectivamente, 62,4% e 74,5%. A característica prevalecente de domicílios rurais isolados para os setores censitários acontece em 55,5% dos domicílios não pobres e 76,1% dos domicílios pobres, no *cluster* ao norte da RMC e 62,4% e 74,5%, respectivamente, no *cluster* ao centro do estado.

Esses dois *clusters* em muito se assemelham em se tratando de dotação de bens e utensílios, pois apresentam as mesmas características modais, bem como os percentuais com que as mesmas acontecem são muito próximos. Ambos os *clusters* se diferenciam das microrregiões e de todo o estado por terem menor quantidade dos bens.

Também se nota para ambos os *clusters* tratados, maior ausência de bens e serviços públicos. As características modais que indicam essa ausência acontecem em maior no *cluster* central e são “falta de iluminação pública”, “queima do lixo” e “abastecimento d’água através de poço ou nascente na propriedade”. A pobreza nesse *cluster* também se diferencia da apresentada no *cluster* ao norte da RMC, por apresentarem seus domicílios uma maior densidade de moradores por domicílio, como pode ser depreendido da combinação de um número maior de moradores com a característica de mesmo número de cômodos.

Tabela 47 – Domicílios pobres e não-pobres dos *clusters* de maiores percentuais de pobreza ao centro do estado do Paraná e a norte da região metropolitana de Curitiba, por características, seus quantitativos e percentuais (2000).

Grupos e unidades de variáveis	Localização do <i>cluster</i>			
	Centro		NRMC	
	Característica modal do domicílio não-pobre	Característica modal do domicílio pobre	Característica modal do domicílio não-pobre	Característica modal do domicílio pobre
<b>Condições de habitação</b>				
Situação do domicílio	Rural Rural – exclusive	Rural Rural – exclusive	Rural Rural – exclusive	Rural Rural – exclusive
Situação do setor	os aglomerados rurais	os aglomerados rurais	os aglomerados rurais	os aglomerados rurais
Tipo do domicílio	Casa	Casa	Casa	Casa
Total de cômodos	5	4	5	4
Condição do domicílio	Próprio, já pago	Próprio, já pago	Próprio, já pago	Próprio, já pago
Condição do terreno	Próprio	Próprio	Próprio	Próprio
Total de moradores	3,5	5,1	2,9	4,4
Total de homens	1	2	1	1
Total de mulheres	1	2	1	1
Total de cômodos como dormitório	2	2	1	2
Total de banheiros	1	0	1	1
<b>Dotação de bens e utensílios</b>				
Existência de rádio	Sim	Sim	Sim	Sim
Existência de geladeira ou freezer	Sim	Não	Sim	Não
Existência de vídeo cassete	Não	Não	Não	Não
Existência de máquina de lavar roupas	Não	Não	Não	Não
Existência de forno de microondas	Não	Não	Não	Não
Existência de microcomputador	Não	Não	Não	Não

Continuação da tabela 47

Grupos e unidades de variáveis	Localização do <i>cluster</i>			
	Centro		NRMCM	
	Característica modal do domicílio não-pobre	Característica modal do domicílio pobre	Característica modal do domicílio não-pobre	Característica modal do domicílio pobre
Quantidade de televisores	1	0	1	0
Quantidade de automóveis	0	0	0	0
<b>Presença de bens e serviços semi-públicos</b>				
Forma de abastecimento d'água	Poço ou nascente (na propriedade)	Poço ou nascente (na propriedade)	Rede geral	Poço ou nascente (na propriedade)
Tipo de canalização	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo
Tipo de escoadouro	Fossa rudimentar	Fossa rudimentar	Fossa séptica	Fossa rudimentar
Coleta de lixo	Queimado	Queimado	serviço de limpeza	Queimado
Iluminação elétrica	Sim	Sim	Sim	Sim
Existência de linha telefônica	Não	Não	Não	Não
Existência de identificação	Não	Não	Não	Não
Existência de iluminação pública	Não	Não	Sim	Não
Existência de calçamento/pavimentação	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

O *cluster* também de maiores percentuais de pobreza a noroeste do estado não se diferencia de outras regiões apresentadas no capítulo 4, a não ser para a característica fossa rudimentar como tipo predominante de escoadouro dos domicílios não-pobres (90,5%), bem como pelas características “6 cômodos”, “existência de identificação nos logradouros” e “existência de calçamento”, que acontecem em, respectivamente, 35,3%, 59,9% e 52,9% dos domicílios pobres, como pode ser visto na tabela 47. O acompanhamento das características desse *cluster* com relação ao estado é reforçado na proximidade com que as características comuns acontecem.

Tabela 48 – Domicílios pobres e não-pobres do *cluster* de maior percentual de pobreza a noroeste do estado do Paraná, por características, seus quantitativos e percentuais (2000).

Grupos e unidades de variáveis	Moda NP	Moda Pob	Não-pobres	Pobres	%NP	%Pob
<b>Condições de habitação</b>						
Situação do domicílio	Urbano	Urbano	1432	454	78,4%	79,8%
	Área urbanizada de cidade	Área urbanizada de cidade				
Situação do setor	ou vila	ou vila	1432	454	78,4%	79,8%
Tipo do domicílio	Casa	Casa	1798	562	98,5%	98,8%
Total de cômodos	5	6	519	201	28,4%	35,3%
Condição do domicílio	Próprio, já pago	Próprio, já pago	1137	345	62,3%	60,6%
Condição do terreno	Próprio	Próprio	1185	329	64,9%	57,8%
Total de moradores						
Total de homens	1	2	736	197	40,3%	34,6%
Total de mulheres	1	2	723	215	39,6%	37,8%
Total de cômodos como dormitório	2	2	795	271	43,5%	47,6%
Total de banheiros	1	1	1437	497	78,7%	87,3%
<b>Dotação de bens e utensílios</b>						
Existência de rádio	Sim	Sim	1615	445	88,4%	78,2%
Existência de geladeira ou freezer	Sim	Sim	1612	417	88,3%	73,3%
Existência de vídeo cassete	Não	Não	1534	534	84,0%	93,8%
Existência de máquina de lavar roupas	Não	Não	1499	500	82,1%	87,9%

Continuação da tabela 48

Grupos e unidades de variáveis	Moda NP	Moda Pob	Não-pobres	Pobres	%NP	%Pob
Existência de forno de microondas	Não	Não	1652	556	90,5%	97,7%
Existência de microcomputador	Não	Não	1760	564	96,4%	99,1%
Quantidade de televisores	1	1	1350	415	73,9%	72,9%
Quantidade de automóveis	0	0	1285	445	70,4%	78,2%
<b>Presença de bens e serviços semi-públicos</b>						
Forma de abastecimento d'água	Rede geral	Rede geral	1457	450	79,8%	79,1%
	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo				
Tipo de canalização			1744	512	95,5%	90,0%
Tipo de escoadouro	Fossa rudimentar	Fossa rudimentar	1653	529	90,5%	93,0%
	Coletado por serviço de limpeza	Coletado por serviço de limpeza				
Coleta de lixo			1413	443	77,4%	77,9%
Iluminação elétrica	Sim	Sim	1762	521	96,5%	91,6%
Existência de linha telefônica	Não	Não	1537	546	84,2%	96,0%
Existência de identificação	Sim	Sim	1061	341	58,1%	59,9%
Existência de iluminação pública	Sim	Sim	1438	459	78,8%	80,7%
Existência de calçamento/pavimentação	Total	Total	1051	301	57,6%	52,9%

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

Semelhantemente ao que acontece para o *cluster* suavizado de maior percentual de pobreza a noroeste do estado do Paraná, para o estado de Sergipe, o *cluster* suavizado do efeito da população, formado pelos municípios de Amparo de São Francisco, Canhoba e Cedro de São Francisco e que aparece na figura 19, apresenta, praticamente, as mesmas características modais das microrregiões e de todo o estado, tanto para os domicílios não-pobres, quanto para os domicílios pobres. As únicas exceções são as características de “5 cômodos” e de “fossa rudimentar”, prevalentes nos domicílios não-pobres desse *cluster*, como pode ser visto na tabela abaixo.

Os percentuais de domicílios que seguem essas características modais nesse *cluster*, também semelhantemente ao caso paranaense, se aproximam daqueles apresentados para as microrregiões e para todo o estado.

Tabela 49 – Domicílios pobres e não-pobres do *cluster* significativo de maior percentual de pobreza, por características, seus quantitativos e percentuais (Sergipe, 2000).

Grupos e unidades de variáveis	Moda domicílios não-pobres	Moda domicílios pobres	TotNP	TotPob	%NP	%Pob
<b>Condições de habitação</b>						
Situação do domicílio	Urbano	Urbano	939	968	65,6%	67,3%
	Área urbanizada de cidade ou vila	Área urbanizada de cidade ou vila				
Situação do setor			939	968	65,6%	67,3%
Tipo do domicílio	Casa	Casa	1428	1410	99,8%	98,0%
Total de cômodos	5	5	401	482	28,0%	33,5%
Condição do domicílio	Próprio, já pago	Próprio, já pago	1169	1138	81,7%	79,1%
Condição do terreno	Próprio	Próprio	1169	1122	81,7%	78,0%
Total de moradores	3,4	4,9				
Total de homens	1	2	608	499	42,5%	34,7%
Total de mulheres	1	2	600	481	41,9%	33,4%
Total de cômodos como dormitório	2	2	756	857	52,8%	59,6%

Continuação da tabela 49

Grupos e unidades de variáveis	Moda domicílios não-pobres	Moda domicílios pobres	TotNP	TotPob	%NP	%Pob
Total de banheiros	1	1	1000	1004	69,9%	69,8%
<b>Dotação de bens e utensílios</b>						
Existência de rádio	Sim	Sim	1160	1120	81,1%	77,8%
Existência de geladeira ou freezer	Sim	Sim	1069	805	74,7%	55,9%
Existência de vídeo cassete	Não	Não	1219	1356	85,2%	94,2%
Existência de máquina de lavar roupas	Não	Não	1327	1389	92,7%	96,5%
Existência de forno de microondas	Não	Não	1384	1405	96,7%	97,6%
Existência de microcomputador	Não	Não	1417	1421	99,0%	98,8%
Quantidade de televisores	1	1	897	911	62,7%	63,3%
Quantidade de automóveis	0	0	1225	1360	85,6%	94,5%
<b>Presença de bens e serviços semi-públicos</b>						
Forma de abastecimento d'água	Rede geral	Rede geral	1240	1108	86,6%	77,0%
Tipo de canalização	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo	1121	971	78,3%	67,5%
Tipo de escoadouro	Fossa rudimentar	Fossa rudimentar	843	838	58,9%	58,2%
Coleta de lixo	Coletado por serviço de limpeza	Coletado por serviço de limpeza	882	739	61,6%	51,4%
Iluminação elétrica	Sim	Sim	1336	1291	93,4%	89,7%
Existência de linha telefônica	Não	Não	1366	1404	95,5%	97,6%
Existência de identificação pública	Não	Não	829	933	57,9%	64,8%
Existência de iluminação pública	Sim	Sim	1315	1313	91,9%	91,2%
Existência de calçamento/pavimentação	Total	Total	963	901	67,3%	62,6%

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

### 6.3 CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS DOS *CLUSTERS* IDENTIFICADOS NO CAPÍTULO 5 A PARTIR DO INDICADOR RENDA (LINHA DE POBREZA).

Foi visto anteriormente que na grande maioria de domicílios de ambos os estados apenas uma pessoa é responsável por mais da metade da renda de um domicílio. Também foi visto que essa pessoa, em quase todos os casos, é o responsável pelo domicílio e quando não o é, geralmente o responsável se encontra desempregado, embora procurando emprego.

Como pode ser calculado da tabela 50, para todo o estado do Paraná, há entre os domicílios não-pobres um maior percentual de responsáveis pelo domicílio, dentre as pessoas de mesmo sexo. O percentual desses que detêm pelo menos 50% da renda domiciliar também é maior nos domicílios não pobres. A parcela desses responsáveis que têm trabalho remunerado também é maior dentre os domicílios não pobres. Nesses domicílios, por fim, um percentual bem menor daqueles responsáveis está ocupado como ajudante na construção civil ou na avicultura, monocultor horti-fruti-grangeiro por conta-própria e empregador, ou não, vendedor ambulante, frentista, lixeiro ou empregado doméstico. Ocupações essas que, como apresentado no capítulo 4, mais identificam pessoas pobres do que não-pobres.



Também conforme a tabela citada, o que mais diferencia as pessoas dos *clusters* de maiores percentuais de pobreza no Paraná, das características apresentadas para o conjunto do estado, é o patamar com que as participações tratadas no parágrafo anterior ocorrem. Em função desse patamar são obtidas informações que dão especificidade a esses *clusters*.

Dentre os três *clusters* de maiores percentuais de pobreza, o *cluster* mais a noroeste do estado do Paraná é aquele que apresenta o menor percentual de domicílios pobres (23,8%).

Os domicílios pobres desse *cluster* se destacam por apresentarem o menor percentual, dentre os três *clusters* tratados, de homens com trabalho remunerado, que são responsáveis pelo domicílio e que detêm mais da metade da renda domiciliar. A maior participação nesse *cluster*, relativamente aos domicílios pobres dos três *clusters* de maior pobreza, de pessoas não responsáveis pelo domicílio que detêm pelo menos metade da renda dos domicílios, indica que nos domicílios pobres desse *cluster* se conta mais com a renda dessas pessoas. Renda esta que é oriunda, basicamente, do trabalho remunerado.

Nos domicílios não-pobres do *cluster* a noroeste do Paraná, por sua vez, parece contribuir significativamente a renda dos responsáveis que detêm pelo menos a metade da renda de seus domicílios. Isto porque é nos domicílios não-pobres deste *cluster* que a média dessa renda é mais alta.

Tabela 50 – Quantitativos de pessoas pobres e não-pobres, por sexo, relação com o responsável pelo domicílio, condições de trabalho, ocupação e remuneração (Estado e *clusters* de maiores percentuais de pobreza – Paraná, 2000).

Discriminação	Quantitativos de pessoas em domicílios pobres		Quantitativos de pessoas em domicílios não-pobres		Percentuais de pessoas em domicílios pobres		Percentuais de pessoas em domicílios não-pobres	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>Todo estado</b>	924361	938548	3812719	3889015	49,6%	50,4%	49,5%	50,5%
Responsáveis pelo domicílio	327895	84544	1781660	488342	35,5%	9,0%	46,7%	12,6%
com pelo menos 50% da renda domiciliar	280989	65529	1386429	328359	30,4%	7,0%	36,4%	8,4%
com trabalho remunerado	204067	30318	1200704	177543	72,6%	46,3%	86,6%	54,1%
ocupados como *	100062	18864	334289	49362	49,0%	62,2%	27,8%	27,8%
Não responsáveis pelo domicílio, que detêm mais de 50% da renda domiciliar.	59034	108846	150769	263298	6,4%	11,6%	4,0%	6,8%
<b>Cluster a noroeste do estado</b>	1227	1291	3105	3064	48,7%	51,3%	50,3%	49,7%
Responsáveis pelo domicílio	442	127	1477	349	36,0%	9,8%	47,6%	11,4%
com pelo menos 50% da renda domiciliar	396	90	1124	223	32,3%	7,0%	36,2%	7,3%
com trabalho remunerado	224	30	949	79	56,6%	33,3%	84,4%	35,4%
ocupados como *	150	15	427	17	67,0%	50,0%	45,0%	21,5%
Não responsáveis pelo domicílio, que detêm mais de 50% da renda domiciliar.	160	231	145	258	13,0%	17,9%	4,7%	8,4%
<b>Cluster central</b>	9790	9735	23855	22839	50,1%	49,9%	51,8%	48,2%
Responsáveis pelo domicílio	3493	365	14065	13104	35,7%	3,7%	45,7%	8,5%
com pelo menos 50% da renda domiciliar	3070	286	6434	1109	31,4%	2,9%	34,6%	6,6%
com trabalho remunerado	2221	104	4864	862	72,4%	36,3%	88,4%	49,6%
ocupados como *	1592	91	4297	427	71,7%	87,5%	51,0%	41,5%
Não responsáveis pelo domicílio, que detêm mais de 50% da renda domiciliar.	705	1402	341	1160	7,2%	14,4%	2,4%	8,9%

Continuação da tabela 50

Discriminação	Quantitativos de pessoas em domicílios pobres		Quantitativos de pessoas em domicílios não-pobres		Percentuais de pessoas em domicílios pobres		Percentuais de pessoas em domicílios não-pobres	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>Cluster a norte da RMC</b>	11448	10555	7332	6709	52,0%	48,0%	52,2%	47,8%
Responsáveis pelo domicílio	4307	632	3821	871	37,6%	6,0%	52,1%	13,0%
com pelo menos 50% da renda domiciliar	3771	502	2961	664	32,9%	4,8%	40,4%	9,9%
com trabalho remunerado	2533	130	2154	169	67,2%	25,9%	72,8%	25,5%
ocupados como *	1424	81	844	81	56,2%	62,3%	39,2%	47,9%
Não responsáveis pelo domicílio, que detêm mais de 50% da renda domiciliar.	2756	15	267	604	6,1%	12,2%	3,6%	9,0%

\* ajudante na construção civil ou na avicultura; monocultor horti-fruti-granjeiro por conta-própria e empregador, ou não; vendedor ambulante, frentista, lixeiro ou empregado doméstico.

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

Tabela 51 Composição da renda de pessoas que concentram pelo menos metade da renda domiciliar. *Clusters* de maiores percentuais de pobreza (Paraná e Sergipe, 2000).

				A	B	C	D	E	F	G	A/G	B/G
Responsáveis	Domicílios não pobres	Paraná	Norte da RMC	456,72	133,85	16,48	2,05	1,19	20,66	645,18	70,80%	20,70%
			Centro	617,65	86,86	11,76	3,58	0,95	50,34	777,26	79,50%	11,20%
			Noroeste	124,58	30,23	0,88	0,36	1,11	4,39	162,36	76,70%	18,60%
	Domicílios pobres	Sergipe	Norte da RMC	567,97	52,69	10,51	1,76	1,25	13,81	667,82	85,00%	7,90%
			Centro	271,54	121	3,71	2,93	0	3,54	415,22	65,40%	29,10%
			Noroeste	90,53	8,36	0,16	0,39	0,8	0,23	100,69	89,90%	8,30%
		Sergipe	Norte da RMC	30,91	20,74	0	0,63	0	0,57	52,84	58,50%	39,30%
			Centro	20,71	9,73	0	0,81	0	0,19	31,44	65,90%	31,00%
			Noroeste	31,18	4,56	0	0	0	0	35,74	87,20%	12,80%
Não-responsáveis:	Domicílios não pobres	Paraná	Norte da RMC	591,96	119,22	1,98	3,17	6,71	10,7	760,89	77,80%	15,70%
			Centro	350,53	77,36	1,4	0,61	2,29	4,55	445,04	78,80%	17,40%
			Noroeste	351,66	70,87	1,55	0,37	0	8,79	464,12	75,80%	15,30%
	Domicílios pobres	Sergipe	Norte da RMC	239,88	116,17	1,71	0,68	0	0	370,68	64,70%	31,30%
			Centro	30,91	20,74	0	0,63	0	0,57	52,84	58,50%	39,30%
			Noroeste	20,71	9,73	0	0,81	0	0,19	31,44	65,90%	31,00%
		Sergipe	Norte da RMC	31,18	4,56	0	0	0	0	35,74	87,20%	12,80%
			Centro	46,97	14,66	0	0	0	0	63,93	73,50%	22,90%
			Noroeste	31,18	4,56	0	0	0	0	35,74	87,20%	12,80%

Legenda: A = total de rendimentos no trabalho principal; B = rendimento de aposentadoria, pensão; C = rendimento de aluguel; D = rendimento de pensão alimentícia, mesada, doação; E = rendimento de renda mínima, bolsa-escola, seguro-desemprego; F = outros rendimentos; G = total de rendimentos.

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

O *cluster* que fica no centro do estado tem 33,6% de seus domicílios considerados pobres. Esses domicílios se diferenciam daqueles dos demais *clusters* de maior pobreza por apresentarem um maior percentual de responsáveis pelo domicílio, que respondem por pelo menos metade da renda do domicílio, com trabalho remunerado. Outra característica que o distingue é o menor percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio pobre e que detêm pelo menos metade da renda domiciliar. Finalmente, também identifica o setor considerado os maiores percentuais daqueles responsáveis por domicílios pobres, independentemente do sexo, que estão ocupados como ajudantes na construção civil ou na avicultura, monocultores horti-fruti-granjeiro por conta-própria e empregadores, ou não, vendedores ambulante, frentistas, lixeiros ou empregados domésticos.

Diante do que foi dito, o maior percentual de domicílios pobres nesse *cluster* com relação ao do noroeste parece ser influenciado pelo fato de não terem os responsáveis, que respondem pela maior parte da renda dos domicílios não-pobres desse *cluster*, uma renda média tão alta quanto aqueles do *cluster* a noroeste, e por não haver tão grande participação de outras pessoas na renda domiciliar.

O terceiro e último dos *clusters* de maior percentual de pobreza situa-se a norte da RMC. Esse *cluster* apresenta 51,0% de seus domicílios contados como pobres. Ocorre, nesse *cluster*, um fenômeno que o identifica com bastante clareza. A renda média dos responsáveis por domicílios pobres, que detêm mais da metade da renda dos mesmos, é mais alta nos domicílios pobres do que nos não pobres. O que parece ser decisivo na diferenciação entre domicílios pobres de não-pobres nesse *cluster* é a participação da renda daquelas pessoas que mesmo não sendo responsáveis pelo domicílio contribuem com pelo menos 50% da renda domiciliar, pois a média da mesma é bem mais alta nos domicílios não-pobres.

Para o estado de Sergipe, o *cluster* mais pobre reflete aquilo que distingue as pessoas dos domicílios pobres das pessoas dos não-pobres para todo o estado.

Desse quadro geral, o *cluster* mais pobre de Sergipe só se distingue claramente por apresentar maior percentual de homens naquelas ocupações listadas acima e menor percentual de mulheres com trabalho remunerado. Esses homens e mulheres são aqueles responsáveis pelo domicílio e que detêm pelo menos metade da renda do mesmo.

Tabela 52 – Quantitativos de pessoas pobres e não-pobres, por sexo, relação com o responsável pelo domicílio, condições de trabalho, ocupação e remuneração. Estado e *cluster* de maior percentual de pobreza (Sergipe, 2000)

Discriminação	Quantitativos de pessoas em domicílios pobres		Quantitativos de pessoas em domicílios não-pobres		Percentuais de pessoas em domicílios pobres		Percentuais de pessoas em domicílios não-pobres	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>Todo estado</b>	445925	457883	429057	451964	49,3%	50,7%	48,7%	51,3%
Responsáveis pelo domicílio	136565	49642	181096	72777	30,6%	10,8%	42,2%	16,1%
com pelo menos 50% da renda domiciliar	112909	35781	138519	48221	25,3%	7,8%	32,3%	10,7%
com trabalho remunerado	81914	15269	109886	21280	72,5%	42,7%	79,3%	44,1%
ocupados como *	39186	8104	32129	5454	47,8%	53,1%	29,2%	25,6%
Não responsáveis pelo domicílio, que detêm mais de 50% da renda domiciliar.	29154	47083	17433	34598	49,3%	50,7%	48,7%	51,3%
<b>Cluster de maior pobreza</b>	3463	3383	2398	2281	50,6%	49,4%	51,3%	48,7%
Responsáveis pelo domicílio	1159	280	1111	320	33,5%	8,3%	46,3%	14,0%
com pelo menos 50% da renda domiciliar	894	246	785	241	25,8%	7,3%	32,7%	10,5%
com trabalho remunerado	639	76	597	48	71,5%	30,9%	76,1%	19,9%
ocupados como *	341	17	229	18	53,4%	22,4%	38,4%	37,5%
Não responsáveis pelo domicílio, que detêm mais de 50% da renda domiciliar.	216	389	43	290	50,6%	49,4%	51,3%	48,7%

\* ajudante na construção civil ou na avicultura; monocultor horti-fruti-grangeiro por conta-própria e empregador, ou não; vendedor ambulante, frentista, lixeiro ou empregado doméstico.

Comparada a tabela a seguir com a tabela 01, percebe-se que as situações que diferenciam o *cluster* de maior pobreza em Sergipe se manifestam em menor renda média do responsável que detém pelo menos metade da renda domiciliar. Quadro esse que é piorado com a renda de outras pessoas do domicílio pobre, como representado pela menor renda média daqueles que, não sendo responsáveis pelo domicílio, respondem por mais da metade da renda de seus domicílios. A renda dessas se reduz praticamente à metade, quando se comparam domicílios pobres e não-pobres do *cluster* de maior percentual de pobreza, embora o percentual dessas pessoas, por sexo, seja praticamente o mesmo daquele apresentado para todo o estado, como indicado na tabela anterior.

Tabela 53 – Composição da renda de pessoas que concentram pelo menos metade da renda domiciliar no *cluster* de maior pobreza (Sergipe, 2000)

	V4513	V4573	V4583	V4593	V4603	V4613	V4614	V4513/V4614	V4573/V4614
Sergipe Resp Dom Pobres	81,15	28,00	0,16	1,05	0,00	0,33	111,93	72,5%	25,0%
Sergipe Resp Dom Não-Pobres	271,54	121,00	3,71	2,93	0,00	3,54	415,22	65,4%	29,1%
Sergipe Não Resp Dom Pobres	46,97	14,66	0	0	0	0	63,93	73,5%	22,9%
Sergipe Não Resp Dom Não-Pobres	239,88	116,17	1,71	0,68	0	0	370,68	64,7%	31,3%

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

#### 6.4 CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS E DAS PESSOAS DOS *CLUSTERS* IDENTIFICADOS NO CAPÍTULO 5 A PARTIR DO INDICADOR IPH-M.

Os *clusters* de municípios de maiores IPH-M suavizados por EB Moran, foram apresentados na figura 70, para o estado do Paraná e na figura 69, para o estado de Sergipe. Como tratado anteriormente, esses *clusters* envolvem, no caso paranaense, todos os municípios do *cluster* de linha monetária de pobreza a noroeste do estado, além do município de Irajá. No caso sergipano, os municípios são os mesmos daquela linha de pobreza, com exceção do município de Nossa Senhora de Lourdes, ausente no *cluster* de maior IPH-M. Por conta dessa coincidência e para fins de simplificação, pode ser considerado que a caracterização dos domicílios desses *clusters* e das pessoas, com relação à renda, já foi feita, de modo que não será repetida.

Com relação especificamente ao IPH, a figura 35 mostra que o *cluster* aqui considerado para o estado do Paraná é formado por municípios cujos IPH-M ocupam a segunda classe mais alta. Outros 57 municípios no mesmo intervalo de IPH-M estão espalhados pelo estado, principalmente na faixa diagonal de sudoeste a nordeste, mais

próximos ao centro. Assim, as características do *cluster* serão tratadas não só com relação ao estado e às microrregiões, como também com relação aos demais municípios que estão na mesma classe de IPH-M.

Para a caracterização com relação ao IPH-M, serão consideradas, além daquelas já tratadas, outras variáveis do microdados do Censo mais relacionadas ao IPH-M. Tais variáveis são as seguintes: “sabe ler ou escrever”, “total de filhos nascidos vivos que estavam vivos” e “total de filhos tidos”<sup>46</sup>. Assim sendo, para o indicador de expectativa de vida menor do que 40 anos, foram escolhidas as variáveis “total de filhos nascidos vivos que estavam vivos” e “total de filhos tidos”. Para o indicador “porcentagem de adultos analfabetos” foram escolhidas as variáveis “idade” e “sabe ler e escrever”. Para os indicadores de condições insuficientes de vida, foram escolhidas as variáveis “forma de abastecimento”, “tipo de canalização”, “total de banheiros”, “tipo de escoadouro” e “coleta de lixo”.

Como indicador da expectativa de vida inferior a 40 anos calculou-se o percentual de pessoas abaixo de 56 anos<sup>47</sup>, com filhos e que pelo menos um filho tenha morrido. Os resultados obtidos, e apresentados na tabela abaixo, sugerem que o *cluster* significativo de IPH-M se destaca por ter um percentual de pessoas menores de 56 anos, que tiveram filhos e pelo menos um deles tenha morrido, mais próximo daquele apresentado para todo o estado do que para os demais municípios de mesma faixa de IPH-M ou maior.

Tabela 54 – Percentual de pessoas abaixo de 56 anos, com pelo menos um filho que já tenha morrido (Paraná, 2000)

	A	B	B/A
Paraná	2014691	294630	14,6%
<i>Cluster</i> IPH	2370	374	15,8%
Municípios 2o > IPH	74418	15347	20,6%
Municípios > IPH	19555	4125	21,1%

Legenda: A = número de pessoas com menos de 56 anos e com filhos; B = número de pessoas com menos de 56 anos, com filhos e pelo menos um filho tenha morrido.

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

Com relação ao indicador “porcentagem de adultos analfabetos”, calculou-se o percentual de pessoas acima de 17 anos que não sabem ler e escrever. Com essa informação

<sup>46</sup> Essas variáveis até então não haviam sido tratadas, por estarem muito associadas a outras e serem menos representativas do que as mesmas para os fins de identificação aos quais se prestaram as características até então levantadas, ou porque suas escolhas só se justificam sob a necessidade – ora existente – de especificar condições próprias ao IPH.

<sup>47</sup> Supõe-se que cada pessoa possa ter sido pai/mãe a partir de 15 anos. O percentual assim calculado é superestimado, por apresentar dupla contagem de cônjuges com filhos do relacionamento.

apresentada na tabela 55, percebe-se que o *cluster* em questão não se diferencia significativamente do grupo de demais municípios na mesma faixa de IPH-M com relação à “porcentagem de adultos analfabetos”.

Tabela 55 – Percentual de pessoas acima de 17 anos, que não sabem ler e escrever (Paraná, 2000)

	A	B	B/A
Paraná	6250467	608748	9,7%
<i>Cluster</i> IPH	7362	1581	21,5%
Municípios 2o > IPH	235618	53752	22,8%
Municípios > IPH	62058	17371	28,0%

Legenda: A = número de pessoas com mais de 17 anos; B = número de pessoas com mais de 17 anos e que não sabem ler e escrever.  
Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

No tocante ao indicador de condições insuficientes de vida, as características de domicílios já apresentadas para a linha monetária de pobreza indicam que nenhuma das características arroladas permite identificar o *cluster* em questão.

Para o estado de Sergipe, o *cluster* significativo de maiores IPH-M, apresentado à figura 69, é composto por municípios cujos IPH-M estão na classe imediatamente superior à média, sendo que um município ocupa, sozinho, o intervalo de maior IPH-M. Nesta classe de IPH-M estão 32 municípios. Separados os municípios do *cluster* considerado, percebe-se a partir das informações a seguir como o mesmo se distingue dos demais municípios de IPH-M próximos e das demais regionalizações do estado.

Para o indicador de “expectativa de vida inferior a 40 anos”, percebeu-se uma leve diferença do *cluster* tratado com relação aos demais municípios de mesmo patamar de IPH-M, ou maior. Nesse caso, o *cluster* a norte do estado tem um percentual de pessoas com menos de 56 anos, para as quais pelo menos um filho já houvera falecido, mais próximo do apresentado para todo o estado, do que daqueles apresentados pelos demais municípios do mesmo intervalo de IPH-M, ou maior, mas não muito.

Tabela 56 – Percentual de pessoas abaixo de 56 anos, com pelo menos um filho que já tenha morrido (Sergipe, 2000)

	A	B	B/A
Sergipe	341527	88139	25,8%
<i>Cluster</i> IPH	1062	304	28,6%
Municípios 3o > IPH	76247	24748	32,5%
Município > IPH	2273	815	35,9%

Legenda: A = número de pessoas com menos de 56 anos e com filhos; B = número de pessoas com menos de 56 anos, com filhos e pelo menos um filho tenha morrido.  
Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

O indicador “porcentagem de adultos analfabetos”, por sua vez, não permite diferenciar o *cluster* tratado das demais regionalizações semelhantes, com relação ao IPH-M, conforme se depreende da tabela 57.

Tabela 57 – Percentual de pessoas acima de 17 anos, que não sabem ler e escrever (Paraná, 2000)

	A	B	B/A
Sergipe	1065582	272562	25,6%
Cluster IPH	3462	1298	37,5%
Municípios 3o > IPH	244730	92078	37,6%
Município > IPH	7203	3449	47,9%

Legenda: A = número de pessoas com mais de 17 anos; B = número de pessoas com mais de 17 anos e que não sabem ler e escrever.  
Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

Também semelhantemente ao que foi constatado para o estado do Paraná, o indicador de insuficientes condições de vida não permite diferenciar o *cluster* significativo de maior IPH-M do estado de Sergipe, visto que as características apresentadas para seus domicílios são as mesmas daquelas considerados o conjunto dos domicílios do estado.

## 6.5 POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE O PROCESSO DE DIVISÃO ESPACIAL DO TRABALHO E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POBREZA EM CADA ESTADO

### 6.5.1 A Pobreza Vista com Relação à Dinâmica Recente e Configuração Atual da Economia Paranaense.

Para Rolim (1994), estava se configurando no Paraná uma distinção entre duas regiões funcionais, por ele chamadas de “Paraná do Agrobusiness” e “Paraná Urbano”, cada vez mais independentes uma da outra.

Essa divisão espacial do trabalho no espaço geográfico do estado resulta, segundo o autor citado, de conexões diferentes estabelecidas em cada uma com a divisão espacial do trabalho no restante da economia brasileira e com o exterior.

Resumidamente, as determinações desse processo são apresentadas por Rolim (1994) como a seguir.

Nos anos 1950 e 1960, o processo de industrialização em São Paulo conectou, através do comércio, principalmente de bens agrícolas, parte das demais regiões. No caso paranaense,

o reflexo mais ilustrativo dessa integração foi a ocupação intensiva do norte do estado, na forma de expansão agrícola.

Nos anos de 1970, com o Milagre Econômico, dentre outros fenômenos determinantes considerados por outros autores que são citados por Rolim (1994), iniciou-se um movimento de desconcentração da indústria a partir de São Paulo, principalmente para os estados de Minas Gerais, Paraná e Bahia.

O aumento da tecnificação agrícola decorrente da integração entre a agricultura, a indústria, o crédito e a pesquisa, nessa época, teriam sido determinantes para a dinamicidade destacada que tomaram as culturas da soja e do trigo no Paraná.

Na década de 1980 a economia paranaense continua seu processo de crescimento, enquanto São Paulo arrefece bruscamente o seu.

A crise em São Paulo parece ter intensificado o processo de desconcentração da indústria, iniciado na década anterior, mas o significado de muitos fenômenos dela resultantes, ainda eram questões não respondidas satisfatoriamente. Parece que a integração econômica passou a se dar a partir das regiões metropolitanas, chegando a suscitar teses de que estaria se processando o fim das questões regionais. Houvera surgido, porém, subespaços dinâmicos convivendo com a manutenção e até piora de outros espaços não-dinâmicos, influenciando presenças diferenciadas do setor público. As diferenças regionais foram mantidas e os papéis das disponibilidades de recursos naturais e outros fatores alocativos localmente referenciados não tinham perdido sua importância e pareciam determinar as chances de inserção na matriz nacional. De fato, o que se percebia era a ultrapassagem do setor terciário sobre o setor secundário, em termos de participação no PIB, ao mesmo tempo que aumentava o dinamismo industrial de maneira concentrada na indústria extrativista. Também acontecia o arrefecimento e queda da formação bruta de capital fixo tanto por parte de setor público, quanto do setor privado. Por fim, grande modernização agrícola e grandes projetos econômicos também aconteceram na década de 1980.

Acontecidos esses processos, a pobreza tomava formas por eles determinada.

Para se chegar a essas formas, necessário se faz adentrar no conhecimento da formação daqueles dois “Paraná”, conforme apresentado por Rolim (1994).

Os fenômenos determinantes das transformações que determinaram a diferenciação entre dois espaços econômicos no estado do Paraná foram a modernização da agricultura, a expansão e consolidação da agroindústria, o surgimento de novas indústrias desvinculadas das



anteriormente existentes, grandes migrações para fora do estado, que tiveram início nos anos 1970 e prosseguiram nos anos 1980.

Nos anos 1970, a agropecuária foi acompanhada por um processo de concentração fundiária, introdução de culturas mecanizadas, grande evolução tecnológica, substituição relativa de culturas, com avanço significativo da produção de cana-de-açúcar, trigo e soja, em detrimento da estagnação das demais culturas. Isso aconteceu porque o Paraná foi palco de um movimento de mudanças na relação entre indústria e agropecuária que veio com a expansão agrícola a partir de São Paulo para utilizar suas terras férteis e agricultura em padrões capitalistas. Isso implicou no aumento da produção industrial de insumos modernos, tais como máquinas, tratores, implementos agrícolas e sementes selecionadas, bem como no desenvolvimento de esquemas sofisticados de comercialização e financiamento.

O processo de modernização da agricultura foi acompanhado, contudo, de concentração fundiária, com redução do número de proprietários, saldo migratório negativo, inclusive com diminuição absoluta da população em algumas áreas e aumento dos índices de pobreza rural.

Esse processo foi mais intenso nas mesorregiões Norte e Oeste do estado.

O Centro-Sul do estado parece ter sido uma área de expansão agrícola, porque o número de proprietários aumentou em 70% e também o emprego. Essa região foi ocupada por agricultores que vieram de outras partes do estado para ocupar terras que, sendo piores, eram mais baratas.

Por outro lado, por conta do Milagre Econômico, dentre outros determinantes, a indústria concentrada em São Paulo se espalhou para fora daquele estado, indo se estabelecer, no estado do Paraná, na Região Metropolitana de Curitiba, em setores novos e voltados para a grande indústria nacional, cujo centro se encontrava na Região Metropolitana de São Paulo.

No início do processo, essas indústrias pareciam advindas da expansão da agropecuária, a exemplo do gênero “mecânica”, mas depois se verificou que este fenômeno era responsável por uma parcela não majoritária daquelas indústrias.

Vários estudos confirmariam, segundo Rolim (1994), a transformação da estrutura industrial em direção às atividades mais modernas e dinâmicas e a concentração destas na Região Metropolitana de Curitiba. Dentre os indicadores nesse sentido, o autor referido aponta o aumento da participação do pessoal ocupado nos gêneros da indústria que não tinham maioria do PIB no estado até então. A produção desses gêneros na Região

Metropolitana de Curitiba passou a responder, ainda na década de 1980, por mais de 50% da produção do mesmo gênero em todo o estado.

Análises das vocações produtivas locais para o estado do Paraná são feitas por Rolim (1994), através de técnica *Shift and Share* de modo a comprovar o que foi dito.

Na década de 1990 o crescimento industrial ocorreu nos novos gêneros, tendo sido maior naqueles concentrados na Região Metropolitana de Curitiba.

O segundo maior crescimento do PIB registrou-se no setor de vestuário, que, no interior do estado, mais especificamente em Cianorte, encontra nos bolsões de mão-de-obra barata, saída, em parte da agricultura modernizada.

Os resultados dessas dinâmicas para as configurações dos “dois Paranas” podem ser acompanhados em termos do PIB e da população.

Com relação a essa última, a variação da população dentro do estado do Paraná não se deu por migração do interior para a capital. Parte da população do interior deixou o estado. A população de Curitiba, por sua vez, aumentou por migração de outros estados e acompanhando o crescimento das novas indústrias.

Com relação ao PIB, o PIB paranaense cresceu no mesmo ritmo do PIB de todo o país até 1985 e mais rapidamente no período de 1985 a 1990, quando, apesar da produção ainda abalada com a crise econômica em São Paulo, a grande produção da agricultura, da indústria de alimentos e química mais do que compensaram a queda em outros ramos da produção no estado do Paraná, dentre as quais a mais significativa foi a queda da produção da construção civil.

Diante do que foi dito, distingue-se no Paraná dois espaços bem definidos, quais sejam, um “Paraná Urbano”, constituído de parte do Paraná Tradicional, de ocupação colonial, com o mate e a madeira, a exemplo das cidades de Paranaguá e Ponta Grossa, sob a égide da Região Metropolitana de Curitiba e um “Paraná do Agrobusiness”, constituído pelas demais áreas, exceto Foz do Iguaçu, que apresenta uma dinâmica própria, conforme explicado por Rolim (1991).

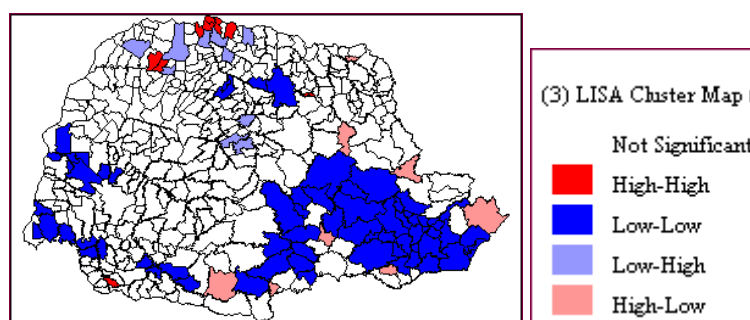
Assim definidos, esses espaços correspondem àqueles apresentados nos *clusters* significativos de menor pobreza à figura 71, com dados suavizados da população, para o critério de linha monetária, que inclusive dá destaque ao *cluster* de Foz do Iguaçu.

Semelhantemente, os *clusters* de menor pobreza suavizados da população de IPH, à figura 70 também ocupam espaços parecidos aos sugeridos por Rolim (1994).

Assim, a idéia dos “dois Paranás” encontra correspondência nos *clusters* estatisticamente relevantes de menores indicadores de pobreza.

Embora distribuída nos espaços restantes do mapa que traz os *clusters* de menores indicadores de pobreza tratado acima, não se pode atrelar uma explicação da distribuição espacial da pobreza no Paraná ao substrato teórico que a idéia dos “dois Paranás” pode representar para os *clusters* de menores indicadores de pobreza. Isso não impede, contudo, que a distribuição da pobreza seja vista com relação à distribuição da não-pobreza, se assim se puder considerar os *clusters* de menores indicadores de pobreza, justificados teoricamente na idéia dos “dois Paranás”.

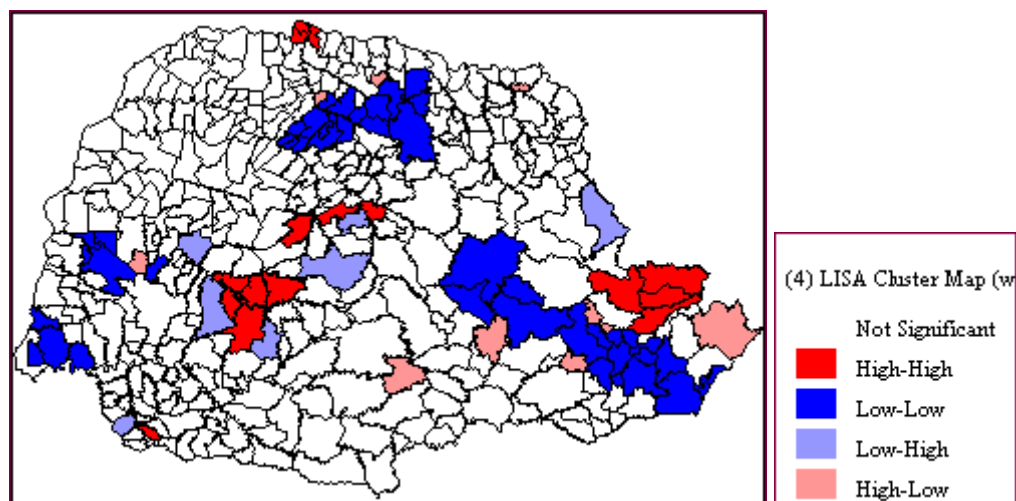
Trazendo-se de volta, respectivamente, as figuras 70 e 71, para que agora se possam observar outras de suas características, observa-se que na faixa ao sul do *cluster* de maiores IPH-M, estão perfilados municípios associados na vizinhança por apresentarem baixos IPH-M nas proximidades de outros que apresentam altos IPH-M. Semelhantemente, em torno do grande *cluster* de menor pobreza se distribuem alguns municípios associados na vizinhança pela relação contrária. Ou seja, são municípios com IPH-M altos, que são vizinhos daqueles de mais baixos IPH-M. Essa particularidade toma contornos de maiores significados quando se passa à leitura do mapa de *cluster* sob o critério monetário<sup>48</sup>. Nele é visto que aos *clusters* do centro e em torno do *cluster* maior de menores percentuais de pobreza – que ocupa espaço semelhante ao do grande *cluster* de menores IPH-M – se avizinham municípios de percentuais de pobreza de níveis bem diferentes.



**Figura 70 – Clusters e outliers significativos de percentual de IPH-M. Dados suavizados com EB Moran (Paraná, municípios, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.b

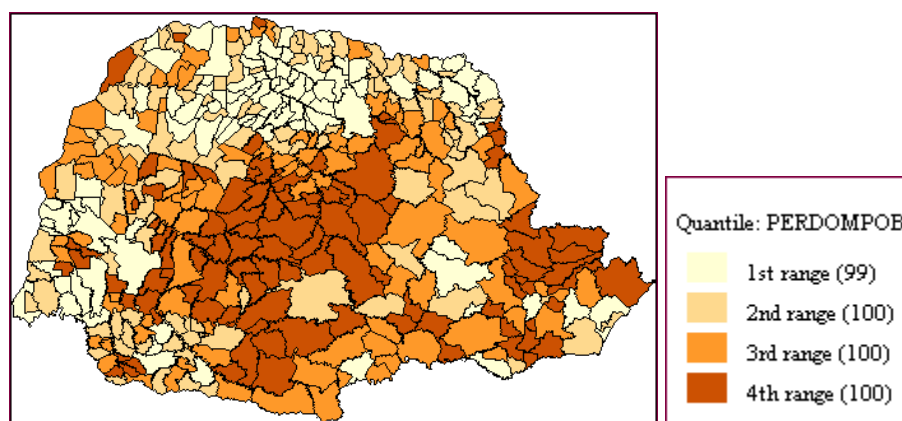
<sup>48</sup> O que é justificável, considerando-se que as informações obtidas com o uso de indicadores diferentes se complementaram na caracterização do *cluster*.



**Figura 71 – Clusters e outliers significativos de pobreza – dados suavizados por EB Moran (Paraná, 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

Se trazida de volta também a figura 06, percebe-se que a distribuição dos percentuais de pobreza e aquela formação concêntrica com relação ao centro do estado, para os maiores percentuais de pobreza, dá, à distribuição da pobreza no espaço do Paraná a forma de um gradiente de *clusters* de pobreza. Esse gradiente pode ser melhor visualizado depois de distribuídos os municípios segundo seus percentuais de pobreza, como no mapa abaixo. Nele se percebe que, tomando-se como referência além dos “dois Paranás” apresentados por Rolim (1994), também o *cluster* no espaço de Foz do Iguaçu, considerada sua especificidade, conforme Rolim (1991), a pobreza parece aumentar quanto menos atraída estiver a área por ela ocupada daqueles três espaços explicados e que correspondem aos *clusters* de menores pobreza.



**Figura 72 – Municípios, por percentuais de domicílios pobreza (Paraná, 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

### **6.5.2 A Pobreza Vista com Relação à Dinâmica Recente e Configuração Atual da Economia Sergipana**

Diferentemente da economia paranaense, não há, para a economia sergipana, uma dinâmica que homogeneíze espaços distintos. Em boa parte isso pode ser explicado a partir da percepção de que, também diferentemente do ocorrido para o Paraná, o estado de Sergipe não experimentou mudanças recentes na sua estrutura produtiva.

É um estado de economia aparentemente dual, com grande parte do PIB oriundo de atividades urbanas, praticamente concentradas em Aracaju, sua capital, e predomínio do setor primário na maior parte do território, inclusive respondendo pela maior parte da geração de emprego e renda.

Organizada numa espécie de mosaico produtivo, multifacetado e fracamente articulado, essa estrutura tem seu setor secundário concentrado na Grande Aracaju. Nele prevalecem segmentos tradicionais, tais como o têxtil e de alimentação, com certa diversificação, mas de baixa produtividade e um ramo que responde por parte significativa do PIB estadual, qual seja a construção civil. O restante da indústria está distribuída com maior importância no PIB estadual em alguns poucos municípios, quais sejam, Estância, Riachuelo, Boquim, Itabaiana, Lagarto, Propriá, Carmópolis e Rosário do Catete. Sendo esses dois últimos lugares de enclaves extrativistas, respectivamente explorados pela Petrobrás e Companhia Vale do Rio Doce. Os demais espaços de indústrias tradicionais, não contíguos e relativamente dispersos no estado, a exceção daqueles três primeiros, que estão mais próximos uns dos outros.

A agroindústria é formada por produções não dinâmicas, ou estagnadas, como a citricultura no sul do estado, a cana-de-açúcar, na faixa costeira do norte e os coqueirais e perímetros irrigados, próximos àqueles últimos.

A agricultura, de baixa produtividade, na maior parte das áreas, é formada por culturas temporárias e a pecuária se concentra no agreste e no sertão sergipano.

O setor terciário tem suas atividades concentradas na capital Aracaju e no seu entorno, principalmente aquelas de maior potencial de expansão, como saúde, ensino e turismo.

Como estrutura mais integrada à economia do restante do país a indústria extrativa mineral é, também, a principal articuladora da economia sergipana, em termos de PIB. Ela se integra de maneira complementar à economia nacional na forma de enclave e através dela se

articulam, no espaço concentrado na grande Aracaju, o setor secundário – principalmente através da construção civil – e o terciário. Uma rápida explicação a esse respeito será apresentada a seguir<sup>49</sup>.

A economia atual no espaço em torno da grande Aracaju toma traços, basicamente a partir da década de 1980, quando ao importante papel desempenhado pela Indústria Extrativa Mineral somaram-se os financiamentos incentivados através da SUDENE<sup>50</sup>, que denotam ao Setor Público um outro papel fundamental no desempenho do PIB sergipano.

Desde então se promoveu uma alteração na base produtiva da Indústria de Transformação em Sergipe. Com aqueles financiamentos ocorreu a introdução de novas empresas e modernização de outras, enquanto o segmento dinâmico daquela indústria ultrapassava, em Valor da Transformação Industrial (VTI), pela primeira vez e de maneira significativa, o tradicional. A maior parte dos recursos do 34/18-FINOR, porém, foi distribuída com os segmentos que já concentravam a maior parte do VTI, o que contribuiu para a manutenção dos mesmos como os maiores responsáveis pela produção da Indústria de Transformação, de modo que a superação dos segmentos dinâmicos sobre os tradicionais em termos de VTI da Indústria de Transformação, deveu-se mais ao extraordinário desempenho de apenas um de seus segmentos, qual seja a Indústria Química, do que propriamente de uma reestruturação da base produtiva.

Quanto à Petrobrás, a tabela 58 apresenta dados de participação dos gastos da PETROBRÁS em Sergipe, exceto salários, no produto daquela Indústria, estando ambos em moeda corrente de cada ano, na década de 80.

Considerando a grande participação da PETROBRÁS no PIB da Indústria Extrativa Mineral, e que, na ausência de dados para as décadas de 1960 e 1970, os dados relativos à década de 1980 sirvam como bons indicadores, pode-se dizer que os gastos que a Indústria Extrativa Mineral realizava na economia sergipana, por ano, não eram superiores, nas décadas de 1960 e 1970 a 5% de seu PIB. Visto que não se dispõe de dados sobre os salários pagos pela PETROBRÁS, é de se acreditar que essa cifra aumente com os gastos na economia sergipana de salários pagos pela PETROBRÁS.

---

<sup>49</sup> Para maiores detalhes, ver Nóbrega (2003).

<sup>50</sup> Para um quadro detalhado dos incentivos fiscais em Sergipe, no período de 1963 a 1980 e discussão sobre os mesmos, ver SANTANA (1991).

Tabela 58 – Participação dos gastos da PETROBRÁS-Sergipe\* no PIB da Indústria Extrativa Mineral.

Ano	Participação
1980	3,5%
1981	2,1%
1982	2,0%
1983	1,4%
1984	1,3%
1985	2,3%
1986	173,3%
1987	3,4%
1988	4,9%
1989	4,2%
Média**	2,8%

Fontes: CERQUEIRA (1990) – gastos da Petrobrás; www.sudene.gov.br – PIB.

\* Exceto gastos com folha de pessoal.

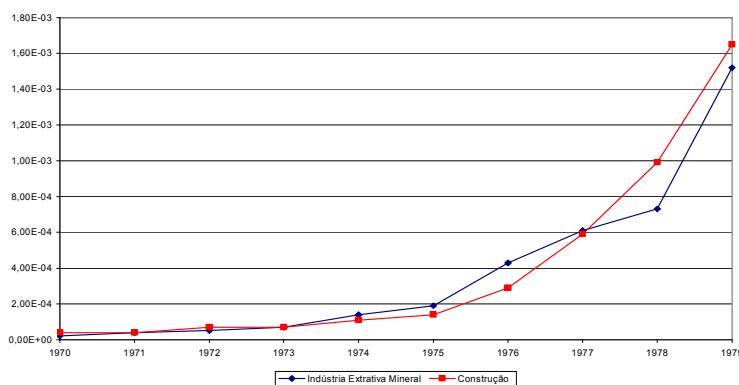
\*\* Exceto ano de 1986.

Com relação ainda a este assunto, conforme Cerqueira (1990) os gastos da PETROBRÁS em Sergipe, excetuados os salários, até final da década de 1980, limite do período dos dados com os quais pôde entrar em contato naquela empresa, eram feitos, basicamente, com veículos, alimentos, materiais de expediente, móveis e outros materiais de escritório. Na falta de informações para as décadas de 1960 e 1970 e tomando-se o que foi dito como representativo do que pode ter acontecido nessas décadas, pode-se sugerir que os gastos da empresa citada em Sergipe eram feitos, geralmente no Setor Serviços e, com exceção, possivelmente, da Indústria de Alimentação, mobiliza pouco da indústria sergipana, dada a forma como ela estava caracterizada, como visto acima. Os gastos com salários pagos pela PETROBRÁS não deviam diferenciar muito disto.

No tocante à Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) do Setor Público, é que talvez se possa perceber o mais importante papel da Petrobrás para a dinâmica econômica de Sergipe. Tomando-se dados da SUDENE (2003) para a Indústria Extrativa Mineral de Sergipe, as altas taxas apresentadas quando da instalação das unidades da PETROBRÁS no início da década de 1960 caíram sucessivamente até 1976, depois de quando passam a crescer até o final da década de 1970. Supondo-se que parte desta FBKF tivesse sido feita em construções e edificações e que os salários pagos pela PETROBRÁS que se destinassem para consumo na Indústria de Construção sergipana tivessem se mantido constantes proporcionalmente ao nível de produto da PETROBRÁS, o comportamento da Indústria de Construção pode ser explicado pelo comportamento da FBKF da PETROBRÁS no período. Isto pode ser visto na gráfico 01, que mostra a evolução do PIB nominal da Indústria de Construção e da Indústria Extrativa Mineral em Sergipe. Note-se que enquanto a taxa de FBKF do Setor Público decresce, até 1976, o PIB da Indústria de Construção tende a cair com relação ao da Indústria Extrativa Mineral. Quando a taxa de FBKF do Setor Público passa a

crescer, a partir de 1977, o PIB da Indústria de Construção tende a crescer com relação ao da Indústria Extrativa Mineral.

Dado o peso da PETROBRÁS na Indústria Extrativa Mineral sergipana, também se pode dizer que esta Indústria caracterizava uma integração horizontalmente forte na região, armazenando e escoando, no Terminal Marítimo de Carmópolis (TECARMO)<sup>51</sup>, petróleo e gás natural produzidos em Sergipe, Alagoas e, esporadicamente, trazidos da Bahia, ou seja, dentro do próprio Sistema PETROBRÁS. Muito fracamente, aquela Indústria também estava integrada verticalmente no estado, com empresas de outras indústrias, através, principalmente, do gás natural como insumo, geralmente em consequência de projetos de modernização que essas empresas apresentavam à SUDENE.



**Gráfico 05 – PIB da Indústria Extrativa Mineral e da Indústria de Construção Civil (R\$ 1,00 de 1980).**

Fonte: Tabulação própria dos dados de: <http://www.sudene.gov.br>.

Diante do exposto, a Indústria Extrativa Mineral, podia apresentar uma integração com a economia local. Mais especificamente, com o Setor Serviços e com a Indústria de Construção. Não se pode dizer com isso, que estava integrada no estado com a Indústria de Transformação, ao contrário da Bahia, onde a Indústria Extrativa Mineral estava integrada, na mesma época, com as Indústrias Química e Metalúrgica.

Dado que os desempenhos das indústrias de Construção Civil e Extrativa Mineral se acompanham na década de 1970 e podem estar fortemente relacionados, enquanto a Indústria

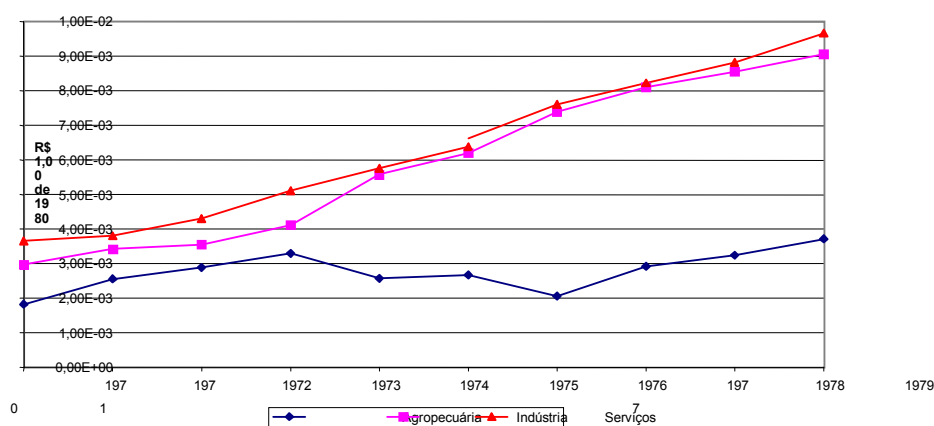
<sup>51</sup> Órgão independente, que faz parte da estrutura operacional da “Região de Produção do Nordeste” – RPNE. Esta, um órgão da PETROBRÁS que em 1970 fora transferida para Aracaju e é responsável por todas as decisões a nível regional de investimentos e gastos, hoje na Bahia.



de Transformação perde, crescentemente, espaço para aquelas indústrias, pode ser que tais indústrias estivessem descoladas da base produtiva industrial sergipana.

Assim, entende-se a pouca articulação interna entre as indústrias dinâmicas e a base produtiva da economia sergipana, e, também, uma articulação com o exterior da economia sergipana com características mais comerciais, exportando petróleo e importando bens de consumo duráveis e intermediários. Tal importação explicaria a evolução muito próxima do PIB do Setor Terciário para com o do Setor Secundário, conforme visto no gráfico 06.

Quanto ao setor primário, a estrutura produtiva sergipana, ao longo de todo o período de 1960 a 1970 teve nesse setor a menor porção de seu produto. Porção essa diminuída em favor dos outros setores ao longo da década de 1970, considerados os desempenhos dos mesmos, como pode ser visto no gráfico abaixo.



**Gráfico 06 – PIB de setores, a custo de fatores R\$ 1,00 de 1980.**

Fonte: Tabulação própria dos dados de: <http://www.sudene.gov.br>.

O setor primário contribuiu no PIB sergipano com não mais do que 16% na década anterior ao ano do Censo, com relação ao qual se está mapeando os percentuais de pobreza. Isto pode ser visto na tabela 59.

**Tabela 59 – Participação dos Setores de atividades na Composição do Produto Interno Bruto, em % (Sergipe 1980 – 1996)**

Setores	1980	1985	1990	1996
Primário	12,42	13,63	15,30	11,72
Secundário	45,08	49,61	39,85	32,17
Terciário	42,51	36,76	44,85	56,11

Fonte de dados brutos: SEPLAN/Sudene/DPG/PSE/Grupo de Contas Regionais.

Essa contribuição, por sua vez, se encontra espacialmente dispersa para a grande maioria das culturas. Isto pode ser visto tomando-se o município e o valor da produção como parâmetros de análise e selecionando-se os municípios que detêm as maiores parcelas de aproximadamente 51% da produção do estado. Dessa forma, constata-se, conforme a tabela 60, que alguns desses municípios respondem sozinhos por boa parte do valor da produção das microrregiões das quais fazem parte. Poucos, porém, como os municípios de São Cristóvão e Laranjeiras respondem por parte muito significativa. Nesses casos, respectivamente, respondem por 70,0% e 60,8% do valor da produção de suas respectivas microrregiões<sup>52</sup>, mas no total da produção dos municípios que juntos respondem por cerca da metade da produção estadual não ultrapassem 18%, como no caso de Laranjeiras, na produção vegetal. Seguindo em participações decrescentes de participações no valor da produção nas microrregiões, tem-se, na microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco, os municípios de Porto da Folha, com 21,1%, seguido de perto por Nossa Senhora da Glória, que detém 20,3%. Logo a seguir, vêm os municípios de Poço Redondo, Gararu e Canindé do São Francisco, apresentando, respectivamente, 14,8%, 13,0% e 11,8% do valor da produção da microrregião.

Tabela 60 – Principais Municípios Segundo o Valor da Produção Agropecuária (em mil reais) (Sergipe 1995/96)

Municípios	Produção Vegetal		Produção Animal		Total da Produção	
	Total	% em relação à microrregião	Total	% em relação à microrregião	Total	% em relação à microrregião
Itabaiana	10.073	49,8	5.678	44,2	15.751	47,7
Lagarto	11.780	58,3	4.544	62,6	16.323	77,2
N. S. das Dores	1.318	51,9	3.576	39,9	4.894	42,6
Simão Dias	5.725	68,9	2.452	32,6	8.177	51,6
S. Cristóvão	1.594	35,1	8.260	86,6	9.853	70,0
Laranjeiras	12.804	67,8	582	18,7	13.386	60,8
Itabaianinha	5.881	19,8	2.985	29,0	8.866	22,2
Capela	2.849	67,8	2.372	43,0	5.222	53,7
Itaporanga	2.560	19,8	7.538	62,8	10.098	40,5
Neópolis	1.032	27,0	641	12,6	1.673	16,9
Japoatã	3.172	40,5	1.643	47,1	4.814	42,5
Carira	1.983	35,7	4.783	36,6	6.766	36,4
N. S. da Glória	3.424	21,6	4.988	19,4	8.412	20,3
Porto da Folha	3.446	21,8	5.323	20,8	8.769	21,1
Poço Redondo	2.218	14,0	3.928	15,3	6.146	2,2
Gararu	1.922	12,1	3.461	13,5	5.383	2,0
Canindé do S. Francisco	2.458	15,5	2.451	9,6	4.909	1,8

Fonte: Censo Agropecuário de 1995/96 - IBGE

<sup>52</sup> A situação do município de Lagarto é peculiar, uma vez que a microrregião da qual faz parte, é composta por apenas dois municípios (o próprio Lagarto e Riachão dos Dantas).

Também é possível identificar situações em que, devido ao baixo dinamismo apresentado pela microrregião, o comportamento dos municípios em relação ao valor da produção apresenta menor grau de concentração. Nessa situação, encontra-se o município de Neópolis, cujo valor foi o mais baixo de todos os municípios selecionados, sendo alta, porém, sua participação na microrregião (16,9%).

A elevada participação no valor da produção agrícola de suas respectivas microrregiões apresentadas pelos municípios de Simão Dias (68,9%), Laranjeiras (67,8%) e Capela (67,8%), tem a ver com o fato de a atividade agrícola se concentrar em determinados cultivos com maior impacto no valor da produção, como é o caso da cana-de-açúcar.

Em relação à participação no valor da pecuária (produção animal), o destaque é dado ao município São Cristóvão, com 86,6% do valor produzido na sua microrregião, seguido de Itaporanga D'Ajuda, com 62,8%, e Lagarto, com 62,6%.

Considerando-se os tipos de cultura, inicialmente abordados para as microrregiões, os cultivos do milho e do feijão, ainda que esteja presente na totalidade das microrregiões, é mais representativo em Tobias Barreto, Carira e Sergipana do Sertão do São Francisco. No caso do milho, as três microrregiões respondem por 74,4% do valor da produção, sendo que a microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco responde, sozinha, por 49,1%. Em relação ao feijão, o destaque fica por conta da microrregião Tobias Barreto, responsável por 45,7% da produção<sup>53</sup>.

A mandioca é outro cultivo que está presente em todas as microrregiões, embora esteja mais concentrado nas microrregiões Agreste de Itabaiana, Agreste de Lagarto e Boquim, as quais respondem, juntas, por 70,4% do valor da produção.

Propriá concentra quase toda a produção de arroz do estado, mas tem participações insignificantes nos demais cultivos, de modo que sequer tem seus municípios listados à tabela 60.

A cana-de-açúcar também é produzida de forma espacialmente concentrada, sendo, após o arroz, o cultivo com maior grau de concentração, posto que apenas duas microrregiões respondem por 86,3% do valor da produção, com destaque para a microrregião Baixo

---

<sup>53</sup> Este percentual pode estar superestimado por referir-se a uma única safra, o que não retira a importância da Microrregião Tobias Barreto no tocante à produção do feijão.

Cotinguiba, que responde, sozinha, por 75,5%, seguida de muito longe pela microrregião Cotinguiba, com 10,8%.

Dentre os cultivos, o côco-da-bahia apresenta-se relativamente menos concentrado, considerando-se que são quatro as microrregiões que respondem pela maior participação no valor da produção, ainda que apenas duas, sozinhas, respondam por 56,0%. São elas Estância, com 30,6%, e Japaratuba, com 25,4%. Numa posição um pouco mais afastada, aparecem as microrregiões Aracaju, com 17,0% e Baixo Cotinguiba, com 10,3%.

As microrregiões Boquim, Agreste de Lagarto e Estância concentram a produção de laranja do estado, sendo que Boquim responde, sozinha, por 68,9% do valor da produção, o que representa mais de duas vezes a soma da participação das microrregiões Agreste de Lagarto (15,0%) e Estância (13,0%).

Tabela 61 – Participação no Valor dos Principais Cultivos por Microrregião (Sergipe 1995/96)

Microrregiões	Arroz	Milho	Cana-de-açúcar	Mandioca	Feijão	Laranja	Côco-da-bahia
Agreste de Itabaiana	-	2,1	1,2	29,8	8,8	0,6	2,4
Agreste de Lagarto	-	1,9	0,0	28,1	3,7	15,0	1,6
N. S. das Dores	-	3,3	1,4	4,2	3,6	0,2	0,3
Tobias Barreto	0,0	11,0	0,0	1,4	40,5	0,3	0,2
Aracaju	-	0,0	4,0	0,4	0,0	0,0	17,0
Baixo Cotinguiba	-	0,5	75,5	1,6	0,8	0,8	10,3
Boquim	-	2,2	0,3	12,5	2,5	68,9	4,8
Cotinguiba	-	0,8	10,8	4,5	0,4	0,6	0,5
Estância	-	0,6	0,1	6,6	1,1	13,0	30,6
Japaratuba	3,2	0,7	5,7	4,5	2,2	0,2	25,4
Própria	95,0	3,4	1,0	2,5	3,1	0,2	7,0
Carira	-	24,3	0,0	2,7	16,8	0,2	0,0
Sergipana do Sertão do São Francisco	1,8	49,2	0,0	1,1	16,5	0,0	0,0

Fonte: Censo Agropecuário de 1995/96 - IBGE

Chama atenção o baixo desempenho da microrregião Nossa Senhora das Dores, cuja contribuição ao valor da produção dos cultivos selecionados é extremamente baixa. Numa situação semelhante, encontram-se as microrregiões Aracaju e Cotinguiba, cujas contribuições são restritas a um único cultivo, ocupando posições relativamente secundárias.

A situação da microrregião Agreste de Itabaiana merece uma observação particular, em razão da sua representatividade no valor da produção agropecuária do estado, sobretudo como principal produtor de tomate, além de destacar-se no cultivo de outras olerícolas.

Com relação especificamente aos municípios, os principais produtores de arroz do estado foram, em 1995/96, Brejo Grande, Propriá e Telha, respondendo, juntos, por 72,1% da

produção estadual, com destaque para Brejo Grande, com 31,1%. Na produção de milho, há um maior número de municípios que se destacaram, a saber: Gararu, Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória, Carira, Poço Redondo e Simão Dias, os quais responderam por 52,6%, sendo que Gararu, sozinho, foi responsável por 12,0% da produção total. Em relação à cana-de-açúcar, destaca-se como principal produtor o município de Laranjeiras, representando 39,5% da produção do estado. Em seguida, aparecem os municípios de Capela, São Cristóvão, Riachuelo, Rosário do Catete e Japaratuba, os quais, juntamente com Laranjeiras, responderam por 86,2% da produção canavieira estadual.

O cultivo da mandioca tem a mesma característica do milho, isto é, é menos concentrado, ainda assim, o município de Lagarto destaca-se em relação aos demais, ao responder por 18,2%, seguido do município Campo do Brito, cuja produção correspondeu a 8,5% do total.

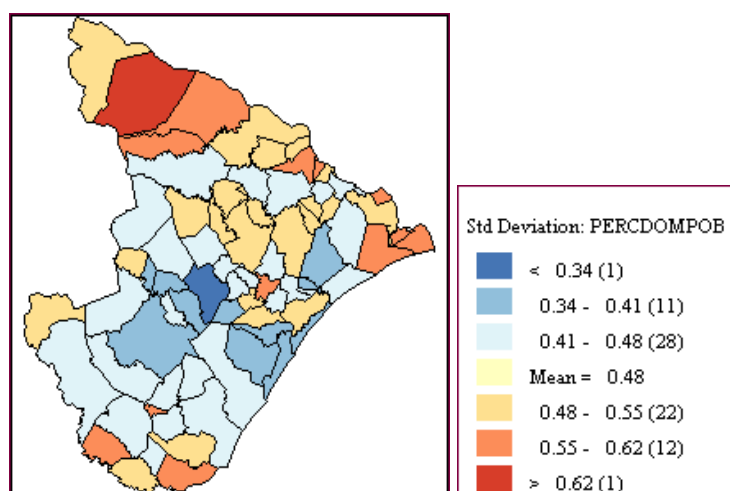
Dentre os grãos, o feijão só conseguiu superar o volume produzido do arroz, mas tal como o milho, foi cultivado, em 1995/96, praticamente em todos os municípios sergipanos, com destaque para Poço Verde e Simão Dias, que responderam, conjuntamente, por 41,6% da produção estadual, sendo que Poço Verde foi o principal produtor do estado, com 26,1% do total produzido.

As duas principais culturas comerciais do estado, o côco-da-bahia e a laranja têm comportamentos distintos no tocante à concentração da produção. O côco-da-bahia apresenta-se menos concentrado, embora o município Barra dos Coqueiros seja o principal produtor estadual, com 14,2% da produção total de 1995/96.

No caso da laranja, seu cultivo concentra-se fundamentalmente na Microrregião de Boquim, cujos municípios de Arauá, Salgado, Itabaianinha, Cristinápolis, Umbaúba, Boquim e Tomar do Geru responderam por 66,6%. Porém, no ano de 1995/96, o município de Lagarto foi quem obteve a maior produção do estado, respondendo por 6,0% do total produzido, de modo que a soma da produção dos oito municípios correspondeu a 72,6% da produção citrícola do estado.

Essa diversidade se dispõe no espaço e relacionada a ela está a distribuição dos percentuais de domicílios pobres, conforme pode ser visto trazendo-se de volta a figura do percentual de domicílios pobres, conforme a linha monetária de pobreza e relacionando-se a ela a tabela 62. A tabela 62. reúne todos os municípios sergipanos aos quais se fez referência

neste capítulo e apresenta as atividades econômicas ou principais produtos destacados para cada um.



**Figura 73 – Percentual de domicílios pobres, por município (Sergipe, 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

**Tabela 62 – Municípios, principais setores produtivos/produtos e localização na classe de distribuição de percentuais de pobreza (Sergipe 1995/96)**

Municípios	Produtos principais	Classe de pobreza (linha monetária)
Itabaiana	Tomate, mandioca, indústria e olerícolas	1
Lagarto	Laranja, mandioca e indústria	2
Boquim	Laranja, mandioca e indústria	4
Estância	Indústria e laranja	3
Riachuelo	Indústria e cana	4
Propriá	Arroz e indústria	3
Rosário (Vale)	Indústria e cana	3
Carmópolis (Petrobrás)	Indústria	2
Simão Dias	Cana, milho e feijão	3
S. Cristóvão	Cana e pecuária	2
Laranjeiras	Cana	4 sem explicação
Capela	Cana	4
Japarutuba	Cana	2 sem explicação
Itabaianinha	Laranja	3
Araúá	Laranja	3
Salgado	Laranja	3
Tomar de Geru	Laranja	5
Umbaúba	Laranja	3
Cristinápolis	Laranja	5
Neópolis	Arroz	4
Telha	Arroz	5
Brejo Grande	Arroz	5
Carira	Milho	3
N. S. da Glória	Milho	3
Porto da Folha	Milho	5
Poço Redondo	Milho	6
Gararu	Milho	4
Canindé do S. Francisco	Milho	4
Campo do Brito	Mandioca	2
N. S. das Dores		4
Itaporanga D'ajuda		3
Japoatã		3
Poço Verde	Feijão	4
Barra dos coqueiros	Côco	2

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

O *cluster* de menor pobreza da Grande Aracaju corresponde àquela área de lógica econômica própria, que foi tratada anteriormente. A aparente frágil integração econômica desse lugar com o restante do estado parece se refletir na também aparente falta de enraizamento de possíveis benefícios, refletida na “barreira” a norte daquele *cluster* pelos domicílios Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e Laranjeiras. Municípios esses vizinhos dos municípios onde acontecem a extração de minérios pelas companhias Vale e Petrobrás, o que reforça o caráter de “enclave econômico” dessa atividade, atribuído anteriormente.

O outro *cluster* de menor percentual de domicílios pobres, ao centro do estado, envolve os dois outros municípios de maior diversidade econômica, como representado pela lista de atividades e produtos mais significativos, quais sejam, Itabaiana e Lagarto. Além desses, apenas os municípios de São Cristóvão, Barra dos Coqueiros, Campo do Brito, Carmópolis e Japaratuba estão na segunda melhor faixa de percentuais de domicílios pobres. Os três primeiros são vizinhos dos municípios de maiores participações no PIB e diversidade de atividades econômicas, quais sejam, Aracaju e, no caso do último, Itabaiana. Os dois últimos são onde acontecem a maior parte da atividade de extração terrestre de petróleo. Note-se que o caráter de “enclave” atribuído anteriormente a essa atividade, encontra correspondência na forma como esses municípios são ilhas de menor percentual de pobreza envolvidos por municípios classificados bem abaixo dos mesmos na figura acima.

Se, por um lado, os domicílios de menores percentuais de pobreza estão nas áreas de “enclave” econômico, ou de dinâmica própria relacionada a esse enclave e integrada mais nacionalmente do que no estado, ou de maior diversidade econômica, os municípios de economia menos complexa acabam ocupando as classes restantes de maiores percentuais de domicílios pobres. Dado, como foi visto, a pouca expressão da indústria nesses demais municípios, aqueles onde a produção agropecuária também não é expressiva ocupam classes de maiores percentuais de pobreza do que aqueles onde algum produto agropecuário é economicamente mais expressivo. A exceção a isso são os municípios da microrregião de Propriá que produzem quase todo o arroz sergipano, mas não dispõem de outras atividades mais expressivas no conjunto dos municípios.

## 6.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Foi visto neste capítulo que a análise espacial de dados georeferenciados é um instrumento útil a identificação de adensamentos de pobreza.

Percebeu-se que *clusters* estatisticamente relevantes levantados no capítulo anterior conformam espaços diferenciados, qualquer que seja o indicador de pobreza utilizado.

O *cluster* a noroeste do estado do Paraná, obtido tanto no critério de linha monetária de pobreza quanto no de IPH-M, revelou-se um espaço onde a menor presença relativa de responsáveis pelo domicílio que respondem por mais da metade da renda domiciliar é complementada pela maior frequência, também relativa, de outras pessoas que detêm pelo menos metade da renda domiciliar. A renda do responsável pelo domicílio, nesse *cluster*, contudo, parece exercer papel fundamental, visto ser a de média mais alta dentre os domicílios não pobres, comparativamente aos demais *clusters* mais pobres, sob o critério renda.

O critério IPH-M, de nível intermediário para esse *cluster* – assim como também o é o de percentual de pobreza pelo critério monetário – reforça o entendimento da situação da pobreza no *cluster* a noroeste do estado do Paraná.

Observou-se que para esse *cluster*, a possibilidade de viver-se mais do que 40 anos é maior do que nos demais *cluster* de maior pobreza. Tal característica mais próxima ao quadro do conjunto do estado é acompanhada por igual semelhança na caracterização da situação mais urbana dos domicílios e de acesso a bens e serviços públicos e privados.

A renda do responsável pelo domicílio, deve ser destacado, exerce papel fundamental em todos os *clusters* de pobreza.

Por seu turno, é a renda do trabalho o que, basicamente, constitui a grande parte da renda das pessoas que respondem pela maior parte da renda dos domicílios mais pobres. Não se constituindo as pensões, aposentadorias ou renda oriundas de programas assistenciais fontes relevantes na identificação de domicílios não-pobres nesses *clusters*.

A característica de remuneração no trabalho como principal fonte do responsável pelo domicílio pobre, aliás, é o que muito fortemente diferencia o *cluster* mais situado ao centro do estado do Paraná, juntamente com a maior concentração relativa de pessoas ocupadas como ajudantes na construção civil ou na avicultura, monocultores horti-fruti-grangeiro por conta-



própria e empregadores, ou não, vendedores ambulante, frentistas, lixeiros ou empregados domésticos.

O terceiro e último *cluster* estatisticamente relevante de maior percentual de pobreza no estado do Paraná se caracteriza pela baixa renda domiciliar. O que parece ser o limiar entre os domicílios pobres e não pobres é a quantidade de pessoas que contribui com renda.

Esses dois últimos *clusters*, de maiores percentuais de domicílios pobres, e também maiores IPH-M, se assemelham entre si e se diferenciam das microrregiões e do conjunto do estado, por conta da situação rural de boa parte de seus domicílios. Geralmente isolados. Com pouco acesso a bens e serviços públicos ou privados.

O *cluster* estatisticamente significativo, tanto em termos de maior percentual de domicílios pobres, quanto de IPH-M, no estado de Sergipe, não se diferencia das características modais apresentadas para as microrregiões e para todo o estado, a não ser pela menor renda dos membros do domicílio. Novamente é notada a ausência de contribuição relevante das pensões, aposentadorias e fontes de renda de programas de redução da pobreza. O indicador IPH-M, no caso sergipano, não altera muito a dificuldade de dissociar-se a pobreza com relação ao *cluster* em questão daquela caracterizada para o restante do estado. Apenas o indicador de percentual de pessoas abaixo de 56 anos, com pelo menos um filho que já tenha morrido mostrou-se levemente diferente para este *cluster*, mas não o suficiente para dissociá-lo dos demais municípios de mesmo patamar de IPH-M.

Os subsídios explicativos para essas caracterizações que identificam a pobreza em cada lugar e a diferencia de um estado para outro demonstram que a conformação econômica do espaço está refletida na distribuição dos municípios em termos de seus percentuais de domicílios pobres.

No estado do Paraná, a explicação dada por Rolim (1991 e 2003), serve ao entendimento da distribuição concêntrica da pobreza, em afastamento dos três *clusters* de maior desenvolvimento no estado, dois dos quais compõem os chamados por aquele autor de os dois Paranás.

No estado de Sergipe, os dois *clusters* de menores percentuais de pobreza não parecem interferir na distribuição da pobreza. Esta segue uma distribuição mais associada à quantidade maior ou menor do número de atividades pouco expressivas no conjunto do estado, exercidas por cada município isoladamente, à exceção dos municípios onde ocorrem “enclaves” produtivos ligados à atividade extrativista.

## 7 CONCLUSÃO

Depois de supostos coerentes a partir de uma mesma abordagem, e tecnicamente prestando-se a mesmos fins, a linha de pobreza e o IPH-M foram utilizados para mapear a pobreza nos estados do Paraná e de Sergipe.

Uma vez mapeados os percentuais de pobreza, percebeu-se que os traços gerais com que se pode representar a distribuição dos mesmos em cada estado não apresentam semelhanças, exceto pela concentração dos menores percentuais na área que inclui as capitais. Os determinantes, por sua vez, tanto para aquilo que diferencia os mapas, quanto para o que os assemelha podem ser entendidos enquanto diferentes.

Para o estado do Paraná, os percentuais de pobreza se distribuem mais organizadamente no espaço do que em Sergipe, com um certo padrão sendo observado para duas áreas distintas, que têm com eixos, de um lado, um centro mais pobre, ladeado de *cluster* de menores percentuais e, de outro, um eixo na área semelhante à da Região Metropolitana de Curitiba, ladeada de maiores percentuais de pobreza. Entre as áreas mais pobres ao centro e os *clusters* menos pobres espalhados ao seu redor, municípios de percentuais intermediários de pobreza se distribuem. Os percentuais mais baixos de pobreza a leste do estado, concentrados na área próxima a Curitiba, contudo, têm como vizinhos os *clusters* de percentuais de pobreza que estão dentre os mais altos do estado.

Esses *clusters* mostram-se semelhantes quando utilizados a linha monetária de pobreza e o IPH, sendo que o mapa de *cluster* para esse último minimiza a área de *cluster* mais a norte do estado e aquelas que estão a norte e sul da área semelhante à da região metropolitana de Curitiba. O mapa de *cluster* para o IPH ainda difere, com relação àquele obtido com a linha monetária de pobreza, por apresentar um *cluster* na área que se estende do litoral, passando pela capital, até Ponta Grossa. Suavizados os percentuais com EB Moran, para se minimizar a influência das diferentes populações sobre a interpretação dos percentuais, contudo, os mapas de *clusters* de proximidade de percentuais de pobreza revelaram áreas mais semelhantes para aqueles dois critérios, com o surgimento, no mapa feito para a linha monetária de pobreza, de um *cluster* na área semelhante àquela que se estende do litoral a Ponta Grossa com o mapa de *cluster* do IPH-M não suavizado e também com o mapa de *cluster* do IPH-M suavizado.

Esse *cluster* que vai do litoral até Ponta Grossa é semelhante à área definida no trabalho de Rolim (2003) como “Paraná Urbano”. O autor citado percebe que se formaram no

estado do Paraná duas áreas distintas, chamadas por ele de Paraná do Agrobusiness e Paraná Urbano. O segundo, na área que envolve Curitiba, mas que se situa desde Paranaguá até Ponta Grossa, equivale àquela área onde se implantaram indústrias novas, integradas à indústria dinâmica nacional e cujo centro se encontra na Região Metropolitana de São Paulo. O “Paraná do Agrobusiness”, por sua vez, encontra correspondência nos *clusters* de menores percentuais de pobreza, com exceção da área correspondente àquela que envolve Foz do Iguaçu, para cuja dinâmica Rolim (1991) apresenta uma explicação própria, diferenciada com relação ao estado, e mais relacionada com a proximidade com os outros países. O *cluster* mais concentrado na mesorregião norte do estado, por sua vez, ocupa uma área semelhante àquela para a qual Rolim (2003) observa que passou por um processo de modernização agrícola, fruto da expansão agrícola a partir de São Paulo, e que resultou em aumento da produção industrial de insumos modernos, tais como máquinas, tratores, implementos agrícolas e sementes selecionadas, bem como no desenvolvimento de esquemas sofisticados de comercialização e financiamento, juntamente com concentração fundiária e aumento dos índices de pobreza rural.

Os *clusters* de maiores percentuais de pobreza ao centro, por sua vez, encontram na explicação de Rolim a correspondência com aquelas áreas ocupadas como área de expansão agrícola, principalmente por agricultores que vieram de outra parte do estado do Paraná em busca de terras mais baratas.

Para o estado de Sergipe não há uma explicação tão sistematizada como aquelas feitas por Rolim para o estado do Paraná, mas, a partir dos aspectos dos setores da economia sergipana percebeu-se alguns traços de características econômicas no espaço daquele estado, que sugerem ser possível identificar-se a partir delas as áreas de pobreza mapeadas.

Para Sergipe, a distribuição dos percentuais de pobreza se mostrou dispersa, com exceção da área semelhante à da Grande Aracaju. O *cluster* de menores percentuais de pobreza fortemente estabelecido nesse espaço – confirmado, inclusive com suavização dos percentuais por EB Moran – parece dizer respeito à concentração das atividades urbanas de indústria tradicional, de construção civil e serviços, por conta da atividade extrativa de petróleo e gás no litoral de Aracaju e da convergência para a capital da dinâmica originada nos municípios de Carmópolis, Rosário do Catete e Japarutuba, com a extração mineral por parte da Petrobrás e Companhia Vale do Rio Doce, que, para os lugares da extração e para o restante da economia estadual, parecem atuar como enclave econômico.

O restante da economia sergipana, de forte presença do setor primário, parece dar aos percentuais de pobreza os traços de dispersão, conforme o tipo de atividade agropecuária e sua conformação no espaço onde ela acontece. Assim, nas microrregiões onde a atividade agropecuária é mais concentrada em poucos municípios, a exemplo de Lagarto, São Cristóvão e Laranjeiras e ela é significativa no conjunto do estado – no caso, a pecuária em Lagarto e São Cristóvão e a agricultura de cana-de-açúcar em Laranjeiras – e há uma produção complementar de outros produtos primários, tal como a mandioca em Lagarto e cana-de-açúcar em São Cristóvão, os percentuais de pobreza são menores. O *cluster* formado ao centro do estado e em direção ao sul (centro-sul), mesmo depois de suavizados os percentuais de pobreza por EB Moran, parece relacionar três condições distintas de processos econômicos, quais sejam: a) as atividades urbanas – que respondem pela maior parte do PIB da economia sergipana e estão concentradas na grande Aracaju, principalmente nessa cidade; b) o centro comercial de Itabaiana, consolidado antes mesmo de Aracaju e que, inclusive, alimenta a capital com a intermediação de muitos produtos, o que, por questões que extrapolam nosso trabalho, subsiste até hoje; c) a atividade canavieira concentrada fortemente em Laranjeiras e a pecuária bovina fortemente concentrada em São Cristóvão e Lagarto.

As áreas de monocultura decadente ou de dinamismo não confirmado, como, respectivamente Própria e Neópolis, concentram maiores percentuais de pobreza. Por sua vez, áreas de produção agrícola dispersa em produtos e proprietários, além de realizadas em pequenas áreas, como aquelas da Microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco, também concentra grandes percentuais de pobreza.

O estudo que foi levado a cabo para a presente tese confirmou com maior clareza, a relação entre menores concentrações espaciais de pobreza e as áreas caracterizadas economicamente.

Para os dois estados, os *clusters* de maiores concentrações de pobreza parecem ser explicados como uma zona de expulsão das áreas de maior dinâmica ou peso econômico. Áreas essas geralmente mais afastadas das atividades urbanas e de estrutura produtiva centrada em pequenas unidades ou produção agropecuária familiar.

Além de auxiliar a sugerir relações espaciais entre a pobreza e a atividade econômica, os *clusters* obtidos com a linha monetária de pobreza e o IPH se mostraram viabilizadores da caracterização de espaços e as informações obtidas com esses indicadores podem ser entendidas enquanto complementares umas às outras, confirmando o ponto de partida da pesquisa.

Neste sentido, e para cada estado, os *clusters* suavizados tanto para a linha monetária de pobreza quanto para o IPH envolvem, praticamente, mesmas áreas de municípios. O *cluster* para a linha de pobreza se diferencia da do IPH pelos municípios de Campo do Brito e de Barra dos Coqueiros. O primeiro fica entre os municípios de Itabaiana, Lagarto e Aracaju e o segundo não tem atividade econômica articulada ou minimamente complexa, de modo que pode ser entendido que o *cluster* definido com a linha monetária de pobreza possa sugerir lugares de menores percentuais de pobreza que resultam de benefícios de renda gerados na vizinhança. O *cluster* com IPH, por sua vez acrescenta ao obtido com a linha monetária de pobreza os municípios de Poço Verde e Tobias Barreto, que são municípios tradicionalmente grandes produtores de feijão e relativamente afastados dos municípios com maior expressão produtiva em outras culturas e atividades, de maneira que o *cluster* feito para menores IPH pode representar condições de vida locais mais favoráveis. As atividades de tradição menor, como a rizicultura em Própria, de fomento estatal e articulação fragilmente estabelecida com as atividades econômicas locais, por sua vez, parecem estabelecer piores condições de vida e de renda, como pode ser entendido dos *clusters* suavizados tanto para a linha monetária de pobreza, quanto para o IPH.

Uma vez observado que os *clusters* obtidos com a linha monetária de pobreza e com o IPH são representativos estatisticamente e que os mesmos podem ter correspondência com a maneira como se distribui a atividade econômica, a identificação dos espaços mais pobres a partir da caracterização de seus domicílios pobres pode ser considerada como válida.

Assim, maiores patamares de pobreza no estado de Sergipe com relação ao do Paraná são relacionados a piores níveis de renda e de riqueza dentre os domicílios pobres sergipanos, assim como a menor universalidade no atendimento com serviços públicos. Tal caracterização parece, conforme o que foi visto neste trabalho, não estar indissociada da conformação econômica no espaço.

## BIBLIOGRAFIA

AFONSO, L. E. **Um estudo dos aspectos distributivos da previdência social no Brasil**. 2003. 124 f. Tese (Doutorado em Economia)- Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 2003.

AHLUWALIA, M. S. Inequality, poverty, and development. In: MEIER, G. M.; RAUCH, J. E. **Leading issues in economic development**. New York: Oxford University Press, 2000. p. 387-390.

AMARASINGHE, U. A.; SAMAD, M.; ANPUTHAS M. **Locating the poor: spatially disaggregated poverty maps for Sri Lanka**. Colombo: International Water Management Institute Research Report 96, 2005.

ANSELIN, L. **Spatial econometrics**. Kluwer Academic: Boston, 1988.

\_\_\_\_\_. **GeoDa™ 0.9 User's Guide**. Center for Spatially Integrated Social Science. University of Illinois: Urbana-Champaign, 2003.

\_\_\_\_\_. **GeoDa™ 0.9.5-i Release Notes**. Center for Spatially Integrated Social Science. University of Illinois: Urbana-Champaign, 2004.

\_\_\_\_\_. **Exploring Spatial Data with GeoDa™: a workbook**. Center for Spatially Integrated Social Science. University of Illinois: Urbana-Champaign, 2005. Disponível em: <<https://www.geoda.uiuc.edu/pdf/geodaworkbook.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2008.

AZZONI, C. R. Concentração regional e dispersão das rendas per capita estaduais: análise a partir de séries históricas estaduais do PIB, 1939-1995. **Estudos Econômicos**, IPE/FEA/USP, São Paulo, v. 27, n. 3, 1997.

BANCO MUNDIAL (BM). **World development report**. New York: Oxford University Press, 1980.

\_\_\_\_\_. **Using disaggregated poverty maps to plan sectoral investments**. The World Bank Prem Note, n. 5, maio 1998.

\_\_\_\_\_; Fundo Monetário Internacional (FMI). **Bank/fund collaboration on public expenditure issues**. IMF's Fiscal Affairs Department e World Bank's Poverty Reduction and Economic Management Network, fev. 2003.

BARROS, R. P de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A. **Estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 800).

BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BENSON, T. **The poverty targeting efficiency of public works programs: an application of poverty mapping in Malawi**. Washington: International Food Policy Research Institute. dez. 2002.

BOLTVINIK, J. Poverty in Latin America: a critical analysis of three studies. **Interational Social Science Journal**, 148:245-260, 1996.

\_\_\_\_\_. Poverty measurement methods - an overview. **Poverty Elimination Programme**, UNDP, 1998.

BOWLEY, A. **The new survey of London life and labour**. H. Llewellyn Smith (ed.). London: P. S. King, 1930 a 1935.

BRANT, R. Previdência, inclusão social e combate à pobreza. In: **Informe de Previdência Social**, v. 13, n. 07, jul. 2001. Disponível em: <[http://www.previdencia.gov.br/docs/pdf/inf\\_julho01.pdf](http://www.previdencia.gov.br/docs/pdf/inf_julho01.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2005.

CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. GeoComputação e análise espacial: partilhando visões do espaço. In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE ESPACIAL DE DADOS EM SAÚDE, 1999, Fiocruz. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/geopro/apresentacoes/geocomputacao.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. (Coleção Zero à Esquerda).

CERQUEIRA, L. C. L. **O sistema PETROBRÁS em Sergipe**. 1990. 73. f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas)- Departamento de Economia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1990.

CIESIN (Center for International Earth Science Information Network). **Where the poor are: an atlas of poverty**. Palisades, NY: Columbia University, 2006. Disponível em: <<http://www.ciesin.columbia.edu/povmap/>>. Acesso em: 20 set. 2007.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.

CORTEZ, B. F.; OLIVEIRA, P. A. **Análise sócio econômica das comunidades de baixa renda do município**. 1999. 81 f. Monografia (Bacharelado em Estatística)- Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 1999.

CRUMP J.R. Teaching the political geography of poverty. **Journal of Geography**, n. 96 (2), p. 98-104, 1997.

DASGUPTA, P., SEN, A. K.; STARRET, D. Notes on the measurement of inequality. **Journal of Economic Theory**, n. 6, p. 180-187.

DAVIS, B. **Choosing a method for poverty mapping**. Roma: FAO, 2003.

DAVIS, B.; SIANO, R. **Issues and concepts for the norway-funded project improving methods for poverty and food insecurity mapping and its use at country level**. Washington, DC: FAO, 2001.

DEATON, A. **The analysis of household surveys: a microeconomic approach to development policy**. Baltimore, Maryland, U.S.A, World Bank: The Johns Hopkins University Press, 1997. Disponível em: <[http://www.wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/1997/07/01/000009265\\_3980420172958/Rendered/PDF/multi\\_page.pdf](http://www.wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/1997/07/01/000009265_3980420172958/Rendered/PDF/multi_page.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2007.

DESAI, M. Drawing the line: on defining the poverty threshold. In: GOLDING, Peter (ed.). **Excluding the poor, child poverty action group**. London, 1986.

DORYAN, E. Poverty, human development, and public expenditure. **Pan american health organization equity and health: views from the pan american sanitary bureau**. Washington, D.C: PAHO, 2001. (Occasional Publication, n. 8). p. 50-55.

EDEN, Sir F. M. **The state of the poor or an history of the labouring classes in England from the conquest to the present period**, v. 3, London, 1797.

EJIGU, M. **Poverty mapping as a tool for environmental policy: the case of IGAD countries**. Partnership for African Environmental Sustainability: FAO/CGIAR/UNEP workshop, Brussels, maio 2003.



FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. In: MEIER, G. M.; RAUCH, J. E. **Leading issues in economic development**. 7<sup>a</sup> ed. New York: Oxford University Press, 2000. p. 417-420.

FUKUDA-PARR, S. Operacionalizando as idéias de Amartya Sen sobre capacidades. UNPD/PUC-Minas Virtual. **Curso de Introdução ao Desenvolvimento Humano**, set. 2002.

HAQ, M. ul. “Reflexões sobre o desenvolvimento Humano”. In PNUD, Desenvolvimento Humano Sustentável, 1995. Disponível em [www.PNUD.org.br/desen.htm?B1=DHS](http://www.PNUD.org.br/desen.htm?B1=DHS), acessado em 20.05.2004.

\_\_\_\_\_. O paradigma do desenvolvimento humano. In: UNPD/PUC-Minas Virtual. **Curso de Introdução ao Desenvolvimento Humano**, set. 2002.

HEALEY, J., FOSTER, M., NORTON, A.; BOOTH D. **Towards national public expenditure strategies for poverty reduction**. Londres: ODI Poverty Briefings, mar. 2000.

HENNINGER, N. Mapping and geographic analysis of human welfare and poverty. **Review And Assessment**. World Resources Institute Washington, D.C., USA, 1998.

HIMMELFARB, G. **The idea of poverty: england in the early industrial age**. London: Faber and Faber, 1984.

HOFFMAN, R. Distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 2, n. 8/9, p. 2-12, 1972.

\_\_\_\_\_. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 9, p. 159-172, 1995.

HUMMELS, D. **Global income patterns: does geography play a role?** 1995. cap. 2. Tese(PhD)- University of Michigan, 1995

IBGE: banco de dados. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/dl/Lista-indicadores\\_do\\_Atlas.htm](http://www.pnud.org.br/atlas/dl/Lista-indicadores_do_Atlas.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2006.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Famílias pobres no estado do Paraná**. Curitiba, 2003.

JALAN, J.; RAVALLION, M. Spatial Poverty Traps?. **Policy Research Working Paper, 1862**. World Bank: Washington, 1997.

JORGE NETO, P. de M.; MARINHO, E. L. L. Gastos públicos e condições de vida nos municípios do estado do Ceará. **Estudos Econômicos**, Fortaleza: CAEN/UFC, n. 006, abr. 2000.

KAMARCK A. **The tropics and economic development: a provocative inquiry in the poverty of nations**. The Johns Hopkins Press, 1976.

KANBUR, R. Conceptual challenges in poverty and inequality: one development economist's perspective. **Working Paper 2002-09**. Department of Applied Economics and Management: Cornell University, 2002.

KERSTENETZKY, C. L. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, fev. 2000.

KIFLE, H., HUSSAIN, M. e MEKONNEN, H. **Achieving the millennium development goals in Africa: progress, prospects, and policy implications**. African Development Bank: Global Poverty Report 2002, jun. 2002.

LLEWELLYN-SMITH, H. The new survey of london life and labour. **Journal of the Royal Statistical Society**, v. 92, n. 4, 1929. p. 530-558.

LOK-DESSALLIEN, R. **Review of Poverty Concepts and Indicators**. Poverty Elimination Programme/UNPD, 1998. (Poverty Reduction Series)

MACNAMARA, R. **Redistribution with growth**. World Bank Board of Governors in Nairobi, 1973.

MARSHALL, T. H. Citizenship and social justice. **Social Justice Research**, Springer Netherlands v. 5, n. 2, jun. 1992, p. 195-212.

MARSHALL, A.W.; OLKIN, I. **Inequalities: theory of majorization and its applications**. New York: Academic Press, 1979.

MAXWELL, S. **The meaning and measurement of poverty**. ODI Poverty Briefing, n. 3, fev. 1999.

MELO, R. O. L. de. **Geração de emprego e renda**. Aracaju, Fórum Pensar Sergipe, v. 1, 1999.

MORRISSEY, O. **Making debt relief conditionality pro-poor**. Helsinki, Finlândia: World Institute for Development Economics Research. United Nations University. jan. 2002. (Discussion Paper, n. 04)

NÓBREGA, W. Papel do setor público na inserção e integração da economia sergipana na economia nacional: impressões a partir das transformações na indústria durante as décadas de 1960 e 1970. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 4, p. 607-620, 2003

OLIVEIRA, J. et al. “Notas Sobre a Inserção Sócioeconômica de Moradores da Favela”. Rio de Janeiro. Anais da ABEP em Caxambu, MG. Outubro, 2000. CD-Rom.

PETRUCCI, A.; SALVATI, N.; SEGHERI, C. **The application of a spatial regression model to the analysis and mapping poverty**, n. 7, Rome: FAO, 2003. (Environment and Natural Resources Series)

PIACHAUD, D. **Peter townsend and the holy grail**. New Society, p. 419-421, set. 1981.

PNUD-ÍNDIA - South Asia Special. Public expenditure and human development. **India: the road to human development**. In: INDIA DEVELOPMENT FORUM, 1997, Paris, 1997, jun. 1997. p. 23-25.

PNUD/IPC - International Poverty Centre. **The many dimensions of poverty**. Brasília, ago. 2005, p. 29-31.

PNUD, IPEA; FJP. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2003. 1 CD-ROM.

PRESSMAN, Steven; SUMMERFIELD, Gale. The economic contributions of Amartya Sen. **Review of Political Economy**, v. 12, n. 1, p. 89-113, Taylor; Francis Group, 2000.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus Ltda., 1980.

RAY, D. **Development economics**. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

RIO GROUP - Expert Group on Poverty Statistics. **Compendium of best practices in poverty measurement**. Rio de Janeiro, setembro de 2006. Cap. 1, p. 15-34.

ROCHA, S. **On statistical mapping of poverty: social reality, concepts and measurement**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão, n. 553).

\_\_\_\_\_. Pobreza no Brasil: o que há de novo no limiar do século XXI? Niterói, **Revista Economia**, v. 2, n. 1, p. 73-106, jan.-jun., 2001.

\_\_\_\_\_. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROLIM, C. F. C. **Foz do Iguaçu: ensaio interpretativo sobre a formação de um complexo turístico-exportador.** Trabalho apresentado no Encontro Nacional da Anpur, 4, 1991, Salvador, ANPUR, 1991.

\_\_\_\_\_. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para um projeto político. **Revista de Economia**, Curitiba, 1994.

\_\_\_\_\_. É possível a existência de sistemas regionais de inovação em países subdesenvolvidos? **Revista de Economia**, Curitiba, v. 26/27, p. 275-300, 2005.

\_\_\_\_\_. Integração Competitiva e Território: que fazer com as regiões excluídas? In: ROLIM, Cassio; FRANCO, Antonio S; BOLNIK, Bruce; ANDERSSON, Per-Ake. (orgs.). **A economia moçambicana contemporânea: ensaios.** Maputo: Gabinete de Estudos-Ministerio do Plano e Finanças, 2002, p. 569-588.

\_\_\_\_\_. **Um índice de pobreza humana municipal para o Brasil.** Curitiba. CMDE/UFPR, 2005. (Texto para discussão, n. 17).

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do estado-providência.** Lisboa: Editorial Inquérito, 1984.

ROWNTREE, B. S. Towards exchequer subsidies for housing 1906-1914. In: **Social Policy e Administration**, n. 6, v. 1, p. 3-18, jan. 1972.

\_\_\_\_\_. **The human needs of labour.** Londres: Thomas Nelson and Sons, 1918.

\_\_\_\_\_. **The human factor in business.** Londres: Lonqmans, Green, and Co., 1921

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza.** Trad. Heloiza Brambatti. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 1999.

SALVATORE, M.; POZZI, F.; ATAMAN, E.; HUDDLESTON, B.; BLOISE, M. **Mapping global urban and rural population distributions.** Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), 2005.

SANTANA, N. **A inserção do estado de Sergipe na política de incentivos fiscais do Nordeste: 1963 – 1988.** 1991. 92 f. Monografia (Especialização em Ciências Sociais)- Núcleo Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1991.

SCHWARTZMAN, S. Estatísticas da pobreza. **Revista Brasileira de Estatística**, v. 58, n. 209, jan-jun. 1997, p. 7-18. Disponível (em ingles) em:  
<<http://www1.ibge.gov.br/poverty/pdf/brasil1.pdf>>

\_\_\_\_\_. **Vantagens e desvantagens das linhas de pobreza.** Disponível em:  
<<http://www.schwartzman.org.br/simon/linhas.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2007.

SEN, A. K. **Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation.** Oxford, U.K.: Clarendon Press, 1981.

\_\_\_\_\_. **Resources, values and development.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1984.

\_\_\_\_\_. On the foundations of welfare economics: utility, capability and practical reason. In: FARINA, F.; HAHN, F.; VANNUCCI, S. (ed.). **Ethics, rationality and economic behavior.** Oxford: Clarendon Press, 1996.

\_\_\_\_\_. **On economic inequality.** New York: Clarendon Oxford Press, 1997.

\_\_\_\_\_. Teorías del desarrollo a principios del siglo XXI. **Cuadernos de Economía**, v. XVII, n. 29, Bogotá, 1998, p. 73-100.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como liberdade.** Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade reexaminada.** Tradução e apresentação Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. Elements of a theory of human rights. In: **Philosophy and Public Affairs**, n. 32, v. 4: p. 315-356, 2004a.

\_\_\_\_\_. Capabilities, lists, and public reason: continuing the conversation. **Feminist Economics**, v. 3, n. 10, p. 77-80, 2004b.

SEN, A.; DRÈZE, J. **Hunger and Public Action.** Oxford: Clarendon Press, 1989.

SHAFFER, P. New thinking on poverty dynamics: implications for policy. **Poverty Reduction Working Group**. Ottawa: Canadian International Development Agency, September 28, 2000.

SHEPHERD, I. D. H. **Booth's 'true' poverty map of London**. Disponível em: <[http://mubs.mdx.ac.uk/Staff/Personal\\_pages/Ifan1/Booth/zonemap.htm](http://mubs.mdx.ac.uk/Staff/Personal_pages/Ifan1/Booth/zonemap.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2007.

SNEL, M.; HENNINGER, N. **Review of the Development and Use of Poverty Maps: 14 Case Study Notes**. World Resources Institute and UNEP/GRID-Arendal, 2002. Disponível em: <<http://population.wri.org/e/www.povertymap.net>>.

STREETEN, P. Tendências oscilantes no diálogo sobre o desenvolvimento. **International Journal of Applied Economics and Econometrics**, n. II, v. 1, jan.-mar. 2003.

\_\_\_\_\_. SHAHID, J. B., MAHBUB UL HAQ, HICKS, N.; STEWART, F. **First things first: meeting basic human needs in the developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 1981.

THOMPSON, E. P. The moral economy reviewed. In: **Customs in Common**. Penguin Books, 1993, p. 259–351.

THORNTON, P. *et al.* **Mapping poverty and livestock in the developing world**. International Livestock Research Institute, 2002. Disponível em: <<http://www.cgiar.org/ilri/InfoServ/Webpub/fulldocs/mappingPLDW/index.htm>>.

THORBECKE, E. The evolution of the development doctrine and the role foreign aid: 1950-2000. In: TARP, Finn. **Foreign aid and development lessons learnt and directions for the future**. London: Rotledge, 2000, p. 17-47.

\_\_\_\_\_. **Multi-dimensional poverty: conceptual and measurement issues**. Paper prepared for The Many Dimensions of Poverty, UNDP International Poverty Centre, Brasília, August, 2005. p. 29-31, 2005.

TOWNSEND, P. **Poverty n the united kingdom: a survey of household resources and standards of living**. Penguin: Harmondsworth, 1979.

\_\_\_\_\_. **The international analysis of poverty**. Harvester/Wheatsheaf: Hertfordshire, 1993.  
UNPD – Índia. Public Expenditure and Human Development. In: **South Asia Special: India: the Road to Human Development**. India Development Forum, Paris, p. 23-25 June, 1997.

UNEP/GRID-Arendal Web Site. **Workshop on the impacts of poverty maps: past experiences and new applications.** Brussels, May, 2003. Disponivel em: <[http://www.povertymap.net/publications/doc/brussels\\_2003/report.cfm](http://www.povertymap.net/publications/doc/brussels_2003/report.cfm)>.

WHITE, S. **Review article: social rights and the social contract: political theory and the new welfare politics.** In: B. J. Pol. S. n. 30, Cambridge University Press, p. 507-532.

WOOLF, S. **The poor in western europe in the eighteenth and nineteenth centuries.** London: Methuen, 1986

## ANEXO A – CARACTERIZAÇÃO DOS ESTADOS DO PARANÁ E DE SERGIPE

Tabela 63 – Caracterização comparativa dos estados do Paraná e Sergipe

<i>Característica</i>	<i>Paraná</i>	<i>Sergipe</i>
Área	199.281,7 km <sup>2</sup>	21.962,1 Km <sup>2</sup>
Densidade demográfica	48,0 hab/km <sup>2</sup>	81,1 hab/km <sup>2</sup>
População Total	9.563.458	1.784.475
Urbana	7.786.084	1.273.226
Rural	1.777.374	511.249
Taxa de Urbanização	81,41%	71,35%
<b><i>Distribuição da população por faixa etária</i></b>		
Menos de 15 anos	2.747.130	595.327
15 a 64 anos	6.275.734	1.097.569
65 anos e mais	540.594	91.579
Razão de Dependência	52,4%	62,6%
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	20,3	48,5
Esperança de vida ao nascer (anos)	69,8	64,1
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	2,3	2,7
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	20,3	48,5
Esperança de vida ao nascer (anos)	69,8	64,1
Taxa de analfabetismo	11,7	29,6
% com menos de 4 anos de estudo	31,0	48,1
% com menos de 8 anos de estudo	63,4	71,7
Média de anos de estudo	6,0	4,7
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	312,4	163,5
Proporção de Pobres (%)	23,7	54,0
Índice de Gini	0,61	0,66
<b><i>Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População</i></b>		
20% mais pobres	2,4	1,5
40% mais pobres	8,3	6,3
60% mais pobres	18,1	15,0
80% mais pobres	34,9	30,4
<b><i>Acesso a Serviços Básicos</i></b>		
Água Encanada	94,8	71,5
Energia Elétrica	97,7	91,8
Coleta de Lixo <sup>1</sup>	97,1	89,7
<b><i>Acesso a Bens</i></b>		
Geladeira	90,3	70,8
Televisão	90,0	81,5
Telefone	42,3	19,8
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos	0,3	0,5
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	8,3	9,1
% de crianças em famílias com renda inferior a 1/2 salário mínimo	34,3	67,6
% de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores	4,7	7,2
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,787	0,682
Educação	0,879	0,771
Longevidade	0,747	0,651
Renda	0,736	0,624

Fonte: PNUD/IPEA/FJP. “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil” (2003)



## ANEXO B – MAPAS DE DISTRIBUIÇÃO DOS PERCENTUAIS DAS CARACTERÍSTICAS MODAIS DOS DOMICÍLIOS POBRES

São apresentados, abaixo, mapas da distribuição dos percentuais das características<sup>54</sup> modais dos domicílios pobres, por municípios e faixas de linha de pobreza e, também, IPH.

Para realizar o mapeamento por faixa de linha de pobreza foi adotado o seguinte critério: só é mapeada a característica para uma determinada faixa da linha de pobreza quando, em pelo menos uma das faixas, a característica modal é diferente daquelas apresentadas para as demais. Assim, é apresentado um só mapa para os dados das faixas que têm a mesma característica e outro para cada faixa de característica modal diferente. Não ocorrendo exceções para uma mesma característica, portanto, o mapa é feito para a característica e os dados de toda a linha de pobreza.

Foram selecionados, apenas, os mapas que evidenciam possíveis *clusters* de vizinhança espacial entre municípios de percentuais muito próximos para cada característica modal<sup>55</sup>. Isso é feito para permitir a comparação posterior desses mapas com os do capítulo anterior, de modo que os possíveis *clusters* de percentuais de domicílios pobres (obtidos naquele capítulo) sejam associados a características modais dos domicílios pobres (obtidos nesse capítulo), que sugiram a caracterização daqueles *clusters* de percentuais de pobreza.

### 1 MAPEAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS POBRES, A PARTIR DA LINHA MONETÁRIA DE POBREZA.

#### 1.1 Paraná

Apenas as variáveis que dizem respeito à habitação apresentaram alguma exceção em pelo menos uma faixa de linha de pobreza, em termos de característica modal dos domicílios pobres nos municípios. Mais especificamente, total de cômodos, total de cômodos como dormitório, total de homens e total de mulheres por domicílio.

---

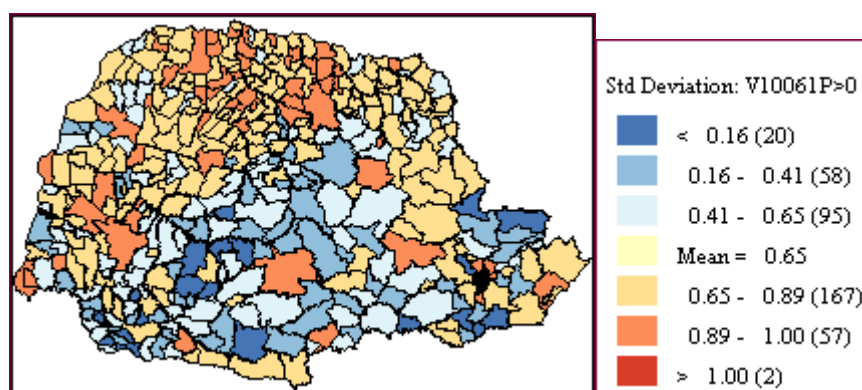
<sup>54</sup> Tais características são as mesmas do questionário “domicílios” dos microdados do Censo 2000.

<sup>55</sup> Em outras palavras, foram descartados os mapas em que, para as mesmas características, municípios de percentuais de domicílios próximos, encontram-se distantes uns dos outros.

Isto é bastante esperado, visto que, para tais variáveis, as frequências das observações mais próximas à moda são bem semelhantes entre si.

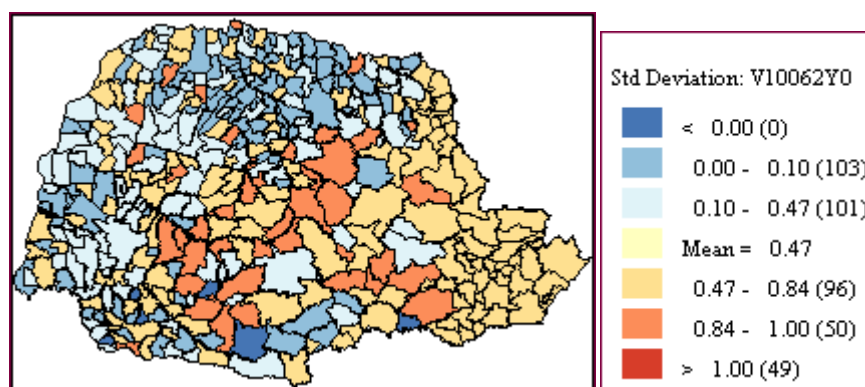
Para as demais variáveis, as mesmas características predominantes para os domicílios pobres de todo o estado também o são para a maioria dos municípios.

O número de mapas dessas características modais dos domicílios pobres paranaenses, que sugerem algum *cluster* de municípios, é de dezesseis. Desses, três são mapas para faixas de linha de indigência que apresentaram características modais diferentes das demais. Assim, para treze variáveis são apresentados mapas. Esse número representa 48,15% das características consideradas no presente capítulo e cobre seis das dez características do grupo de habitação; duas das oito do grupo de bens e utensílios domésticos; e, seis das nove características do grupo de bens e serviços públicos. Os mapas são mostrados a seguir.



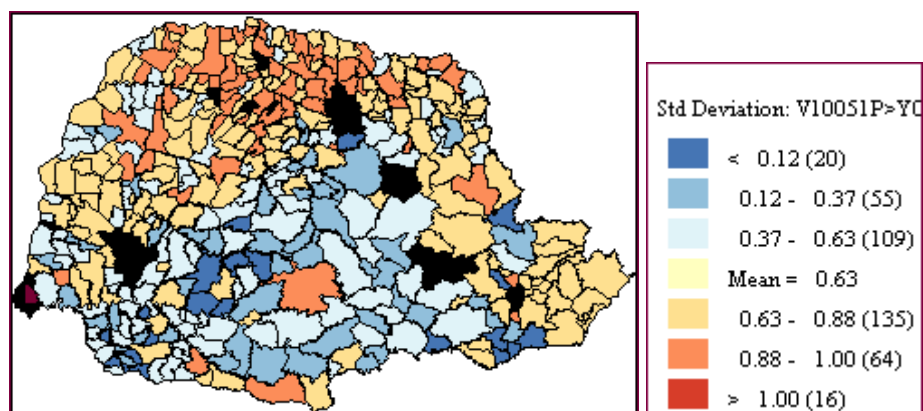
**Figura 74 – Percentual de domicílios pobres com renda não-nula e característica modal “urbano” para a situação do domicílio (Paraná, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



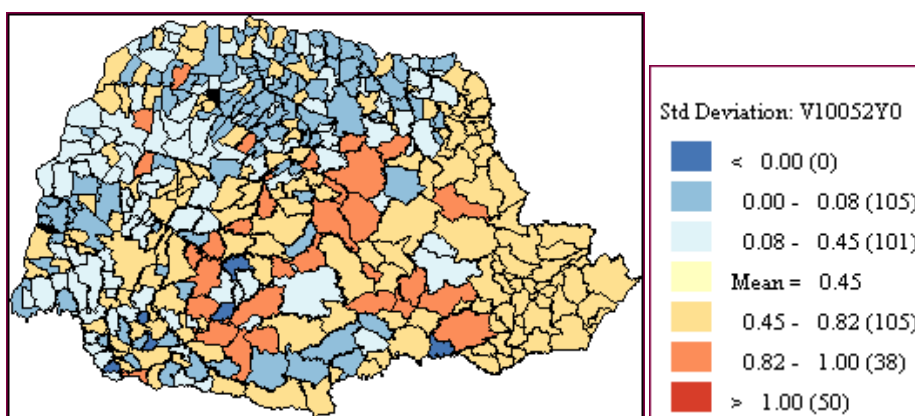
**Figura 75 – Percentual de domicílios pobres com renda nula e característica modal “rural” para a situação do domicílio (Paraná, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



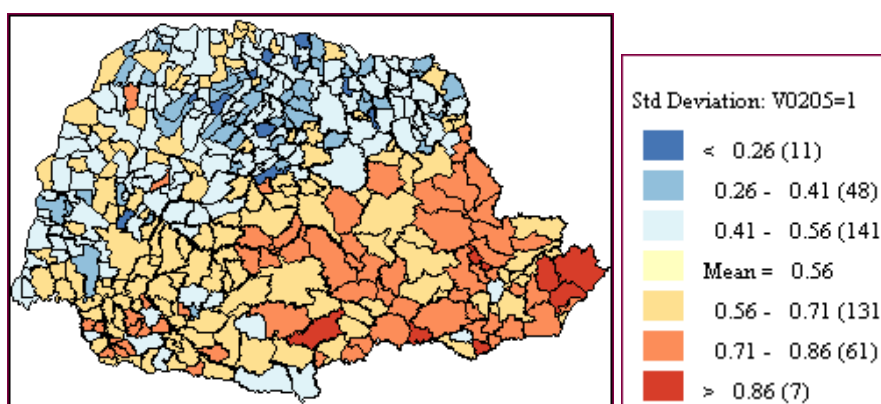
**Figura 76 – Percentual de domicílios pobres com renda não-nula e característica modal “área urbanizada de cidade ou vila” para a situação do setor Censo (Paraná, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



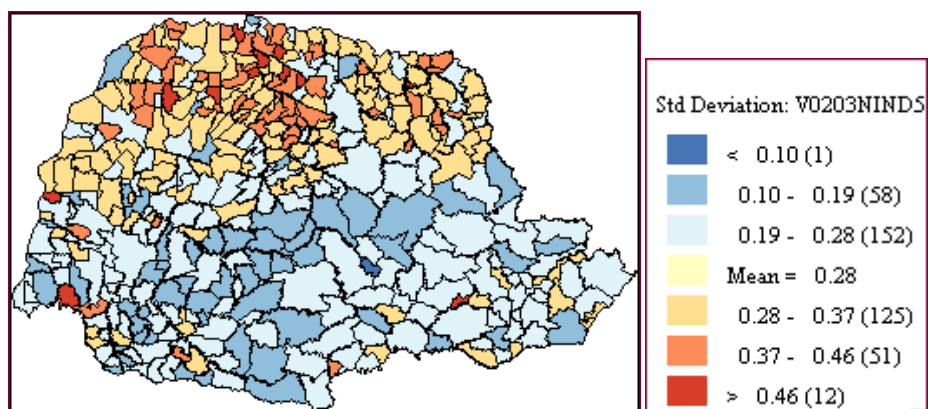
**Figura 77 – Percentual de domicílios pobres com renda nula e característica modal “rural - exclusive os aglomerados rurais” para a situação do setor censo (Paraná, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



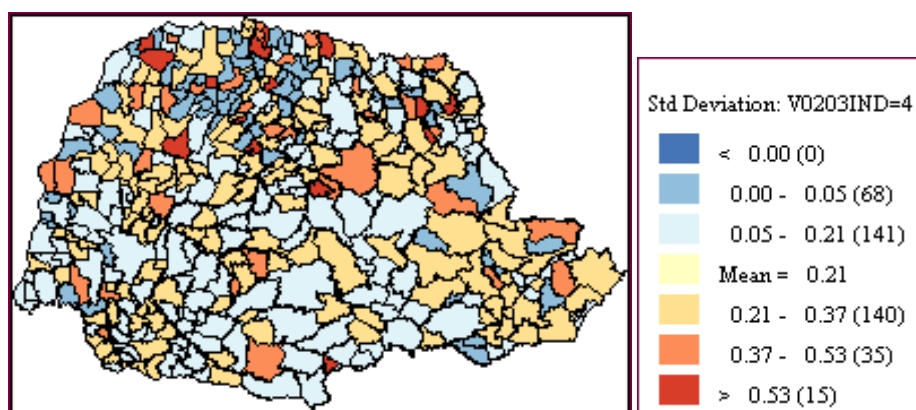
**Figura 78 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “próprio, já pago” para a condição do domicílio (Paraná, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



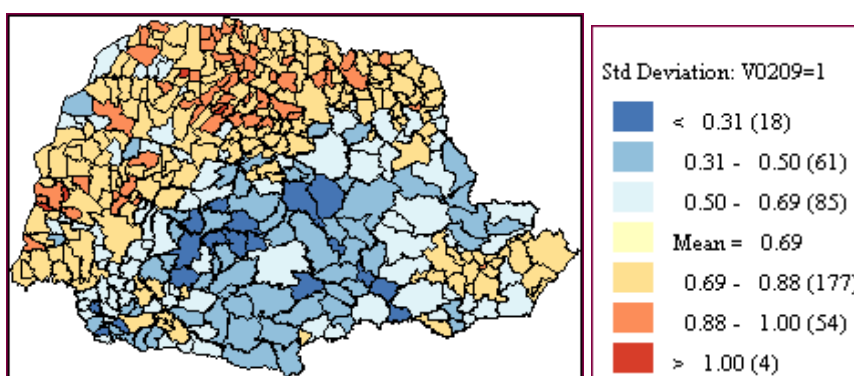
**Figura 79 – Percentual de domicílios pobres não-indigentes, com característica modal “5” para o total de cômodos (Paraná, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



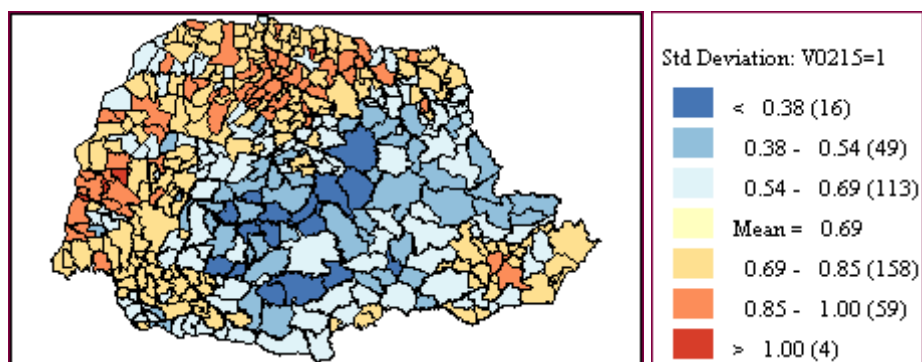
**Figura 80 – Percentual de domicílios pobres indigentes, com característica modal “4” para o total de cômodos (Paraná, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



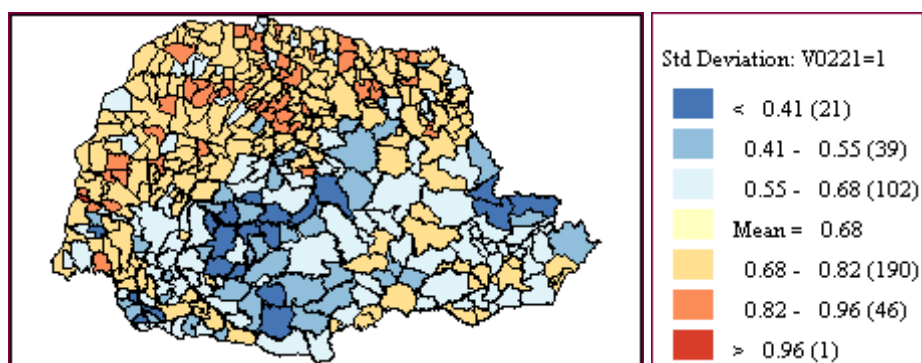
**Figura 81 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “1” para o total de banheiros (Paraná, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



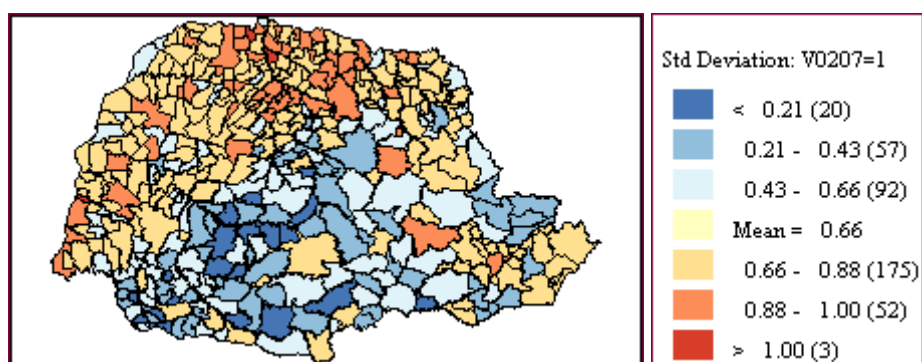
**Figura 82 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para a existência de geladeira ou freezer (Paraná, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



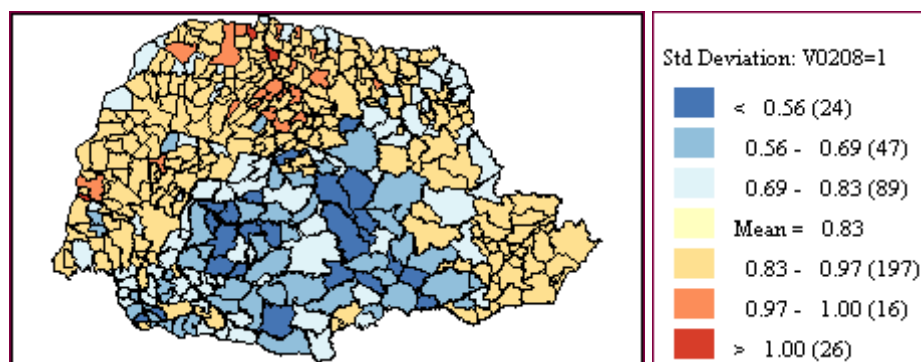
**Figura 83 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “1” para o número de televisores (Paraná, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



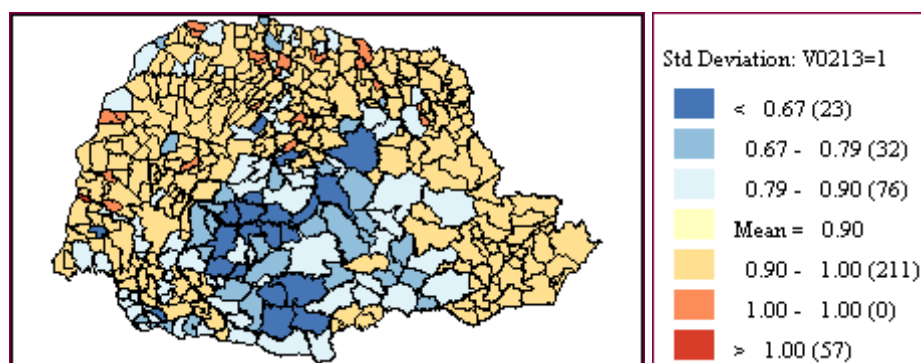
**Figura 84 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “rede geral” para a forma de abastecimento d’água (Paraná, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



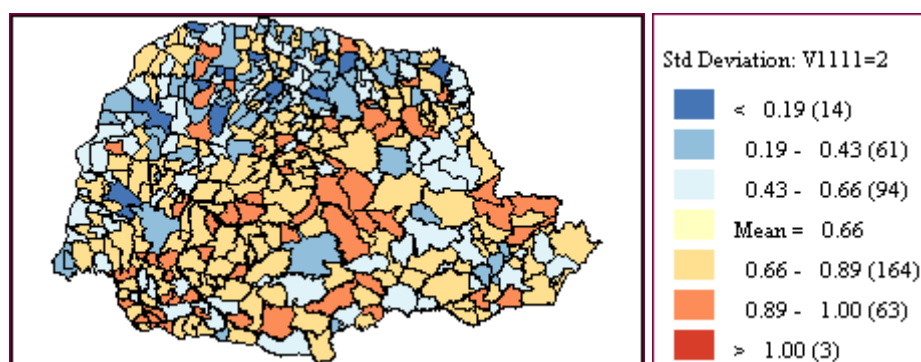
**Figura 85 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “canalizada em pelo menos um cômodo” para o tipo de canalização (Paraná, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 86 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para existência de iluminação elétrica (Paraná, municípios 2000).**

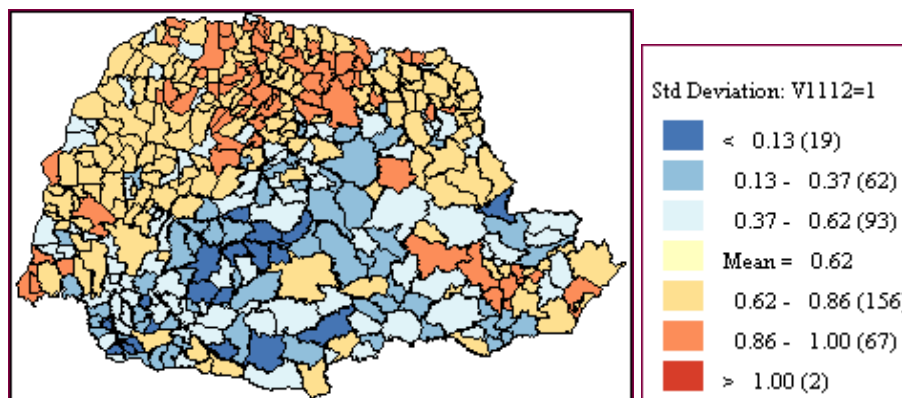
Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 87 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “não” para a existência de identificação (Paraná, municípios 2000).**

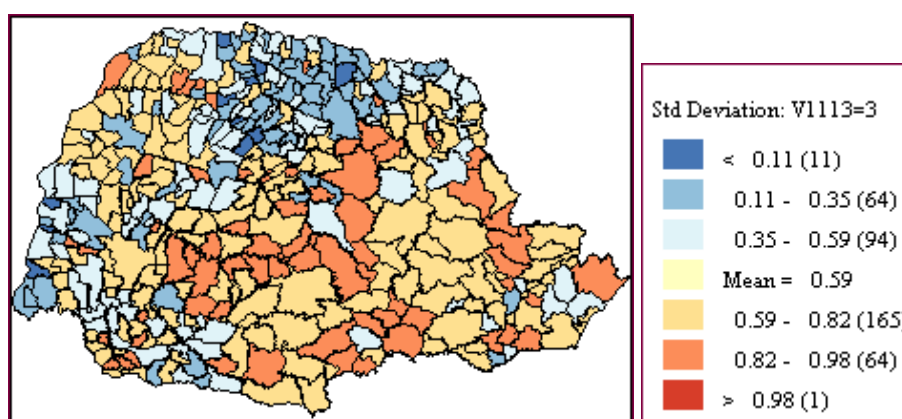
Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.





**Figura 88 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para a existência de iluminação pública (Paraná, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 89 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “não” para a existência de calçamento/pavimentação (Paraná, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

Na figura 74 são vistos três grupos de municípios para os quais os percentuais da característica “urbana”, para a variável situação do domicílio, estão entre os menores, considerados os domicílios de renda não-nula. Dois estão ao norte e ao sul do município de Curitiba e o terceiro está no centro do estado. Por sua vez, quando vista a distribuição do percentual de domicílios com renda nula e característica rural, para aquela mesma variável de situação do domicílio (figura 75), nota-se que os municípios de maiores percentuais estão alinhados mais ao centro do estado.

As distribuições mostradas nas figuras 74 e 75 são muito próximas daquelas, respectivamente, das figuras 76 e 77. Pode ser dito, então, que os *clusters* de municípios de maiores percentuais de pobreza, caracterizados como menos urbanos, independentemente da faixa de linha de pobreza e também de rural, para o *cluster* central, na faixa de renda nula,

recebem outras características. Tais características são, respectivamente, menos “área urbanizada de cidade ou vila” e mais “rural – exclusive os aglomerados rurais”.

Comparativamente aos *clusters* apresentados no capítulo anterior, essas áreas correspondem àquelas dos mesmos *clusters* mostrados à figura 09, à exceção dos *clusters* de municípios de menores percentuais de domicílios pobres, situados ao norte e a oeste do estado. Deste modo, pode ser sugerido que os municípios paranaenses mais pobres têm características menos urbanas e são menos situados em área urbanizada de cidade ou vila. Tais características são válidas para os três *clusters* de maiores percentuais de domicílios pobres, principalmente nas faixas de linha de pobreza com renda não-nula. O *cluster* central caracteriza-se, ainda, pela situação rural dos domicílios de renda nula.

Na figura 78 percebe-se que, praticamente, separando o estado de nordeste a sudoeste, os municípios pobres da porção inferior apresentam percentuais de domicílios próprios e já pagos maiores do que o da porção superior. Com relação à figura 09, isso sugere que os domicílios mais pobres paranaenses são mais caracteristicamente próprios e já pagos do que os menos pobres.

O número de 5 cômodos, como característica modal para a maioria dos domicílios na faixa de linha de pobreza de não-indigência, indica, comparadas as figuras 93 e 09, que os municípios nos *clusters* de menores percentuais de domicílios pobres, têm esses municípios caracterizados por maior incidência do número de 5 cômodos (moda). Em reforço a isso, nota-se, na figura 94, para os domicílios indigentes, que os municípios que mais se aproximam da média de percentual do número de 4 cômodos, como moda, desloca-se, com relação à figura 93, para o centro e leste do estado.

Em reforço à informação das condições de habitação que mais caracterizam os diferentes grupos de domicílios, de percentuais de domicílios pobres, da comparação entre a figura 95 e a figura 09 percebe-se que o número de um banheiro, para o total de banheiros por domicílio, apresenta-se como moda mais para os municípios de menores percentuais de pobreza do que para o de maiores.

Para as duas variáveis de dotação de bens e utensílios domésticos, cujos mapas são mostrados nas figuras 96 e 97, os municípios de maiores percentuais das características modais dentre os domicílios pobres – respectivamente, “sim” para existência de geladeira ou freezer e “um” para quantidade de televisores – correspondem àqueles que ocupam espaços semelhantes nos *clusters* de menores percentuais de pobreza, mostrados na figura 09.



As variáveis de bens e serviços públicos também apresentaram possíveis relações espaciais com os percentuais de domicílios pobres.

No tocante à variável abastecimento d'água (figura 98), os espaços ocupados, nos *clusters* de municípios com maiores percentuais de domicílios pobres (figura 09), são semelhantes aos ocupados por municípios de menores percentuais de domicílios que têm a rede geral como forma de abastecimento d'água.

Quanto ao tipo de canalização (figura 99), os municípios de menores percentuais da característica “canalizada em pelo menos um cômodo” estão situados na área central, onde também fica um *cluster* de domicílios com maiores percentuais de domicílios pobres (figura 09).

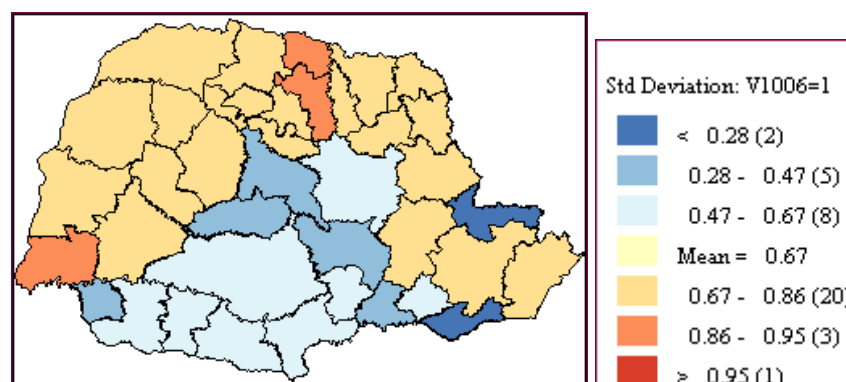
A figura 100, que mapeia o percentual da característica modal “sim”, para a variável existência de iluminação elétrica, também traz em destaque um grande grupo de municípios ao centro do estado com menores percentuais daquela característica modal.

A característica modal “não”, para a variável existência de identificação, por sua vez, como mostrado na figura 101, apresenta maiores percentuais de ocorrência dentre os domicílios dos municípios mais pobres ao norte e ao sul de Curitiba e no centro do estado, áreas essas correspondentes, parcialmente, a alguns dos *clusters* vistos na figura 09.

A característica “sim”, como moda para a variável existência de iluminação pública, cujo mapa é apresentado na figura 102, demarca áreas muito semelhantes às aquelas apresentadas como *clusters* na figura 09. Neste caso, os menores percentuais da característica modal tratada acontecem para os municípios agrupados por maiores percentuais de pobreza.

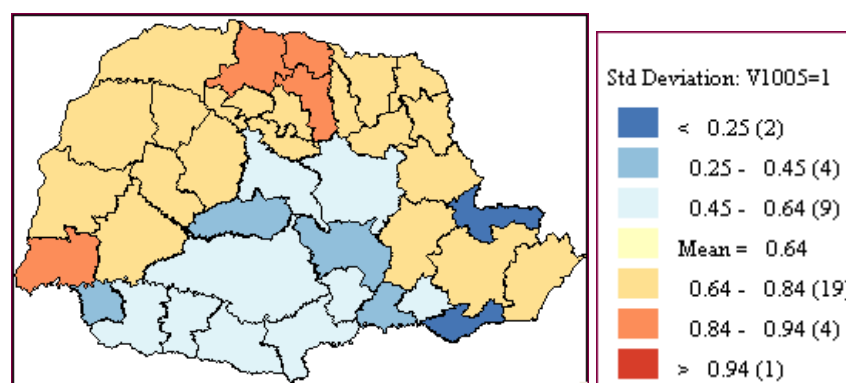
Na figura 103, a característica modal “não”, para a variável existência de calçamento/pavimentação, é mais freqüente nos domicílios localizados em áreas semelhantes às dos *clusters* de municípios com maiores percentuais de domicílios pobres, assim como é menos freqüente em áreas semelhantes às dos *clusters* de municípios com menores percentuais de domicílios pobres.

Uma vez distribuídas, espacialmente, as características, e diferenciados, com base nelas, os *clusters* de municípios mais pobres daqueles menos pobres, também se pode ver a relação entre a distribuição daquelas características e a da pobreza, num nível de agregação maior, para as microrregiões, como a seguir.



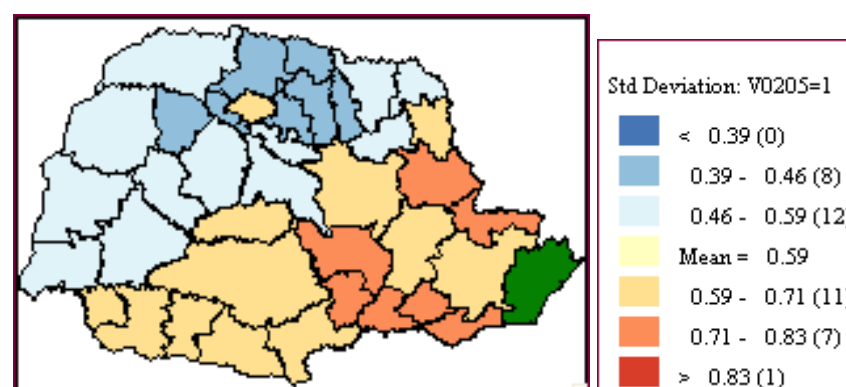
**Figura 90 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “urbano” para a situação do domicílio (Paraná, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



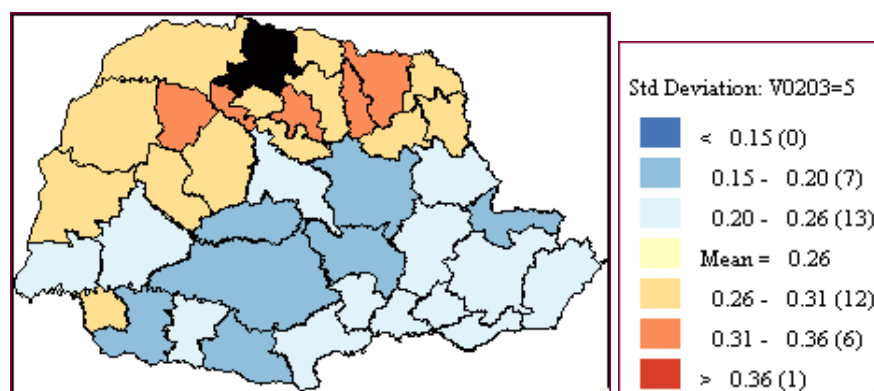
**Figura 91 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “área urbanizada de cidade ou vila” para a situação do setor Censo (Paraná, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



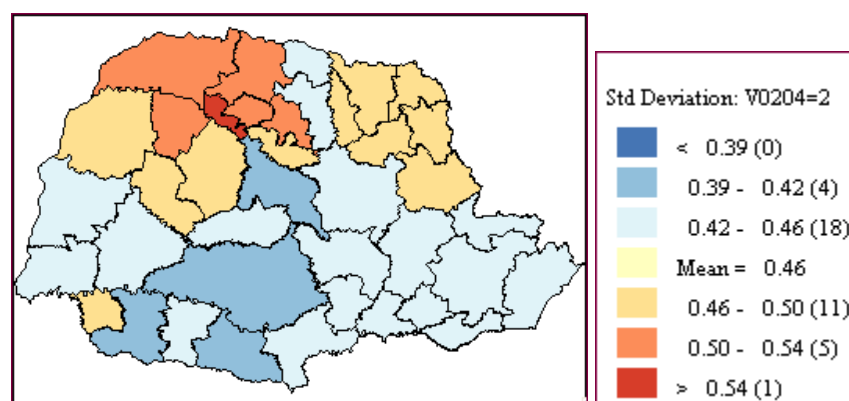
**Figura 92 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “próprio, já pago” para a condição do domicílio (Paraná, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



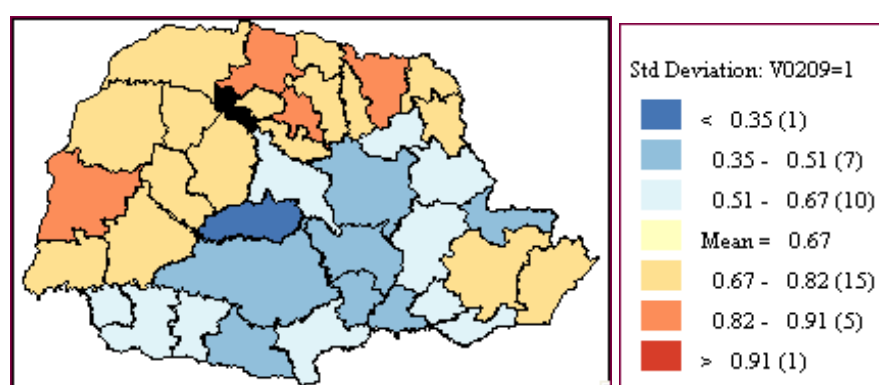
**Figura 93 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “5” para o total de cômodos (Paraná, microrregiões 2000)**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



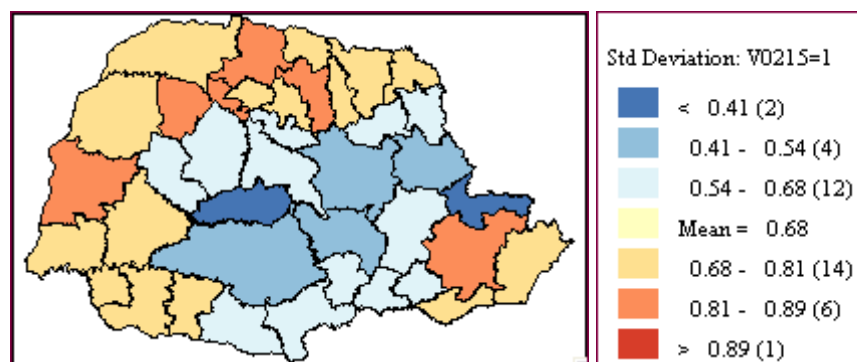
**Figura 94 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “2” para o total de cômodos como dormitório (Paraná, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



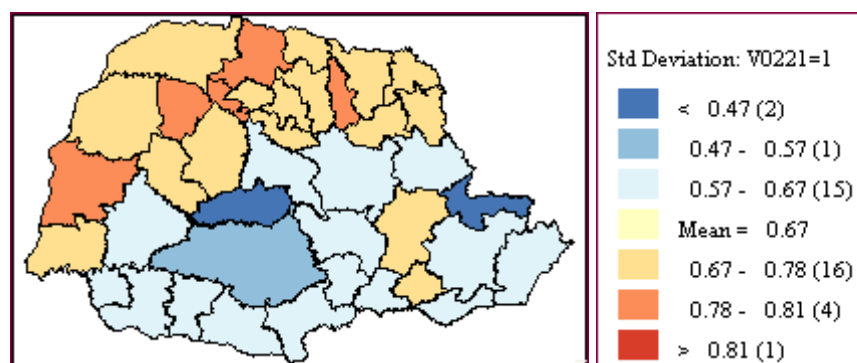
**Figura 95 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “1” para o total de banheiros (Paraná, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



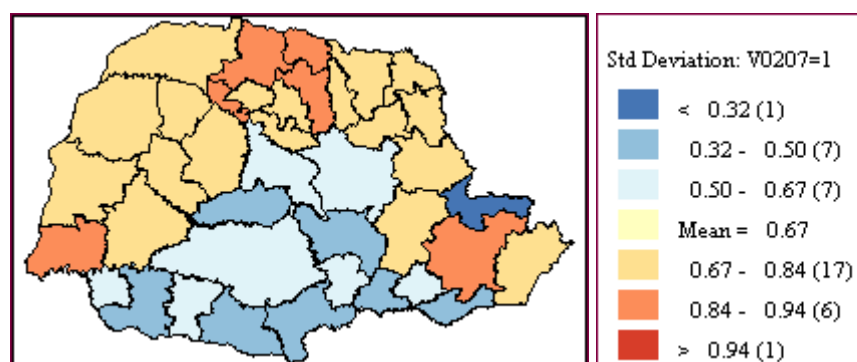
**Figura 96 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para a existência de geladeira ou freezer (Paraná, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



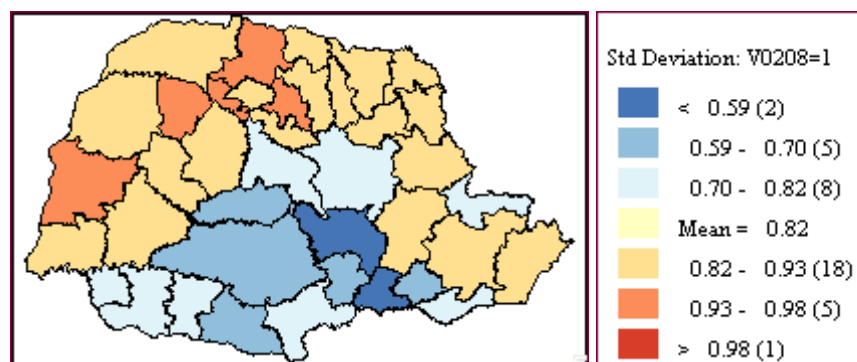
**Figura 97 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “1” para o número de televisores (Paraná, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



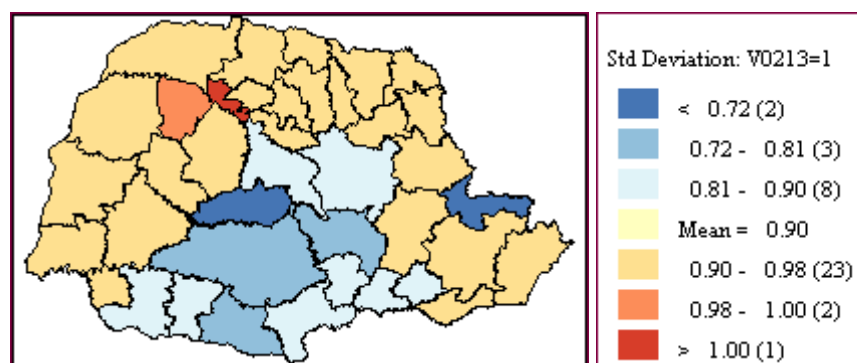
**Figura 98 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “rede geral” para a forma de abastecimento d’água (Paraná, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



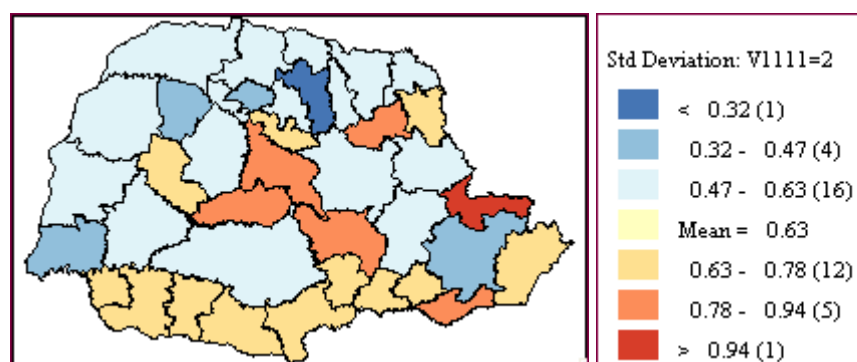
**Figura 99 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “canalizada em pelo menos um cômodo” para o tipo de canalização (Paraná, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



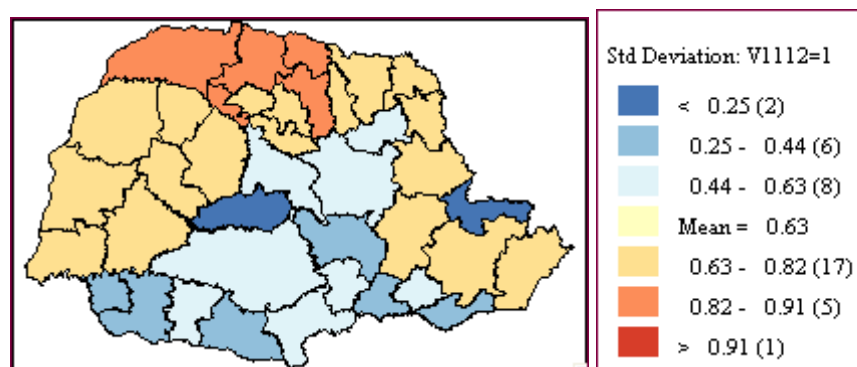
**Figura 100 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para existência de iluminação elétrica (Paraná, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



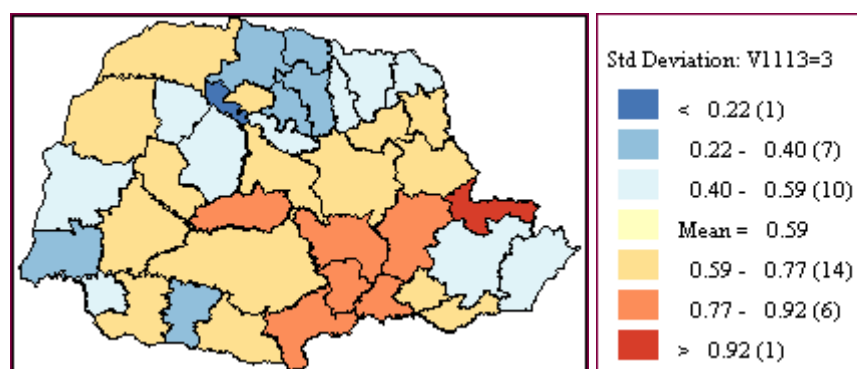
**Figura 101 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “não” para a existência de identificação (Paraná, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 102 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para a existência de iluminação pública (Paraná, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 103 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “não” para a existência de calçamento/pavimentação (Paraná, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

A figura 74 mostra os menores percentuais da característica “urbana”, da situação do domicílio, nos mesmos lugares dos *clusters* de municípios com maiores percentuais de domicílios pobres, apresentados na figura 09. Semelhantemente, para lugares mais próximos daqueles onde os *clusters* da figura 09 indicam municípios de menores percentuais de domicílios pobres, os percentuais de domicílios da característica “urbana” são maiores.

De uma maneira muito semelhante à distribuição da característica apresentada no mapa da figura 74, o mapa da figura 93, feito para a característica “área urbanizada de cidade ou vila”, para a situação do setor censitário, também revela características mais urbanas para os espaços semelhantes aos dos *clusters* para municípios mais pobres. Neste sentido, as microrregiões de menores percentuais da característica modal estão no centro do estado, bem como ao norte e sul de Curitiba. As microrregiões de maiores daqueles percentuais estão, ao norte e sudoeste do estado, marcando, mais do que para a característica tratada anteriormente, os lugares mais próximos aos *clusters* de municípios menos pobres, apresentados à figura 09.

Essas duas variáveis, vistas com relação às microrregiões, reforçam e confirmam a identificação dos *clusters* de municípios mais e menos pobres, apresentados na figura 09, com a presença de, respectivamente, menos e mais domicílios urbanos e situados em áreas urbanizadas de cidades ou vilas, conforme foi dito para os mapas feitos para os municípios.

Quanto aos domicílios serem próprios e já pagos, como característica modal para a variável de condição do domicílio, a maior presença desses nas áreas a partir do norte e sul de Curitiba em direção ao norte do estado; e, a menor presença desses em um grupo de microrregiões vizinhas, concentradas no norte do estado, como mostrado na figura 78, confirma aquilo que foi dito com relação aos municípios, ou seja, os municípios de maiores percentuais de pobreza estão em áreas onde também é maior o percentual de domicílios próprios e já pagos, dentre os domicílios pobres.

O menor percentual de domicílios com cinco cômodos, numa porção transversal inferior do mapa, com relação à superior, para as microrregiões, como mostrado à figura 93, também confirma e reforça a identidade de menores domicílios nos *clusters* de municípios mais pobres, como tratado para os municípios.

No mapa para as microrregiões (figura 93) não há nada que confirme o que foi dito a respeito do total de cômodos como dormitório, quando do tratamento para os municípios, o que também reforça a dificuldade encontrada durante aquela abordagem para a mesma característica.

O mapa para as microrregiões, para a característica de total de banheiros (figura 95), por sua vez, muito proximamente ao que faz o mapa para as condições urbanas do domicílio. Assim, o menor número de domicílios com um banheiro parece caracterizar os *clusters* de municípios de maiores percentuais de domicílios pobres, enquanto o maior número de municípios com 1 banheiro ajuda a caracterizar os *clusters* de municípios com menores percentuais de pobreza.

Os mapas das microrregiões, para as características de variáveis de bens e utensílios domésticos, apresentados, respectivamente, às figuras 82 e 83, são muito semelhantes. Neles se podem ver frequências menores da ocorrência daqueles bens em áreas correspondentes àquelas onde foram identificados *clusters* de menores percentuais de pobreza, confirmando o que foi tratado com relação aos municípios.

No tocante ao grupo de bens e serviços semi-públicos, os mapas de 84 a 89, feitos para as microrregiões, reforçam a sugestão derivada da observação dos mapas dos municípios para

as mesmas variáveis, de que a ocorrência de bens e serviços semi-públicos acompanha inversamente a frequência de percentuais de domicílios pobres, nos municípios reunidos por proximidade física e nível daquele percentual.

## 1.2 Sergipe

Os mapas para o estado de Sergipe foram feitos, considerando como sugestão de *clusters* de vizinhança de municípios, a existência de, pelo menos, três municípios contíguos, visto que o número de municípios nesse estado é muito pequeno (75). Em coerência com isso, para as microrregiões foram consideradas todas as variáveis e depois excluídos aqueles para os quais não há correspondência, em termos dos mapas relevantes para os municípios.

Sob tais considerações, e diante do fato de ser maior o número de exceções à característica modal, dos domicílios dos municípios e microrregiões, por faixas de linha de indigência, com relação a todo o estado de Sergipe, comparativamente ao do Paraná, faria com que fosse esperado um grande número de mapas feitos para o estado. Isto, porém, não aconteceu, repetindo-se o número de mapas feitos para os municípios paranaenses (13)<sup>56</sup>.

Observando-se as figuras de 104 a 107, percebe-se que, em espaços semelhantes reúnem-se municípios de mais altos percentuais de domicílios com características urbanas, situados em áreas urbanas de cidade ou vila, canalizados em pelo menos um cômodo e com geladeira ou freezer.

É interessante notar que a primeira característica e as duas últimas são representativas dos domicílios que estão acima da indigência na linha de pobreza. A segunda característica, por sua vez, é majoritária nos domicílios com renda não nula. Os domicílios, assim caracterizados, portanto, são aqueles das faixas superiores da linha de pobreza.

Nesses mapas, o município de Aracaju é o de maiores percentuais. Neste sentido, as figuras 108 e 109 destacam esse município como aquele que apresenta percentuais superiores à média estadual, para as características modais de bens e serviços semi-públicos, “sim”, para existência de iluminação pública e “coletado por serviço de limpeza”, para a coleta de lixo.

---

<sup>56</sup> Das 27 variáveis, para 13 delas mapas feitos para municípios revelaram alguma contigüidade entre, pelo menos, três deles. Relacionados a estes, 11 mapas para as microrregiões foram aproveitados.



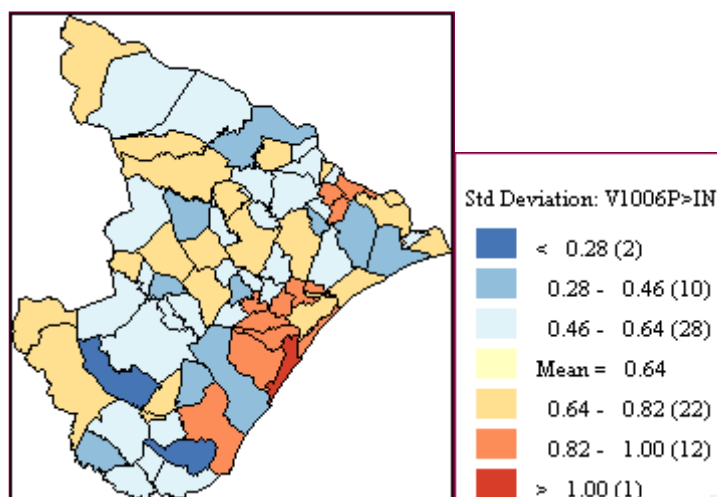
Considerando-se que os municípios tratados ocupam um espaço semelhante ao da microrregião de Aracaju, os domicílios caracterizados naquelas faixas de linha de pobreza representam a grande maioria dos domicílios pobres.

Com relação ao mapa da figura 15, do capítulo anterior, de possíveis *clusters* de municípios por percentuais de pobreza, a área mapeada corresponde à porção leste do possível *cluster* central, indicado na figura 15, de menores percentuais de pobreza. A característica existência de geladeira ou freezer envolve, também, a área central daquele *cluster*.

Em reforço à sugestão de que se possam caracterizar os municípios localizados numa área semelhante à da microrregião de Aracaju, as figuras 104, 105 e 106 trazem, em destaque, a microrregião de Aracaju como aquela de maior percentual de domicílios pobres, com as mesmas características tratadas acima, com exceção do tipo de canalização, para as mesmas faixas superiores de linha de pobreza.

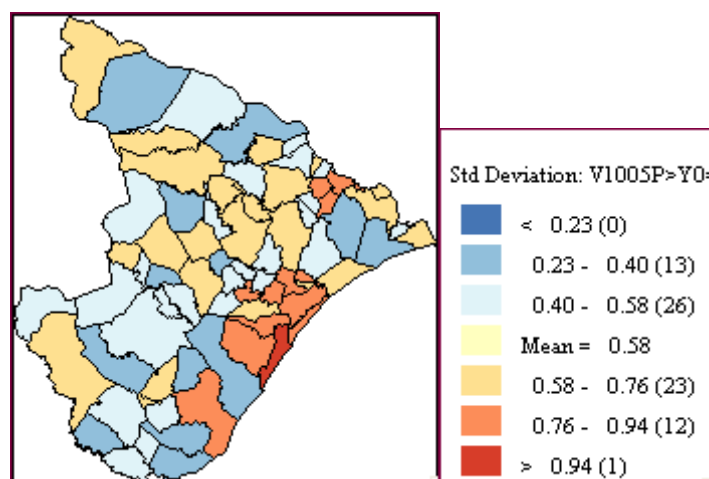
Também as figuras 107, 108 e 109 acrescentam características à parte leste do *cluster* de menores percentuais de domicílios pobres, de presença de bens e utensílios domésticos e de bens e serviços semi-públicos. Características essas dos mesmos grupos daquelas mencionadas para a figura 101, com relação ao primeiro conjunto de bens e 102 e 103, com relação ao segundo.

Por outro lado, a figura 122 revela que a característica modal para todo o estado, de nenhum banheiro dentre os domicílios indigentes e de renda nula, tem um maior percentual dentre tais domicílios na microrregião de Aracaju. Isto, à luz da falta de destaque da microrregião quanto a quaisquer variáveis que informem as condições ou o tamanho da habitação, a exemplo de número de cômodos, quantidade desses usados como dormitórios etc., pode indicar condições mais precárias de moradia, dentre os domicílios dessas faixas de linha de pobreza na microrregião de Aracaju, do que nas demais. As informações a esse respeito, contudo, são poucas.



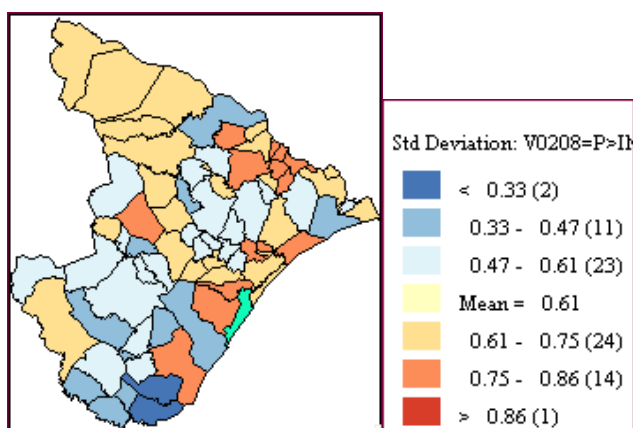
**Figura 104 – Percentual de domicílios pobres acima da indigência e característica modal “urbano” para a situação do domicílio (Sergipe, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



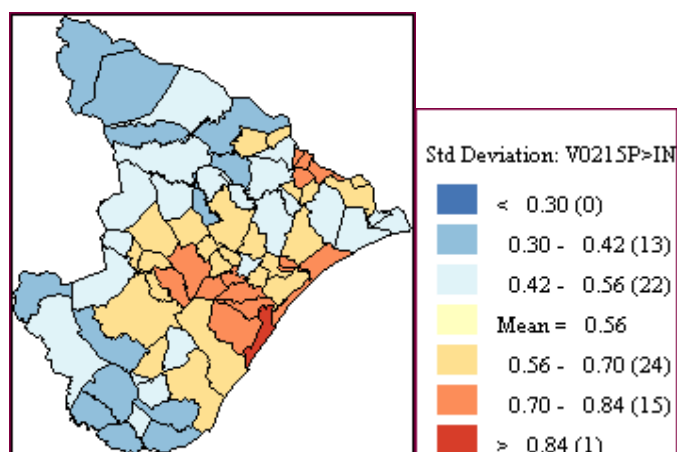
**Figura 105 – Percentual de domicílios pobres com renda não-nula e característica modal “área urbana de cidade ou vila” para a situação do setor censitário (Sergipe, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



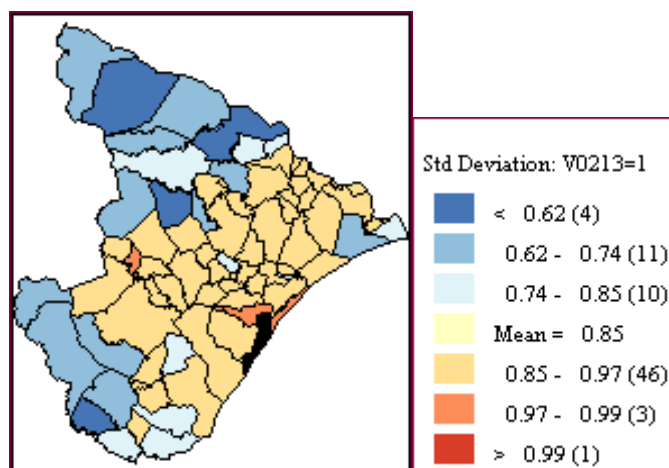
**Figura 106 – Percentual de domicílios pobres acima da indigência, com característica modal “canalizada em pelo menos um cômodo” para o tipo de canalização (Sergipe, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



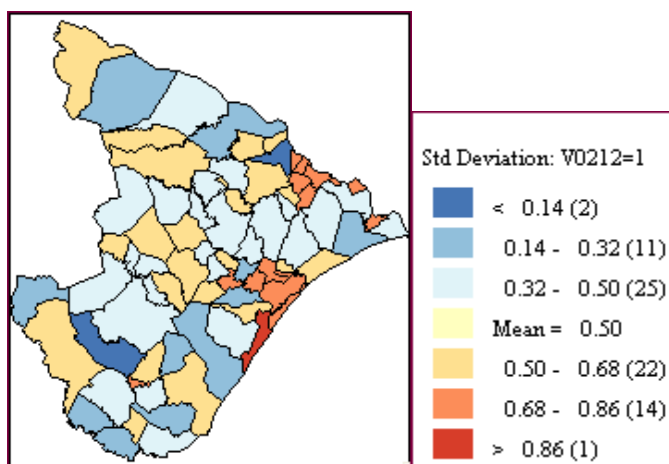
**Figura 107 – Percentual de domicílios pobres acima da indigência, com característica modal “sim” para a existência de geladeira ou freezer (Sergipe, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 108 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para a existência de iluminação elétrica (Sergipe, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 109 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “coletado por serviço de limpeza” para a coleta de lixo (Sergipe, municípios 2000).**

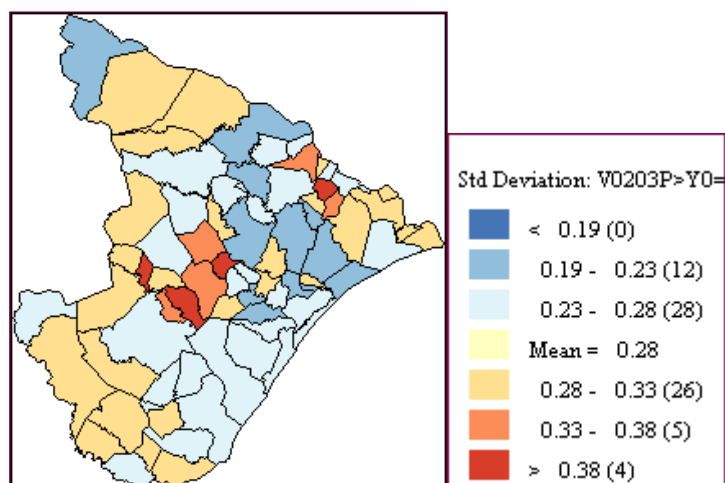
Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

Para domicílios de mesma superioridade de faixa de linha de pobreza sobre a de renda nula e mesma porção central do *cluster* de municípios de menores percentuais de pobreza, daquela já indicada na figura 107, as figuras 110 a 112 apresentam municípios que revelam maiores percentuais de domicílios para as características modais do estado nas respectivas variáveis. Tais características são, respectivamente, “cedido por empregador”, para a condição do domicílio; “sim”, para a existência de rádio; e, “um” para a quantidade modal de televisores.

Essas duas últimas reforçam a caracterização de maior disponibilidade de bens e utensílios domésticos para os municípios pobres ao centro do estado, já indicada na figura 90.

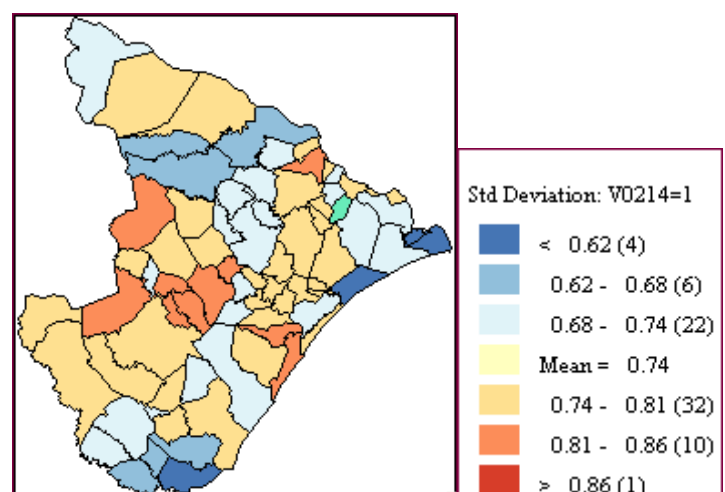
Estando, os municípios destacados nesses mapas, nas microrregiões do Agreste de Itabaiana, Carira e Tobias Barreto – principalmente a primeira, cujo número de municípios, às figuras 110 a 112, é o maior – encontram correspondentes nas características apresentadas às figuras 124 e 125. Na figura 124, a microrregião do Agreste de Itabaiana se destaca como a de maior percentual de domicílios com o número modal de cômodos do estado (cinco) e, na figura 108, ela se destaca como a de maior percentual de domicílios com o número modal total, desses que servem como dormitório (2).

Sabendo-se que a microrregião do Agreste de Itabaiana e a de Aracaju, ocupam, respectivamente, as áreas semelhantes ao centro e leste do *cluster* de domicílios de menores percentuais de pobreza, apresentado na figura 16, do capítulo anterior, pode-se identificar, como característica comum aos domicílios pobres das duas microrregiões, e que as destacam das demais, a maior presença de domicílios pobres com bens e utensílios domésticos. Ora, sendo essa a característica contrária, conforme visto para todo o estado, àquela apresentada para todo o estado de Sergipe – de menores participações de domicílios com tal característica – com relação ao estado do Paraná, e sabendo-se da diferença de patamar de percentuais de domicílios pobres por município entre os estados, reforça-se, ainda mais, a caracterização desses municípios como aqueles de menores percentuais de pobreza.



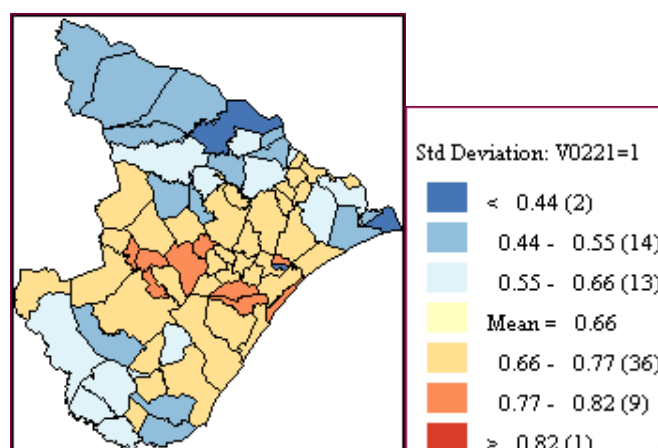
**Figura 110 – Percentual de domicílios pobres com renda não-nula e característica modal “cedido por empregador” para a condição do domicílio (Sergipe, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 111 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para a existência de rádio (Sergipe, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 112 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “um” para a quantidade existente de televisores (Sergipe, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

No que segue, revela-se uma grande dificuldade de caracterizar os domicílios para a área semelhante àquela indicada como *cluster* de municípios de maiores percentuais de domicílios pobres, na figura 16 do capítulo anterior.

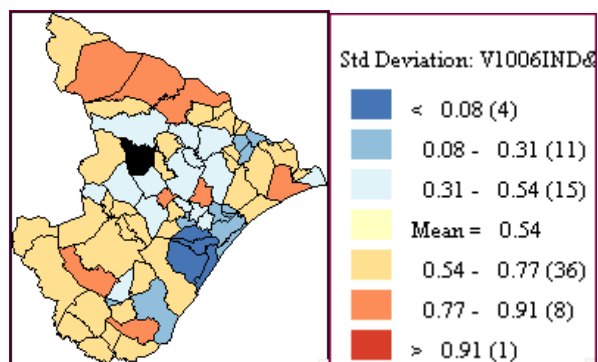
Mesmo sendo poucos os municípios do *cluster* indicado à figura citada, apenas para as figuras 113 e 114 notam-se dois deles em um mesmo intervalo de percentual de domicílios pobres, com as mesmas características, na mesma faixa de linha de pobreza. É certo que os demais municípios do mesmo *cluster*, não apresentam percentuais distantes.

A figura 113 revela que a extremo noroeste do estado há uma concentração maior de municípios de maiores percentuais da característica modal “rural”, para a situação do domicílio, nas faixas de linha de pobreza de indigência e de renda nula. Também para essa mesma faixa, os domicílios pobres dessa área, assim como do extremo sudoeste do estado, também se diferenciam por apresentarem maior percentual dos que não têm geladeira ou freezer, como apresentado à figura 114. Essa ausência de geladeira ou freezer, para os dois espaços, é reforçada na figura 126. Outra informação que indica carência de bens e utensílios domésticos na microrregião Sergipana do Sertão do São Francisco é revelada com a figura 110. Nela, destaca-se aquela microrregião como a de maior percentual de domicílios com a característica modal “não”, para a variável existência de videocassete.

Cabe considerar que as características apresentadas para as faixas de indigência e de renda nula são representativas de parte significativa dos domicílios da microrregião tratada, uma vez que essa é a microrregião que apresenta o maior percentual de domicílios pobres nas faixas de indigência e de renda nula.

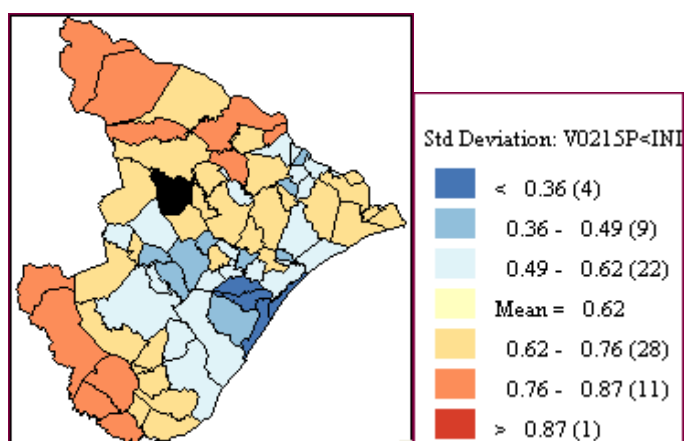
Dividindo a característica de não disponibilidade de geladeira ou freezer (figura 114) e tendo, quase que exclusivamente os maiores percentuais da característica modal “não canalizada”, para as faixas de linha de pobreza de indigência e de renda nula, uma porção mais ao sul do estado se destaca, conforme mostrado na figura 116. Essa porção, contudo não encontra correspondência nos *clusters* apresentados à figura 16, do capítulo anterior.

Do que foi dito acima, depreende-se que a dificuldade tida no capítulo anterior para se identificar *clusters* de municípios, por percentuais de domicílios pobres, encontra correspondência na dificuldade de se caracterizar tais municípios, visto que as características semelhantes, com as exceções apresentadas acima, encontram-se geralmente dispersas, dentre os municípios sergipanos e entre as faixas de linha de pobreza, quando há características diferentes para elas.



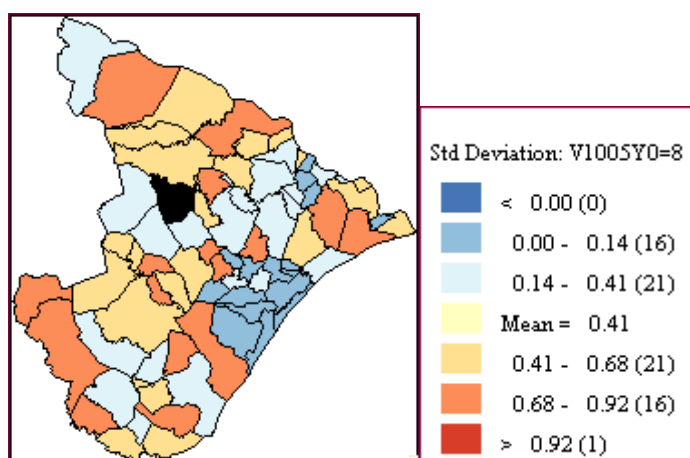
**Figura 113 – Percentual de domicílios pobres indigentes e com renda nula, com característica modal “rural” para a situação do domicílio (Sergipe, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



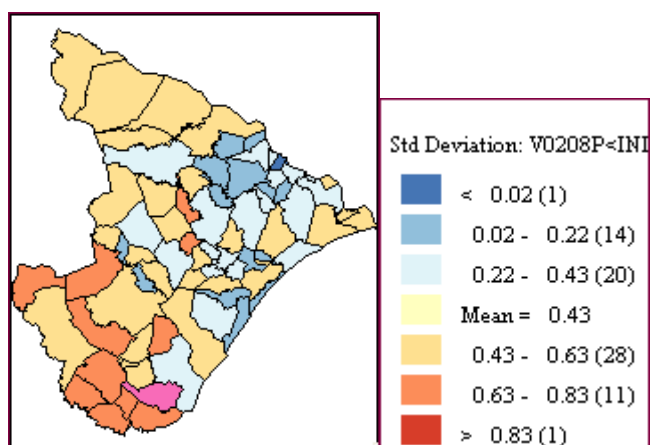
**Figura 114 – Percentual de domicílios pobres indigentes e com renda nula, com característica modal “não” para a existência de geladeira ou freezer (Sergipe, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



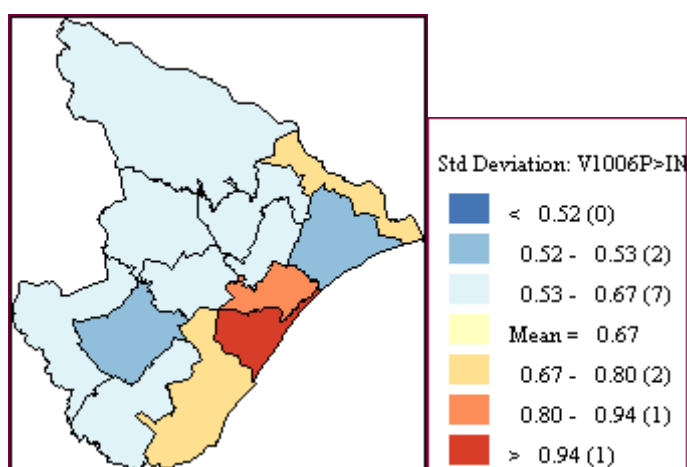
**Figura 115 – Percentual de domicílios com renda nula e característica modal “rural - exclusive os aglomerados rurais” para a situação do setor censitário (Sergipe, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



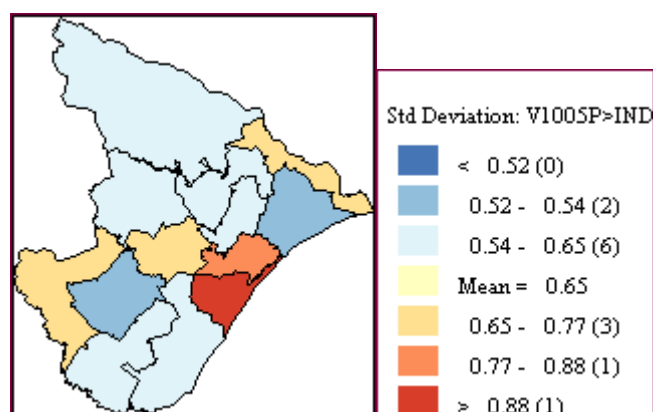
**Figura 116 – Percentual de domicílios indigentes e com renda nula, com característica modal “não-canalizada” para o tipo de canalização (Sergipe, municípios 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 117 – Percentual de domicílios pobres acima da indigência e característica modal “urbano” para a situação do domicílio (Sergipe, microrregiões 2000).**

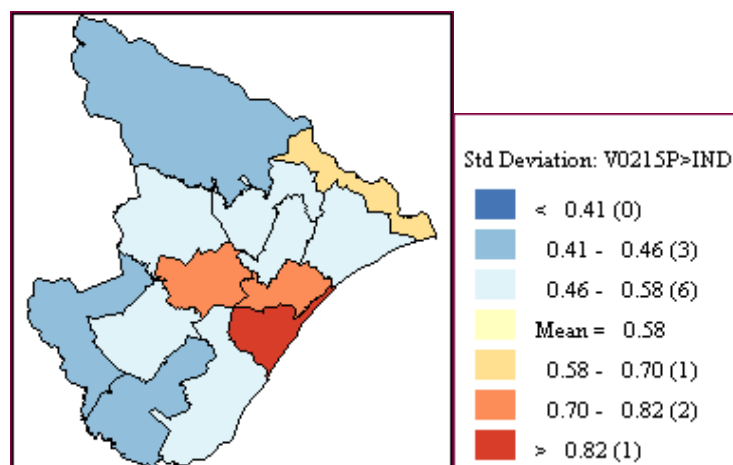
Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 118 – Percentual de domicílios pobres acima da indigência, com característica modal “área urbana de cidade ou vila” para a situação do setor Sergipe, microrregiões 2000.**

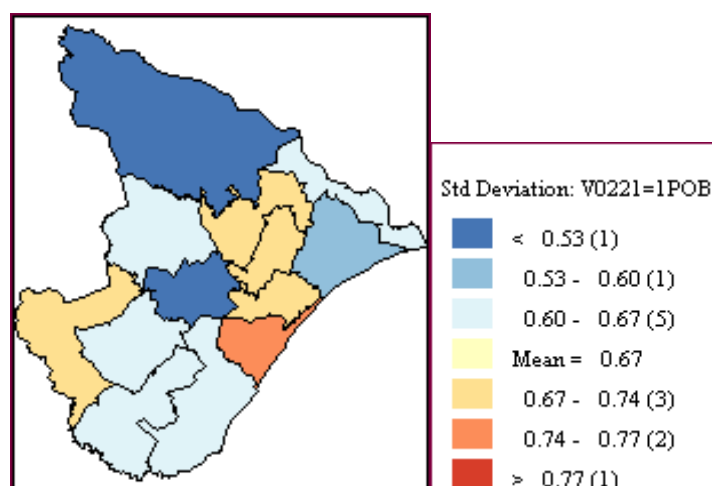
Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.





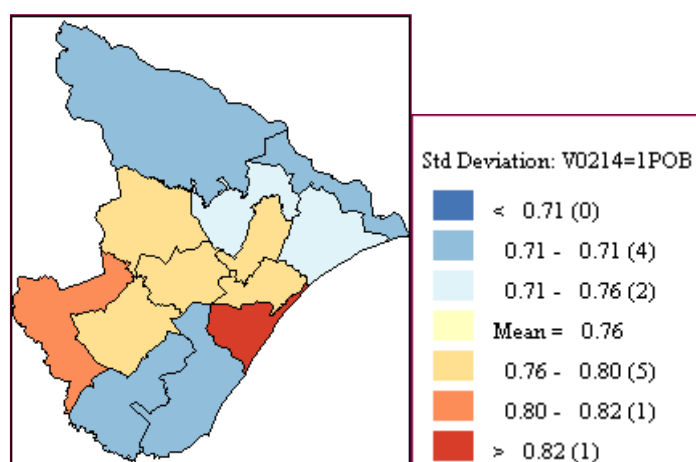
**Figura 119 – Percentual de domicílios pobres acima da indigência, com característica modal “sim” para a existência de geladeira ou freezer (Sergipe, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



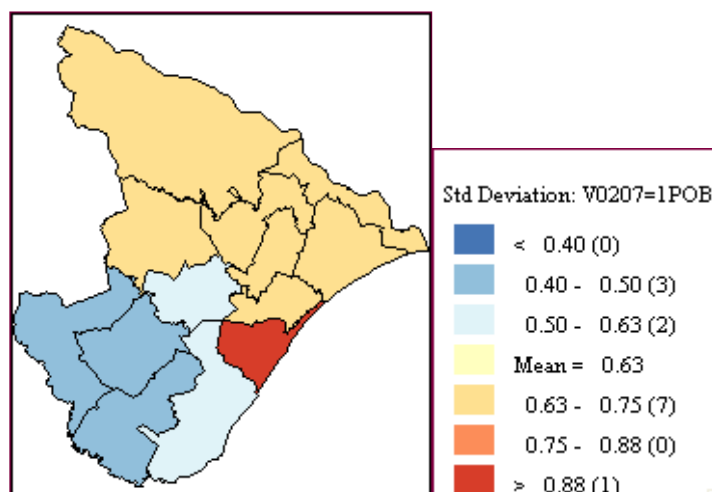
**Figura 120 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “01” para a quantidade de televisores (Sergipe, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



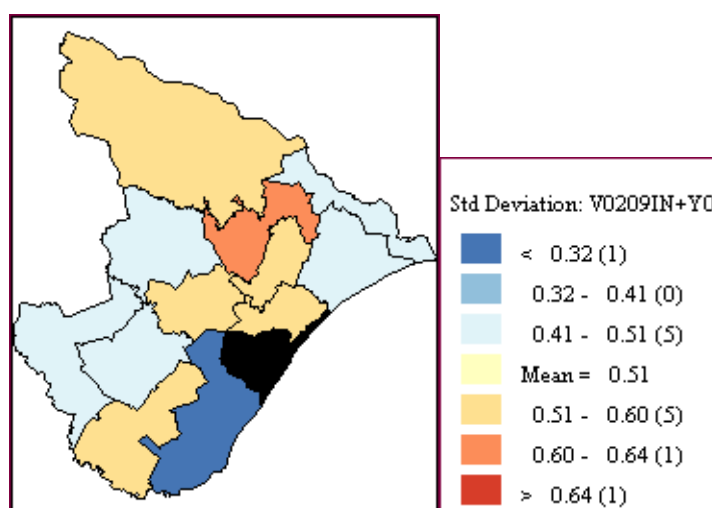
**Figura 121 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “sim” para a existência de rádio (Sergipe, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



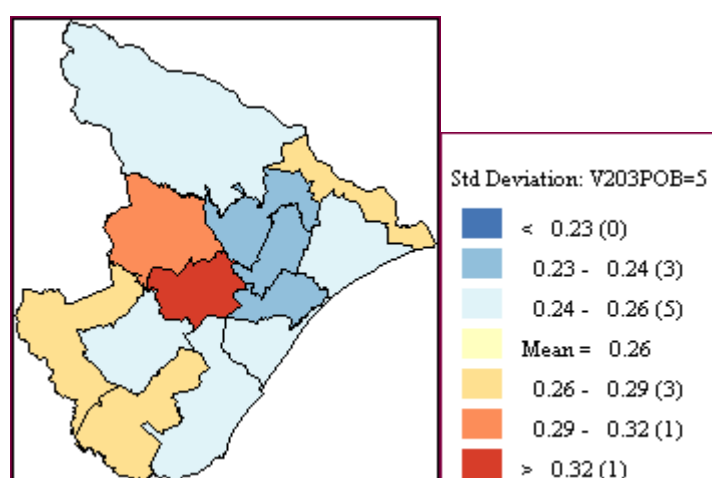
**Figura 122 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “rede geral” para o abastecimento d’água (Sergipe, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



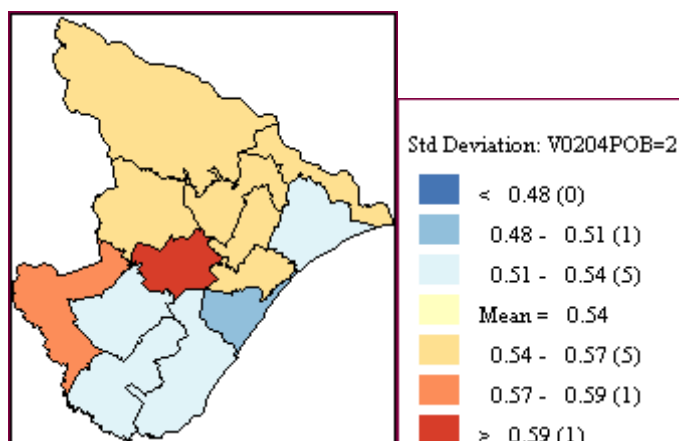
**Figura 123 – Percentual de domicílios pobres indigentes e com renda nula, com característica modal “nenhum” para o total de banheiros (Sergipe, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



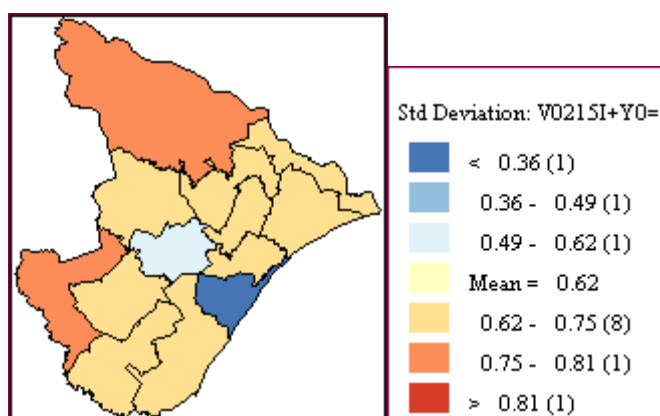
**Figura 124 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “05” para o total de cômodos (Sergipe, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



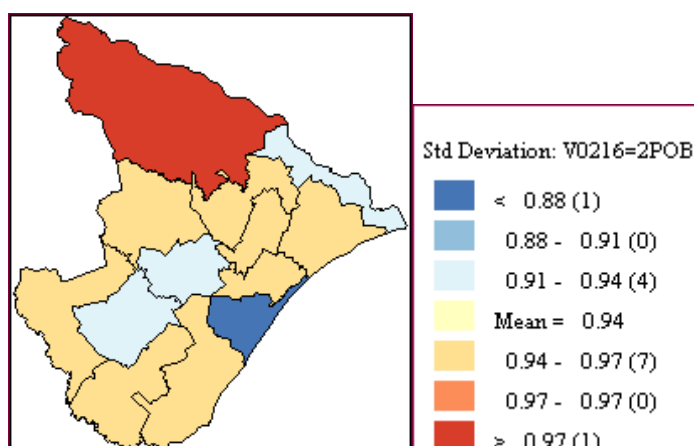
**Figura 125 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “02” para o total de cômodos servindo de dormitório (Sergipe, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 126 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “não” para a existência de geladeira ou freezer (Sergipe, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.



**Figura 127 – Percentual de domicílios pobres, com característica modal “não” para a existência de videocassete (Sergipe, microrregiões 2000).**

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS POBRES, SOB UMA ÓTICA MULTIDIMENSIONAL DA POBREZA

Serão tratadas, nesse tópico, as características dos domicílios dos *clusters* de municípios agrupados em vizinhança e com IPH-M próximos uns dos outros, como mapeados na figura 34, para o estado do Paraná, e na figura 53, para o estado de Sergipe.

São 107 os municípios paranaenses envolvidos naqueles *clusters*, distribuídos em 43 de maiores IPH-M e 64 de menores. Essa maioria, em favor do número de municípios de menores IPH-M, permanece, em se tratando dos municípios sergipanos, para os quais, dos 18 envolvidos nos *clusters*, seis estão nos *clusters* de maiores IPH-M e 12 no de menores.

### 2.1 Paraná

De todas as variáveis tratadas, apenas uma, a situação do setor censitário, teve, para a grande parte dos municípios de maiores IPH-M, uma característica modal de seus domicílios diferente daquela apresentada pela maioria dos municípios de menores IPH-M. No caso dos primeiros, a característica modal foi “rural – exclusive aglomerados rurais”, que foi moda para 51,2% dos municípios, com média de 61,9% dentre os domicílios dos municípios que a tiveram como moda. Para os municípios dos *clusters* de menores IPH-M, a característica modal foi “área urbanizada de vila ou cidade”, para 70,3% desses municípios, com média de 76,4% dos domicílios dos mesmos.

Quanto às demais variáveis, para oito delas os municípios dos grupos de maiores IPH-M apresentaram maior percentual do que aqueles com a mesma característica modal apresentada pelos de menores IPH-M; também apresentaram maior média de percentual de domicílios com tal característica. Essas variáveis e suas respectivas características modais – (apresentadas entre parênteses) – são as seguintes: tipo de domicílio (casa), total de cômodos (5), máquina de lavar roupas (não), automóveis de uso particular (nenhum), tipo de escoadouro (fossa rudimentar), linha telefônica instalada (não), existência de identificação (não) e existência de calçamento/pavimentação (não).

Num menor grupo de variáveis (seis delas), as características modais representam um percentual menor ou igual de municípios com maiores IPH-M, mas têm médias maiores de domicílios nesses do que dentre os de menores IPH-M. Tais características são: número de

homens (01), número de mulheres (01), total de cômodos servindo de dormitórios (02), existência de videocassete (não), existência de forno de microondas (não) e existência de microcomputador (não).

Num grupo maior estão os municípios de menores IPH-M, que apresentam, tanto maior percentual com a característica modal, quanto maior média dessas características. Doze são as características mais exclusivamente relacionadas a tais municípios, quais sejam: situação do domicílio (urbano), condição do domicílio (próprio, já pago), condição do terreno (próprio), total de banheiros (01), existência de rádio (sim), existência de geladeira ou freezer (sim), quantidade existente de televisores (01), forma de abastecimento d'água (rede geral), tipo de canalização (canalizada em pelo menos um cômodo), coleta de lixo (coletado por serviço de limpeza), iluminação elétrica (sim) e existência de iluminação pública (sim).

Observa-se, do que acabou de ser dito, que o número de variáveis, cujas características comuns a municípios de *clusters* de maiores e menores IPH-M, que se destacam exclusivamente para aqueles de maiores IPH-M, é menor do que aquele que distingue os de menores IPH-M. A junção das variáveis para cujas características modais os municípios de maiores IPH-M se destacam exclusivamente, com aquelas para as quais eles detêm um maior percentual de domicílios, distingue, do lado do grupo de municípios de maiores IPH-M, as características de maior precariedade e carência; e, do outro os municípios de menor carência.

## 2.2 Sergipe

Para os municípios de Sergipe, envolvidos em *clusters* de maiores e menores IPH-M, duas variáveis não apresentam características modais comuns a todos eles. Essas variáveis são existência de geladeira ou freezer e existência de identificação. Para a primeira, a maioria (83,3%) do grupo de municípios com maiores IPH-M apresenta, como característica modal, “não”, para a maioria (57,0%) de seus domicílios; enquanto a maioria (100%) dos domicílios de menores IPH-M apresenta a característica modal “sim”, para 75,4% de seus domicílios. A variável existência de identificação tem como característica modal “não”, para 68,3% dos domicílios da maioria (83,3%) dos municípios de maiores IPH-M e “sim”, para 55,9% dos domicílios da maior parte (58,3%) dos municípios de menores IPH-M.

O grupo de menor número de variáveis comuns continua sendo aquele para as quais os municípios de maiores IPH-M apresentam, tanto maiores percentuais de municípios com a

característica modal, quanto um maior percentual de domicílios, para cada um desses, com tal característica. Isso é o que ocorre com as variáveis total de cômodos (5) e existência de linha telefônica (não).

O grupo de variáveis para cujas características modais o percentual de municípios de maiores IPH-M é menor, ou igual ao de menores IPH-M, e para as quais o percentual de domicílios que apresenta a característica modal, é maior no grupo de municípios de maiores IPH-M do que no de menores, continua sendo intermediário em número de variáveis.

Para Sergipe, comparativamente ao Paraná, esse número é quase igual ao de variáveis para as quais os municípios de menores IPH-M detêm maioria, tanto no percentual dos mesmos quanto no de seus domicílios, com relação à moda. São dez as variáveis assim identificadas, quais sejam: tipo do domicílio (casa), condição do domicílio (próprio, já pago), condição do terreno (próprio), total de cômodos servindo de dormitório (2), existência de videocassete (não), existência de máquina de lavar (não), existência de forno de microondas (não), existência de microcomputador (não), quantidade de automóveis para uso particular (nenhum), tipo de escoadouro (fossa rudimentar). Destes, apenas o último tem percentual de municípios inferior, para o grupo de maiores percentuais com relação ao de menores. Os demais têm o mesmo percentual, geralmente de 100%.

Para onze variáveis, os municípios do *cluster* de menor IPH-M se identificam, exclusivamente, por apresentarem maior percentual, daqueles para os quais a característica é moda, e maiores percentuais de seus domicílios que apresentam tal moda. Essas variáveis e suas respectivas modas são as seguintes: situação do domicílio (urbano), situação do setor censitário (área urbanizada de cidade ou vila), número de homens no domicílio (01), total de banheiros (01), existência de rádio (sim), quantidade existente de televisores (01), forma de abastecimento d'água (rede geral), tipo de canalização (canalizado em pelo menos um cômodo), iluminação elétrica (sim), existência de iluminação pública (sim) e existência de calçamento/pavimentação (sim).

Duas variáveis não se enquadram nas comparações feitas acima, quais sejam, número de mulheres no domicílio e coleta de lixo. Embora, para as duas, as características modais sejam as mesmas para os *clusters* de maiores e de menores IPH-M, o percentual de municípios que as apresentam é maior nos *clusters* de maiores percentuais, enquanto a média de percentual de domicílios por município é maior nos do *cluster* de menores IPH-M. Assim, para a variável “número de mulheres no domicílio” 66,7% dos municípios de maiores IPH-M apresentam a característica 2 como moda, contra 50,0% dos de menores IPH-M, mas, em

média, 30,8% dos domicílios daqueles apresentam a característica mencionada, enquanto essa média é de 32,6% para os domicílios dos municípios de menores IPH-M.

Semelhantemente, para 100,0% dos municípios de maiores IPH-M a moda para a variável “coleta de lixo” é “coletado por serviço de limpeza”, essa moda só acontece para uma média de 52,5% de seus domicílios, enquanto 69,8%, também em média, dos domicílios dos municípios de menores IPH-M apresentam a mesma característica modal, embora esses municípios representem 83,3% de seu *cluster*.

### 3 COMPARATIVO DAS CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS POBRES SOB AS DUAS ABORDAGENS

No critério IPH, o número de municípios nos *clusters* considerados para o estado de Sergipe é muito inferior ao daqueles considerados para o estado do Paraná (18). Também é quase insignificante o número daqueles municípios de maior IPH-M no estado de Sergipe (06).

Notou-se, porém, que, para ambos os estados, os municípios que fazem parte dos *clusters* de maiores IPH-M são diferenciados por um maior percentual de seus domicílios com características de precariedade e carências, bem como por também ser maior o percentual desses domicílios dentro de seu grupo, relativamente ao outro de menores IPH-M, que apresentam tais características como moda.

Essa diferenciação é mais nítida para o estado do Paraná, para cujos municípios de maiores IPH-M estão mais associadas as características que identificam carências. A “propriedade do terreno” e “do domicílio”, contudo, é característica marcante nos municípios de maiores IPH-M em Sergipe.

Os municípios sergipanos de maiores IPH-M estão mais identificados com carência de bens e utensílios domésticos.

Para ambos os estados, nos *clusters* de municípios de menores IPH-M, o maior número de variáveis é do grupo de “bens e serviços semi-públicos” e suas características são, sempre, no sentido do atendimento ao domicílio.

Essas considerações também aparecem para o critério de “linha de pobreza”, de modo que se percebe a semelhança entre os resultados apresentados sob as duas abordagens.

As semelhanças entre os mapeamentos apresentados para caracterizar as duas abordagens diz respeito, ou tem origem, nas características modais dos espaços onde elas estão referenciadas. Nesse sentido, a tabela 11 apresenta o resumo das características modais de cada variável, para cada *cluster* de maiores e menores IPH-M de cada estado.

Da comparação da tabela 11 com a tabela 05, percebe-se que poucas são as características que divergem entre as dos *clusters* de maiores e menores IPH-M e os de pobreza, sem segmentação da renda.

Como visto ao tratar das características dos domicílios, na ótica da linha de pobreza, as características acima são também modais para todo o estado, independentemente da segmentação daquela linha. Sendo, também, as mesmas características dos *clusters* de municípios para os quais são maiores e menores os IPH-M, depreende-se que o mapeamento pode coletar mais as características modais do espaço tratado, do que características específicas dos domicílios pobres.

Tabela 64 – Características modais para a maioria dos municípios pertencentes a *clusters* de maiores e menores IPH-M (Paraná e Sergipe, 2000)

Grupos e unidades de variáveis	Paraná		Sergipe	
	Maiores IPH-M	Menores IPH-M	Maiores IPH-M	Menores IPH-M
CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO				
Situação do domicílio	Urbano	Urbano	Urbano	Urbano
Situação do setor	Rural – exclusive aglomerados rurais	Área urbanizada de cidade ou vila	Área urbanizada de cidade ou vila	Área urbanizada de cidade ou vila
Tipo do domicílio	Casa	Casa	Casa	Casa
Total de cômodos	5	5	5	5
Condição do domicílio	Próprio, já pago	Próprio, já pago	Próprio, já pago	Próprio, já pago
Condição do terreno	Próprio	Próprio	Próprio	Próprio
Total de homens	1	1	1	1
Total de mulheres	1	1	2	2
Total de cômodos como dormitório	2	2	2	2
Total de banheiros	1	1	1	1
DOTAÇÃO DE BENS E UTENSÍLIOS				
Existência de rádio	Sim	Sim	Sim	Sim
Existência de geladeira ou freezer	Sim	Sim	Não	Sim
Existência de vídeo cassete	Não	Não	Não	Não
Existência de máquina de lavar roupas	Não	Não	Não	Não



Continuação da tabela 64

Grupos e unidades de variáveis	Paraná		Sergipe	
	Maiores IPH-M	Menores IPH-M	Maiores IPH-M	Menores IPH-M
Existência de forno de microondas	Não	Não	Não	Não
Existência de microcomputador	Não	Não	Não	Não
Quantidade de televisores	1	1	1	1
Quantidade de automóveis	0	0	0	0
PRESENÇA DE BENS E SERVIÇOS SEMI-PÚBLICOS				
Forma de abastecimento d'água	Rede geral	Rede geral	Rede geral	Rede geral
Tipo de canalização	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo
Tipo de escoadouro	Fossa rudimentar	Fossa rudimentar	Fossa rudimentar	Fossa rudimentar
Coleta de lixo	Coletado por serviço de limpeza	Coletado por serviço de limpeza	Coletado por serviço de limpeza	Coletado por serviço de limpeza
Iluminação elétrica	Sim	Sim	Sim	Sim
Existência de linha telefônica	Não	Não	Não	Não
Existência de identificação	Não	Não	Não	Sim
Existência de iluminação pública	Sim	Sim	Sim	Sim
Existência de calçamento/pavimentação	Não	Não	Total	Total

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

### **ANEXO C – DIFERENÇAS NAS CARACTERÍSTICAS MODAIS DOMICILIARES, QUANDO CONSIDERADOS O TOTAL DO ESTADO E A MODA ENTRE SEUS MUNICÍPIOS.**

Três características modais dos domicílios pobres paranaenses são diferentes daquelas apresentadas para os domicílios não pobres, na faixa de renda não-nula: o número de um homem no domicílio, também de uma mulher e o total de um cômodo para o domicílio. Essa exceção acontece, tanto para o total de domicílios do estado, quanto para cada município e, depois, agrupados esses.

Duas características surgem, como exceção, apenas quando considerados os municípios paranaenses, também para a faixa de renda nula, quais sejam, a característica “rural” para a variável situação do domicílio e a característica “rural - exclusive os aglomerados rurais” para a variável situação do setor censitário.

Para o estado de Sergipe, deixam de ser diferentes das de outras faixas de linha de indigência, como eram quando tomado todo o estado, o número de 3 homens para o domicílio e o de quatro cômodos. Tais características se apresentavam, apenas, para a faixa de renda nula. São mantidas, como exceções, as características de um homem e uma mulher no domicílio, para a faixa de renda nula, acrescentadas seis exceções. Tais exceções são as seguintes: “rural”, para a variável situação do domicílio, nas faixas de indigência com renda não-nula e de renda nula; “rural - exclusive os aglomerados rurais”, para a variável situação do setor censitário, na faixa de renda nula; “quatro cômodos” para o total de cômodos, na faixa de renda nula; “um cômodo”, como o total de cômodos como dormitório, na faixa de renda nula; “nenhum banheiro” como o total de banheiros nas faixas de indigência com renda não-nula e de renda nula; e “não canalizada” para o tipo de canalização, nas faixas de indigência com renda não-nula e de renda nula.

Apresenta-se, abaixo, a tabela 65, com as variáveis para as quais as características modais são diferentes daquelas apresentadas para os domicílios pobres, quando considerados todos os domicílios em cada estado.

Tabela 65 – Variáveis cujas características modais para todo o estado sofreram mudanças depois de agregadas desde os municípios (Paraná e Sergipe, 2000).

	Variável	Característica modal, sem segmentação da linha de pobreza	Característica modal para a faixa acima da indigência	Característica modal para a indigência, com renda não-nula.	Característica modal para a faixa de renda nula.
Paraná	Situação do domicílio	Urbano	Urbano	Urbano	Rural
	Situação do setor	Área urbana de cidade ou vila	Área urbana de cidade ou vila	Área urbana de cidade ou vila	Rural - exclusive os aglomerados rurais
Sergipe	Situação do domicílio	Urbano	Urbano	Rural	Rural
	Situação do setor	Área urbana de cidade ou vila	Área urbana de cidade ou vila	Área urbana de cidade ou vila	Rural - exclusive os aglomerados rurais
	Total de cômodos	5	5	5	4
	Total de cômodos como dormitório	2	2	2	1
	Total de banheiros	1	1	0	0
	Tipo de canalização	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo	Não canalizada	Não canalizada

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

As características, assim apresentadas para os municípios, juntamente com aquelas que caracterizam o domicílio pobre para todo e cada um dos estados, que continuaram sendo moda quando considerados os municípios, são tomadas como referência para os mapas de características dos domicílios pobres nos municípios.

Apresentam-se, aqui, algumas considerações sobre o significado das mudanças de algumas características modais quando trazidos os municípios para a análise, bem como as microrregiões.

Comparando-se a tabela 65 com a tabela 64, nota-se que, trazendo-se à luz a referência nos municípios, as áreas rurais assumem forma determinante na caracterização de domicílios pobres, para as faixas de linha de pobreza mais baixas, principalmente em Sergipe. Tal papel comporta toda a mudança advinda da introdução dos municípios na análise para o estado do Paraná. Para o estado de Sergipe, contudo, as mudanças de características dos domicílios pobres com relação a se agregados para todo o estado, porém, não se limitam a uma maior presença dos mesmos nas áreas rurais. O tamanho do domicílio também passa a ser diferente para as faixas de linha de pobreza mais baixas, sendo menores para essas, como indicam as respectivas características para as variáveis número de cômodos, total de cômodos servindo como dormitório e total de banheiros. Maior precariedade também é indicada para aquelas faixas mais baixas, como indicado na variável tipo de canalização.

Observadas, agora, as microrregiões, as mudanças, com relação ao agregado dos domicílios para todo o estado são menores do que as que ocorrem quando agregados os domicílios para os municípios, o que é esperado de um nível de agregação maior.

Para o estado do Paraná, não se acrescenta nenhuma característica diferente em uma faixa de linha de pobreza com relação às demais. Exclui-se uma com relação ao agregado para todo o estado, que é o número modal de cômodos por domicílio na faixa de indigência, que deixa de ser 4 e assume o valor 5 para as microrregiões, com relação a todo o estado. As demais exceções para todo o estado são mantidas.

Para o estado de Sergipe, assim como acontece para os municípios, as mudanças são em maior número.

São mantidas, com relação aos domicílios agregados pra todo o estado, as exceções das variáveis número de homens e número de mulheres no domicílio, bem como existência de geladeira ou freezer e existência de calçamento/pavimentação.

Os acréscimos de características modais diferentes das de outras faixas de linha de pobreza acontecem, sempre, para as faixas de linha de pobreza de indigência com renda não nula e de renda nula. Assim, a característica “rural” é acrescentada para a variável situação do domicílio; a característica “rural - exclusive os aglomerados rurais”, é acrescentada para a variável situação do setor censitário, a característica “nenhum” é acrescentada para o número de banheiros e a característica “não canalizada” é acrescentada para a variável tipo de canalização.

Finalmente, substitui-se, da característica total de cômodos para o estado, a característica 4 pela característica 5.

Com as mudanças, as variáveis afetadas ficam com as características listadas abaixo, na tabela 66, para as microrregiões dos dois estados.

Tabela 66 – Variáveis cujas características modais para todo o estado sofreram mudanças depois de agregadas para as microrregiões (Paraná e Sergipe, 2000)

	Variável	Característica modal, sem segmentação da linha de pobreza	Característica modal para a faixa acima da indigência	Característica modal para a indigência, com renda não-nula.	Característica modal para a faixa de renda nula.
Paraná	Total de cômodos	5	5	5	5
Sergipe	Total de cômodos	5	5	5	5
	Situação do domicílio	Urbano	Urbano	Rural	Rural
	Situação do setor	Área urbana de cidade ou vila	Área urbana de cidade ou vila	Rural - exclusive os aglomerados rurais	Rural - exclusive os aglomerados rurais
	Total de banheiros	1	1	0	0
	Tipo de canalização	Canalizada em pelo menos um cômodo	Canalizada em pelo menos um cômodo	Não canalizada	Não canalizada

Fonte: elaboração própria, a partir dos microdados do Censo 2000/IBGE.

Enquanto para o estado do Paraná manifesta-se uma situação intermediária entre caracterizar os domicílios pobres com relação à sua situação urbana ou rural, num nível de agregação intermediário entre os municípios e todo o estado, a situação intermediária revelada para o estado de Sergipe diz respeito ao tamanho e à precariedade do domicílio pobre.

Para ambos os estados, parece ser determinante o papel que ocupam as maiores aglomerações urbanas, nesse sentido, principalmente em se tratando do estado de Sergipe, onde o tipo de canalização é caracteristicamente “canalizada em pelo menos um cômodo” e o número de banheiros é “um”, o que ainda não acontece para as microrregiões.

Da mesma forma que indicado acima para os mapas das características dos domicílios pobres por municípios, para os mapas dessas características referenciadas nas microrregiões, serão usadas as características para todo o estado, modificadas pelo quadro à tabela 66.